

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

DIARIOS DE SOMBRAS E DE LUZES

Um Estudo sobre os Aposentados Rurais

BERNADETE RAMOS BESERRA

CAMPINA GRANDE - 1989

BERNADETE DE LOURDES RAMOS BESERRA

DIÁRIOS DE SOMBRAS E DE LUZES

Um estudo sobre os aposentados rurais

DIGITALIZAÇÃO:  
SISTEMOTECA - UFCG

Dissertação apresentada ao Curso  
de MESTRADO EM SOCIOLOGIA da  
Universidade Federal da Paraíba,  
em cumprimento às exigências para  
obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Regina Reyes Novaes

Campina Grande - 1989

## I N D I C E

AGRADECIMENTOS

RESUMO/RESUME

INTRODUÇÃO.....	1
CAPITULO I - ALEM DA GLÓRIA: A AREIA DE TODOS	
1. Um aviso aos navegantes .....	26
2. Areia: Incursões em dois tempos.....	35
3. Um flash-back da grande produção em Areia: Sucessos e Colapsos.....	42
4. Sob o signo da Cana-de-Açúcar: Engenhos, Usina e Trabalhadores.....	49
5. Areia: O trabalho sob que liberdade?.....	66
CAPITULO II - APOSENTADORIA RURAL: TRIBUTO A VELHICE OU AO TRABALHO?	
1. A história dos direitos.....	87
2. Versões da história da submissão.....	108
2.1. Relato de Seu Raimundo.....	111
2.2. Relato de Dona Dos Anjos.....	121
2.3. Relato de Seu Afonso.....	125
2.4. Relato de D. Isabel.....	136
2.5. Relato de Seu Manuel.....	144
3. Trabalho, Velhice e Aposentadoria.....	155
CAPITULO III - ENTRE SOMBRAS E LUZES, A CIDADANIA	
1. A história da aposentadoria em Areia.....	187
2. Das veredas da liberdade.....	208
3. Antigamente e hoje: Relações tradicionais de trabalho versus cidadania.....	226
CONCLUSÃO .....	252
BIBLIOGRAFIA .....	258
ANEXO .....	266

A Sérgio,  
pelo amor de todo dia

## A G R A D E C I M E N T O S

Antes de tudo este trabalho é fruto do carinho e paciência do meu companheiro, Sérgio, e dos meus filhos Lucas e Raquel.

E também resultado da colaboração de muitas outras pessoas.

A iniciação na Antropologia assim como a opção por seus métodos e técnicas se deu através do encontro com Maria Cristina de Mello Marin, amiga e paciente orientadora desde a Graduação. Também sob a sua orientação fiz os meus primeiros trabalhos com pesquisa de campo.

A Regina Reyes Novaes, orientadora deste trabalho, devo mais que simplesmente à sua disposição de ler e discutir as várias versões do que agora é esta tese: A sua forma apaixonada de discutir as questões e de orientar certamente me ajudaram muito, sobretudo quando em alguns momentos pensei em desistir.

Aos professores do Mestrado em Sociologia agradeço através de Mário Giuliani, Salete Cavalcanti e Ghislaine Duqué. E a Gisélia Potengy e Paola Cappelin pela ajuda na discussão do meu projeto de tese.

No âmbito da pesquisa de campo o meu especial agradecimento aos aposentados rurais de Areia, que pacientemente responderam às minhas perguntas e demonstravam toda a sua simpatia e solicitude no oferecimento de um cafézinho, um copo d'água.

E em Areia meu agradecimento também ao Pe. Ruy Vieira que, numa prova de confiança, presenteou-me a maioria da bibliografia

sobre Aréia e me ofereceu hospedagem e amizade. Lica, atual presidente do STR, foi solícita e amiga. D. Maria, Secretária do STR; Sr. José Paulino, Irmã Albertina, a todos agradeço a colaboração neste trabalho.

E por falar em pesquisa de campo, não posso esquecer da valiosa ajuda de D. Zuzu, minha mãe, e Klênia e Betânia, minhas irmãs que ficando com Lucas e Raquel, bebês, me liberavam para as andanças da pesquisa.

Dessa pesquisa, em especial colaboração, participou Fábio Ramos Bezerra, meu irmão e aluno deste Mestrado, a quem agradeço enormemente pela força.

Esta pesquisa contou também com o apoio do "Concurso de Auxílios para Pesquisa das Regiões Norte e Nordeste do Brasil da ANPOCS, com recursos da Fundação Interamerican".

E aos amigos, por tudo que só eles podem e sabem dar, não posso esquecer de Emma Siliprandi, Cláudia Queiroz, Lúcia Couto, Ana Agra, Cristina Marin, Fernando Barroso, Paulo Afonso e Fook.

Enfim, a todos aqueles que de algum modo colaboraram para a realização deste trabalho, todo o meu agradecimento.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar de que modo a aposentadoria rural contribui no processo de construção da cidadania dos trabalhadores rurais.

A partir de pesquisa realizada com os aposentados rurais de Areia-PB procuramos apreender o significado da aposentadoria rural e as modificações que o surgimento desse direito provoca na vida dos seus beneficiários.

As análises restritas às representações da aposentadoria rural sugerem que antes de ser relacionada ao conjunto de mudanças (representado pelos direitos sindicais, trabalhistas e previdenciários) do qual é parte parece evocar situações e categorias de tempos anteriores. Nessa perspectiva a aposentadoria rural funcionaria reforçando a ideologia que sustenta e reproduz a dominação sob as relações tradicionais de trabalho.

Considerando porém que a aposentadoria não se constitui num acontecimento isolado, mas se situa num contexto mais amplo de mudanças que inclusive inclui as mudanças nas relações tradicionais de trabalho, sentimos a necessidade de ampliação da análise através da incorporação do estudo das representações de outras categorias. Surge, nessa perspectiva, a necessidade de se estudar as representações do trabalho antes e depois do surgimento da aposentadoria rural.

A partir dessa ampliação do universo analítico é possível relativizar o significado da aposentadoria rural e percebê-la não

mais como um reforço à dominação tradicional, mas como um acontecimento integrado ao novo tempo e às novas relações de trabalho.

## RESUME

L'objectif de cette étude c'est d'analyser la façon par laquelle la retraite rural contribue à la procédure de la construction de la citoyenneté des travailleurs rurales.

Dans un premier moment de la recherche (effectué à Areia-PB avec les travailleurs bénéficiaires), on a essayé d'appréhender le signifié de la retraite rural et les transformations que sont arrivées dans la vie des bénéficiaires dès le moment où le droit à la retraite est devenue legal.

Les analyses qui ce sont restreintes aux représentations de la retraite rural révèle la relation entre cette catégorie et les situations et catégories anciennes, et non la relation avec l'ensemble des transformations des nouveaux temps (les droits syndicaux et previdenciaires).

Par contre si on applie l'univers d'analyse, en partant d'étude des représentations du travail avant et après l'arrivée de la retraite rural, les conclusions antérieures peuvent être relativisée. L'incorporation des représentations du travail à l'étude, permet la



visualisation de la retraite rural comme un fait du nouveaux temps, des nouvelles relations de travail.

Dans la mesure où le surgement de la retraite associée au contexte des transformations, inclue les modifications au niveaux des relations traditionnelles de travail, on a eu besoin de l'ampliation de l'univers d'analyse. Dans cette nouvelle perspective, on a incorporé l'étude des représentations d'autres catégories, dont le travail représente la principale.

Cette conduite analytique permet relativiser le signifié de la retraite rural. La catégorie n'apparaît plus comme un renfort à la domination traditionnelle, mais comme un événement intégré aux transformations dues aux nouveaux temps et aux nouvelles relations de travail.

## INTRODUÇÃO

"...Naquele tempo quase todo mundo era escravo, um bocado de escravo dos senhor de engenho...  
... Hoje não, hoje tem lei para os pobre, que não havia..."  
(Seu Raimundo, 74 anos, aposentado, ex-morador)

"...Antigamente era o tempo do cativo e hoje é o tempo da liberdade (...) Isso foi porque, é como diz o outro, antigamente se dizia o seguinte: Que com a continuação do tempo se descobre a luz. E foi a luz que Deus descobriu, e o tempo ficou claro porque nasceu pra ser assim e assim está muito bom..."  
(Seu Manoel, 81 anos, aposentado, ex-morador)

1.

É comum nas comparações que os trabalhadores rurais fazem entre o passado e o presente (antigamente e hoje) a referência a determinadas categorias, tais como: cativo e liberdade, lei para os pobres, direitos, punição dos patrões etc. A referência recorrente a essas categorias toda vez que se trata de relacionar os tempos de antes e os atuais expressa a vivência e o reconhecimento de mudanças nas suas vidas e, evidentemente, na sociedade da qual são parte. Essas mudanças são resultado de um processo de transformações nas relações sociais no campo a partir dos anos 60. Uma ruptura na vida desses trabalhadores, espécie de marco a partir do qual é possível vislumbrar uma época de transições. Transição para onde? Para quê? Tudo indica que essas transformações rumam em direção à conquista da cidadania - reconhecimento político - desses trabalhadores.

As relações de trabalho mudaram e com elas todo um modo de vida e conseqüentemente também o universo referencial de quem vivenciou essas mudanças. Mas a vida e a forma de percebê-la não mudou apenas para aqueles trabalhadores rurais que deixaram de ser moradores<sup>1</sup> e passaram a ser assalariados sentindo em suas peles o significado disso, de um certo modo e indistintamente todos os trabalhadores rurais vivenciaram importantes mudanças em suas vidas a partir dos anos 60.

Não são mudanças estruturais, evidentemente, mas mudanças políticas, sociais. Trata-se do reconhecimento político expresso nas leis sindicais e trabalhistas e posteriormente previdenciárias. As últimas surgindo no desenrolar de um relativamente já consolidado processo de mudanças cuja direção, dissemos, é a cidadania desses trabalhadores.

Este, pois, é o contexto empírico da nossa pesquisa, que procurou desvendar como os trabalhadores rurais aposentados de Areia pensam essas mudanças ocorridas em suas vidas nas três últimas décadas. De que modo e até que ponto essas mudanças alteraram a sua visão de mundo é o foco mesmo das nossas preocupações.

Tomamos a aposentadoria rural como tema para o desenvolvimento desse estudo porque, embora seja considerada pelo senso comum

---

1. Moradores são aqueles trabalhadores rurais que vivem sob a relação da morada. O termo morada refere-se a tipo de relação entre patrão e trabalhador cuja característica fundamental é a subordinação total do trabalhador às necessidades do patrão. Em contrapartida, o morador usufrui do que lhe é devido na relação: casa, terra para roçado, água e lenha da propriedade, cuidados médicos e farmacêuticos, etc. É uma relação que se estabelece pessoalmente entre as duas partes, mas cuja iniciativa, em geral, parte do trabalhador. E as regras do contrato, que é oral, sempre são ditadas pelo patrão. Estabelecendo-se a relação o rompimento só se dá quando alguma das duas partes infringe o acertado. Mais informações sobre essa relação nos capítulos seguintes deste trabalho. E para uma análise específica da morada, vide Palmeira, 1977.

"savant" como um dos degraus da extensa escalada rumo à cidadania dos trabalhadores rurais, certas referências desses trabalhadores a esse direito particular nos levavam a crer, ou pelo menos desconfiar, que antes de relacionar representações que sugerem mudanças, a aposentadoria rural parece reforçar um já existente e secular sentimento de submissão desses trabalhadores. Por que a aposentadoria, parte de um conjunto de direitos adquiridos pelos trabalhadores, seria percebida como uma dádiva simplesmente? Por acaso todo um processo de mudanças que também envolve as relações de trabalho em nada alterara sua consciência de mundo, de ser humano, de trabalhador? Será que, por exemplo, o fato de deixar de ser morador, com todas as implicações daí decorrentes, e passar a ser trabalhador livre, também com as implicações peculiares disso não modificara seus parâmetros? As concepções do que é bom ou do que é mau manter-se-iam como se nada houvesse acontecido? Ou o fato de conceber a aposentadoria como uma dádiva não se relacionaria com as questões acima, mas com outras? Em suma: Eu queria saber o que representa para esses trabalhadores a aposentadoria: o que é a aposentadoria, o que significa ser aposentado? Como se aposentaram, onde se aposentaram, o que foi necessário para se aposentarem? Essas questões nos levariam a outras e todas se relacionavam, em última instância, à compreensão mais vasta que têm da existência. Era, portanto, um estudo sobre a ideologia desses trabalhadores que me interessava desenvolver.

Antes, porém, esclareçamos os referenciais teóricos que nos impulsionaram a discutir as questões colocadas acima.

A concepção de ideologia que nos orienta nesse estudo é aquela segundo a qual o "ideológico" não se constitui numa instância particular e definida de um modo de produção, tal como a instância

econômica, por exemplo. O fato de não ter um espaço determinado, mas, ao contrário, estar presente em todos os espaços de um modo de produção não significa que não tenha suas especificidades e uma forma própria de se estudar ou de se atingir, ou mesmo maneiras particulares de se relacionar com as instâncias componentes de um modo de produção. Mas significa, por outro lado, que não é uma consequência mecânica da instância que estrutura o modo de produção. Ou seja, a ideologia, tal como a compreendemos "não é propriamente um nível da realidade social, mas algo que a percorre e nela predomina, sempre que essa realidade se reduz à representação do sujeito." (Coelho, 1967:XIX). E compreende não "apenas noções cotidianas e "experiência" e doutrinas intelectuais elaboradas, mas também a consciência dos atores sociais e os sistemas de pensamento e discursos de uma dada sociedade. Estudar todas essas coisas como ideologia significa olhá-las de uma perspectiva particular: não como corpos de pensamentos ou estruturas de discursos per se, mas como manifestações de modos de vida particulares de atores conscientes, de sujeitos humanos" (Therborn, 1980:2). Conscientes não no sentido de que conhecem as causas biológicas, econômicas ou divinas de suas existências ou de sua posição numa dada classe ou dada sociedade, conscientes no sentido de que reconhecem quem são e quais os seus limites e as suas possibilidades, inclusive as possibilidades de mudança.

Nessa perspectiva nos utilizamos do termo submissão, quase na mesma acepção de consentimento. Submisso não significa alienado ou inconsciente, tampouco significa satisfeito com as próprias condições de vida, significa antes de tudo isso consciente da impossibilidade e por isso provisoriamente ou eternamente conformado com a sua posição,

o seu papel social. Significa que socializado para a sujeição a, qualificado para o exercício de dado papel, identifica-se com esse papel e o exerce, satisfeito ou não. Até que reúna condições para a mudança ou mesmo nunca coloque a mudança como possibilidade.

Mas o que significa tudo isso?

Significa que a socialização dos sujeitos concretamente determinados processa-se sob um certo conjunto de regras, normas, práticas, pensamentos, sistemas filosóficos que, em última instância, numa sociedade de classes, são as regras, normas, práticas, etc. das classes dominantes. E, em outras palavras, o modo de pensar dominante. Esse modo de pensar, como a própria sociedade, é preche de contradições, e seria justamente nas lacunas dessas contradições que surgiriam práticas e filosofias alternativas e/ou revolucionárias que, em conjunturas favoráveis, poderiam tornar-se hegemônicas. Mas até o momento dessa possível ruptura radical de que modo as contradições resolver-se-iam? Ou, de outro modo: De que se alimenta a dominação?

A dominação relaciona obrigatoriamente dois polos: o que domina versus o que é dominado. Essa dominação cujas origens remetem à força face à resistência, inclusive e principalmente a força na sua forma bruta, com o passar dos tempos, legitima-se. E o termômetro dessa legitimidade é a aceitação da dominação e das suas formas por parte dos dominados. De tal modo que com o passar dos anos e das gerações o que é força e violência transforma-se em aceitação e consenso. O que era verdade para os dominantes porque dizia respeito aos seus interesses, torna-se verdade para a sociedade, ou seja, o particular se universaliza.(cf. Chauí, 1987). As formas de dominação - que se expressam nos contratos de direitos e obrigações mútuos, embora

desiguais, cuja base é a exploração de uma classe por outra através do trabalho - se legitimam. Mas sempre sob essa sombra fatídica da exploração de uma classe por outra.

Sempre sob a possibilidade da mudança, a aceitação, o consenso são provisórios: Espécies de necessidades conjunturais da sobrevivência de todos. Reconhecimento da superioridade, em termos de possibilidades de uso da força, da classe dominante. Algo como: quem pode, pode, quem não pode, espera. Dal porque o consentimento. E as ideologias que o sustentam. Essas ideologias não se constituiriam na parte ilusória do real, embora existissem sob a dominância do modo de pensar da classe dominante que pretenderia transformar as contradições em leis naturais da espécie. O consentimento em si, pois, não se baseia em nenhuma ilusão, menos ainda na ilusão da igualdade de condições dos acordos entre dominantes e dominados, mas necessitaria de criar ilusões para se manter, e nessa perspectiva surgiria, por exemplo, a religião como "ópio do povo": mais como espelho de uma impotência histórica, circunstancial que reflexo de uma ignorância secular e imutável. Eis que sobre a religião ocupando o espaço da possibilidade real da luta, Thompson (1987:34) no tomo I de a Formação da Classe Operária Inglesa, escreve:

"... A fé numa vida do além serviu não só como um consolo para os pobres, mas também como um pouco de compensação emocional pelos sofrimentos e injustiças atuais: era possível imaginar a "recompensa" dos humildes e ainda gozar de uma certa vingança sobre seus opressores, ao imaginar seus tormentos futuros.(...) Quando o contexto é favorável e surgem as agitações de massa, evidenciam-se melhor as energias ativas da tradição: o Cristão luta contra o Demônio no mundo real..."

Embora a hegemonia de dada ideologia revele, em níveis, a legitimidade das formas de dominação vigentes, a ideologia não teria apenas o poder e a função de mascarar as contradições da prática, da práxis, mas, teria também a função de tornar essas práticas apreensíveis ao nível do pensamento, do discurso. Discurso que, ao nível da representação do sujeito ou mesmo das classes e em dependência de condições favoráveis ou desfavoráveis aos dominados, se utilizaria de possibilidades ideais que cobrem provisoriamente as lacunas das necessidades reais. O consentimento e a submissão, enquanto momentos que expressam a legitimação de certas formas de dominação, são apenas a outra face da moeda que em circunstâncias favoráveis se revela em luta, revolta, ilegitimação das formas de dominação, conseqüentemente em mudanças, portanto.

## 2.

O desenvolvimento da nossa pesquisa se deu simultaneamente em várias direções. Uma delas foi em direção à história de Areia, tal como consta na bibliografia historiográfica e literária que versa sobre o município ou mesmo sobre a região. Nessa direção tentamos recompor o cenário de uma história certamente particular dentre tantas histórias de famas e glórias que povoam o passado daquele município: a história dos trabalhadores rurais. Foram páginas e páginas à procura de referências sobre a história dos trabalhadores rurais e o que me surgia era sempre e mais a história das elites locais. Que, aliás, raramente restringiam os seus domínios apenas a



Areia, quase sempre ganhavam projeção a níveis, pelo menos, estaduais. E não apenas politicamente. Intelectualmente também ou sobretudo, afinal Areia tornou-se mais conhecida e popular pelas mãos de José Américo, o autor de "A Bagaceira", ou de Pedro Américo, o pintor do "Grito do Ipiranga" que pelas dezoito vezes que filhos seus governaram a Paraíba, embora este fosse o argumento mais comumente utilizado por Aurélio Albuquerque, desembargador e cronista areiense<sup>2</sup>, sempre que necessitava demonstrar quão importante foi e continuava sendo Areia. E isso apenas à guisa de começo de conversa. Se se fala em Cultura, em Intelectualidade na Paraíba, logo surge o nome de Areia. E ninguém melhor que os areienses, apaixonados convictos pela sua terra para nos falarem de lá: mas sempre sobre o que enaltece sua terra. A miséria poucas páginas dedicadas na bibliografia historiográfica: em Brejo de Areia, Horácio de Almeida (1958) dedica-se em alguns momentos a falar sobre as condições degradantes de vida e trabalho dos moradores dos senhores de engenho. Se passamos à literatura teremos um número maior de páginas e entre estas não podemos deixar de mencionar as de José Américo, sobretudo em A Bagaceira (1974) e em Antes que me esqueça (1986).

O que se fez, pois, da história dos trabalhadores rurais de Areia?

Passou de pai para filho, de filho para neto, fantasiada, idealizada. Como sobreviveria de outro modo sua história se eram analfabetos?

Os registros dessa história são absolutamente raros e exíguos: É um registro de nascimento, uma certidão de casamento, um atestado de óbito. No caso dos escravos há também um recibo de compra ou venda.

---

2. Vide Albuquerque, 1981.

Em geral os autores se referem aos trabalhadores rurais sob categorias genéricas relacionadas à posição que ocupam na estrutura produtiva, assim, podem ser: Escravos, moradores, sujeitos, foreiros, etc. Mas se algum desses dominados, por alguma razão, escapa do seu destino original, a história, que tem sido a história das classes dominantes, permite-lhes entrar em suas páginas. Na história do município de Areia há o caso notável de um escravo cuja insubmissão lhe valeu a pena máxima. Mas sua entrada na história parece se dever mais ao tipo de pena que a justiça lhe outorgou do que ao caso da insubmissão em si mesmo. O relato não da sua história mas do que o levou a ocupar alguns parágrafos da história de Areia aparece em "Brejo de Areia" num capítulo cujo título é "Execuções na Força". Vejamos como Almeida (1958:116) narra o caso:

"Na fôrca de Areia houve somente duas execuções, a de Marçal e a de Beiju.

(...)Marçal, escravo de Manuel Gomes da Cunha Lima, senhor de Jussara e de Mundo Novo, era casado com uma escrava da mesma senzala, havendo filhos pequenos do casal. Um dia, vendo a mulher debaixo de açoite, às mãos do senhor, correu em socorro da mesma. Seu temperamento forte contrastava-se com o servilismo da raça a que pertencia. Aconteceu que por essa indébita intromissão, a favor da companheira, entrou também no castigo. Desvairado, investiu contra o senhor, ferindo-o no braço, tentando ainda estrangulá-lo. Com a intervenção de terceiros, foi subjugado, flagelado e entregue à justiça, que o condenou à morte, por tentativa de homicídio.

(...)Da severidade do julgamento o próprio Manuel Gomes foi o primeiro a reconhecer, embora tarde demais para reparar o mal. O fato ocorreu em 1847.

(...)Com inaudita coragem Marçal enfrentou a morte. Ao ser perguntado qual o seu último desejo, pediu doce com queijo, que comeu sofregamente. Na hora extrema, não esperou que o carrasco Chico Sola lhe pusesse as mãos. Vociferou impropérios contra as autoridades presentes e pulou para a morte. Era o protesto de um espírito revoltado contra a justiça caricata dos homens. Aquela morte violenta lhe parecia menos cruel que a condição de escravo, como uma besta de carga, reduzido ao último grau da degradação humana, trabalhando a vida toda debaixo do chicote, até cair pela idade e pela exaustão, como um rebotalho completamente imprestável. A sua desgraça, a desgraça da sua raça, era antes de tudo um mal social."

O fato de a história da execução de Marçal compor um capítulo especial cujo título é "Execuções na Fôrça" e não simplesmente fazer parte de um capítulo qualquer onde se estivesse falando dos dominados apenas reforça o que dizíamos antes: os dominados só aparecem na história quando conseguem fugir dos seus próprios destinos.

Bastante difícil, portanto, o resgate historiográfico da opressão aos trabalhadores rurais no passado. Praticamente uma história perdida, impossível de se recompor, a não ser pela voz e palavras das próprias classes dominantes. Ou pelos depoimentos de trabalhadores rurais mais velhos que vivenciaram ou estão mais próximos desse passado que interessaria à História descortinar. Qualquer dos caminhos tem consequências, ou seja, de uma forma ou de outra, estaríamos sempre diante de uma história parcial. É evidente que a nossa preocupação em resgatar fatos dessa história diz mais respeito a uma arqueologia da dominação na região do brejo com consequências benfazejas ao nosso estudo que a uma mera contribuição quantitativa à historiografia regional.

Abandonamos a pretensão de reconstituir essa arqueologia do trabalho em Areia e ficamos com o que há: Um passado de senhores e escravos, senhores e moradores sujeitos e pequenos proprietários também dependentes, de algum modo, dos senhores de engenho. Um pretérito não tão longínquo assim e em algumas propriedades ainda presente: da obrigação, da sujeição<sup>3</sup>. Porque, queiramos ou não, a história dos trabalhadores rurais de Areia é esta mesma, ou seja, é a

---

3. Obrigação é sinônimo de sujeição. Referem-se ao contrapagamento, em dias de serviço, do morador ao senhor de engenho em troca da morada. (Cf. Garcia Jr. 1983). Exemplo: "Eu trabalhava de obrigado em terra de senhor de engenho". Voltaremos à essa questão nos capítulos seguintes.

história do trabalho no eito ou da resistência a essa forma de trabalho. Uma história que de fato e direito começa pelos fins dos anos 50: exatamente quando esses dominados reivindicam outras formas de dominação, ou antes, a liberdade. Uma história que só há bem pouco tempo deixou de ser um caso de polícia para se transformar em um caso de política, mas ainda está por se escrever: É a história das Ligas Camponesas cujo organizador José Paulino, vulgo José Colomofó<sup>4</sup>, a despeito das prisões e perseguições dos produtores do golpe de 64, continua em Areia, dono de uma história que marca o início da história dos trabalhadores rurais no município, história cuja marca principal é a insubmissão contra a dominação tradicional. É a história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Areia, dos primeiros<sup>5</sup> a ser fundados no Estado da Paraíba. É a história de processos e processos de trabalhadores rurais contra seus patrões pelo reconhecimento dos seus direitos trabalhistas. É a história das

---

4. Segundo o próprio José Paulino (em entrevista a autora), o nome Colomofó é resultado de brincadeiras de amigos e companheiros de luta que tomaram um nome russo qualquer, fizeram lá uns trocadilhos e deu nisso.

5. Segundo o Monsenhor Ruy Vieira, em entrevista à autora, o STR de Areia teria sido o primeiro a ser fundado na Paraíba. Mas Novaes (1987), a partir de levantamento nos arquivos da FETAG-PB, afirma que foi no sertão de Catolé de Rocha que se fundou o primeiro STR da Paraíba, em 3 de setembro de 1961.

desapropriações que têm no caso do Engenho Cipó6 um exemplo bastante animador. E, de outro lado e simultaneamente, a história de uma das últimas gerações do medo, da servidão, da semi-escravidão. Geração esta que, pelos motivos expostos anteriormente, tomamos por objeto de estudo desta pesquisa.

Contextualizar a comunidade da nossa pesquisa: Eis os objetivos de tantas idas e vindas do passado ao presente, da historiografia à literatura. Resultado disso é o primeiro capítulo deste trabalho. Neste fizemos uma retrospectiva da história sócio-econômica de Areia numa tentativa de mostrar ao leitor em que tipo de tecido social estão enredados os protagonistas da nossa pesquisa. Aparentemente contrastante com os demais esse capítulo, pela sua natureza informativa, utiliza-se exaustivamente da bibliografia clássica sobre a história do município. Também fruto dessas tantas páginas

---

6. A história da desapropriação do Engenho Cipó me foi narrada pelo filho de um dos aposentados a quem entrevistei. Ele contou-me que ele e mais cerca de 30 famílias de moradores moravam nesse Engenho. E há muito tempo engenho havia sido abandonado pelo seu proprietário. Quando este morreu seus filhos decidiram vender o engenho. Certo dia, então, o novo proprietário apareceu, cheio de planos, para tomar posse da terra. A sua primeira idéia como novo dono foi mudar os moradores do lugar onde sempre moraram e botavam seus roçados para um outro lugar onde, inclusive, propôs, construiria uma vila na qual todas as novas casas e roçados dos moradores se concentrariam. Mas os moradores disseram-lhe que isto não estava certo: Tinham passado a vida toda naquelas terras, e ao redor de suas casas eles e antepassados seus plantaram toda espécie de árvores frutíferas... Como iriam aceitar se mudar para um lugar que não tinha nada? A partir daí alguns deles se reuniram e foram ao Sindicato se queixar da situação, o Sindicato deu entrada ao processo desapropriatório e cerca de um ano depois a Justiça julgou o caso em favor dos trabalhadores e ocorreu a desapropriação. Segundo Carlos, a pessoa que me narrou este caso, após a desapropriação a situação da maioria dos ex-moradores melhorou, inclusive, até carro, coisa com a qual Carlos jamais sonhara, ele possui agora. (Tentamos obter informações mais precisas sobre esse processo de desapropriação do Engenho Cipó no STR de Areia, mas a Presidente atual nos disse que todos os documentos relativos a este e outros processos desapropriatórios estavam com o advogado do Sindicato, e como este mora em outra cidade, não foi possível o acesso aos documentos).

historiográficas, geográficas, literárias e sociológicas é a primeira parte do segundo capítulo na qual também fazemos uma retrospectiva da história de uma luta, não mais uma luta que se restringe a Areia ou ao Brejo, uma luta mais geral, podíamos mesmo dizer, nacional: a luta pela cidadania do trabalhador rural. Mas mesmo aí, cuidamos de não esquecer as repercussões dessa luta em Areia ou a sua forma de participação nessa luta.

Evidentemente fomos e voltamos milhares de vezes dos dados bibliográficos para os depoimentos pessoais e vice-versa. Dados da literatura que se chocam. Dúvidas e mais dúvidas sobre a história recente, sobretudo a que diz respeito à organização da Liga Camponesa de Areia. Personagens das quais nenhum historiador ou romancista se lembra e que são as primeiras a ser lembradas nos relatos-entrevistas. E outras vezes o embevecimento com o espetáculo de beleza que é Areia, e nessas horas heróis e carrascos desta história transformavam-se em vozes uníssonas e misturavam-se aos assobios da aragem fria que envolve a cidade nos seus românticos fins de tarde. Muitas vezes tanta beleza chegava a me iludir. Quantas vezes, depois de estafantes dias de idas e vindas, subidas e descidas, conversas e mais conversas, eu não me peguei sonhando cenários e tragédias cujo tema era a redenção da miséria? Ou mesmo ficar buscando na memória alguma profecia bíblica ou científica que rezasse que nos fins dos anos 80 a miséria não mais faria parte dessa história nem dessa paisagem? Não poderia haver réquiem mais profundamente tocante que o que anunciasse o fim da miséria, da fome, da sujeição. Essas conjecturas todas não tinham mais que um significado: a minha impotência diante de tantas que eram, e provavelmente continuam

sendo, as necessidades daqueles que formavam a comunidade que escolhi estudar.

Como já afirmamos outras vezes, o nosso estudo pretende tratar da questão da ideologia, mais especificamente da ideologia dos aposentados rurais de Areia. E embora por uma necessidade formal de exposição tenhamos dedicado o primeiro capítulo desta tese a uma descrição de Areia e sua história na perspectiva de aproximarmo-nos historicamente do nosso objeto, interessava-nos, antes de conhecer qualquer história de município, compreender como os trabalhadores rurais vivenciam a cidadania. Ou seja, como os trabalhadores percebem a vida nos tempos atuais em comparação ao que percebem ou percebiam da vida no passado através de um fio condutor, a aposentadoria rural. Não a questão em si, mas a forma de questionar nos levava obrigatoriamente a uma direção: o espaço físico e discursivo desses trabalhadores. Essa portanto a direção da nossa pesquisa que define o seu espaço dentre outros trabalhos sobre o mesmo tema.

### 3.

Os aposentados rurais que moram na cidade sede do município de Areia ocupam espaços bem delimitados da geografia da cidade: são as pontas de rua, a periferia. E a Chã do Galo, a Rua do Cemitério, a Rua São Francisco e suas adjacentes. E a Rua do Bonito cujo nome faz jus à paisagem deslumbrante. Aliás dessa rua, eu não consigo esquecer, por exemplo, um dia em que almoçando com um dos entrevistados na cozinha de sua casa, achava intrigante a janela

fechada: não estava frio o suficiente para justificar o fechamento. Mas não perguntei nada sobre isso, tampouco pedi-lhe para abrir a janela. Fiquei conversando outras coisas e observando certos hábitos. Numa certa altura perguntei-lhe por que não aproveitavam seus quintais para criar galinhas. Ela não disse nada, chamou-me a me aproximar da janela da cozinha e a abriu. Inesperadamente, como que por encanto, imenso abismo surgiu sob meu olhar assustado. Ao mesmo tempo um vento forte entrou cozinha a dentro tirando os objetos dos seu lugares, assanhando cabelos, entendi porque as janelas são mantidas fechadas: Imenso desfiladeiro verde, verde de fazer doer os olhos, grande de dar medo, ainda coberto de mata. Eis os fundos das casas da Rua do Bonito. Esses espetáculos quase sempre me permitiam distanciar-me anos-luz dos dramas cotidianos dos meus informantes. Espécies de parênteses para reflexões mais religiosas e filosóficas que sociológicas.

Eis o nosso espaço de pesquisa. Não são ruas ou bairros de aposentados rurais somente, são espaços antes livres, praticamente rurais ou mesmo inviáveis à expansão da cidade, onde foram-se acomodando os trabalhadores saídos do campo. É o casario equilibrando-se precipicios acima e abaixo à moda das favelas dos morros cariocas.

Lá em Areia é fácil saber onde residem os aposentados rurais, percebi isto quando falando com uma ou outra pessoa (o dono do restaurante no qual fazia as refeições, por exemplo) que estava fazendo uma pesquisa com aposentados rurais e quase sempre a pessoa dizia conhecer Seu Fulano ou Sicrano. Mas comecei as minhas andanças pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Areia. A irmã Albertina, da ordem das Franciscanas e que trabalha com a organização de movimentos



populares, ligada à Pastoral da Terra, apresentou-me ao presidente do Sindicato e à secretária (escriturária). Até aí eu pretendia começar meu estudo com a devassa do fichário dos sócios do sindicato; o presidente colocou à minha disposição o fichário e se prontificou a me ajudar no que fosse necessário. Logo percebi que, dentro dos meus prazos, era impossível proceder a um levantamento daquele fichário: São cerca de 7 mil fichas, muitas das quais invalidadas - porque não está incluído entre os trabalhos do Sindicato o de excluir ou pelo menos separar das outras fichas os casos de trabalhadores rurais que morrem ou migram. O fato é que um levantamento do fichário demandaria uns vinte dias, e esse era todo o tempo disponível que eu tinha para realizar a primeira fase da pesquisa. Evidentemente desisti. E resolvi ir à caça dos aposentados rurais através de outras formas. Comecei perguntando à secretária se ela conhecia trabalhadores aposentados, ela me disse que era o que mais tinha por ali e que, sendo eles os associados mais pontuais em relação ao pagamento das mensalidades, ela decorava os nomes de muitos deles, sabendo também seus endereços.

Então, ao invés de escolher os informantes baseada nas informações contidas na ficha sindical de cada um e assim escolher em números iguais as diversas categorias de trabalhadores existentes (pequenos ou ex-pequenos proprietários, moradores ou ex-moradores, arrendatários ou ex-arrendatários etc.), resolvi simplesmente trabalhar com os casos que fosse encontrando, aleatoriamente. E aqui, aliás, outro critério se impôs: Eu trabalharia apenas com os aposentados rurais residentes em Areia, esta seria, pois, a minha comunidade de estudo e de destino ao longo da pesquisa.

A secretária do sindicato, disse-me que havia dois lugares onde tinha muitos aposentados: a Rua São Francisco e a Chã do Galo. Iniciei pela Rua São Francisco porque fica mais próxima do Sindicato e do centro da cidade. O que se chama de Rua São Francisco é, na verdade, um bairro na periferia da cidade, bairro que inicia no Cemitério e que se estende até a beira de um dos precipícios que rodeiam Areia. São diversas ruazinhas com casas mais ou menos padronizadas de tijolo e barro, raramente pintadas. Essas casas, em sua maioria, foram construídas e pertencem a uma Madre alemã da Ordem das Franciscanas do Colégio Santa Rita. Esta Madre constrói pequenas casas, e ultimamente depois que não há mais terrenos para casas, constrói no fundo das casas fileiras de quartos, tudo para alugar a trabalhadores rurais ou outros trabalhadores, mas a pessoas pobres que migram para Areia. As ruas são todas nomeadas com nomes de santos católicos ou cognomes da Virgem Maria: Madre Inviolata, Madre Imaculata, etc.

A secretária deu-me vários nomes, mas o fato é que vários dos nomes que ela me deu sequer procurei. E que acabei seguindo a orientação dos próprios aposentados. Cada um a quem entrevistava indicava outros, assim cheguei a todos os entrevistados. Por uma questão de comodidade e conveniência acabei entrevistando mais aposentados da Rua São Francisco que da Chã do Galo<sup>7</sup>. E que a Chã do Galo é um lugar de acesso mais difícil, cheio de ladeiras íngremes e à época da minha primeira ida a campo eu estava com Lucas recém-nascido, já grávida de Raquel sem o saber, ainda amamentando e me

---

7. São chamados "chãs" os topos planos e horizontais que se localizam sobre os espigões alongados. (Cf. Braga de Sá, 1980:12).

cansava com uma certa facilidade. A Chã do Galo fica na continuação da Rua Padre Chacon no sentido norte.

Além das dificuldades de acesso à Chã do Galo, eu já me entrosara com os habitantes da Rua do Cemitério e da Rua São Francisco e essa afinidade levava-me sempre para lá. Já começava a me sentir um deles, senão tanto isso, já começava a sentir falta deles. Ademais tinha D. Isabel, segunda pessoa a quem entrevistei e a partir de então, espécie de coringa desta pesquisa, que me acompanhava às casas dos aposentados e me apresentava a todos eles. D. Isabel participou das minhas peregrinações à caça de informantes nas duas primeiras idas a campo, em junho e outubro de 1986 respectivamente. Infelizmente desta última vez que fui a Areia, outubro de 1988, não tive tempo de procurá-la.

O espaço onde convivi com os aposentados foi o de suas próprias casas, lugar indicado para as longas conversas que eu pretendia ter com eles. Geralmente eu tentava deixá-los à vontade, cuidando como de costume de suas obrigações domésticas, sobretudo no caso das mulheres, mas isso nunca foi possível. Eu era visita e tinha de ser atendida como tal. Já quando voltava à mesma casa, pela segunda ou terceira vez, esse comportamento mudava um pouco, permitia-se, quase que naturalmente, minha ida até a cozinha.

Em geral as casas onde moravam tinham as mesmas características: construídas com tijolos, rebocadas, algumas pintadas. Salas de visita, onde invariavelmente nas paredes haviam pendurados retratos de santos e de parentes (um dos entrevistados, por ser crente, retirou seus santos da parede, mas manteve os retratos de familiares). Poltronas com uma mesinha de centro e a televisão, ou tamboretas e cadeiras e o rádio compunham quase sempre o mobiliário

deste cômodo. As variações ocorriam em função de uma situação financeira melhor ou pior. Depois dessa sala de visitas há um pequeno corredor na altura do único quarto e que é passagem da sala de visitas para a cozinha. O banheiro geralmente fica no quintal. É claro que este estilo de casa foi apenas o mais frequentemente encontrado, mas também aconteceu de encontrar casas com o dobro de cômodos deste tipo descrito acima.

Foi, portanto, nesse universo que desenvolvi minha pesquisa, nessa comunidade pobre e mesmo que cheia de problemas e dificuldades, bastante hospitaleira. Foi, portanto, com essas pessoas que convivi durante cerca de um mês, contando as viagens de junho e outubro de 1986. E algumas voltei a rever agora, dois anos depois, em outubro de 1988. Aliás, essa última viagem foi feita mais em função da necessidade de complementação de certos dados secundários. Mas, apesar da modéstia do seu objetivo, afinal eu poderia obter essas informações pedindo-as através de outras pessoas, acabou transformando-se na viagem mais importante que eu teria feito a Areia. É claro que há algum exagero nessa consideração: A importância dessa última viagem não deixa de ser decorrente das viagens anteriores. Foi baseada nas duas primeiras idas a campo que esbocei o quadro mais geral das análises, construí o objeto desta pesquisa. A última viagem, que digo ser mais importante, foi sobretudo rica em informações sobre a história dos trabalhadores rurais de Areia, sua organização nos anos 60. Serviu para confundir o que havia sido feito antes. Relativizar. Perceber mais claramente o que era apenas indício.

Para não ficar falando abstratamente: Embora tenha sido os Cariris Velhos<sup>8</sup> o lugar onde me ocorreu estudar a ideologia de trabalhadores rurais a partir da aposentadoria, acabei por me decidir pelo Brejo e definitivamente por Areia. A escolha pelo tema foi mesmo anterior à entrada no curso de Pós-Graduação e a escolha por Areia se deu ao longo do curso se é que não foi antes, mesmo antes de escolher a antropologia. Vi Areia, pela primeira vez, num sábado de janeiro à tarde durante o Festival de Verão<sup>9</sup> de 1980. E me apaixonei. A um habitante das montanhas, Areia não é mais que uma dentre tantas cidades semelhantes à sua, de relevo acidentado. Mas não é assim para quem nasce nos Cariris Velhos e até então, além de longínquas fotografias, o lugar mais acidentado que conhecia era Campina Grande. Areia foi um choque: Meu olhar percorria inquieto a imensidão daqueles precipícios e eu não me continha de emoção: Um lugar tão bonito, tão diferente do meu lugar. Depois tive um amigo filho de Areia, contista, que vez por outra contava-me uma ou outra das suas histórias pitorescas. E Areia ia tornando-se carinhosamente familiar. Essa paixão platônica, sem convivência, fantasiada, sofreu forte abalo quando conheci Areia além da beleza da sua paisagem e das suas histórias. Isto ocorreu mais recentemente, em fins de 1984, como

---

8. Cariris Velhos é a denominação (IBGE) de uma das microrregiões em que está dividido o estado da Paraíba, é uma, dentre outras microrregiões semelhantes, que se caracteriza pelo clima semi-árido, a escassez de chuvas e a vegetação rasteira.

9. O Festival de Verão de Areia que ocorria no mês de janeiro a partir de 1977, fazia parte de uma programação de turismo e cultura da Secretaria de Cultura do Estado da Paraíba. Reúnia artistas, intelectuais da Paraíba e de todo o país durante uma semana, para as mais diversas atividades ligadas a arte e cultura. Deixou de se realizar, por falta de verbas, a partir de 1983.

entrevistadora numa pesquisa organizada pelo SEDUP<sup>10</sup>. Reuníamos dados e informações para uma análise das condições de vida dos canavieiros da região do Brejo. Areia cresceu além do seu pequeno centro rodeado de abismos, saiu dos limites do fenômeno estético e tornou-se humana, demasiadamente: A miséria das condições de existência dos trabalhadores da cana que não é evidente no bailado e na voz do canavial. As pontas e pontas de ruas tão diferentes da arquitetura da Areia que se revela em tempo e ritmo de festivais. O certo é que tudo isso fez-me apenas confirmar: Seria Areia o lugar da pesquisa. E certo dia numa aula de Estruturas Agrárias no Brasil, alunos e professor<sup>11</sup> falando de temas e trabalhos de fim de curso, referi-me a Areia. De prontidão, Geriz<sup>12</sup>, perguntou-me: Logo Areia? Daquela mata não sai coelho não, viu? Aquilo é uma pedra dentro do sapato do movimento sindical paraibano! Por que não estuda Alagoa Nova que é menos cortejada e mais interessante? Essas considerações não fizeram mais que reforçar o já decidido. Seria Areia. E se antes eu me embevecia com sua paisagem e me constrangia com sua miséria, agora teria questões sociológicas mais sérias. Uma delas, por exemplo, seria: Por que vizinha a Alagoa Grande e Alagoa Nova, cidades cujos sindicatos considerados combativos por aqueles que trabalham com o sindicalismo rural na Paraíba, Areia seria tão diferente? Tão

10. O SEDUP (Serviço de Educação Popular) é uma instituição, vinculada à Arquidiocese de Guarabira, que presta assessoria ao movimento sindical dos canavieiros e trabalha com educação popular na região.

11. Esta disciplina foi ministrada pelo professor Gian Mario Giuliani, atualmente no quadro de professores da UFRJ.

12. Sebastião Geriz, professor da UFPB, Campus de Bananeiras, também fazia o mestrado em sociologia e desta disciplina, além de nós, participaram: Lúcia Couto, Miguel Anselmo, Fernando Barroso e Aparecida Carneiro. Geriz havia, em gestões passadas, sido assessor jurídico da Fetag - Paraíba, e informava sobre Areia com um certo conhecimento de causa, não tenho dúvidas disto.

"atrasada<sup>13</sup>"? Além disso, certamente não era Areia cortejada em relação ao que me interessava estudar.

E comecei a fazer as minhas investigações sobre Areia. Soube, não sei mais precisar a fonte, que em Areia teria sido fundado um núcleo de Ligas Camponesas. E inclusive uma das perguntas do meu roteiro de entrevista se baseava nesta informação. Eu perguntava se a pessoa em questão teria ouvido falar na tal Liga, se tinha participado ou não e qual a sua opinião sobre ela. Dependendo do rumo da conversa fazia outras perguntas que me levariam a perceber se a pessoa relacionava o movimento dos anos 60 com os direitos - sobretudo institucionalizados na região a partir da década de setenta.<sup>14</sup>

As pessoas que poderiam falar dessa história com desenvoltura, refiro-me sobretudo às freiras que desenvolvem trabalhos relativos ao movimento sindical em Areia, moravam há pouco tempo na cidade e não conheciam sua história o suficiente para me afirmar ou negar qualquer coisa sobre isto. O presidente do Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, à época das duas primeiras viagens a Areia, Seu João de Veras - outra pessoa que poderia ter alguma informação importante - também dizia não saber de nada.

Poderia ter procurado outras pessoas ligadas à historiografia do município, inclusive o Padre Rui, pároco da cidade, que segundo soubera, teria sido o organizador do STR de Areia, mas decidida que estava a trabalhar apenas e exclusivamente com depoimentos de trabalhadores rurais aposentados, deixei de procurá-lo assim como a

---

13. Não há desenvolvimento desta questão neste trabalho, os objetivos que se impuseram e determinaram o curso dos estudos prescindiram de estudos comparativos entre cidades da região.

14. Sobre a história dos direitos em Areia, vide parte I do cap. II.

outras pessoas que me teriam dado informações valiosas. Eu pretendia, até então, trabalhar somente com o discurso e a observação da comunidade escolhida para estudo porque, no final, na pior das hipóteses, eu teria extenso memorial de uma geração - provavelmente a última, que vivenciou os tempos do "carrancismo" onde a chibata era a lei<sup>15</sup>, e vivenciou também os princípios da era dos direitos. É claro que essa obstinação preconceituosa e ingênua não chegava ao extremo de deixar de escutar eventualmente pessoas que não se incluíam nesta comunidade, mas deliberadamente eu não procuraria, mesmo porque, considerava, se havia lacunas na história de Areia, certamente não tinham a ver com a história das classes dominantes. O interessante nisto é que eu esquecia que toda a minha bibliografia de apoio havia sido produzida por essas classes dominantes...

O fato é que baseada na coleta de dados das duas primeiras viagens a Areia eu estava certa de que em Areia não teria se organizado nenhum movimento de trabalhadores rurais além daquele que o Sindicato, fundado em 62, representava.

Entretanto, por força mais do acaso que da necessidade, voltei a Areia em outubro de 1988. Conheci a nova diretoria do sindicato, eleita em janeiro de 1987, que, segundo pude perceber na rapidez da minha passagem, parece estar dando início a uma nova forma de trabalho no Sindicato, certamente diferente das formas da diretoria anterior. A presidência e secretaria estão ocupadas por duas mulheres, Lica e D. Maria, ambas bastante trabalhadoras e solícitas. Foi a partir do contato com elas que cheguei a certos informantes que me obrigaram a relativizar vários questionamentos que sustentavam parte do raciocínio da minha pesquisa.

---

15. Sobre a lei da chibata, vide Novaes (1987).



A primeira informação importante tive em circunstâncias mais casuais que a própria viagem a Areia. Tinha recém-almoçado com Lica em sua casa e estávamos numa sestazinha na sala, quando chegou o cambista. Era um senhor de uns 70-80 anos, miúdo, magro, branco e pálido. Era gente de casa, foi entrando, sentando e também foi entrando numa conversa que eu levava com Lica - justamente sobre se teria se organizado ou não a Liga de Areia. Fazíamos conjecturas, meramente conjecturas. Quando, de repente, depois de alguns instantes silencioso, ouvindo a conversa, o senhor, cujo nome, Seu Manuel, soube depois, afirmou com a maior segurança e uma ponta de vaidade: "Teve! Aqui teve Liga Camponesa, eu era camponês!"

A partir daí interessei-me por reconstituir - ainda que minimamente - a história da Liga em Areia<sup>16</sup>. Tive mais: que rever todas as entrevistas feitas sob mais esta questão: as pessoas entrevistadas não souberam ou não participaram da Liga de Areia ou se negaram a maiores informações por medo?

Exemplo desse medo é o pai de Lica. Somente depois de me ver almoçando em sua casa pela terceira vez é que veio me dizer, meio em tom confessional, que também participara da Liga. Outros medos semelhantes a este teremos oportunidade de conhecer nos relatos ou extratos de depoimentos dos entrevistados.

E esses fatos todos, novidades da última viagem a Areia antes deste escrito, fizeram-me discutir várias questões sob mais esta possibilidade comparativa: a das consequências da participação ou não participação na Liga. Mas contamos todo o enredo desta possibilidade analítica apenas com um intuito: o de esclarecer que muitas outras

---

16. Essa história está sucintamente apresentada na parte I do cap. II..

possibilidades nos escaparão, algumas como esta cuja história narramos, por falta de material empírico, outras tantas por falta de um aparato teórico com maiores condições de apreender o real, ainda que este real esteja já contido em certos limites: o do nosso objeto.

Finalmente, completando a descrição sumária do conteúdo dos capítulos: No segundo capítulo, além de um histórico dos direitos, aproximamo-nos, a partir de cinco depoimentos, de algumas das possíveis trajetórias de vida da nossa comunidade de estudo e, após esses relatos, iniciamos a nossa análise do material empírico propriamente, a partir da questão central do trabalho, a aposentadoria rural.

Ainda com o objetivo de compreender em circunstâncias como se deu a aposentadoria em Areia, reconstituímos sua história, a partir dos entrevistados. Em vista das evidências de que a aposentadoria rural, da forma como se processou no município, mais nos conduzia a representações cujos referenciais remontavam os tempos pretéritos, complementamos o nosso estudo através da análise de uma oposição que mais facilmente evidencia a mudança e sua percepção por parte dos aposentados: a oposição entre as relações tradicionais de trabalho e as relações atuais que em termos mais abrangentes de modo de vida são expressas pelos entrevistados através das categorias "antigamente e hoje". Ou seja, através das características de um e outro tempo, a compreensão e a vivência de um tempo regido por novas leis, ou mais precisamente de um tempo onde há leis para o trabalhador.

Por último, nas conclusões, temos as questões que sustentam o nosso estudo revisitadas à luz das análises desenvolvidas nos capítulos, sobretudo nos dois últimos.

CAPITULO I: ALEM DA GLÓRIA, A AREIA DE TODOS<sup>1</sup>

"Eis como pinte o quadro no meu romance "A Bagaceira":

Nos acidentes do caminho, Areia aparecia como encaçada nos astros e desaparecia num desmaio. Entremostrava-se, feito uma nuvem pousada na verdura. E, logo, fazendo negócios sumia-se, parecia ter descambado no abismo. Enfim já se ocultava, como nas manhãs de névoa. Branquejava. Resplandecia como a cal do casario branco dourado pelo sol. Toda ensoalheirada.

(...) Circundava-a uma natureza de contrastes, toda complicada em curvas violentas. Fragmentava-se em morros. Alteava-se em desfiladeiros. Uma imagem de vãos e de quedas. O gênio da criação em suetos inspirativos e em desempenhos de fadiga. Vertigens siderais e prostações nas sombras.

(...) O horizonte trancava-se de um lado quase rente com os telhados e recuava, do outro lado, até a inteira perspectiva."

(José Américo de Almeida in Albuquerque, 1977)

### 1. Um aviso aos navegantes...

De Areia são muitas as histórias e perspectivas, e muitos os viajantes estudiosos e turistas aprendizes que passaram e ainda passam por lá. Toda essa fama parece começar com o sucesso nacional e internacional de Pedro Américo, o pintor do "Grito do Ipiranga". Começamos nossa incursão por essa perspectiva da sua história.

---

1. Para essa aproximação da história de Areia utilizamo-nos dos seguintes autores: Albuquerque, Aurélio de. (1977 e 1981); Almeida, Horácio de (1959); Almeida, José Américo de (1974 e 1986); Garcia Jr., Afrânio (1983); Pereira, Joacil de Brito (1987); Sá, Maria Braga de (1980); Sobrinho, Reinaldo de Oliveira (1958); SEDUP (1985) e IBGE (Censo 1980).

Nos fins do século passado, depois de tantas viagens pelo mundo afora, André Rebouças, conhecido nome ligado à engenharia civil do Brasil, andou por Areia e dessa sua passagem por lá relembra em seu Diário e Notas Autobiográficas (1938):

"Durante o passeio o céu conservou-se em neblina, correndo uma viração mais fria e agradável do que nesse mesmo tempo em Petrópolis (...) Escrevo estas linhas às duas da tarde; o dia está ainda encoberto e parece-me estar passando um dos dias do fim ou do principio do verão em Paris. Corre uma viração quase fria. Um condutor belga que aqui reside (Jean Baptiste Sevranks) diz-me que o clima daqui só difere do da Bélgica em ser mais seco e não tão rigoroso no inverno."

Como Rebouças e outros, Mário de Andrade também esteve em Areia e, em 2 de fevereiro de 1929, escrevia no diário de sua viagem etnográfica ao Nordeste(1983):

"...E Paraíba além de outras coisas tem José Américo de Almeida, autor da Bagaceira, todos no Brasil sabem."

Aliás José Américo de Almeida nasceu no "brejo"2, em Areia, para onde vou amanhã.

No dia seguinte à tarde, depois de tantas veredas desbravadas, o turista aprendiz chega a Areia, enfadado, como demonstra o que escreve em seu diário:

"...Depois vimos à esquerda a cidade de Lagoa Grande, ao pé da serra, linda, pitoresca. Grimpamos a serra entre vistas lindas, temperatura maravilhosa (...) Vamos para Areia, tudo verde, zona do "brejo" como chamam. Os "brejeiros" se encurtam mais, carinhas finhas, bonitinhas, desagradáveis. (...) Chegamos a Areia, cidade morta, na tardinha.

O clima, a beleza, os filhos ilustres: Eis a Areia visitada desde o século passado por figuras nacionalmente conhecidas. Eis a

2. Garcia Jr. (1983:28) descreve brejo do seguinte modo: "Por Brejo designam-se as regiões de invernos abundantes, renovados anualmente, onde a água dos poços e fontes é doce e pode servir ao consumo humano, sendo que a vegetação pode ser mata, quando espontânea, ou árvores frutíferas, quando plantadas. É a região ocupada por excelência pela cana-de-açúcar, onde se localizam os engenhos de repadura e aguardente e as usinas de açúcar. Nas terras de pequenos proprietários ou cedidas a meeiros cultivava-se mandioca em larga escala.

Lacerda de Melo fornece a descrição geográfica precisa desta área:

"A área mais úmida corresponde àquela em que avançam para leste os níveis do planalto /da Borborema/, ainda bastante conservados. Temos, na região do Brejo, registros pluviométricos característicos de clima úmido (1155mm em Alagoa Nova, 1100 em Bananeiras e 1461mm em Areia) o que valeu o nome dado à região. Neste ponto, é de se assinalar outra diferença em relação à zona pernambucana correspondente. Em Pernambuco, como foi visto, temos numerosas pequenas ilhas úmidas, cercadas de áreas de agreste ou de caatinga. Na Paraíba, o que aparece é uma única área úmida, de extensão considerável e abrangendo terras de vários municípios. É que, nesse último caso, existe um único e mais amplo condensador orográfico, o do mencionado avanço oriental do planalto. O regime pluviométrico no Agreste e no Brejo, regido pelos ventos de leste, como no caso da zona úmida oriental, é de chzvas de outono e inverno, com estação seca muito pronunciada. Suavizam-se bastante os registros térmicos em áreas altas, onde a cidade de Areia tem a média anual de 21 graus centígrados. Na região úmida ou do Brejo, as chuvas de altitude deram lugar a um revestimento florístico do tipo florestal, hoje quase totalmente desaparecido, mas ainda revelando-se através dos testemunhos encontrados nos topos ou "chãs" dos espigões. São matas idênticas às da zona úmida oriental."

Areia clássica, do turismo nos dias atuais. Tomemos para uma visão panorâmica dessa Areia os trechos do último capítulo de Brejo de Areia, compêndio historiográfico e poético de um dos seus filhos, Horácio de Almeida.

"A cidade se estende da Rua do Grude, onde teve seu começo, à Rua do Sertão, onde tem seu fim, numa extensão aproximada de dois quilômetros. Bem no centro, estreita-se de tal forma o terreno que apenas comporta uma rua, cujas casas, suspensas sobre abismos, ocultam, com afetada petulância, o perigo que ameaça tragá-las. De um lado, está a grotta do Bonito, do outro, a do Quebra, despenhadeiros sobre os quais assentam as partes trazeiras dos edifícios.

Cidade de beleza voluptuária, encarapitada num dos contrafortes da Borborema, conserva ainda a fisionomia ativa e bizarra com que ostentou no passado a exuberância de sua força criadora.

(...) Daqueles cimos caprichados por uma natureza telúrica, como de uma sobra do paraíso, saíram valores humanos que brilharam nas letras, nas artes, na política. Foi a cidade que mais depressa cresceu, a que primeiro se elevou na hierarquia política sobre as vilas de seu tempo, a que disputou rivalidade com todos os centros intelectuais da Paraíba, a única que contribuiu com maior número de presidentes, deputados, senadores, intelectuais e artistas.

(...) O clima é ameno e saudável. Noites frias, de um vento cortante que uiva pelas frinças das janelas, sobretudo no inverno, quando chuvas ininterruptas afugentam das ruas os transeuntes notívagos..."

E dessa Areia bonita, romântica, fértil que o autor do texto acima sente saudades quando, neste mesmo tom nostálgico, continua o capítulo até finalizá-lo melancolicamente comparando a Areia dos tempos em que escreveu esse livro com uma cidadezinha paulista, do vale do Paraíba, coincidentemente chamada Areias, onde Monteiro Lobato teria iniciado sua carreira como promotor da comarca e que lhe inspirou a escrever "Cidades Mortas". Conclui Almeida (1958:301):

"As duas Areias não se assemelham somente no nome. A de São Paulo também teve o seu fastígio no tempo do Império, exuberante pela riqueza do café, mas veio o ocaso sombrio, provocado pelo isolamento das comunicações e pelo esgotamento do solo, até ficar reduzida a um burgo em ruínas, os morcegos havitando nos solares

antigos, a igreja abandonada, ruas desertas, vida parada, vivida apenas vegetativamente. Não há padre, não há médico, não há delegado, não há crimes, não há festas, não há cinema. Uma cidade que agoniza, que se afunda na decadência, onde nada de novo acontece, como já disse Lobato. Qualquer semelhança será fortuita coincidência.\*

O que não dava para o autor antever, no período em que escreveu o texto acima, é que a Areia que ele vê em decadência é uma Areia muito particular: A Areia dos senhores de engenhos. E como de um certo modo a ideologia que se entrevê em Brejo de Areia é a mesma que legitimava o poder dos senhores de engenho, isto é, como o autor é um dos representantes dessa Areia que rememora e glorifica, é compreensível até que em certos momentos o autor pareça estar falando da sua própria decadência. Ou simplesmente, a decadência de uma classe que por tanto tempo esteve senhora de todas as coisas sugere sempre que seu fim pareça ser o fim de tudo, ou de uma determinada sociedade. Mas, no final das contas, decadência apenas de um certo modo de produzir a vida: Início de outros<sup>3</sup>.

Para a complementação dessa visão panorâmica da cidade, tomemos ainda mais uma narrativa. Agora não apenas de Areia, da região de que faz parte, da natureza brejeira. Quem lhes fala é José Américo de Almeida (1986:41):

\*As pererecas, umas hóspedes invisíveis, anunciavam a mudança do tempo com um canto rascante como um rilhar de dentes.

Passado o verão, a serra transformara-se num chamariz de nuvens saturadas. As primeiras águas eram violentas e o céu a bombardeava.

Pegava a chover; semanas e semanas pluviosas empapavam o sítio. Um chuveiro, cada pé-d'água de fazer um mar no baixio.

A tanajura enfiava-se no chão e o embuá, doente de andar com as suas mil pernas, enroscava-se.

Sericóbias cantadeiras e araquães amantes da umidade festejavam o dilúvio.

---

3. Voltaremos a essa questão no fim deste capítulo e nos capítulos seguintes.

A saparia enchia a noite com a sua cantiga interminável, entoando as canções do charco, na sua riqueza de ritmos, desde a bigorna do caldeireiro até a arraia-miúda dos tocadores de flautim. Bastava um aguaceiro para animar a folia, vingando a mudez dos peixes.

O caçote, um sapo escuro e esguio, gritava na goela da cobra-preta que, em vez de silvar, coaxava.

A frente da casa espelhava de poças, onde lavadeiras familiares tomavam seu banho, aos casais, com gritinhos amorosos.

Outra pancada d'água e ressoava um canto festivo. A cachoeira, a gorjear, alegrava os dias e as noites com sua música fluida.

Os meninos pulavam debaixo das biqueiras.

Vinha mais inverno e a terra deixava de ser terra; mal comparando, virava um mar de lama.

A enxurrada corria até os altos e os caminhos eram cortados de atoleiros. Só o jumento tinha uma ciência: farejava o tremedal e, se havia risco, empacava."

Não faltam, nessa perspectiva, relatos e descrições dessa cidade que tão belamente se equilibra no alto da serra da Capaoba e, como pudemos observar, não apenas relatos de areienses. Mas o fato é que levada pelo sucesso de alguns dos seus filhos ao cenário das Letras e Artes nacionais, e mesmo internacionais, Areia tornou-se objeto de curiosidade para além do turismo. E além de figuras como André Rebouças e Mário de Andrade, estiveram em seu território expedições geográficas e científicas nacionais. Geógrafos como Nilo Bernardes, Mário Lacerda de Melo, Orlando Valverde, Manuel Correia de Andrade também passaram por lá, em períodos diferentes. E ainda atualmente continua a ser espaço privilegiado de estudo, especialmente das ciências humanas<sup>4</sup>.

Continuássemos a exposição deste capítulo falando de Areia neste tom, pensar-se-ia, com muita razão, que Areia fosse a materialização da afamada Pasárgada de Bandeira. O paraíso da poesia,

---

4. Sobre a região do brejo paraibano e especificamente sobre Areia podemos citar estudos recentes de Braga de Sá (1980), Garcia Jr. (1983) e Potengy (1985).



da beleza, da intelectualidade. Cópia paraibana do Olimpo. Ou a terra antes do pecado original.

Embora seja evidente que estamos, nesta entrada em Areia, reconstituindo uma certa idéia que se tem de lá, sobretudo do seu passado, por isso tomamos, de propósito, certos textos, é necessário lembrar que nem José Américo, nem Horácio de Almeida absolutizam essa idéia. Antes do texto acima, José Américo escreveu e tornou-se nacionalmente conhecido através de *A Bagaceira* - romance regional que trata das relações sociais nos engenhos e onde fica absolutamente claro que se Areia proporciona glória a uns é às custas do que retira de outros.

Mas boa parte da crônica areiense nos passa essa sensação de magia: Fala-se de um lugar paradisíaco fincado nos altos dos contrafortes da Borborema, de um tempo de tantos homens brilhantes em todas as áreas do saber e, no embalo de tantas coisas maravilhosas, em certos instantes chegamos a esquecer o prosaico. Essa Areia nunca viveu de brisa, embora tenha a mais gostosa de toda a região. Essa Areia não se tornou grande num passe de mágica. Eis, portanto, Areia: Nada de fruto de uma fantasia poética, nenhuma aberração neste mundo humano, mas resultado do trabalho de muitos homens. Grande parte dos quais ao se referir aos tempos de antes, não se referem a tempos de glória como o faz a inteligentzia areiense, mas a tempos escuros, tempos de cativo. Mas se não temos essa contrapartida parece estarmos revivendo a história da República Platônica, que preocupada apenas com o saber dos filósofos-reis esquecia a materialidade da vida, esquecia que a filosofia, a sabedoria tinham de ser sustentadas com o trabalho de alguém - no caso de Atenas, os escravos. Mas tanta guerra, tanta história e tanto mar nos dizem que estamos muito

distantes de Platão e da sua República. Estamos noutra era: a do capital e suas diversas e esquisitas formas de reproduzir-se. Eis, portanto, Areia. Nada de post-cards, afinal já são muito manjadas as manhas do marketing turístico.

Mesmo a despeito dessa nossa pretensão de dar ao leitor uma idéia da sensação que nos provoca a historiografia quando se refere aos bons tempos do passado, o texto de Almeida (1986), acima, já nos indica que Areia e o Brejo não são apenas as maravilhas que os olhares parnasianos ou incautos descortinam. Esse texto, aliás, além da poesia, é sucinta lição de geografia da região. Se Areia e o Brejo fossem somente a cidade sede lá em cima com seus habitantes... Mas não é: O brejo em tempos de inverno é mar de lama, mosqueiro. E o brejeiro que vive na labuta, no cabo da enxada e com o pé na lama, amarelo, com cara de fuinha, como bem percebeu em rápida olhadela Mário de Andrade, não se apercebe dessa beleza toda da qual falam poetas e turistas: Não dá para se enternecer com a orquestra da saporaria quando se sabe o que ela significa. Se ao menos se pudesse ficar sob cobertas quentinhas escutando, sonhando, mas isso é privilégio de alguns. Como também só a alguns é dada a possibilidade de trocar o brejo pelo agreste<sup>5</sup> nos tempos difíceis de inverno.

---

5. "Agreste, corresponde à zona de transição que se situa entre o Litoral e o Sertão, com trechos quase tão úmidos como a Mata e outros tão secos como o Sertão, alternando-se constantemente e a pequena distância". (Braga de Sá, 1980:34). Garcia Júnior (1983:28) explica o agreste do seguinte modo: "Por agreste designa-se região de invernos menos regulares que o Brejo, havendo também variação na vegetação, mas sobretudo onde a água é solobre, não servindo ao consumo humano, que depende assim de águas de chuva que têm que ser captadas e conservadas. É a região onde se concentra maior número de pequenos proprietários, e onde mesmo as grandes propriedades apresentam muitos roçados de milho, feijão, algodão herbáceo de pequenos produtores que são combinados com a criação de gado do fazendeiro." Era, pois, para essa região que, no inverno, costumavam ir os senhores de engenho do brejo que aí possuíam fazendas.

Aliás, para definitivamente relativizarmos as mistificações do passado ou senão isso, para lhe darmos alguma base terrena, tomemos a apreciação de José Camello Rezende, famoso poeta popular paraibano, que esteve por Areia mais ou menos no mesmo período de Andrade e sobre o brejo escreveu, num folheto intitulado "A Sujeição nos Brejos da Parahyba do Norte", dentre outras que transcreveremos no capítulo III deste trabalho, as seguintes estrofes:

"Hoje o Brasil quasi todo  
Vae ficando escravizado  
Mas na Parahyba o jugo,  
Já se acha habilitado  
Portanto eu solto clamores  
Por ser filho deste Estado

Pois é mais na Parahyba  
Em toda zona brejeira  
Que a sujeição tem fruido  
Com desmedida carreira  
E creio que aumentará  
Se não encontrar barreira.

Porque os homens do Brejo  
Os que são proprietarios  
Executam sem remorso  
Os feitos dos sanguinarios  
Pois fazem dos seus foreiros  
Escravos-contributarios.

Hoje quem tem terra em Brejo  
Vive dessa exploração  
Obrigando a seu foreiro  
Servir-lhe por sujeição  
Quatro dias na semana  
Como santa obrigação.

Então desses quatro dias  
São dois em conta de foro  
E dois o pobre recebe  
A mil réis com muito choro  
E se reclama a quantia  
Ouve grito e desaforo

E si o pobre desgraçado  
Não for na segunda feira  
Trabalhar a seu patrão,  
Tem que sair na carreira  
Porque hoje é esta a lei  
Em toda zona Brejeira."

E daí é que estamos apenas ensaiando a nossa entrada em Areia que mesmo a despeito dessa conjugação de beleza, riqueza, fama e miséria é encantadora. E surpreendente. E aqui esqueço a beleza de paisagens e me refiro principalmente àquela Areia ausente dos post-

cards: A Areia cotidiana de carne e osso, sem véus, louros ou nuvens, a Areia das andanças desta pesquisa.

## 2. Areia: Incursões em dois tempos

Além da encosta oriental da Borborema, em magnífico planalto, a 622 metros de altitude situa-se Areia. Clima ameno e solos férteis, propícios ao desenvolvimento das atividades agrícolas, cedo Areia conheceu a riqueza e acumulou glórias: Nos últimos decênios do Império era Areia o centro comercial do interior, que controlava o comércio do Sertão ao Brejo e à Capital. Desses tempos de pujança suas ruas ainda guardam as marcas: sobrados coloniais em sua rua principal nos dizem que não foi de um lugar qualquer que saíram tantas estirpes de fama e glória nacionais.

Mas, ao contrário do que quis prognosticar Horácio de Almeida, no último capítulo de Brejo de Areia, mesmo sem os louros de antes, Areia sobrevive. E não apenas como um museu dos tempos de mais prosperidade. Areia sobrevive do trabalho de homens presentes. Em sua maior parte: Comuns, anônimos e presentes. Embora sem o vigor de

antes6, ou com outros vigores: Areia continua municipio importante no âmbito da economia paraibana.

Encravada na porção mais alta da Serra da Capaoba, relevo acidentado, Areia continua deslumbrando os visitantes com suas encostas e vales que se alternam verdes até o horizonte. Vales e encostas quase totalmente tomados pela cana-de-açúcar, cultura hoje predominante no municipio. Mas não é apenas o canavial e a sua música que alimentam os olhares ávidos de beleza dos observadores, restam, de tempos pretéritos, antigas ingazeiras nos indicando que o café também passou por aquelas plagas. Senão isso, são os canteiros de hortaliças que distinguimos quando do alto da cidade observamos fundos e encostas dos seus precipícios circundantes.

E nem a todos esses encantos, tão rapidamente perceptíveis até aos mais desinteressados olhares de hoje - e que a despeito da devastação de matas ainda resistem - a traição do tempo cedeu. Era uma vez a Areia das estirpes de fama e glória nacionais, era uma vez a Areia que se antecipava em arte e cultura aos outros municipios e até à própria capital da Provincia da Paraíba... Os tempos d'agora são outros.

---

6.O dinamismo de Areia não se restringiu aos planos econômico e político, mas teve repercussões fortíssimas no âmbito cultural. Apenas para se dar uma idéia desse dinamismo observemos, por exemplo, que o Teatro de Areia foi o primeiro a ser inaugurado no Estado; exatamente 30 anos antes que o da Capital: O Teatro Recreio Dramático, depois Teatro Minerva, foi inaugurado em 1859, somente em 1889 a cidade da Paraíba, capital do Estado, teria o Teatro Santa Rosa. Sobre essas questões vide Almeida (1959) cap. XIII, onde trata do Aspecto Cultural da cidade. E Albuquerque (1977) p.15

De maior município do Brejo Paraibano<sup>7</sup> Areia reduz-se hoje a uma área de 143km onde reside uma população de 27.888 habitantes distribuídos entre a sede do município e os seus três distritos do seguinte modo. Vide tabela abaixo.

TABELA 1

## 1. População Residente por Situação de Domicílio e Sexo

	TOTALS			Situação Urbana			Situação Rural		
	Total	H	M	Tot.	H	M	Tot.	H	M
AREIA	27888	13659	14229	9936	4671	5265	17952	8988	8964
Areia	16526	8055	8471	9334	4380	4954	7192	3675	3517
Cepilho	3703	1840	1863	249	122	127	3454	1718	1736
M.Limpa	4111	2072	2039	300	143	157	3811	1929	1882
Muquém	3548	1692	1856	53	26	27	3495	1666	1829

obs. Cepilho, Mata Limpa e Muquém são distritos de Areia.

Fonte: F. IBGE. Censo Demográfico. Paraíba. 1980.

A partir dos meados deste século<sup>8</sup> a população de Areia tem-se reduzido ano a ano, década a década. Essas reduções do contingente populacional se explicam pelas transformações ocorridas na sua

7.0 município de Areia já foi o de maior área territorial de todo o Brejo. Dele faziam parte integrante os municípios de Bananeiras, Guarabira, Alagoa Grande, Pilões, Serraria. Em 1864 perdeu o município de Alagoa Grande e em 1873, Bananeiras, que consigo levou Cuité e Pedra Lavrada. Em 1883, Pilões e com este, Serraria e assim foi processando-se a redução do seu território, ocorrendo o último desmembramento em 31.03.1957, quando Remígio foi elevado à município pela Lei n. 1.667 em 14.03.1957. (Apud Sá, 1980)

8. Não pudemos verificar o crescimento ou redução populacionais de Areia em períodos anteriores ao da referência do texto, mas os registros historiográficos (Almeida, 1958) levam a crer que até o final do século passado o que ocorria era a imigração e não a emigração. E ainda que esta tenha ocorrido nos períodos das expansões das grandes culturas comerciais jamais em proporções semelhantes àquelas que se verificam a partir da década de 40 deste século.

estrutura agrária nesse período, assim como nas relações de trabalho e produção. (Vide Tabelas 3, 4, 5 e 6 p.62, 65 e 67).

Tentemos compreender, baseados na historiografia regional, que transformações econômicas aconteceram em Areia ao longo de sua história.

A historiografia registra que a povoação do Brejo teria se iniciado pelos idos de 1700 e, segundo nos conta Joffily (1977:199-200):

"Os primeiros habitantes dos brejos devião ter sido os aggregados dos fazendeiros do sertão, que alli fazião plantar lavouras para mais facil abastecimento de todo o pessoal das fazendas e dos aventureiros que o acompanhavão como soldados. Os sitios não começãõ com a fixaçãõ ou residencia dos seus proprietarios; erão simples queimadas, formando clareiras nessas grandes matas, onde se fazia a plantaçãõ de mandioca, milho e feijão, havendo ao lado ou no centro a casa de aviamentos, coberta de pindoba, catolé ou sapé.

É fácil de comprehender que a pacifica e trabalhosa vida da agricultura nessa parte da Borborema, tão cheia de alagadiços ou brejos, de que veio-lhe o nome, não podia ser appetecida pelos exploradores do interior da capitania, quando tinhão alli perto o sertão propriamente dito, com os seus campos, as suas grandes e pingues pastagens, convidando à vida pastoril, tão facil e mais de accordo com os seus habitos de ociosidade e de aventuras.

É por isso que as primeiras sesmarias forão por elles requeridas; - no sertão, porque tinham necessidade de terras para criar seus gados; - e nos brejos, para plantar suas lavouras afim de suprirem suas fazendas - ou para terem mantimento para guerra do gentio brabo...

(...) Desde que os indigenas ficãõ todos reduzidos ou aldeiados, e a populaçãõ augmentando, foi pouco a pouco perdendo os habitos de vida aventureira, os sitios do brejo forão adqurindo importancia, principalmente depois da grande secca de 1691 e das outras do seculo passado."

Almeida (1958:11-12) não concorda que os primeiros habitantes do brejo tenham sido os sertanejos e sobre essa possibilidade escreve:

"Aquela suposiçãõ aventada por Irineu Joffily e referendada por José Américo de Almeida, segundo a qual o brejo teria sido povoado por agregados dos fazendeiros do sertão, que ali se

ocupavam da lavoura, não parece que tenha um mínimo de procedência.

Sertanejo no Brejo só mesmo nas arribadas forçadas, enquanto durava a calamidade da seca, ou então carregando comboios de mantimentos para provisão do sertão.

Apesar dessa arguição categórica Almeida admite, inclusive no parágrafo anterior ao transcrito acima que:

"Inútil será a tentativa de descobrir quais foram os primeiros colonizadores do território de Areia. Tudo indica que não houve a figura de um chefe de clã e sim diversos moradores, que ao mesmo tempo se situaram no Brejo, procedentes principalmente de Mamanguape e Goiana. Se algum desbravador houve, capaz de reunir qualidades de chefe, sua memória ficou diluída no passado. Custa crer, todavia, na existência de personagens centrais, nos primórdios da colonização."

Não nos interessa aqui entrar nos méritos dessa discussão entre historiadores no que se refere a quem colonizou ou deixou de colonizar o brejo e Areia, interessa-nos mais a forma como teriam sido colonizadas as terras brejeiras, por isto consideramos bem interessante essa hipótese de Almeida segundo a qual na colonização de Areia não teria havido a figura de um chefe ou, se houve, não sobreviveu às traições do tempo e da memória. E que se formos observar a história de Areia em suas fases posteriores veremos que este município, embora tenha abrigado até os anos 60 deste século um dos maiores coronéis do Nordeste<sup>9</sup>, nunca foi terra de um único senhor, mas de vários senhores de engenho. E mesmo que econômico e politicamente dominada por esses senhores sempre teve algum espaço para a pequena propriedade. Somente a partir deste século é que surgem as grandes propriedades, propriedades de mais de mil hectares. Mas voltemos aos inícios.

---

9. Estamos nos referindo ao Major José da Cunha Lima, sobre quem voltaremos a tratar no cap. III deste estudo.



A prodigalidade de suas terras e a fama do seu clima ameno atraem cada vez mais pessoas, e logo nos primeiros anos do século XIX erige-se a Vila Real do Brejo de Areia, por alvará régio de 18 de maio de 1815. Sobre a passagem à categoria de Vila, diz-nos Pereira (1987:35):

"...Pelo alvará régio de 18 de maio de 1815, foi a povoação erigida à categoria de Vila, com o nome de Vila Real do Brejo de Areia. Levou, porém, três anos para ser instalada. A Revolução de 1817 retardou a solenidade de instalação do município. Só a 30 de agosto de 1818 adquiria, enfim, as prerrogativas e privilégios que a lei do tempo conferia às Vilas do Reino...

Depois de erigida Vila, Areia torna-se cada vez mais importante. O afluxo de pessoas às suas terras é sempre mais intenso. São, segundo Almeida (1958), pessoas vindas de Pernambuco, do sertão e até da Capital da província. Os sertanejos, em geral, conheciam o Brejo de passagem, no transporte de boiadas do sertão ao Litoral. E era justamente para o Brejo que arribavam em períodos de seca, alguns voltando ao sertão depois do flagelo<sup>10</sup>. Mas não era dessa população intermitente (sertanejos itinerantes) que dependia o crescimento de Areia. Os principais troncos familiares que prosperaram e fizeram prosperar o município já haviam fincado suas raízes por lá nesse período. E a grandeza de Areia expressava-se no seu comércio, na sua produção agrícola que já nesse período abastecia as cidades paraibanas do sertão ao litoral (Almeida, 1958). Mas não apenas nisso:

"Antes de passar a cidade, já tinha relevo na política da Paraíba, na sua vida sócio-cultural e econômica. E liderava, pelos seus pró-homens, em todos os setores da atividade societária.

(...)Em 1833, a Província estava dividida em três comarcas e uma delas era Areia. Era a segunda Comarca da Paraíba, sendo a primeira a da Capital e a terceira, a de Sousa. Os termos de

---

10. Um dos temas de "A Bagaceira" é a história de família de Valentim chegada ao Brejo em consequência do flagelo da seca no sertão.

Campina Grande, São João do Cariri e Bananeiras, mais tarde acrescidos de Cabaceiras e Independência (Guarabira) se integravam na Segunda Comarca da Paraíba. Elevada à categoria de cidade pela Lei no. 2, de 18 de maio de 1846, é a primeira em toda a Província, sem falar na Capital." (Pereira 1987:36).

O fato é que, dado ao seu crescimento, três décadas depois de erigida Vila, eleva-se a Município quando então passa a se chamar apenas Areia.

E continua a crescer. Em meados do século passado sua feira já era a maior da região: comboios e comboios do sertão vinham abastecer-se em Areia. Data desses tempos os picos da sua época de fastígio, que se prolonga até o fim do século passado quando perde o seu lugar de centro comercial do interior para Campina Grande, que mantém essa posição até os dias atuais.

Sua importância e dinamismo econômico-políticos tornaram praticamente inevitáveis sua participação em importantes rebeliões do século passado. Exemplo disso foi a sua participação na Confederação do Equador (entre 1817 e 1824), na Rebelião Praieira (1849) e na revolta do Quebra-Quilos (1874-1875). Não sendo suficiente, para os seus ânimos políticos, sua participação nesses movimentos, suas facções políticas antagônicas sempre travaram duras batalhas pelo poder, algumas até sangrentas<sup>11</sup>.

### 3. Um flash-back da grande produção em Areia: sucessos e colapsos.

Até a primeira metade do século passado, Areia dividia o seu espaço agrícola entre as culturas do algodão, milho, feijão,

---

11. Para um estudo dessas rebeliões mencionadas em Areia, vide Almeida (1958).

mandioca, fumo e rapadura. Embora já houvesse no município um ou outro engenho de boi<sup>12</sup>, a burguesia rural só nasceria um pouco depois, na segunda metade do século XIX, com a produção mais sistemática, e em alguns casos exclusiva, da cana-de-açúcar. (Cf. Almeida, 1958 e Braga de Sá, 1980).

O algodão, e as outras culturas produzidas no município, era indiscriminadamente produzido nas pequenas e médias propriedades. Alguns proprietários possuíam suas próprias bolandeiras<sup>13</sup> e beneficiavam o seu algodão e o de produtores vizinhos ali mesmo, nas suas propriedades. A cidade contava com quatro bolandeiras e era comum chegar o produto de cidades vizinhas para ser beneficiado em Areia. Depois de beneficiado o algodão era transportado para Goiânia e Recife, praças onde Areia se abastecia. (Almeida, 1958).

Vejamos o que Braga de Sá (1980:22) diz sobre as condições de produção dessa cultura:

---

12. Engenho de boi é o termo que designava os engenhos movidos à força de juntas de bois ou bestas. Vejamos a descrição do seu funcionamento segundo Almeida (1958:149):

"(...) Os bois ou bestas puxavam as almanjarras, fazendo rodar os cilindros da pequena moenda de pau ou de ferro fundido, por onde se metia a cana. Do outro lado saía o bagaço esmagado em menos da metade, voltando muitas vezes a ser passado novamente nos eixos da moenda a fim de ficar mais espremido. Mesmo assim levava para a bagaceira mais da metade do suco. A garapa que caía no cocho escorria por uma bica que mijava no parol, de onde ia para o cozimento a fim de ser transformada em açúcar ou rapadura."

13. Bolandeiras são máquinas primitivas de descaroçar algodão, engenhos rudimentares acionados à mão ou a tração animal. Apud Almeida (1958:148).

O vocábulo bolandeira em acepção semelhante a descrita acima é relacionado por Ferreira (1983:215):

"S.f. 1. Bras. Grande roda dentada do engenho de açúcar; volandeira.

4. Bras. N e Ne. Máquina de descaroçar algodão. 5. Bras. N. e Ne.

Grande roda, puxada por animais, que move o rodete de ralar mandioca.

"O algodão era cultivado associado às lavouras de subsistência, e em médias e pequenas propriedades, utilizando a mão-de-obra escrava, inicialmente, e logo depois assalariada, uma vez que nessa região o escravo foi pouco representativo, além de moradores, constituindo uma lavoura de ricos como de pobres."

Não sendo clima ideal para o cultivo dessa cultura<sup>14</sup>, aos poucos o algodão vai cedendo espaço à cana-de-açúcar, mas até 1862 Areia ainda produzia a maior safra de algodão da Paraíba.(Almeida, 1958:147)

A partir dos meados do século passado a cana-de-açúcar começa a modificar a paisagem de Areia, a estrutura agrária e mesmo as relações de trabalho na região. Diz-nos Horácio de Almeida (1958:149):

"...E à medida que essa nova cultura sobe pelas encostas dos morros, as matas vão desaparecendo à força de derrubadas e de incêndios. Não tardou que muitas propriedades ficassem de tal modo devastadas que, em época menos remota, já algumas não possuíam lenha para consumo ordinário de seus moradores."

E não era apenas a lenha do consumo ordinário dos moradores que a cana devastava, também as áreas onde os moradores cultivavam seus roçados eram tomadas para a livre e absoluta expansão da cana. E mesmo que sobrasse terra não sobraria tempo para cuidá-las pois, sujeitos ao patrão tinham de trabalhar seis dias por semana com um salário que mal dava para a farinha e a fava. Essa miséria de existência acabava por forçar a emigração dos trabalhadores<sup>15</sup> e,

14. Sobre a inviabilidade do algodão em terras brejeiras Almeida (1958:148) escreve: "A cultura do algodão era mais compensadora que a da cana, mas havia contra ela os inconvenientes das chuvas excessivas, da friagem e também das pragas, não raro prejudicando as safras pendentes."

15. Estamos nos referindo aos trabalhadores moradores. Sobre a situação dos pequenos proprietários nesse período não há referências entre os dados recolhidos para este estudo.

neste caso, iam tentar a sorte no Amazonas ou tentar melhores dias no sertão. (Almeida, 1958:155). *"a crise da cana-de-açúcar entra em crise."*

Se o século XIX é especialmente fecundo para a economia areiense o mesmo não se pode dizer deste século, cujos ventos parecem agourentos para as suas classes dominantes. Por volta de 1888 a cana caiana, única produzida até então no município, foi acometida da moléstia da gomose e lá se foram canaviais e canaviais, totalmente dizimados. A esse fato se aliavam outros como: a emigração da mão-de-obra, o cerceamento de Areia pelas estradas de ferro e, sobretudo, a evasão do mercado consumidor. Em 1894, por exemplo, a Assembléia da Paraíba tributou a rapadura (principal produto comercializado da cana-de-açúcar na época) com o imposto de dois mil réis por carga que saísse do Estado<sup>16</sup>, com isso Areia perde o mercado do Rio Grande do Norte, que era o mais forte dos consumidores. (Almeida, 1959). Mas a sua exclusão do plano de estradas de ferro também contribuiu muito para o seu isolamento e fracasso econômico. Eis como Almeida (1958:153-154) refere-se a isto:

"A partir de 1900, à medida que as estradas de ferro fecham o cerco em torno de Areia, acentua-se a crise na economia canavieira. O trecho ferroviário da capital à Guarabira, inaugurado em 1884, prossegue em demanda do Rio Grande do Norte. Mulungu liga-se a Alagoa Grande em 1901, Itabaiana a Campina Grande em 1907, Guarabira à Borborema em 1913. Estava Areia, por esta forma, apertada num cinturão de ferro que lhe tirava as forças de sobrevivência."

Era a falência dos senhores de engenhos. Era também a vez de tentar a recuperação das culturas de subsistência enquanto não surgia

16. Os nossos dados são insuficientes para discutirmos as razões da taxaço à rapadura no período citado. Uma hipótese seria a de que a medida teria o objetivo de desincentivar a produção da rapadura em favor da produção do açúcar que é o que ocorrerá comprovadamente a partir dos anos 30. Adiante trataremos disto.

a possibilidade de outra cultura comercial. Os senhores de engenhos descobrem que a cana crioula ou preta é resistente à moléstia e passam a plantá-la, mas o mercado é bastante minguado e o dinheiro que conseguem apurar com a venda da rapadura e da aguardante mal dá para pagarem o que ficaram devendo a agiotas quando precisaram tomar dinheiro emprestado para pagar os prejuízos da safra de cana caiana perdida. E tempo, pois, dos moradores que ficaram voltarem aos seus roçados.

Mas não tarda e surge a cultura do café como possibilidade de redenção de uma economia quase totalmente falida<sup>17</sup>. E volta a corrida às terras para o café. Proprietários já desesperançados agarram-se à possibilidade do café como náufragos à tábua de salvação. Comerciantes, agiotas, que aproveitaram a falência da cana para adquirirem terras, investem largamente no café. E os que investem logo conseguem recuperar-se. E Areia retoma o seu ritmo de produtora de grandes culturas. E outra vez tempo de retração das culturas de subsistência. Já nos últimos anos do século Areia se equipara em produtividade de café a Bananeiras, até então maior centro de produção de café da Paraíba. (Almeida, 1958).

Mas o reinado do café é mais curto que o da cana-de-açúcar<sup>18</sup>. Em 1921, quando a cultura do café já é desenvolvida por quase todos os proprietários, inclusive os que desconfiavam da sua rentabilidade, é

---

17. Evidentemente estamos tratando da situação da grande produção em Areia se, ao contrário, pensássemos nos pequenos produtores (pequenos proprietários, moradores, rendeiros, foreiros, etc) o raciocínio teria de ser outro. Ou seja, em se tratando de grandes e pequenos produtores na agricultura, Kula (apud Garcia Jr, 1983) explica a relação a partir de uma fórmula simples: a de que a decadência de grande produção é igual à prosperidade da pequena produção e vice-versa.

18. É importante observar que após ter-se instalado no território de Areia e apesar das crises porque passou, a cana-de-açúcar jamais deixou de ser, de todo, produzida.

a vez do *Cerococus Parahybensis* acabar com as esperanças de fortunas rápidas. Todo o cafezal é arruinado. Calcula-se que à época da praga havia cerca de seis milhões de pés de café no município, sendo a maior parte em início de frutificação. (Almeida, 1958:161).

Os produtores tentaram outras culturas comerciais como o fumo de estufa, a do bicho-da-seda, mas nenhuma com resultados encorajadores. Voltam os engenhos a moer enquanto não aparece coisa melhor em que se investir. Voltam também os moradores às suas culturas de subsistência.

Nos fins dos anos 30 surge uma cultura nova no município. É a cultura do sisal, que não passa a dominar apenas a paisagem brejeira, estende-se rapidamente por grande parte do estado, do Litoral aos Cariris e dissemina-se pelos estados vizinhos. É Areia quem abre o mercado da agave na Paraíba exportando para o exterior.

Rapidamente a economia do município se recupera das perdas do café. A agave toma conta da paisagem: o que era plantação de café, de cana-de-açúcar tudo se transforma, da noite para o dia, em pés de agave. As terras se valorizam impressionantemente: "Propriedades que antes eram oferecidas a 50 contos de réis e não encontravam comprador, tinham agora cotação acima de dois milhões de cruzeiros." (Almeida, 1958:162).

A propósito da expansão da agave em terras brejeiras, vejamos o que diz Braga de Sá (1980:24):

"A agave e a cana-de-açúcar passaram a constituir a nova forma de utilização das terras do brejo, sobretudo nas áreas polarizadas por Areia. A lavoura agavieira logo se expandiu, tomando o lugar reservado às culturas de subsistência e mesmo da cana-de-açúcar. Ocupou as encostas, atingiu as chãs e chegou a ser cultivada mesmo nas várzeas, tal foi sua expansão.

(...) O cultivo da agave era feito pelos proprietários, aproveitando a mão-de-obra abundante e barata, oriunda não só do Brejo como também do Agreste, paga por diária ou tarefa.<sup>19</sup>

Não escaparam, como a autora explica acima, da dominação da agave, as terras cedidas a moradores para seus roçados. Inclusive, mesmo terras cedidas a foreiros e meeiros são reivindicadas para a produção da nova cultura que, como bem observa Lacerda de Melo apud Garcia Jr. (1983), era uma lavoura de ricos. Os antes foreiros e meeiros transformar-se-iam em moradores de condição se assim quisessem continuar na mesma propriedade, o que se consideraria uma verdadeira humilhação, já que os foreiros e meeiros são das categorias de trabalhadores rurais que, vivendo em propriedades alheias, mais liberdade têm em seu pedaço de terra<sup>19</sup>. Em decorrência dessas transformações nas relações de trabalho, esse é um período em que se verifica uma notável saída de trabalhadores dos engenhos do Brejo. (Vide tabela 6). E é também nesse período que entram na Justiça Civil os primeiros processos de trabalhadores contra patrões<sup>20</sup>.

A despeito das adversidades na vida de uns, tanto dinheiro passou a circular em Areia com a agave, que até o Banco do Brasil abriu suas portas por lá. Mas não é só, além das modificações da paisagem e das relações de trabalho, dos altos preços de terras, do

19. Embora se referindo à expansão da cana na região da Várzea Paraibana, em "Usina" (1973), José Lins do Rego discorre longamente sobre essa questão, mostrando como os usineiros ao mesmo tempo que exigem de volta as terras de foreiros e meeiros, convida-os a se tornarem moradores de condição, o que só é aceito pelo trabalhador quando não há mais nenhuma possibilidade a se tentar. Mas ele mostra, e dolorosamente bem, que quando esses trabalhadores aceitam a nova posição, que nada mais é que vários degraus abaixo se pensarmos em termos de hierarquia de valor nas formas de trabalho, não o fazem sem constrangimento.

20. Não pudemos comprovar esse dado através de documentos, mas vários trabalhadores se referiram a processos contra patrões nos idos de 40 e Garcia Jr. (1983:191) também se refere a isto.



dinheiro, a agave modificou, segundo Almeida (1958:162), certos hábitos dos proprietários de terras:

"Era o tempo das vacas gordas. Todo mundo gastava dinheiro à toa porque as boladas recebidas quase não cabiam no bolso. Abriam-se estradas particulares para que o automóvel chegasse a todos os estabelecimentos agrícolas, onde antes era difícil o acesso a cavalo. José Rufino e Germano de Freitas foram os primeiros a melhorar as condições de habitação dos trabalhadores rurais. Substituíram por casas de alvenaria, cobertas de telha, bem acabadas e higiênicas, os mocambos e choças de palha, onde moravam os agregados. A princípio censurados por aquelas extravagâncias, terminaram imitados pelas mentalidades retrógradas que persistiam em reagir contra o progresso. Em muitas propriedades, as velhas casas de morada foram reformadas e substituídas por vivendas confortáveis, com luz elétrica, água encanada, geladeira, rádio, telefone e, ao redor, magnífico pomar."

Com a substituição da fibra de agave pela fio sintético (o polipropileno), o mercado internacional deixou de importar a fibra da fortuna. Os preços caem mais rápido do que subiram. E volta a calmaria a Areia. A falência, a desolação dos produtores. As terras que não foram vendidas a preço de ouro são vendidas a preço de banana. O reinado da agave foi mais exíguo que o das grandes culturas anteriores. Outra vez voltam os engenhos a moer. Voltam os agricultores aos seus roçados. Outros migram, desta vez para o Rio de Janeiro e São Paulo. São os anos cinquenta, a industrialização e modernização das grandes urbes, para os trabalhadores rurais é a perspectiva de um trabalho mais compensador e melhores condições de vida; é essa a esperança que os move quando são obrigados a deixar sua terra, sua família, seus mortos.

#### 4. Sob o signo da cana-de-açúcar: Engenhos, Usina e trabalhadores...

A emigração, ascendente a partir dos anos 40, dá uma trégua no período 50/60, confirmando a tese (cf. Garcia Jr. 1982 e 1983) de que à prosperidade das grandes lavouras corresponde a retração das pequenas lavouras e vice-versa. Os anos 50/60 marcam justamente o período de crise da última grande lavoura, a do sisal. Falências e falências dos produtores dessa cultura e, em certa medida, embora muito provisoriamente, a retomada dos agricultores às terras para o cultivo das suas culturas. Porque, embora se observe que entre 50 e 60, a população rural do município de Areia que vem decrescendo rapidamente nas décadas anteriores chega a registrar um crescimento de 638 habitantes. (Vide tabela 6), esse crescimento não é observado ao nível do aumento da área ocupada pela pequena produção. (vide tabelas 4 e 5 p. 65). As consequências da crise da agave não favorecerão exatamente a pequena produção, ou a favorecerão por um exíguo espaço de tempo, mas a produção de outras duas grandes culturas, a da cana-de-açúcar e a da pecuária bovina.

Mas essa rápida trégua que se observa no período acima referido dá, na década seguinte, outra vez lugar às incessantes migrações que, inclusive, crescem enormemente e sempre e mais a partir daí. Mas há que se atentar para um fato importante que se observa nas últimas décadas: embora a migração intensifique-se, os números absolutos da população total do município praticamente são os mesmos, ou seja, a migração agora é do campo para as pontas de rua da cidade sede do município, fenômeno que se relaciona à grande expansão da produção canavieira e da pecuária bovina, e à expulsão dos moradores ou a abolição da relação da morada.

*Is reforça a dissertação anterior.*

A situação econômica nesse período é crítica. Sobretudo para os trabalhadores rurais e os senhores de engenho. De um lado os trabalhadores, forçados pelas circunstâncias desfavoráveis, migram, e de outro lado, os senhores de engenho, já imersos numa crise da qual não mais sobreviverão como senhores de engenho, ressentem-se com a falta de braços e os altos preços da mão-de-obra, algumas vezes até tentando justificar a crise do engenho somente pela crise do trabalho<sup>21</sup>. Em meio a toda essa crise, porém, há um personagem que começa a crescer em cena: A Usina. Mas antes de passarmos ao novo protagonista expliquemos essa migração ascendente dos trabalhadores rurais e as razões dos ressentimentos dos senhores de engenho.

Por que os trabalhadores migram?

A migração, a partir de um certo momento, passa a ser uma estratégia de reprodução comum como outras tantas nas trajetórias de vida desses trabalhadores<sup>22</sup> que, mesmo não sendo a primeira possibilidade a ser tentada, e tampouco pretenda ser a última, certamente denuncia um momento onde depois de todas as possibilidades serem tentadas verifica-se que não há saída. Aliás, a única saída é sair. Sair sim, então. Mas não definitivamente. Sair porque disso depende a reprodução de todo o grupo doméstico. Saída forçada pelas péssimas condições de trabalho, mas geralmente em caráter provisório. Ou seja, os trabalhadores sempre migram na esperança de poderem voltar algum dia. Tanto é que raramente as famílias migram com todos os seus membros mas, ao contrário, migram somente os chefes de família e os filhos homens com mais de 18 anos. Estes saem à procura

21. É o que faz, por exemplo, Almeida (1958) quando no capítulo Ciclos Econômicos fala da economia areiense após a crise do agave.

22. Para um estudo aprofundado das estratégias de reprodução camponesa no Brejo Paraibano, ver Garcia Jr. 1983.

de emprego no Sul<sup>23</sup> na esperança de, juntando algum dinheiro por lá<sup>24</sup>, poderem voltar aos seus roçados no seu lugar de origem. Evidentemente são raros os casos daqueles que conseguem realizar o sonho da volta nas condições desejadas. É que com a disputa de terras para o avanço das grandes culturas comerciais (no caso, a cana-de-açúcar) e da pecuária bovina os preços das terras tornam-se sempre e mais impossíveis a esses trabalhadores e o resultado objetivo disso é que esses trabalhadores são obrigados a adiar sempre para mais distante a volta à terra e aos seus. Daí a escassez de mão-de-obra.

Mas o ressentimento dos seus altos custos tem outras razões: começa a existir, a partir de um certo momento e mesmo em decorrência da abolição da morada, um relativamente consolidado mercado de mão-de-obra e, em períodos onde a demanda é razoável, os preços atingem um determinado teto que em geral é aceito por todos os proprietários, sob pena de não encontrarem trabalhadores que queiram trabalhar em

---

23. Dizemos genericamente "Sul" referindo-nos ao Rio e São Paulo porque tornou-se comum a migração para as metrópoles de lá. Mas é evidente que os brejeiros migrantes não acorrem somente para lá. Estão no rol dos lugares para onde costumam ir: Além do Sul, Brasília, Regiões de fronteiras no norte do país, Triângulo mineiro, etc.(cf. Braga de Sá, 1980 e Almeida, 1958).

24. É importante que se esclareça que os trabalhadores que emigram para o Sul e por lá conseguem juntar algum dinheiro, para em alguns casos até chegarem a comprar uma pequena propriedade no Brejo, não juntam esse dinheiro porque lá ganham especialmente bem. Sem qualificação para os serviços onde poderiam ganhar melhor vão trabalhar, geralmente, na construção civil ou na vigilância de prédios de apartamentos, e nesses serviços raramente se ganha mais que o salário mínimo. Portanto, não é porque ganham um bom salário que conseguem poupar algo, essa poupança está antes de tudo relacionada com uma série de sacrifícios, como: morar no lugar onde constroem a obra para não gastar com aluguel e condução, fazer a própria comida ali, na obra, etc. Para um estudo mais aprofundado sobre a vida dos migrantes nordestinos no Sul ver Menezes, 1985 e Garcia Jr., 1983.

suas propriedades (por preços abaixo do estabelecido no mercado)<sup>25</sup>. Isso ocorre, porque libertos<sup>26</sup>, o mínimo que esses trabalhadores exigem é que seu trabalho seja pago pelo preço máximo atingido no período. E é no período das safras, evidentemente, que a força-de-trabalho atinge os seus mais altos preços, altos preços que, como demonstraremos no parágrafo seguinte, não atingem sequer 30% do salário mínimo estabelecido oficialmente. É interessante observar que, nesses períodos, os pequenos proprietários cujas terras são insuficientes para manter suas famílias, aproveitam esses momentos de picos da remuneração do trabalho para oferecer por dois ou três dias semanais sua força de trabalho a outros proprietários e, nos outros dias e com a ajuda do dinheiro recebido, tocar suas próprias produções, seus próprios roçados<sup>27</sup>.

Altos custos da mão-de-obra como reclamam os senhores de engenhos e os seus porta-vozes, pode sugerir uma remuneração no mínimo razoável. E por que com uma remuneração razoável os trabalhadores migrariam?

-----  
 25. Em geral a variação de preços de mão-de-obra é muita pequena. Vejamos, por categoria de produtor, as variações nos preços tomados em novembro de 1984, logo após a greve dos canavieiros (SEDUP, 1985:55):

- Fornecedores	Cr\$ 21.900
- Engenhos	19.300
- Usina Sta. Maria	20.100.

Estas eram, em média, as remunerações semanais pagas aos canavieiros pelas categorias de produtores acima.

26. Liberto é a condição dos trabalhadores que se desvencilharam dos grilhões da relação da morada, e livres podem vender sua força de trabalho a quem lhes aprover, ou seja, a quem oferecer melhor preço. Mais detalhes sobre essa questão ver Garcia Jr. 1983.

27. Sobre as estratégias utilizadas pelos pequenos proprietários cujas terras são insuficientes para a reprodução da família ver Garcia Jr. 1983.

Certamente não estamos diante de uma equação, mas de um paradoxo, do qual provavelmente alguém tira partido e se não são os trabalhadores ou os senhores de engenho, é, com certeza, a Usina.

Vejamos do que se trata.

A remuneração do trabalho rural (na região, pelo menos) é sempre calculada abaixo do preço do salário mínimo estabelecido. Em 1984, após a greve, esse salário não atingia ainda 30% do salário mínimo estabelecido e cerca de 28% do salário acordado em dissídio<sup>28</sup>. Os trabalhadores em greve, além do salário mínimo, também reivindicavam o cumprimento de outros direitos trabalhistas. Isto quer dizer que os patrões da região não arcam ainda com esses ônus que o cumprimento das leis trabalhistas acarretaria em suas folhas de pagamento. Por que então a referência a altos custos da mão-de-obra?

Começemos pela própria questão do trabalho. Os senhores de engenho expulsam os moradores de suas terras para se livrarem dos fantasmas dos processos trabalhistas que, em alguns casos, podem levá-los ao extremo de terem de se desfazer de suas terras para poderem pagar aos seus moradores pelos seus direitos constituídos<sup>29</sup>. Isso significa que o trabalho a partir da abolição da morada basear-se-ia no assalariamento. Ou seja, os senhores de engenho teriam de acrescentar ao cálculo da sua produção mais um elemento: a remuneração do trabalho assalariado que, antes não era

---

28. No item "Renda Familiar" do relatório da pesquisa "Condições de Vida e de Trabalho dos Assalariados da Cana-de-Açúcar no Brejo Paraibano" temos o seguinte: "O valor semanal do salário mínimo na época deveria ser Cr\$ 41,750; enquanto o salário estabelecido pelo dissídio coletivo de outubro de 1984 garantia um ganho semanal de Cr\$ 44.300. Como vemos, em média, era necessário que praticamente 3 pessoas trabalhassem para ganhar em uma semana menos do que a parcela correspondente ao salário mínimo oficial; e com isso, tinham que manter uma família de 7 pessoas". (SEDUP, 1985)

29. O Engenho Cipó ao qual nos referimos na Introdução deste trabalho, é exemplo desses casos.

computado porque o trabalho praticamente não era remunerado<sup>30</sup>, ou melhor, a remuneração do trabalho se dava através da própria morada e do usufruto dos seus direitos. Logo, o pagamento do trabalho certamente confunde um cálculo que antes se baseava no trabalho sujeito, ou seja, um trabalho que não onerava o cálculo tradicional da produção dos senhores de engenho. Mesmo porque dos trabalhadores sujeitos os senhores de engenho tiravam o que era possível, nos limites do absoluto<sup>31</sup>:

É verdade que os senhores de engenho lutaram contra a baixa dos preços monetários por unidade de produto buscando variações na relação de morada que diminuíssem o custo monetário do trabalho sujeito. A passagem para a meia teve muitas vezes esta significação. Outra foi tentar pagar uma remuneração nominal mais baixa, ou deixar de aumentá-la no ritmo da inflação, ou ainda passando da diária ao pagamento por tarefa, forçando a intensificação do ritmo da força de trabalho, o que resulta em custo monetário inferior por unidade de produto. Em suma buscar variações na sujeição que garantissem a diminuição dos custos monetários de produção, independentemente de qualquer alteração tecnológica. Como qualquer variante da sujeição, no sentido de diminuir os custos monetários, não pode proporcionar recursos para que o trabalhador se torne liberto, como em que a relação não se reproduz, estas variações significaram na prática uma pauperização aguda do trabalhador sujeito." (Garcia Jr. 1983:312)

Há, porém, outros fatores além do salário que vêm atrapalhar ainda mais a vida dos senhores de engenho: É a questão da

-----  
 30. Não estamos dizendo que desde há muito tempo não há a instituição do assalariamento nessa região, poderíamos até exagerar e dizer que sempre houve assalariamento (Horácio de Almeida em "Brejo de Areia" editado ainda nos anos 50, refere-se ao assalariamento como algo comum já em épocas passadas) A diferença é que antes só se utilizava do trabalho assalariado em períodos de safra, quando se tratava de pessoas de fora do engenho. E quando se tratava dos moradores do engenho era remunerado a preços insignificantes. E hoje, ao contrário, com a saída dos moradores, o trabalho é praticamente todo baseado no assalariamento, e não é mais o senhor quem diz o preço, é o mercado.

31. Sobre os limites da exploração do trabalho dos moradores nos tempos anteriores aos dos direitos teremos a oportunidade de discutir exaustivamente no cap.III deste estudo.

produtividade e da concorrência, do preço por unidade de produto. Com seu maquinário e formas de cultivo obsoletas, o engenho vai sempre e mais deixando de ser páreo para as novas formas de produção, expressas, sobremaneira, na Usina. Que, aliás, não opera milagres econômicos ou tecnológicos, antes, foi sempre bastante favorecida pelas políticas do IAA.

Exemplo disso é a sua própria história: A Usina Santa Maria é instalada em Areia em 1931. Logo após a sua instalação se iniciam as querelas entre ela e os senhores de engenho, tomemos Silva (1985:249) para explicitarmos os termos desse conflito:

"...Aqui (na Paraíba) a intervenção do Estado através do IAA atingiu sobretudo os senhores de engenho, na medida em que taxou a produção da rapadura e limitou a sua produção. Por conta disto, os senhores de engenho do Brejo manifestaram sua revolta contra as determinações do IAA com argumentos autopiedosos:

"Como se o pobre rapadureiro fosse um concorrente poderoso na balança da safra de assucar do país."  
 ("Rapadura versus Assucar", A IMPRENSA, 22/08/35, p.1)

Acusaram os usineiros de haverem criado o IAA em prol de seus interesses e ainda determinaram a taxa de \$600 por carga de rapadura. Insistiram que rapadura não é o mesmo que açúcar e é a base da alimentação dos trabalhadores do campo. A questão foi levada para a Assembléia Legislativa, onde os deputados Duarte Lima e Delfino Costa assumiram a defesa dos rapadureiros. Argumentaram que a taxaço e a limitação imposta pelo IAA aniquilaria a produção e denunciaram que

"...O IAA atira contra os pequenos fabricantes de rapadura para apenas servir a uma parcella de usineiros ambiciosos e poderosos."  
 ("Assucar verso rapadura", a IMPRENSA, 03/10/35)

Ainda segundo a autora, os rapadureiros, desta vez, conseguem uma solução conciliatória: São liberados dos limites à produção e das taxas de dois exercicios que se achavam em cobrança. Em troca disso o IAA propôs a instalação de uma destilaria de álcool anidrico no brejo, subsidiada, em proporções iguais, por ele e pelo governo do



Estado. E depois da troca de concessões todos se sentem satisfeitos.

Mas por pouco tempo. Retomemos Silva:

"No início dos anos 40, entretanto, face à precária situação financeira da Paraíba, as oligarquias locais movimentam-se em busca de novas concessões dos organismos estatais. Neste sentido, os senhores de engenho do Brejo, às voltas com uma superprodução de rapadura, solicitaram à interventoria para que interferisse junto ao IAA objetivando "concessões mais liberais". Argumentaram que a cotação da rapadura estava abaixo do custo, prejudicando seus lucros, enquanto o açúcar e o álcool favoreciam grandes lucros. Gestos foram feitos no sentido de atender aos reclames dos senhores de engenho, resultando em medidas paliativas..."

Tão paliativas que para termos uma idéia de como à medida que a Usina vai-se estabelecendo e monopolizando a produção de açúcar na região os engenhos vão caindo em fogo morto, basta dizer que em 1900 o município de Areia possuía cerca de 109 engenhos; em 1957 só existiam 80; e em 1978 somente 37. (cf. Braga de Sá, 1980).

Se o motivo da subordinação dos senhores de engenho à Usina é mais este que se relaciona às facilidades promovidas pelo I.A.A. que

os de produtividade propriamente<sup>32</sup>, não justifica, portanto, dizer ou mesmo pensar, que a decadência dos engenhos seja decorrente de uma simples concorrência da usina. Primeiro porque uma concorrência patrocinada pelo Estado, claramente a favor de uma certa fração da classe dominante (os usineiros, no caso) contra uma outra fração (os senhores de engenho), ou, no caso, seria mais correto: contra toda a sociedade, não é uma simples concorrência. Segundo, porque além da concorrência da Usina, que é uma razão bastante grave, a decadência dos engenhos tem a ver com a decadência de um autêntico e obsoleto modo de vida, cujos sinais de crise se revelam com as lutas pelos direitos do trabalho desde os fins dos anos 50.

Mas diante do inexorável, o que fazer?

---

32. Garcia Jr. (1983:342) tomando como base de estudo a mesma Usina Santa Maria escreve acerca da produtividade e condições de concorrência das usinas nordestinas e especificamente paraibanas, o seguinte:

"... Os rendimentos agrícolas das usinas da Paraíba são inferiores de 5% a 30% aos rendimentos das usinas dos demais estados do Nordeste, e de 10% a 50% inferiores aos rendimentos observados nas usinas dos centro-sul. Percebe-se então que não há vantagem comparativa alguma que pudesse estar na raiz de tão grande e tão rápida acumulação. A verdade é bem outra, e estes dados já começam a projetá-la. Os custos da produção agrícola da cana-de-açúcar no Nordeste são bastante superiores aos dos outros cantos do país. (...) Se a "concorrência pura e perfeita" estivesse em ação, muito usineiro que olha para os senhores de engenho com desdém, e com ainda mais desprezo para os cultivos "rotineiros" e "primitivos" dos agricultores já teria sido varrido do mapa há muito tempo. E só consultar os mapas de rendimento agrícola e industrial do IAA e os mapas de custos agrícolas e industriais. Não é por acaso que o IAA se recuse a publicar os estudos de custos. É que ficaria, para toda a comunidade nacional, claro como a luz do dia, o que hoje é segredo aparente dos estudiosos do assunto: O IAA funciona como um grande cartel que impede que as empresas ineficientes arquem com sua ineficiência."

As possibilidades de falência<sup>33</sup>, ou a falência iminente, dos senhores de engenho podem ser evitadas, contornadas ou mesmo adiadas de duas formas principalmente<sup>34</sup>:

1. Saindo do âmbito da produção industrial e transformando-se em fornecedores da Usina, o que nem sempre é possível, pois nem sempre a Usina necessita da produção desses engenhos (veremos mais adiante por que) e nem é interessante, pois têm de se submeter aos preços e às condições determinadas por ela. Ou seja, tornam-se subordinados à Usina<sup>35</sup>. E apesar das condições do relacionamento comercial com a Usina lembrarem a velha e costumeira prática da sujeição, esta tem sido a saída mais comum dos senhores de engenho.

2. Passando a pecuaristas que, aliás, tem duas vantagens: A pecuária pode ser subsidiada (SUDENE e Banco do Brasil) e requer um mínimo de mão-de-obra, o que evita as atualmente comuns querelas trabalhistas<sup>36</sup>.

---

33. Falência provocada por uma crise mais geral da plantation, mas que pode se resumir em:

a) concorrência da usina (ainda que subsidiada como é patente, mas concorrência)

b) altos custos da mão-de-obra e ainda neste item, possibilidade de vir a perder dinheiro ou mesmo terra com questões trabalhistas com moradores.

34. Estamos tratando aqui da falência dos engenhos, discussão que compõe uma discussão mais ampla: a da falência da plantation. Um estudo bastante inteligente e exaustivo da questão é desenvolvido por Ignácio Rangel apud Garcia Jr. (1983:313-315).

35. Embora deixar de moer e passar a fornecedor de cana a Usina seja uma situação penosa e desagradável - porque não significa nada mais nada menos que admitir que o poder regional está se deslocando dos senhores de engenho para o ou os usineiros; tornar-se fornecedor não é uma escolha, é uma imposição econômica, em algumas circunstâncias, única saída para os senhores de engenho manterem as suas terras produzindo.

36. Se fosse possível o financiamento da pecuária bovina para todos os senhores de engenho que requisitassem-no provavelmente o Brejo já teria mais hectares plantados com capim que plantados com cana-de-açúcar.

É claro que a segunda possibilidade não é alguma coisa já dada a priori, aliás, se fosse assim nenhum senhor de engenho precisaria se subordinar à usina transformando-se em seu fornecedor. Um subsídio da SUDENE ou de qualquer outra instituição estatal - o Banco do Brasil, por exemplo, depende de alguma força e/ou prestígio do proprietário junto aos segmentos que representam o Estado. Além disso, escolher uma saída ou outra destas propostas ou mesmo sair do âmbito da produção é tudo uma questão de circunstância e só um estudo aprofundado desse processo histórico nos daria subsídios para avaliar as intenções, oportunidades e motivos das diversas escolhas<sup>37</sup>.

Em texto sobre as estratégias de reprodução da burguesia agrária na Paraíba, Giuliani (1986:358) conclui seu raciocínio de um modo que calha bem aqui:

"Em primeiro lugar podemos notar como as estratégias diferentes de reprodução dos grandes proprietários inserem-se em um contexto histórico-regional que não somente pode suportar uma estrutura fundiária muito concentrada, mas que ainda tende a reforçá-la. A política do Estado, apoiando os grandes proprietários e sustentando seus projetos de expansão nas formas de organização as mais diferentes, reforça dois setores de classe que independentemente de serem "modernos" ou "tradicionais", encontram na concentração da propriedade de terra o meio de reproduzir e valorizar seu capital.

A complexidade desse processo parece escapar a uma simples racionalidade econômica e para entendê-lo corretamente seria necessário aprofundar o estudo das dimensões políticas que permitem aos grandes proprietários monopolizar as vantagens dos programas de desenvolvimento agropecuários. Mais precisamente, seria importante estudar o tipo de relações que existem entre os grandes proprietários e o processo de definição e execução destes programas. Com efeito, a ligação entre o Estado e os grandes proprietários não é tão orgânica como se pode pensar. Os grandes proprietários estão claramente conscientes de que seu desenvolvimento econômico passa, quase que forçosamente, pelo apoio do Estado. Frente a esta consciência, constata-se duas

---

37. Especificamente sobre este tema, ou seja, sobre a falência dos engenhos rapadureiros ou sua saída do âmbito da produção industrial, vide Braga de Sá, 1980. E embora em seu trabalho de 1983, Garcia Jr. não discuta exclusivamente a questão, dedica-lhe praticamente um capítulo, o último.

reações diferentes. Na primeira, certos grandes proprietários se queixam do Estado porque não os ajuda suficientemente para se desenvolverem economicamente; na segunda, outros se queixam também do Estado porque os incentivos ao desenvolvimento estão amarrados a uma série de condições que tornam a ajuda uma ingerência intolerável do poder público na esfera privada. As duas reações mostram que existem setores de grandes proprietários cujo acesso ao Estado não é nem direto nem automático e tem que passar por uma série de mediações e sujeições econômicas e políticas.

Em segundo lugar temos visto como se desenvolvem formas diferentes de oposição entre a propriedade da terra e o trabalho e como a gestão do trabalho torna-se uma questão "problemática" nos processos de transformação ou modernização. Como efeito, acostumados a uma gestão do trabalho cujo critério principal de eficiência é o controle personalizado do trabalhador, os grandes proprietários não conseguem decidir-se em assumir modificações nas relações de trabalho que supõem a renúncia do controle direto do trabalhador. Frente às múltiplas pressões, os grandes proprietários resistem adotando diferentes estratégias, seja desenvolvendo a mecanização, seja recorrendo a formas de pagamento em natura, seja enfim contornando o problema através da pecuária extensiva. Assim seria interessante estudar com maior profundidade as bases sobre as quais se fundamentam as políticas de gestão da mão-de-obra postas em ato pelos grandes proprietários."

O que temos já é suficiente para percebermos que é essa diversidade de estratégias e possibilidades que definirá os rumos da utilização e formas de apropriação da terra. No caso específico de Areia, com a subordinação dos engenhos à Usina e as novas relações de trabalho, inauguradas ou mesmo apenas antevistas a partir do advento dos direitos do trabalhador rural (anos 60), os engenhos vão entrando em decadência ou evitando-a das diversas maneiras possíveis, tal como as explicitamos antes sob forma de possibilidades ante a falência iminente. Essas transformações econômicas têm consequências diversas. Enumeraremos apenas duas, ambas relacionadas à falência dos engenhos rapadureiros:

1. A Usina, à medida que cresce expande seu território provocando com isso uma concentração sempre maior de terras e

capitais na região. Podemos dizer que a pecuária subsidiada também provoca essa concentração de terras.

2. Por outro lado, a falência dos engenhos leva muitas vezes os seus proprietários a abandoná-los temporariamente e a retomada à terra, geralmente por herdeiros, é marcada por conflitos que resultam muitas vezes em desapropriações, o que favorece um movimento inverso ao anterior: a terra se divide entre os moradores posseiros, seria, portanto, um movimento em direção à reforma agrária.

Mas nem só da cana-de-açúcar vive Areia. E embora esta cultura seja dominante no município (o valor arrecadado com a venda do produto chega quase ao triplo do que se arrecada com a venda dos demais - vide tabela 2, abaixo) outras culturas são produzidas. São as culturas de cereais (milho, feijão e mandioca) e a de frutas e hortaliças, essas culturas são produzidas sob relações de trabalho familiares e só eventualmente com a ajuda do trabalho assalariado. São as culturas de pequena produção e apesar de estarem perdendo espaço na disputa de terras com a cana-de-açúcar e a pecuária, continuam salvaguardando sua importância.

TABELA 2

2. Valor da Produção Agrícola (1980). Município de Areia. (Cr\$ mil cruzeiros). Fonte: F. IBGE. Censo Agropecuário da Paraíba. 1980.

Produtos	Valor
Cana de Açúcar	158.631
Agave (folha)	3.287
Feijão (em grãos)	7.579
Mandioca	17.414
Algodão (em caroço)	3.838
Milho (em grãos)	1.271
Banana	20.172
Laranja	1.314
Batata doce	2.203
Manga	854
Jaca	753
Coco da Bala	157

Vejamos agora as últimas estatísticas sobre a estrutura fundiária do município para termos uma idéia geral de como se divide a terra em Areia, e depois vermos o que isto significa para o relacionamento entre capital e trabalho na região.

Em termos de estrutura fundiária, o censo agropecuário de 1980 dá-nos o seguinte quadro:

TABELA 3

3. Número e Área dos Estabelecimentos distribuídos por classes de área (ha) no Município de Areia.

	ESTABELECIMENTO (No.)	ÁREA (ha)
TOTAL	849	29.672
Menos de 1	17	8
1 a menos 2	115	134
2 a menos 5	326	950
5 a menos 10	150	982
10 a menos 20	75	968
20 a menos 50	47	1.343
50 a menos 100	25	1.905
100 a menos 200	42	6.022
200 a menos 500	44	12.083
500 a menos 1000	6	3.594
1000 a menos 2000	1	1.680

Fonte: F. IBGE. Censo Agropecuário da Paraíba. 1980.

Este quadro revela-nos que, de um total de 849 estabelecimentos<sup>38</sup>, 608 se situam na faixa que vai de menos 1 até 10 hectares. Ou seja, 71,6% dos estabelecimentos existentes são minifúndios<sup>39</sup>. E nesses minifúndios que, geralmente, cultiva-se as culturas de subsistência, frutas e hortaliças sob relações de trabalho familiares. Esses minifúndios ocupam a exigua área de 2.074 hectares dos 29.672 hectares totais, ou seja, apenas 6,98% da área total.

Na faixa que compreende os estabelecimentos de 10 a 100 ha. o número se reduz para 147 estabelecimentos. Nessa classe de área já é possível encontrar estabelecimentos que produzem cana-de-açúcar, geralmente para fornecimento à Usina. Também já se encontram propriedade nessa faixa de tamanho produzindo a pecuária bovina, embora não seja ainda nesta faixa, mas na faixa seguinte, ou seja, a partir de 100 hectares o tamanho médio onde se costuma produzir a cana e a pecuária, pois esta costuma ser extensiva.

A medida que os estabelecimentos crescem em tamanho, diminuem em número, este é um dado que evidencia o processo da concentração da terra na região. Veja-se que na classe de área que compreende os estabelecimentos de 100 a menos 500 ha. o número cai para 86 enquanto a área ocupada por eles cresce para 18.105 ha. ou seja, mais da

---

38. Estabelecimento (designação do IBGE) é "todo o terreno, de área contínua, independente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas confinantes, sujeito a uma única administração, onde se processa uma exploração agropecuária, silvicultora, ou de reflorescimento e extração de produtos naturais."

39. Minifúndio (designação do INCRA) é "o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar que por sua vez é o imóvel rural que direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorve toda a força de trabalho, garantindo-lhes a sobrevivência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros." (Estatuto da Terra, Lei 4.504 de 30/11/64)



metade da área total das terras agrícolas do município ou exatamente 61% da área total. Esses estabelecimentos ora estão produzindo cana-de-açúcar para a Usina, ora estão sendo utilizados para a criação de gado bovino. O mesmo se dá com os estabelecimentos da classe de área seguinte, ou seja, os estabelecimentos que se situam entre 500 e menos de 2.000 ha, cujo número se reduz a 7 e a área que ocupam é mais que duas vezes maior que a área dos 608 estabelecimentos de menos 1 a 10 ha. Portanto, é mais que evidente o fato da concentração de terra no município de Areia, concentração esta que tem nas constantes migrações de trabalhadores uma das suas principais consequências.

Se esses dados da estrutura fundiária de Areia nos anos 80 são suficientes para a confirmação de que há uma forte concentração de terras na região, não nos servem, entretanto, para esboçar uma idéia de como esta concentração se processou. Consideramos, então, importante, rever os dados dos censos agropecuários de décadas anteriores para evidenciarmos um fato que, embora seja do conhecimento de todos, é geralmente esquecido, ou deixado de lado, no estudo da expansão das grandes culturas na região: o de que é principalmente a pequena propriedade que é atingida quando da expansão das grandes culturas. No caso da expansão da cana no brejo paraibano, e não apenas lá, mas em todo o país (cf. Prado Jr. 1984:247) a ênfase se dá ao embate engenho-usina não somente porque desse embate resultam os rumos do desenvolvimento do capital no campo, também porque os senhores de engenho, dada à sua posição histórica de classe dominante, têm mais condições de resistir do que os pequenos proprietários.

Mas vejamos, ao menos estatisticamente, o que, de um modo geral, ocorre na estrutura fundiária de Areia a partir da década de 40.

TABELA 4

4. Distribuição dos Estabelecimentos por Classes de Área (ha), segundo o Município de Areia, 1940, 1950, 1960 e 1970 (número)

Classes de Área (ha)	1940		1950		1960		1970	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
0 - 10	651	56,51	663	59,84	668	73,66	328	67,62
10 - 20	209	18,14	158	14,26	77	8,24	70	14,43
20 - 50	167	14,50	117	10,56	35	3,75	30	6,18
50 - 100	50	4,34	44	3,97	44	4,71	9	1,85
100 - 200	34	2,95	44	3,97	33	3,53	5	1,03
200 - 500	32	2,78	47	5,14	48	5,15	42	8,65
+ - 500	9	0,78	25	2,26	9	0,96	1	0,21
<b>TOTAL</b>	<b>1.152</b>	<b>100</b>	<b>1.108</b>	<b>100</b>	<b>934</b>	<b>100</b>	<b>485</b>	<b>100</b>

Fonte: F. IBGE. - Apud Braga de Sá, 1980:58.

TABELA 5

5. Área dos Estabelecimentos distribuídas por Classes de Área (ha), segundo o Município de Areia, 1940, 1950, 1960 e 1970.

Classes de Área (ha)	1940		1950		1960		1970	
	ha.	%	ha	%	ha	%	ha	%
0 - 10	4143	12,7	2714	4,9	2178	6,8	3060	9,7
10 - 20	2732	8,4	1998	3,6	1026	3,2	1206	3,9
20 - 50	4969	15,3	3382	6,2	1084	3,4	1309	4,1
50 - 100	3433	10,5	2806	5,1	3023	9,4	1620	5,1
100 - 200	4719	14,5	5124	9,4	4611	14,4	6282	19,9
200 - 500	8729	26,8	15941	29,1	14450	45,2	11318	36,0
+ - 500	3797	11,7	22750	41,5	22750	17,5	6643	21,1
<b>TOTAL</b>	<b>32522</b>	<b>100</b>	<b>54715</b>	<b>100</b>	<b>31955</b>	<b>100</b>	<b>31438</b>	<b>100</b>

Fonte: F. IBGE. Apud Braga de Sá, 1980:58.

As tabelas acima demonstram que é entre as décadas de 40 e 50 que ocorrem as maiores transformações na estrutura fundiária do município de Areia. Transformações como vimos, anteriormente, impostas pelo desenvolvimento da cultura da agave e em favor,

evidentemente, da concentração de terras. Ou seja: é a grande produção tomando o espaço da pequena produção. Podemos observar, por exemplo, que entre 40 e 50 os estabelecimentos situados na faixa de 0 - 100 ha. sofrem uma perda considerável de aproximadamente 27,1% da sua área, isto é, enquanto em 40 chegavam a ocupar 46,9% das terras agrícolas do municípios, em 50 reduzem essa porcentagem para 19,8%. Apesar do desmembramento territorial do município de Areia (em 57 Remígio é elevada à categoria de cidade), a tendência à concentração se mantém nas décadas seguintes mesmo depois da crise da agave (fins dos anos 50), e a partir daí será em favor da produção cana-de-açúcar e da pecuária bovina.

Vimos anteriormente, na tabela 3, que os anos 80 confirmam e agravam essa tendência à concentração e do lado dessa concentração a diminuição cada vez maior da área ocupada com a pequena produção.

##### 5. Areia: O trabalho sob que liberdade?

Areia entra na década de 70 com uma baixa de quase um terço na sua população rural. A migração que se inicia nos fins dos anos 40, intensifica-se década a década, salvo no período 50/60 como observamos antes. Para uma idéia da magnitude desse fenômeno, observemos a tabela abaixo<sup>40</sup>.

---

40. A tabela de origem de onde retiramos os dados abaixo contém dados de todos os municípios da Microrregião do Brejo Paraibano, onde nos municípios nos quais existe a produção da cana-de-açúcar observa-se a mesma tendência reducional da população. Ao contrário dos outros municípios onde se observa um certo crescimento populacional. Tomamos, porém, apenas os dados referentes a Areia.

TABELA 6

6. População Urbana e Rural - População e Taxa de Crescimento (números absolutos), 1940/50, 1950/60 e 1960/70. Município de Areia.

	População Urbana	População Rural
1940	3.318	29.156
40/50	311	-3.254
1950	3.629	25.902
50/60	2.305	638
1960	5.934	26.540
60/70	1.329	-3.828
1970	7.263	22.712
70/80	2.673	-4.760
1980	9.936	17.952

Fonte: F. IBGE - Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970.  
 Tabulações Especiais da SUDENE. SUDENE/UFPB/UFPE  
 Dinâmica das Migrações de Intensa Atividade Migratória  
 (apud Maria Braga de Sá 1980:48)

As adversidades, sobretudo essa que se relaciona à baixa nas populações trabalhadoras, não impedem a cana-de-açúcar de, aos poucos, ir recuperando o tempo perdido. Os partidos de cana-de-açúcar, pouco tempo antes tomados pela agave, vão reconquistando seu território e dominando a paisagem. Nesse novo cenário a Usina vai controlando sempre e mais a produção da cana-de-açúcar. Alguns engenhos, em face do que comentamos acima, vão caindo em fogo morto e transformando-se em fornecedores de cana para a Usina Santa Maria. Podemos observar, através da tabela 6, página seguinte, que esse movimento de transformação de senhores de engenho em fornecedores da Usina não se dá num abrir e fechar de olhos, mas processa-se lentamente em função das possibilidades de resistência de todos e de

cada um e/ou do favorecimento ou desfavorecimento das políticas econômicas. Aliás, por isso, como observou Valverde (1985:134) em pesquisa geográfica pela região entre setembro de 53 e fevereiro de 54:

"Um fato interessante a assinalar é que não há no Brejo praticamente nenhum agricultor de cana que não possua engenho. Não existe aí o fornecedor tão comum em Pernambuco."

Na verdade, isto que o autor considera interessante não é mais do que a evidência de que a indústria da cana no Brejo, no momento considerado, ainda se encontrava na fase anterior à da concorrência Usina versus engenhos e/ou, de grande produtividade da Usina e consequentemente maior demanda e necessidade de surgimento da categoria social do fornecedor. O próprio Valverde na página seguinte à desta observação, quando fala da Usina esclarece, sem perceber, os motivos da não existência do fornecedor no momento observado:

"A Usina Santa Maria é a única do município de Areia, isto é, o único estabelecimento que fabrica açúcar branco. O açúcar mascavo não é produzido no Brejo. A produção diária da Usina no período da safra é de 300 sacas. A quota que lhe é atribuída pelo I.A.A. é de 28.000 sacas anuais. Devido à desorganização administrativa resultante da briga entre os seus antigos proprietários, a usina não atingiu a quota no ano retrasado. No ano passado, também não, por causa da seca excepcional. Mesmo assim o estabelecimento tem uma significação desprezível, em termos de produção industrial. Haja vista que, na época da moagem, trabalha na Usina somente 80 empregados. Estes são moradores que, na entressafra, vão cuidar dos canaviais. O fabrico do açúcar é feito com máquinas obsoletas, de construção inglesa. Basta dizer que, uma vez pronto o açúcar, a máquina o deposita no chão, onde dois homens descalços, munidos de pás, o espalham para secar e depois, do mesmo modo, o colocam em jirau para ensacar."

Apesar da má organização, da maquinaria obsoleta e da pequena produção, sente-se aí uma instituição bem diferente do engenho. O complexo processo de produção, a divisão do trabalho assaz complicada, o produto final diferente, tudo distingue a usina do engenho..."

Não há, portanto, fornecedor no período no qual o autor estuda a região porque não há sequer cana para se oferecer: era período de seca excepcional, como registra o autor, e mesmo que as condições fossem favoráveis ainda havia outro empecilho: Todos ainda estavam ocupados com a agave.

Além disso, o "agricultor de cana" ao qual Valverde se refere e que se transformará posteriormente em fornecedor é o próprio senhor de engenho, até porque foi pouco comum na história da cana no brejo<sup>41</sup> (Cf. Almeida, 1958 e Braga de Sá, 1980) a figura do morador foreiro ou meeiro que plantasse cana, ao invés das culturas alimentares, para fornecer ao senhor de engenho, ou mesmo a figura do arrendatário capitalista que arrendasse terras exclusivamente para a produção de cana para o fornecimento à Usina. Provavelmente a dificuldade de Valverde é mais em compreender um senhor de engenho nos moldes dos senhores de engenho do Brejo, que mesmo em não compreender (por isso achar interessante?) o fato de não existir àquela altura (1953-1954) a categoria social do fornecedor. Vejamos, por exemplo, como Valverde no mesmo texto (op. cit. p.136), sob o título Classes Rurais no Meio Rural do Brejo, percebe o senhor de engenho:

"A sociedade rural do Brejo tem uma estrutura simples: No topo dessa estrutura encontra-se o "senhor de engenho". Entre eles não se encontra nenhum que se assemelhe, nem de longe, à figura clássica do senhor de engenho antigo, típico da zona da mata, cuja opulência e orgulho lembrava um senhor feudal. As duas figuras sociais são iguais só no nome. Explica-se: é que o senhor de engenho do Brejo nunca foi homem notavelmente rico, senhor de numerosa escravaria. Contudo, eles formam uma classe vasta, que controla a vida econômica e social do Brejo. Tem sua mentalidade formada."

---

41. Apesar dessa afirmativo dos autores de referência, um dos nossos entrevistados, Seu Manuel Constância, falou-nos que, pelos idos de 40-50, os senhores de engenho permitiam aos seus moradores cultivar "uns pés de cana."

Percebe-se claramente que o autor chega ao Brejo com um modelo de agroindústria açucareira na cabeça, modelo construído a partir da agroindústria açucareira de Pernambuco. Só isso explica tanto estranhamento em relação ao caso do Brejo: É claro que os senhores de engenho do Brejo ainda que se assemelhem aos da Mata Pernambucana são substancialmente diferentes destes: No caso Pernambucano assim como no caso da Várzea do Paraíba a agroindústria produzia açúcar e no Brejo Paraibano o que se produzia era a rapadura (José Américo apud Novaes, 1987:3). Ou seja, uma diferença enorme de níveis de desenvolvimento de uma mesma cultura ou da forma da produzi-la e mesmo da riqueza circulante.

Além dessas explicações, voltemos ao caso da figura do fornecedor na produção canavieira do Brejo: Não é o senhor de engenho que decide sobre se quer ou não ser fornecedor da Usina e a partir dessa decisão torna-se ou não fornecedor, antes, é a Usina que aumenta ou diminui sua demanda aumentando ou diminuindo assim o seu quadro de fornecedores. Embora a Usina vá também acumulando terras, vide página 43, nem sempre ela mesma se ocupa da parte da produção agrícola da cana-de-açúcar. Aliás, dependendo do preço do açúcar arrendará ou não suas terras para outros. Em algumas situações é preferível receber a cana do fornecedor e arrendar suas terras do que produzir a própria matéria-prima. Daí talvez a explicação de algumas oscilações circunstanciais das produções de cana próprias e de fornecedores, como se pode ver na tabela 7, página seguinte.

Sobre esta questão Lacerda de Melo (apud Braga de Sá, 1980:76) esclarece:

"... nesses casos em que entra em jogo a segurança do abastecimento de matéria-prima, a motivação da usina em ser agricultora reside no lucro agrícola, que é função do preço da cana. Sucede que por efeito da Lei de 01.12.65, a tonelada dessa matéria-prima sofreu diminuição relativa de preço, tendo esta passado a corresponder a uma proporção menor do valor de açúcar produzido."

Na tabela 7 não vemos a Lei à qual se refere Lacerda de Melo provocar grandes alterações no quadro do abastecimento de cana à usina, mas é a partir de então que cada vez mais a usina transfere o encargo da produção de matéria-prima para os fornecedores. Ao ponto de nas últimas safras, trazidas na tabela 7, a produção agrícola própria da usina se restringir a 4,9% do total da produção de cana moída.



TABELA 7

## 7. Produção de Açúcar e Procedência da Cana-de-Açúcar, Usina Santa Maria S/A

Safr	Açúcar Produzido		Cana Moida		
	Sacas 60kg.	Próprias	%	Fornecidas	%
50/51	8840	5340	81,1	1242	18,9
51/52	5095	3810	98,2	335	00,8
52/53	11172	5161	64,2	2878	35,8
53/54	13840	3185	28,7	7894	71,3
54/55	16000	6400	52,6	5757	47,4
55/56	13910	6624	60,2	4378	39,8
56/57	27715	15847	70,5	5434	25,5
57/58	21695	16908	77,6	4892	22,4
58/59	20032	9014	60,6	5871	39,4
59/60	34052	14284	58,5	9989	41,2
60/61	47630	22177	66,4	11206	33,6
61/62	76656	33355	65,3	17752	34,7
62/63	58180	29814	76,7	9852	23,3
63/64	62000	32769	74,0	11484	26,0
64/65	94420	33872	60,3	25637	59,7
65/66	76645	29032	56,9	22017	43,1
66/67	93535	30874	48,1	33251	51,9
67/68	85845	32512	53,0	28880	47,0
68/69	70000	16536	35,0	30655	65,0
69/70	101720	31558	47,7	34068	52,3
70/71	101100	28574	41,5	40357	58,5
71/72	154285	18010	16,2	92981	83,8
72/73	135885	21391	19,9	86453	80,1
73/74	182850	26368	17,3	125928	82,7
74/75	232530	73239	40,7	106868	59,3
75/76	184870	52223	39,3	88790	60,7
76/77	281250	60795	31,3	133421	68,7
77/78	430830	15228	4,7	307762	96,3
78/79	438000	16598	4,9	321372	95,1

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool. Superintendência Regional de Pernambuco. Ministério da Indústria e Comércio. Rio de Janeiro IAA, Safras 50/51 a 78/79. Apud Maria Braga de Sá, 1980:77

A tabela 7 também nos mostra que com o fim do surto sisaleiro, nos primeiros anos da década de 50, a Usina retoma a produção agrícola e industrial da cana-de-açúcar numa curva ascendente, observando-se índices de produtividade cada vez maiores, é sobretudo notável o crescimento da produção nas duas últimas safras.



donos ou têm outros donos. Eles e seu modo de vida tornaram-se obsoletos como o maquinário dos seus engenhos. Não mais "casam e batizam" como o faziam em seus tempos de Olimpo, agora há outras regras e outros juizes. É verdade que nem toda a fração de classe que compreendia os senhores de engenho tem o mesmo destino: Uma grande parte dos senhores de engenho torna-se fornecedora da Usina. Uns poucos que mantêm algum prestígio conseguem financiamento e tornam-se pecuaristas, estes conseguem escapar com alguma dignidade - também subsidiada como o é a força da usina - do destino da humilhação da subordinação à Usina ou ainda pior da falência completa, outra possibilidade que também ocorreu nessa história dos senhores de engenho do brejo paraibano. Inclusive, são esses casos de falência total, muitas vezes acompanhada do abandono da propriedade pelo seu dono, o germen de uma série de questões judiciais relacionadas a posseiros.

Inclusive, alguns casos de engenhos abandonados são mesmo anteriores à expansão da Usina Santa Maria na década de 70 e provavelmente estão relacionados mais às falências provocadas pela queda do preço da agave do que à concorrência da Usina. Aqui é importante abrir um parêntese para lembrar que a unidade produtiva "engenho" não quer dizer obrigatoriamente unidade produtora de açúcar, rapadura, aguardente, esses derivados da cana-de-açúcar. É claro que essa denominação clássica (e nordestina) se explica porque tradicionalmente engenho é um estabelecimento agroindustrial destinado à cultura da cana e à fabricação do açúcar. Mas isso não é absoluto, exemplo: As propriedades denominadas engenhos e os seus proprietários denominados senhores de engenho não tiveram alteradas essas denominações, pelo menos no caso do Brejo, porque em

determinadas circunstâncias trocaram a cana pelo café, ou pelo agave. Vemos outrossim, que as terras agrícolas do engenho podem até não estar ocupadas com a cana, mas estão sempre ocupadas com alguma cultura comercial, como foi o caso do café e do agave em Areia. Então, nessa acepção mais restrita embora até mais comum: engenho é uma terra ocupada com culturas comerciais, o que marca a oposição bastante explorada em Garcia Jr. (1983) a partir do discurso dos trabalhadores rurais que, quando iam se referir a terras onde se plantava uma agricultura de cereais (subsistência) e a terras onde se plantava somente cana-de-açúcar, expressavam a oposição enfaticamente referindo-se a terras de agricultura e terras de engenho. Mas não somente o fato de produzir culturas comerciais caracteriza o engenho e o senhor de engenho: as relações de trabalho e as condições de vida mais gerais nessas propriedades também contam quando se pensa em caracterizar o engenho. Quer dizer, o termo engenho designa todo um modo específico de gerência da terra e do trabalho que juntos compõem uma forma também particular de existência, não uma existência que se circunscreva somente nos estreitos limites do engenho, existência política, e não apenas ao nível municipal: O poder do Major Cunha Lima, por exemplo, não se restringia aos exíguos domínios territoriais do município de Areia e além disso, bem estamos vendo nessa passagem de cometa sobre alguns momentos da história de Areia, a importância desta cidade na cena política estadual. Aliás, é essa força da cultura do açúcar na história da Paraíba, inclusive mais na região da Várzea e Litoral que no Brejo, que permite a Novaes (1987:8-9) falar em uma "civilização canavieira na Paraíba". Vejamos em que termos a autora coloca a questão:

"...A cana-de-açúcar não foi, e sequer é, a lavoura exclusiva da chamada zona canavieira. A pecuária, outras culturas exclusivamente comerciais (como o algodão, o agave, o café e o abacaxi) estiveram e ainda estão presentes na região. Assim como persistem as sub-áreas destinadas à produção das chamadas culturas alimentares (mandioca, feijão, fava e milho principalmente) nos limites dos canaviais, sobretudo no Brejo Paraibano. O processo de expansão da cana-de-açúcar, sempre marcado por períodos de crises cíclicas, não foi homogêneo em toda a zona canavieira, efetivou-se em forma e tempo diversos na Várzea, no Brejo e no litoral meridional. Contudo, por características próprias a esta cultura agrícola e pelo lugar que senhores de engenho e usineiros ocuparam na estrutura social e política, não é arriscado falar em uma "civilização canavieira na Paraíba". "Civilização" no sentido da configuração de um conjunto de caracteres próprios da vida social, política, econômica e cultural da região, ainda que a Paraíba tenha ocupado sempre posição inferior no conjunto da produção açucareira nordestina."

Civilização que, se no sentido colocado pela autora, estaria vivendo seus últimos dias ou senão tanto isto, estaria vivendo um segundo momento da sua história.

A propósito, mais recentemente, com a expansão da pecuária em terras brejeiras<sup>42</sup>, também a partir dos idos de 70, há referências dos trabalhadores em seus discursos a terras de agricultura ou terras para roçado versus terra de gado, ou seja, terra plantada de capim. Isto significa que a história da cana, ou mais especificamente da cana em Areia, passa por mudanças bastante sérias no que diz respeito às relações de trabalho, e não apenas isso: De outro lado o fato de os grandes proprietários terem descoberto, depois de tantas lições de vida, que em terras brejeiras também podem produzir a pecuária bovina, não mais todos se reúnem em torno de uma única cultura ou de uma única forma de produzir a vida e os lucros. Isto significa que, embora a cana esteja se expandindo em território brejeiro, na última década, como nunca antes, sua expansão não se limita somente com a

---

42. Sobre a expansão da pecuária no brejo paraibano ver Garcia Jr. 1983.

pequena produção, há agora outra produção: a do gado. E também com esta que a cana disputa território. E não apenas território, também um modo de produzir a vida sob determinadas relações de trabalho. Então, em termos de Areia, só tem sentido se referir a civilização canavieira na medida em que pretendemos reconstituí-la arqueologicamente. Ou seja, a história da agricultura no Brejo hoje está muito distante de uma história baseada num modo de produzir a vida único: o senhor, o engenho e a sujeição dos moradores. Ou, nos interstícios, as pequenas propriedades e a produção sob bases familiares. E mesmo estas sob a jurisdição do senhor. Neste sentido as coisas mudaram tanto que o poder simbólico das terras de engenho, na referência dos trabalhadores, chega a ter o mesmo peso do poder das terras de gado.

Fechado o parêntese, continuemos. Falávamos de que algumas propriedades chegaram a ser literalmente abandonadas pelos seus donos, ficando sob os cuidados dos moradores que com o passar dos anos e a promulgação das leis trabalhistas rurais constituíram-se nos verdadeiros donos da terra. Essas terras, depois reivindicadas por herdeiros, transformam-se em palco de disputas jurídicas cujos vencedores, em boa parte dos casos nos últimos anos, têm sido os trabalhadores rurais. Essas querelas com final feliz para os trabalhadores são parte das novidades trazidas pelos anos 70.

Os anos 70 são, pois, também conhecidos como os anos em que "os direitos" institucionalizam-se. Os trabalhadores rurais têm reconhecidos seus direitos e podem apelar à Lei e não mais somente à benevolência e compreensão do patrão. Embora esses direitos constituam-se no marco mais concreto das mudanças na região, sobretudo em relação aos tempos anteriores, onde o único poder que se

conhecia era o poder privado dos patrões, longe continuam ainda de significarem a libertação ou cidadania desses trabalhadores, servindo até, muitas vezes, de represália contra eles mesmos. Vejamos, por exemplo, o caso da morada<sup>43</sup>.

A morada é uma relação pessoal de trabalho e dependência entre patrões e trabalhadores, que se caracteriza pela subordinação da força-de-trabalho do morador às necessidades do patrão. Em contrapartida o morador tem direito à morada permanente nas terras do patrão, a um pedaço de terra para cultivar o seu roçado, a lenha, a água, a remédios quando cai doente. Esse sistema de relações que compreende a morada tem as suas variações: pode ser mais ou menos flexível, dependendo do patrão ou dos termos do acordo e da função e importância do trabalhador na propriedade. O acordo é feito oralmente entre as duas partes, sendo que é o patrão quem dita as condições do acordo, logo, estamos diante de um acordo desigual, cujas vantagens da desigualdade são usufruídas pelo patrão.

Na maioria dos casos, a sujeição do trabalhador transcende o âmbito da relação econômica de terra e estabilidade em troca de disponibilidade de trabalho; a sujeição passa a ser mais ampla, exige-se do trabalhador, também, a fidelidade política: os moradores são também votos potenciais para o patrão ou seus correligionários<sup>44</sup>.

Mas não apenas aos âmbitos do trabalho e da fidelidade política se expressam a sujeição, até a vida particular dos moradores submete-se aos designios e vontades do patrão. Aliás, quando se diz que os

---

43. Para uma complementação desse estudo da morada como um sistema específico de relações sociais ver Palmeira (1977), Sigaud (1977, 1979 e 1980), Garcia Jr (1982 e 1983) e Novaes (1987).

44. Para um estudo da utilização dessa fidelidade política dos moradores e da sua importância na história do coronelismo, vide Leal (1978) e Dantas (1986).

senhores "casavam e batizavam" não é apenas por força de expressão, de fato, em seus domínios os senhores encerravam todos os poderes comuns ao domínio público. Em geral, pois, a morada é um sistema de relações com essas características, o rompimento de qualquer das regras estabelecidas, por qualquer uma das partes, pode significar o rompimento do acordo e, evidentemente, a saída do morador daquela propriedade para outra.

No caso de Areia, o trabalho do morador foi o que tradicionalmente sustentou a produção nas médias e grandes propriedades (cf. Braga de Sá, 1980), mas as épocas de pico das grandes culturas comerciais desenvolvidas ali sempre eram acompanhadas pelas saídas dos moradores: ora era o excesso de trabalho com a produção do patrão que não lhe permitia e a sua família cuidar do seu próprio roçado, ora era a diminuição do seu roçado em favor das culturas do patrão. Esses fatores acabavam por por em xeque a relação acordada. E ocorria a saída. Geralmente o morador saía como entrara ou seja, sem nada. Noutros casos o patrão lhe indenizava a sua produção agrícola e de pequenos animais. O morador saía à procura de outro patrão ou migrava para outras regiões: no fim do século passado para o Amazonas, a partir dos meados deste século para as metrópoles do sul e mais ultimamente também para Brasília. (cf. Almeida, 1958; Braga de Sá, 1980 e Garcia Jr. 1983).

As últimas décadas, sobretudo de 70 para cá, trouxeram novidades nesse processo de evasão, além de o acentuarem. Já não é comum que os moradores saíam de uma propriedade para outra; agora a migração tem um destino certo: as pontas de rua da cidade sede do município onde moravam. Isso porque os proprietários já não aceitam mais moradores



e, certamente, essa decisão generalizada tem a ver com os direitos adquiridos pelos trabalhadores rurais. Aliás, em alguns casos, ainda quando os direitos trabalhistas rurais não passavam de uma possibilidade, alguns trabalhadores já eram expulsos<sup>45</sup>, sobretudo aqueles que tiveram participação mais ativa nas lutas políticas dos fins de 50 e inícios dos anos 60. Desde aí já se antevia essa expulsão mais generalizada dos moradores ou, antes, a opção por outras relações de trabalho; relações estas que não pusessem em risco o patrimônio dos patrões, haja visto que moradores com história de gerações e gerações numa mesma propriedade significariam, em caso de indenização, em perda de parte ou até de todo o patrimônio do patrão. Daí porque começa a se generalizar entre os patrões, antes mesmo do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) entrar em vigor, a prática de expulsão dos moradores. Antevisão sábia, prognóstico acertado. Dali em diante começaria o novo tempo<sup>46</sup>, segundo Seu Manoel (aposentado rural, 81 anos, ex-morador): Tempos de luz.

Os trabalhadores livres, sobretudo da possibilidade de encontrarem nova morada, chegam à cidade<sup>47</sup>. Chegando à cidade os ex-moradores vão trabalhar aonde?

Algumas vezes até na propriedade de onde saíram: agora, assalariados, ganhando por diária ou por produção: Tarefeiros, diaristas. Sem vínculos empregatícios, geralmente. Trabalham para a Usina, para os engenhos, para os fornecedores de cana à usina e mesmo para pequenos proprietários que eventualmente utilizam a força de

---

45. A casos desse tipo se referiram dois informantes desta pesquisa, Seu Manoel Constância e Seu Antônio, ex-presidente do STR.

46. Sobre as representações que esses trabalhadores fazem do par de oposição passado/presente desenvolveremos uma análise no cap. III.

47. Sobre o significado de se viver na cidade para esses trabalhadores rurais, sobretudo os aposentados, vide cap. III deste estudo.

trabalho de terceiros. Trabalham quando há trabalho, quando não há, nesses lugares de praxe, tentam os trabalhos urbanos (em feira, em construções civis, carpintarias, etc); e quando não há lugar para se trabalhar na cidade, migram. Alguns nem chegam a perfazer toda essa via crucis, migram imediatamente.

Embora no caso do Brejo tenha sido a organização dos trabalhadores pelo cumprimento dos seus direitos o móvel da expulsão generalizada dos moradores, não é somente consequência do surgimento dos direitos (ou da possibilidade destes se institucionalizarem) essa situação. E, também uma necessidade das novas formas de expansão do capital. Expliquemos, à moda dos ingleses colonialistas, quando argumentavam contra a irracionalidade econômica do escravo como mão de obra:

1. O morador é uma mão de obra onerosa, tem a vantagem de estar à disposição quando se precisa do seu trabalho, mas nem todo o ano se precisa de trabalho.

2. Os moradores ocupam com seus roçados terras que poderiam muito bem ser ocupadas com a cultura do patrão.

3. Finalmente, moradores é sempre um risco de questões e processos judiciais nos últimos anos, depois da institucionalização dos direitos.

E, então, essa nova racionalidade do capital que passa a determinar as novas formas das relações de trabalho<sup>48</sup>. Para não ficarmos nos jargões de efeito, precisemos o nosso caso: A despeito dos direitos cuja história é, inclusive, anterior à grande expansão da cultura da cana no Brejo, verifica-se que a partir dos meados de

---

48. Mais informações sobre esta questão, ver parte I do capítulo II deste estudo.

70 quando sob a direção da Usina Santa Maria se dá a grande expansão canavieira, uma das primeiras questões que surgem é a da terra. A cana precisa sempre e mais de espaço para se expandir plenamente, numa circunstância dessa é mais que evidente que os moradores com seus roçados representam um empecilho ao desenvolvimento da cana. Outra questão ainda: Com seus roçados esses trabalhadores não podem estar totalmente disponíveis aos seus patrões<sup>49</sup>. E isto é verdade tanto no caso das terras da Usina, quanto no caso das terras de fornecedores, para estes então, a necessidade de terra é ainda maior, pois tentarão tirar apenas da produção agrícola todo o seu lucro.

Ex-moradores, libertos agora, e assalariados. Mas os salários são tão miseráveis que é comum a socialização das crianças na palha da cana. Ainda assim, ou seja, ainda com as crianças trabalhando, ajudando seus pais na tiragem das tarefas<sup>50</sup>, quando deveriam estar na escola estudando ou brincando. Ainda que por família de 6 a 7 pessoas um mínimo de 3 trabalhem 6 dias na semana cerca de 9 horas diárias, o que é igual a trabalhem de sol a sol. Pois ainda assim o que se ganha é insuficiente para se sobreviver com um mínimo de dignidade. (SEDUP:1985).

---

49. Embora isso deva ser relativizado porque houve casos, nesta pesquisa, que trabalhadores me afirmaram que quando moradores (de condição), no período da agave, trabalhavam noite e dia para o patrão, domingo e dia santo e o roçado ficava por conta da mulher e dos filhos pequenos. (Seu Raimundo, aposentado rural)

50. "A tarefa é uma área de terra de 625 braças quadradas (3025m<sup>2</sup>) aproximadamente que é fixada para o trabalhador no início da semana de trabalho, podendo ser "tirada" em tempo variável e podendo o trabalhador tirar menos ou mais de uma por semana". (Palmeira, 1977:109)

Vejamos o item "Renda Familiar" da pesquisa realizada pelo SEDUP em novembro de 1984 entre os canavieiros do brejo paraibano(1985:18):

"A média do ganho das pessoas que trabalharam na cana na semana anterior foi de Cr\$ 21.137; porém, já vimos que 39% desses trabalhadores são menores de 18 anos, que recebem salários bastante inferiores, que variavam, na época, de 15.000 até 9.000 cruzeiros por semana. (...) O valor semanal do salário mínimo na época deveria ser Cr\$ 41.750; enquanto o salário estabelecido pelo dissídio coletivo de outubro de 1984 garantia um ganho semanal de Cr\$ 44.300. Como vemos, em média, era necessário que praticamente 3 pessoas trabalhassem para ganhar em uma semana menos do que a parcela correspondente ao salário mínimo oficial; e com isso, tinham que manter uma família de 7 pessoas."

E o roçado, que pode parecer coisa do tempo da morada, ainda continua sendo a forma mais usual de complementação da renda familiar. Bastante reduzidos, evidentemente. Cultivados em terras arrendadas ou temporariamente cedidas. São pequeníssimas parcelas, que variam de menos 1 a 2ha. É comum, também, alguns proprietários cederem a terra coberta de mato para os trabalhadores limparem, plantarem, colherem uma ou duas safras e restituírem a terra plantada de capim. É a pecuária, também subsidiada pelo governo, entrando na disputa por terras com os agricultores.

Para termos uma idéia estatisticamente aproximada da importância do roçado como fonte de renda complementar, tomemos, mais uma vez, do relatório do SEDUP o item "Fontes de Renda Complementares" (1985:19):

"88% da renda obtida pelas famílias vem do trabalho na cana. Os 12% restantes são complementados através dos seguintes expedientes:

a) pela produção agrícola do roçado, que é utilizada tanto para o consumo da família como também para a venda no mercado. São produzidos principalmente feijão, milho, farinha, e, às vezes, também algodão, açafrão ou outros produtos.

b) pelo recebimento de aposentadoria de 1 ou mais membros da família;

c) pela busca de trabalho, por 1 ou mais membros da família, como assalariados ou como autônomos em outras atividades, agrícolas ou não;

d) por recursos eventuais enviados por parentes que migraram para outros centros.

Vejamos cada um desses pontos (tomaremos apenas os esclarecimentos relativos ao item roçado):

O Roçado: 81% das famílias "botou roçado" no último ano; os moradores de engenho ou usina (que são 48% dos que botaram roçado), tiveram acesso, em 89% das vezes, às terras cedidas pelos patrões para quem trabalham; 19% do total que botou roçado, o fez em terra cedida por outra pessoa (a maioria, 80%, são habitantes da cidade); 19% dos roçados foi obtido através de arrendamento (sendo também nesses casos, 80% famílias que moram na cidade); e apenas 8% plantou em terra própria, sendo destes, 69% habitantes de sítios (pequenos proprietários ou donos do "chão de casa" ao redor do qual fazem o roçado).

53% das famílias trabalhou menos de 0,5 ha, e 20% entre 0,6 e 1 ha; ou seja, 73% das famílias trabalhou menos de 1 ha. 19% ainda trabalhou de 1 a 2 ha, e o restante, 8% trabalhou de 3 a 5 ha.

Esses chamados "habitantes de sítio" são os que tem, relativamente, acesso a roçados um pouco maiores: apenas 29% deles plantou menos de 0,5 ha."

Os salários ofertados no mercado de trabalho são, em geral, os mesmos<sup>51</sup>. São também semelhantes as condições de trabalho. Ou seja, Usina, fornecedores e donos de engenho pagam, em regra, os mesmos salários e sob as mesmas condições de trabalho. Ao contrário do que poderíamos imaginar, a Usina não se diferencia dos outros empregadores; por ser uma unidade de produção moderna a Usina poderia adotar uma política também moderna com os seus empregados, pelo menos

-----  
51. SEDUP, op. cit. p.55 e 56. Na parte do relatório que trata das condições de trabalho por unidade de produção temos o seguinte:

"A Usina Santa Maria não respeita os direitos trabalhistas e não remunera melhor do que os engenhos e os fornecedores. Apesar de ser uma grande e moderna unidade produtiva no setor industrial, no setor agrícola em nada melhorou a situação dos trabalhadores, em comparação com os velhos engenhos; ao contrário, existe mais rotatividade e menos estabilidade.

Isto poderia se explicar por dois fatores:

- A Usina Santa Maria é "obrigada" a manter a mesma política trabalhista para não criar atritos com os fornecedores e os engenhos, ou por uma política de acordos comuns;

- A Usina, devido ao seu maior poder econômico, tem mais condições de resistir às pressões dos trabalhadores."

cumprir a legislação trabalhista do assalariado rural, mas isso não ocorre. Aliás, para que não parem dúvidas acerca do "comportamento" da Usina em relação ao dos outros produtores, pelo menos no que se refere às relações de trabalho, é bom que se esclareça que:

"As usinas se desenvolveram com equipamentos e técnicas agrícolas mais modernas, porém suportadas pela mesma relação social da morada, do trabalho sujeito." (Garcia Jr. 1983:345)

Isto significa que, a menos que houvesse uma fiscalização rigorosa por parte do Ministério do Trabalho, não há motivos, nem mesmo históricos para a Usina manter com seus trabalhadores política diferente daquela dos outros produtores.

Então, em porcentagens semelhantes<sup>52</sup> usineiros, fornecedores e senhores de engenho descumprem a legislação. Mas a legislação é recente, inclusive pouco conhecida entre os trabalhadores e, certamente, o Brejo e Areia, particularmente, ainda está vivenciando um período de transição no que se refere a essa questão dos direitos do trabalhador rural. Só recentemente, em outubro de 1984, teve lugar a primeira greve de canavieiros. E, antes de um movimento organizado a partir dos próprios trabalhadores, a greve foi uma decisão da FETAG, e a essa decisão os trabalhadores aderiram.

---

52. SEDUP, op. cit. p.57. "A situação, com relação aos direitos trabalhistas, é de um desrespeito generalizado. Evidenciamos duas particularidades:

- A Usina Tanques (fica localizada na vizinha cidade de Alagoa Grande) e os Fornecedores: praticamente não existem carteiras de trabalho assinadas; a usina não pagou também o 13. salário de 1983.

- A Usina Santa Maria (Areia): apresenta um índice um pouco maior de carteiras assinadas."

Após a greve de 1984 estivemos em pesquisa<sup>53</sup> na região e não havia um único patrão pagando aos trabalhadores os salários acertados no dissídio<sup>54</sup>. Inclusive, o não cumprimento por parte dos patrões do estabelecido no dissídio da Campanha Salarial de 1984 e mesmo a omissão ou impossibilidade política<sup>55</sup> da FETAG no sentido de promover um trabalho cotidiano junto à Justiça do Trabalho, com vistas a forçar os patrões a cumprirem a legislação, estão na base de um sentimento generalizado de descrédito dos trabalhadores sobre a sua força em greve, por exemplo. Tanto que depois da primeira greve já se passaram 4 anos e não houve a segunda, a despeito das tentativas da FETAG<sup>56</sup>.

Eis, pois, a Areia de todos: Mais distante do medo e mais próxima da liberdade e dos seus quinhões.

---

53. A pesquisa à qual nos referimos foi a organizada pelo SEDUP (Serviço de Educação Popular) em novembro de 1984, um mês após a ocorrência da primeira greve dos canavieiros na Paraíba.

54. As diversas categorias de patrões não só não cumpriram o acordado no dissídio no que se refere ao piso salarial e outros direitos trabalhistas, o recebimento dos dias que ficaram em greve, por exemplo, cujo pagamento havia sido garantido pelos patrões em juízo e era, portanto, uma conquista garantida por lei, não foi cumprido, o que gerou grande frustração entre os trabalhadores. SEDUP, op.cit. p.45-46.

55. Não devemos esquecer que há uma correlação de forças, a nível regional ao menos, da qual depende o cumprimento dos direitos, mesmo os constitucionais e mais alguma coisa que se conquiste nos dissídios.

56. Em outubro de 1988 estive, pela terceira vez, em pesquisa na região. E em conversa com membros do sindicato de Areia, soube que na campanha deste ano, menos de uma semana antes do dia do dissídio, chegou em Areia um assessor da FETAG perguntando a quantas ia a organização da greve por lá. E essas pessoas do sindicato, com quem conversei, responderam-lhe que mesmo que todo o brejo entrasse em greve Areia não entraria porque não se admitia que os assessores da FETAG aparecessem lá só em períodos próximos aos dos dissídios dos canavieiros. Disseram-me: Por que eles não aparecem mais frequentemente para nos ajudar a cobrar dos patrões o estabelecido nos dissídios? Por que só aparecem para fazer greve?

## CAPITULO II: APOSENTADORIA RURAL: TRIBUTO A VELHICE OU AO TRABALHO?

## 1. A história dos direitos

"...Que trama é esta  
do ser, do é e do foi?  
Que rio é este  
pelo qual flui o Ganges?  
Que rio é este cuja fonte é inconcebível?  
Que rio é este  
que arrasta mitologias e espadas?  
É inútil que durma.  
Corre no sono, no deserto, num porço..."  
(extraído do poema Heráclito in Elogio da Sombra  
de Jorge Luis Borges)

A história dos direitos (sindicais, previdenciários e trabalhistas) do trabalhador rural é uma história recente<sup>1</sup>.  
Relaciona-se, principalmente, com a organização dos trabalhadores rurais a partir dos fins dos anos 50. Essa organização pretendia

---

1. Embora as primeiras Ligas Camponesas tenham surgido logo após a redemocratização de 1945, sob a iniciativa e direção do recém-legalizado Partido Comunista - cujo objetivo e necessidade era ampliar suas bases além do espaço urbano e consolidar a idéia de uma aliança operária-camponesa para se contrapor ao latifúndio e ao imperialismo, segundo estratégia política definida desde os primeiros congressos desse partido. (Cf. Aued (1981) e Azevedo (1982) - e, mesmo antes, desde 1944 (Decreto 7.038) ainda que houvesse autorização para a sindicalização rural cuja lei, explica Azevedo (1982:55) "não foi implementada, seja por falta de pressão das massas rurais, desorganizadas politicamente, seja pelo desinteresse do governo e pela resistência dos grandes proprietários. Assim, até 1955, o Ministério do Trabalho só tinha reconhecido o Sindicato Rural de Campos (1933, sendo o mais antigo do país) e o dos trabalhadores da Usina Barreiros (1954), além de mais três outros, sendo dois em São Paulo e um na Bahia"; o fato é que só a partir dos anos 50, e com o exemplo do Engenho Galiléia em Pernambuco, generaliza-se, sobretudo no Nordeste e nas áreas canavieiras, a organização dos trabalhadores rurais no país.



lutar contra certas formas de exploração do trabalho requeridas pelas novas formas de expansão do capitalismo no campo<sup>2</sup>.

A transformação e/ou substituição dos engenhos em usinas, marcando a passagem do capitalismo mercantilista ao capitalismo industrial está na base dessas transformações. A maior produtividade da usina corresponde o aumento da demanda de matéria-prima. Esse aumento da produção de cana-de-açúcar só se permite através da anexação de mais terras à produção desta cultura. Que terras poderiam imediatamente ser incorporadas à produção da cana? As terras cedidas a moradores foreiros ou condiceiros, enfim, as terras cedidas a pequenos produtores para a produção de alimentos (milho, feijão, mandioca).

De que modo?

As estratégias dos proprietários de terras, usineiros, senhores de engenho são as mais elementares e se baseiam, sobretudo, na infração dos códigos da morada. Vimos, no capítulo I, que a infração às regras da morada redundava na saída do morador. Os patrões passam, portanto, a exigir dos moradores sacrifícios que se situam bem além das possibilidades da relação da morada. São os mais diversos, mas tomemos, por exemplo, o caso da transformação do morador-foreiro em morador de condição. Vejamos o que isso significa para o trabalhador:

O morador-foreiro é dos moradores de engenho o que vive mais livremente. Afora<sup>3</sup> uma certa parcela de terra, geralmente distante da

2. Estamos nos referindo à expansão das grandes culturas comerciais e neste caso especificamente, à cultura da cana-de-açúcar.

3. Aforar é o mesmo que alugar, só que se refere especificamente a propriedades rurais. E foro é o dinheiro dispendido pela utilização da terra. Assim como, aluguel é o montante pago pela utilização de uma casa na cidade, por exemplo.

casa-grande<sup>4</sup>, paga o foro anualmente e, além desse foro, deve ceder gratuitamente, também uma vez por ano, uma certa quantidade de dias de trabalho ao patrão. Essa quantidade de dias é variável, algo em torno de 10 a 20 dias; essa obrigação do foreiro para com o dono da terra chama-se cambão. Além dessas obrigações em troca da terra para plantar o morador-foreiro tem outras, como: vender o produto da sua colheita ao patrão pelo preço que este estabelecer, etc.(cf. Palmeira, 1977 e Novaes, 1987).

4. Estamos utilizando o termo casa-grande como uma generalidade porque tornou-se usual referir-se à casa do patrão assim. E porque, em alguns casos, mesmo não sendo grande o suficiente para ser chamada assim sempre foi substantivamente maior e melhor que as casas dos moradores. Vejamos como José Américo (1986:25) refere-se à casa-grande no Brejo:

"Vejam o que se chamava casa-grande. Era baixa e feia, com três janelas e uma porta e foi crescendo para caber a família que aumentava.

Situava-se numa elevação do terreno.

A vista não era lá essas coisas, porque a mata fronteira fechava o horizonte.

No declive cresciam mangueiras ainda jovens.

Internamente quase tudo era sala: a da frente e a de jantar, cada qual mais ampla.

Um corredor sombrio dividia as camarinhas, duas de cada lado.

A cozinha esfumaçava-se e pintava-se de preto pela fuligem do fogão de lenha. Um pilão quebrava o silêncio com as caçulas, para pilar café e milho. Quatro mãos davam pancadas alternadas, com um ritmo de mutirão..."

Aos olhos de José Américo que se tornou governador, e ministro e até imortal (Academia Brasileira de Letras) o termo casa-grande era uma piada pensando-se no seu correspondente real, e até mesmo comparando-se às casas-grandes dos senhores de engenho pernambucanos ou mesmo os senhores de engenho da Várzea do Paraíba. Mas o próprio José Américo (1986-66) quando nos fala das casas dos moradores esclarece-nos, sem o pretender, as razões da denominação casa-grande:

"O rancho de barro cobria-se de palha ou gravatã. Estando em ruínas, dizia-se tapera. Tinham uma ou, quando muito, duas peças.

A dormida era em jirau de vara ou no chão."

Almeida(1959:155) também se refere às casas dos moradores em termos semelhantes:

"Os assalariados moravam em mocambos de palha, que mais pareciam chiqueiros de porco. E nessas esterqueiras criavam a família, dormindo aos magotes em jiraus de vara ou no chão úmido, na mais abjeta promiscuidade. Quando chovia, a água corria em bica por dentro pocilga, onde todos viviam agachados..."

Já o morador de condição não paga, a não ser com a sujeição, nenhum valor monetário pela terra que utiliza para seu roçado. Deve, portanto, ceder semanalmente uma certa quantidade de dias de trabalho ao patrão que, aliás, são remunerados<sup>5</sup>, mas cuja remuneração é inferior àquela que se pagaria a um trabalhador de fora da propriedade e que viesse eventualmente trabalhar. Essa quantidade de dias da obrigação do morador de condição é muito variável, varia de um mínimo de dois dias até, sendo necessário, a semana inteira. De qualquer forma, o morador de condição deve estar sempre disponível às necessidades de trabalho do patrão, inclusive, por isto, mora mais próximo à casa-grande. Eis em que consiste um dos significados da sujeição<sup>6</sup>:

"Sujeito é assim: todo tempo que o patrão precisar o trabalhador tem de tá ali." (M. Costância, aposentado rural, em out/88)

5. Sigaud (1977:120) ao se referir ao caso da zona da mata de Pernambuco diz que há uma certa confusão em torno do que seria condição, haja visto que a relação de trabalho que pressupunha a condição, em alguns lugares onde a autora pesquisou, deixou de existir já há algum tempo. Mas ela diz o seguinte: "Parece que a condição era os dois dias de serviço gratuito por semana que o morador condiceiro dava ao patrão, em troca do direito de morar na propriedade e de ter um lote para subsistência." No caso do Brejo Paraibano, e no caso mais específico da abrangência da nossa pesquisa, a condição consistia na obrigação de o morador sujeito estar disponível a dar uma certa quantidade de dias de trabalho ao patrão mediante uma certa remuneração, ainda que pequena ou irrisória. Essa quantidade de dias variava de acordo com as necessidades da produção do patrão e, muitas vezes, era o abuso desse trabalho que provocava a saída do morador. Ou seja, tanto o morador tinha de trabalhar para o patrão que não sobrava tempo para o seu roçado; dessa forma o morador deixava de usufruir um dos direitos da morada: o de ter seu próprio roçado para complementar o ganho no trabalho obrigatório para o patrão.

6. O significado da sujeição transcende esse aspecto mais usual da disponibilidade total e absoluta do morador às necessidades de trabalho do patrão. Para uma análise mais longa das categorias sujeitos versus libertos, vide Garcia Jr. 1983.

Enfim, em termos gerais, as diferenças entre as categorias morador-foreiro e morador de sujeição são as explicitadas acima, embora haja variações<sup>7</sup> regionais.

Mas, evidentemente, não são apenas as terras dos foreiros o alvo da grande produção. Os sujeitos também são forçados a sair: O aumento dos dias da condição constitui-se na forma mais comum de rompimento da relação da morada: Tendo de trabalhar mais dias para o patrão, os trabalhadores ficam sem condições de trabalharem nos seus próprios roçados, e sem essa possibilidade de complementação do seu orçamento doméstico, só uma remuneração mais alta pelos dias de trabalho ao patrão lhes permitiria manter os níveis de consumo que mantinham quando trabalhavam os próprios roçados<sup>8</sup>. Como essa contrapartida não tem lugar só há um modo de resolver a situação: sair daquela propriedade, pois, ter de abandonar o roçado por excesso de trabalho na produção do patrão é um desrespeito ao acordo original da morada, principalmente porque das contrapartidas da sujeição o roçado é a mais importante. E isso é tão claro que, em determinadas circunstâncias, sobrecarregar o morador para ele não ter disponibilidade para o seu roçado é a primeira providência tomada para provocar sua saída da propriedade, e quando isto não é suficiente, ou seja, quando o morador consegue contornar a situação - geralmente quando em sua família há outras pessoas em idade de

---

7. Para uma análise aprofundada da categoria morador, vide Palmeira, (1977).

8. Mais informações sobre a importância do roçado, mesmo para quem não é morador, vide última parte do capítulo I deste estudo.

trabalhar<sup>9</sup> e que podem tomar conta do roçado - o patrão arranja outros motivos<sup>10</sup>.

Então, passar da condição de foreiro à condição de sujeito é o mesmo que descer na vida. Assim como abrir mão do roçado, no caso do morador sujeito, é um despropósito. De bom grado ninguém aceita isso, sobretudo quando uma determinada posição é conquistada à custa de trabalho, dedicação e confiança, como é o caso do morador-foreiro<sup>11</sup>. Mas o fato é que com a expansão sempre mais intensa da produção da cana-de-açúcar inicia ou se intensifica a disputa dos patrões por maiores parcelas de terra. E, imediatamente, objeto dessa disputa são as terras de trabalho dos moradores de condição, foreiros, meeiros e outras categorias de trabalhadores que não têm a propriedade da terra.

Mas esse é apenas o primeiro momento dessa expansão: a recuperação das próprias terras cedidas temporariamente a esses trabalhadores para o cultivo de roçados familiares em função da relação da morada.

Num segundo momento a ordem é, realmente, expandir os territórios através da compra de terras e, neste caso, a disputa é travada com os pequenos proprietários e senhores de engenho. Vimos, no capítulo anterior, alguns termos dessa disputa entre senhores de engenho e usineiro na região do brejo e vimos, também, que o aumento considerável das propriedades da usina, nas últimas décadas,

---

9. Geralmente os meninos começam a ajudar os pais no roçado já aos sete anos (dado retirado da nossa pesquisa com os aposentados em Areia). Já o trabalho "alugado" costuma iniciar depois, em torno dos 12-14 anos.

10. Vide o relato n.1, de Seu Raimundo, onde ele narra o seu caso de expulsão. Para uma observação de outros relatos de expulsão vide Sigaud (1978).

11. Mais informações sobre o morador foreiro e sua relação com o dono da terra, vide Palmeira (1977).

demonstra quais as perspectivas desse embate. Também vimos, nas tabelas 4 e 5, capítulo I, a enorme diminuição da área dos pequenos estabelecimentos em função do crescimento das grandes culturas a partir da década de 40.

Mas voltemos à questão dos trabalhadores vinculados diretamente ao engenho: Outra forma utilizada para se reaver as terras de trabalho para a produção comercial, é através do aumento do foro, que também dificulta ou mesmo impossibilita essa forma particular de exploração da terra pelos agricultores. Contra os foreiros os patrões também tentam o aumento da quantidade de dias do cambão. Daí porque uma das reivindicações dos foreiros, que aliás tornou-se bandeira de luta das outras categorias de moradores, foi a reivindicação contra o cambão<sup>12</sup>. Consequência dessas transformações nas relações tradicionais de trabalho é a organização dos trabalhadores, cuja maior expressão foram as Ligas Camponesas<sup>13</sup>. São elas o marco da resistência dos trabalhadores rurais contra a concentração de terras e o ponto de partida de uma luta que embora tivesse ressonância nos quatro cantos do país até hoje não é ainda uma luta unificada nacionalmente: a luta pela terra, pela reforma agrária.

As Ligas Camponesas foram o primeiro contato dos trabalhadores rurais com novas possibilidades ou perspectivas de vida. O primeiro golpe organizado contra uma ignorância que se estendia por séculos e séculos. Bemvindas e necessárias rapidamente deixaram os limites de

---

12. Inclusive, no movimento político desses trabalhadores utilizou-se o termo cambão num significado mais abrangente que o significado real. Ou seja, além de designar os dias gratuitos anuais devidos pelos foreiros ao dono da terra, designava também os dias de trabalho da obrigação dos moradores sujeitos ao patrão. (cf. Novaes, 1987:83-86)

13. Para um estudo das Ligas Camponesas e a sua importância para a emergência do campesinato à cena política nacional vide Aued (1981) e Azevedo (1982).

Pernambuco para se irradiarem pelos estados vizinhos. Benvindas também no Brejo, as Ligas andaram assustando os senhores de engenho, mas antes de se organizarem na maioria dos municípios aconteceu o golpe militar de 64.

Mas tudo leva a crer que 64 foi apenas o tiro de misericórdia, porque repressão contra as Ligas sempre houve<sup>14</sup>, e não apenas uma repressão circunscrita aos seus limites de atuação: as repercussões, a níveis nacionais, do caso da desapropriação do Engenho Galiléia em Pernambuco, demonstraram que a preocupação com a propriedade rural era, em última instância, a preocupação com a propriedade capitalista, daí o repúdio nacional das classes dominantes ao primeiro caso de desapropriação com repercussões políticas nacionais: poderia tornar-se exemplo para milhares de outros camponeses em todo o país, e não apenas exemplo para camponeses. Tenhamos uma idéia do que se discutia, e dos termos dessa discussão, entre as classes dominantes e seus representantes, através do editorial d'O Estado de São Paulo (apud Azevedo, 1982:71) onde sob o título Demagogia e Extremismo, em 18-02-60, poucos meses depois da desapropriação do Galiléia, um redator escrevia: "Ao criticarmos, não faz ainda muitos dias, a absurda iniciativa do governador Cid Sampaio, de desapropriar as terras do Engenho Galiléia para, num ilícito e violento golpe no princípio da propriedade, distribuí-las aos empregados daquela

---

14. A medida que as Ligas vão crescendo e expandindo seus limites, ou seja, quando os donos de terra percebem que as Ligas podem, de algum modo, questionar o seu poder e se constituírem em ameaça contra as suas propriedades, começam a se organizar para combater as Ligas, mesmo independente das ações do Estado, e para isso utilizam os mais diversos métodos: expulsam lideranças trabalhadoras das suas terras, ameaçam de expulsão ou mesmo de morte alguns trabalhadores para intimidarem os outros, chegam mesmo a mandar matar líderes, como foi o caso de João Pedro Teixeira da Liga de Sapé e outros, etc.(cf. Aued, 1981 e Azevedo, 1982).

empresa, prevíamos o que disso poderia resultar. A violência seria, como foi, considerada uma conquista das Ligas Camponesas, e acenderia a ambição dos demais camponeses assalariados, desejosos de favores idênticos (...). O movimento ganhará novas proporções, atingindo as classes proletárias das cidades, com invasão de oficinas, com o apossamento violento de fábricas, com assaltos a casas de residência, com depredações de bancos e estabelecimentos comerciais. A revolução é assim. E o que, com sua cegueira, o governo pernambucano incentivou, foi a revolução."

"O Estado, diz-nos Azevedo (1982:71), teria razão apenas em relação às Ligas que, a partir da desapropriação, capitalizaram politicamente o movimento camponês, expandindo-se por vários municípios do estado e organizando-se em outras unidades da federação."

Quer dizer, toda uma repressão exercida contra as Ligas, sobretudo com o caso do Galiléia, não as impediram de fazer outras e grandes conquistas, ao contrário, toda essa enorme repercussão, profundamente negativa aos olhos das classes dominantes, só significava uma coisa: o reconhecimento nacional da existência de trabalhadores rurais com enorme potencial de luta pelos seus direitos.

As Ligas Camponesas dão a luz a um novo tempo e um novo homem. É a emergência do campesinato à cena política nacional. É o nascimento de um novo cidadão na sociedade brasileira, o homem do campo. Esse reconhecimento político evidencia-se em conquistas legais, o Estatuto do Trabalhador Rural é o maior exemplo dessas conquistas. Num plano



mais prático e urgente ocorrem diversas desapropriações<sup>15</sup> de terras em caráter social para atender as reivindicações de trabalhadores rurais principalmente aqueles cuja organização tornava-se sempre e mais forte.

Foi também fruto dessa repercussão do caso do Galiléia, e mesmo da atuação das Ligas em cidades paraibanas, como Sapé<sup>16</sup>, que se organizou a Liga de Areia<sup>17</sup>.

Em novembro de 1959, a convite de Assis Lemos - então presidente da Federação das Ligas Camponesas do Estado da Paraíba e depois deputado estadual, cassado em 64, Francisco Julião, presidente de honra das Ligas em Pernambuco, participa de um comício em Areia. Esse comício, que ocorre nas imediações da feira, tem o objetivo de conclamar os trabalhadores rurais a fundarem um núcleo da Liga em Areia. Após narrar a história das Ligas Camponesas em Pernambuco e em algumas cidades paraibanas enfatizando já as conquistas dessa organização, Julião e Assis Lemos convocam os trabalhadores rurais areienses a também se organizarem. E o primeiro momento dessa organização seria a filiação à Liga, cujo nome oficial era Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Areia.

A Liga de Areia se organizou sob a orientação e assessoria de José Paulino da Silva, que aliás não era camponês, mas fotógrafo, simpatizante das idéias do Partido Comunista Brasileiro. Sob sua assessoria, a Liga de Areia começou a crescer e, a despeito das perseguições que não eram poucas, até o golpe de 64 reunia cerca de

---

15. O caso do engenho Galiléia em Pernambuco tornou-se exemplo clássico das conquistas das lutas camponesas.

16. Para um estudo da Liga de Sapé, vide Aued, 1981.

17. Essa história da Liga Camponesa de Areia me foi narrada, em entrevista, pelo Sr. José Paulino da Silva, organizador da Liga em Areia.

dois mil sócios. Havia reuniões quinzenais onde se discutia questões relacionadas aos direitos trabalhistas para o homem do campo, dentre elas a questão da sindicalização do trabalhador rural, da aposentadoria entre outras questões. Enfatizava-se, sobretudo, a possibilidade da reforma agrária através da desapropriação de terras como fora o caso do Engenho Galiléia. Vejamos, por exemplo, o depoimento de Seu Zé Alves, ex-sócio da Liga:

"Z - Eu também era camponês, eu tinha carteira também (...) Quem chamava a gente pra entrar era os outros. Seu Manuel Constância era um que chamava os outros, eu não, eu ainda era novo. E o povo da Usina todinho também entrou nessa lei...

B - Que lei era essa, o que era que se dizia?

Z - Era a lei camponesa... Diz que era uma lei para o pobre viver "sobre si" num sabe?

B - Como?

Z - Viver sobre si! Tomava conta da terra, dum pedaço de terra, se tivesse bananeira ficava tudo pra ele... Era pra não dar a condição a ninguém, não viver sujeito a proprietário, nem a ninguém. Era pra trabalhar só pra si, num sabe?

B - E tinha muita gente?

Z - Tinha! Era pra juntar gente pra essa lei dar certo! Pra cada um viver sobre si, pra ninguém trabalhar pra ninguém, só pra si. Era que nem uma pessoa liberta, que nem liberto! (...) Essa lei camponesa era pra esses caba que trabalhava no sítio, não dar mais condição a ninguém, cada um na sua terra e cada um trabalhava pra si, o negócio dessa lei era esse..."

Mas não se limitava apenas a reuniões quinzenais os trabalhos da Liga em Areia. Segundo seu organizador, Sr. José Paulino:

"Chegamos a fazer vários acordos entre patrões e trabalhadores, negócio de indenizações. Em alguns casos chegamos a ir a Junta de Conciliação, quando o patrão não queria entrar em acordo (...) E não ficamos só aqui não, daqui a gente desceu e fundou a Associação de Alagoa Grande, e por sinal quem esteve nessa luta foi Ofélia Amorim, era a nossa advogada, e por sinal fez um trabalho muito bom. E daqui também partimos para fundar as Ligas de Belém e Ingá. Em Belém a polícia já estava avisada e não deixou nem a gente entrar na cidade, era um bando de soldados armados... Tinham sido avisados pelos proprietários de terra. (...) Eu sei que era uma perseguição danada. Uma vez eu vinha numa estrada e me encontrei com um senhor de engenho e ele quis me empurrar no rio, que corria debaixo da ponte aonde a gente tava.

Eu sei que a gente se agarrou e ele querendo me jogar lá de cima. E eu agarrado nele. Ai eu disse: Eu posso até cair, mas o senhor vem comigo. Ai ele me soltou. E eu ainda disse a ele que esse negócio de matar é besteira porque, você sabe, sangue é semente, né? Não mataram João Pedro Teixeira, o maior líder camponês que teve aqui no Nordeste? E quem deixou de lutar por isso? Pois é, mas o certo é que eles (os proprietários) tinham muito medo do movimento dar certo, tinham medo de perder suas terras, né? Ficavam ameaçando os moradores que participassem da Associação. E também ameaçavam a gente, como esse senhor de engenho que quis me matar..." (em out.88)

A organização da Liga em Areia também teve consequências políticas rápidas e bastante concretas: a principal é a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Areia que se dá em 28 de abril de 1962 e cuja Carta Sindical é outorgada em julho do mesmo ano pelo Ministro Paulo Lacerda do então Ministério do Trabalho e Previdência Social.

A fundação do STR de Areia, que teve à frente o Cônego Rui Vieira, vigário daquela paróquia e, a partir de então, Coordenador da Equipe de Sindicalização Rural, cujo objetivo era coordenar o movimento sindicalista nas paróquias da Arquidiocese da Paraíba, foi claramente uma resposta da Igreja<sup>18</sup> à organização dos trabalhadores através das Ligas. Vejamos o que o próprio Padre Rui diz sobre o assunto:

"...Nós fundamos o sindicato para mostrarmos que um movimento bem intencionado era a melhor resposta às Ligas Camponesas. Porque era importante uma justiça para os trabalhadores do campo, e a Igreja já se preocupava em organizar um movimento que valorizasse o homem do campo, que estava tão desprezado. Foi com essa intenção que foi fundada a JAC, Juventude Agrária Católica. Eu era a favor de uma lei para os pobres, eu era a favor que os patrões cumprissem as leis. Eu era e sou a favor da justiça, mas uma justiça com equilíbrio, através do acordo, e não da violência. Por isso fundamos os sindicatos: Para fazer frente ao comunismo: Porque assim o meu movimento anulava o outro. (...) E a verdade é que de qualquer forma nos antecipamos às Ligas, evitamos que em

18. Sobre a participação da Igreja na organização dos movimentos sociais rurais na Paraíba, vide Novaes, 1987.

Areia acontecesse as violências que aconteceram em Sapé e nesses outros lugares..." (out.88)

De fato, além da expulsão de alguns moradores filiados à Liga e da prisão de José Paulino - organizador da Liga, pelas forças armadas, logo nas primeiras horas de instalação do golpe em abril de 64, não houve maiores violências em Areia, pelo menos não relacionadas à organização dos trabalhadores rurais. Ou pelo menos, não que tenham vindo a público.

Outro fato também interessante e que é importante reter aqui é o de que, em geral, os trabalhadores que se filiaram à Liga não se lembram da atuação do STR nos primeiros anos da sua fundação, ou melhor, nos anos em que este conviveu com a organização dos trabalhadores através da Liga. Inclusive, Seu Antônio, segundo presidente do STR, depois deste ser fundado, fala da atuação do sindicato sob a assessoria do Padre Rui:

"...Eu me lembro até que Assis Lemos uma vez teve aqui e mandou me convidar, justamente por Zé Colomofó, pra eu passar pras Ligas com todos os sócios do sindicato... Mas aí foi tempo que eu me aborreci por causa de um problema que houve com uma propriedade que eu queria dividir... Nesse tempo o Banco tava sendo, criou uma lei, naquela época, pra gente comprar qualquer propriedade pelo Banco e dividir com os trabalhadores. Aí eu fui... Pe. Rui era o coordenador geral de todos os sindicatos da Paraíba. Aí eu fui falar com ele e ele disse: Homem, não se meta nisso não, que você vai entrar em atrito com os senhores de engenho daqui. Aí eu disse, Eu vou fazer o seguinte: Ou eu continuo desse jeito, sendo legal mesmo ou então eu deixo! Aí abandonei!

B - Legal como, o senhor diz?

Eu queria usar das leis mesmo! Se eles tinham direito?! Aí com medo dos senhores de engenho - que todo senhor de engenho era contra a gente! Um dia desses não mataram aquela mulher do sindicato de Alagoa Grande<sup>19</sup>, né? Pois naquela época ainda era pior! Aí eu queria enfrentar, mas o Padre Rui, nervoso, disse: Não, não

19. A mulher à qual o entrevistado se refere é Margarida Maria Alves, ex-presidente do STR de Alagoa Grande (cidade vizinha a Areia), que foi assassinada em 12 de agosto de 1983, a mando de senhores de engenho da região.

adianta você ir contra esses senhores de engenho daqui, vamos levando assim mesmo e tal... AI eu disse: Não, o senhor tem que arranjar outro presidente! AI abandonei! (...) Porque no sindicato era assim: Tinha deles que pagava quinhentos réis, era sócio e pagava isso naquele tempo. Agora muitos, que nem eu disse ao Padre, muitos deles deixa de comprar meio quilo de açúcar pra pagar o sindicato. E na hora que um miserável desse tinha precisão a gente ia se negar?! Levar na enrolada? Eu não tinha coragem de fazer issol..." (out/88)

Juntando essa declaração a outras, fica-nos uma quase certeza de que enquanto em Areia conviveu Sindicato e Liga, coube a esta última o papel de reivindicar os direitos dos trabalhadores em quaisquer circunstâncias, mesmo e apesar da força dos senhores de engenho. Enquanto que ao Sindicato, inclusive consequência das razões da sua fundação, ficou reservada mais a função de conciliar, sempre que houvesse problemas entre as partes, ou seja, sempre que trabalhadores rurais e senhores de engenho entrassem em atrito. Apenas para ratificar essa possibilidade histórica, tomemos mais dois depoimentos:

Primeiro vejamos este extrato de conversa entre eu, Lica, a atual presidente do STR de Areia e seus pais: Seu ZÉ Alves e D. Júlia.

\*Z - Eles não queria que os trabalhador tirasse a carteira da Lei camponesa, quem tivesse eles botavam pra fora! Quem tivesse as carteirinhas eles botavam pra fora...

B - E o senhor conhece algum morador que tenha sido botado pra fora por causa disso?

Z - Homem, a revolução, quando estourou, botaram pra fora um bocado.

B - Mas foi preso algum?

Z - Não, preso não. Agora quando estourou mesmo eles botaram em cima e derrubaram a Liga Camponesa. Esse Luis Teixeira mesmo foi um que bateu em cima, disse que tinha dinheiro pra avoar no meio da rua pra acabar com essa Liga Camponesa! (...) Oxel! Seu Nilo, lá onde eu morava nesse tempo, também botou!

D. Júlia - Ainda hoje ele quer botar!

Z - Se falar em lei camponesa perto dele a macaca avoa no pau!

D. Júlia - Deus o livre!

B - Mas as coisas não mudaram?

D. Júlia - As coisas são mais fácil...

Lica - As ligas camponesas daquelas época, pai, é a mesma lei do sindicato de hoje!

Z - Será homem? E num já tinha sindicato naquele tempo? Já tinha! Mas o sindicato é frio, o sindicato é frio...

Lica - Oxente! E essa Liga era pior do que o sindicato?! Virgem!

D. Júlia - Eu não ouvia falar nesse sindicato não, a conversa que se ouvia era essa dessa lei camponesa..."

Seu José Paulino, organizador da Liga de Areia, também demonstra, no extrato seguinte de entrevista, que a Liga em Areia fazia as vezes de sindicato e, pelo que se diz, de um sindicato bastante combativo. Vejamos.

"P - Liga foi um nome que botaram, a reação que botou esse nome, a imprensa... O nosso objetivo com essa Associação era conscientizar o povo, o trabalhador do campo a criar uma sociedade para criar uma mentalidade para reivindicar um sindicato para eles, que os trabalhadores do campo não tinham direito à sindicalização. E esse negócio de sindicato para os trabalhadores do campo em todo o Brasil foi coisa de depois de 64...

B - Mas o sindicato daqui foi fundado em 62...

P - Foi, né? Fundado pelo Padre Rui, mas não fazia nada pelo trabalhador do campo. Não oferecia nada, só reza! (risos) E aquela história que pobre sofre porque Deus quer... Mas na Associação a gente trabalhava, tinha advogado! Eu sei que quando, no golpe de 64, a associação daqui foi extinta, já existia quase dois mil sócios..."

Não há dúvida do que há um certo exagero e parcialidade nestas considerações de José Paulino, aliás, bastante compreensíveis. O fato, porém, é que a despeito de tantas ressalvas quanto se possa fazer, o sindicato foi criado com o propósito de mediar as relações entre patrões e trabalhadores em favor destes últimos. Evidentemente, sabemos, a Liga pretendia ir além do simples cumprimento da legislação, ainda assim, se pensarmos na situação dos trabalhadores rurais antes disso, o sindicato se constituía num enorme avanço,

sobretudo notável depois da extinção da Liga. Inclusive, acerca da fundação e a propósito das suas atribuições, um dos seus sócios fundadores, hoje aposentado e entrevistado desta pesquisa, Seu Afonso (vide depoimento completo na segunda parte deste capítulo) disse-nos o seguinte:

"...Nós fundamos esse sindicato em 61, parece que foi em 61, então em 61 foi a fundação, e eu entrei nesse sindicato, me botaram com suplente de fiscal, do conselho fiscal... E o sindicato a senhora já sabe pra que é que serve, né? Pra fazer confusão! Desde que fundaram já foi assim, fazendo confusão, os trabalhador botando questão na Justiça contra os patrão..."

Areia, portanto, viveu à sua moda essa organização dos trabalhadores rurais e vivenciou-a através da sua forma mais combativa: a Liga Camponesa e, embora lá não se tenha composto nenhum cenário de tragédia, o medo continua, ainda hoje, obrigando muitas pessoas a silenciarem. Nesta pesquisa houve dois casos de pessoas que participaram e negaram qualquer envolvimento com as Ligas. Pior: Disseram mesmo que as Ligas teriam chegado até Alagoa Grande, mas não tinham subido a serra. Quando, segundo José Paulino, o movimento se deu em sentido oposto, ou seja, descendo a serra, de Areia para Alagoa Grande. Mas sobre esses casos teremos oportunidade de discutir nos próximos capítulos.

Organizados, pois, num movimento, que parecia ainda mais forte aos olhos das classes dominantes apavoradas com o exemplo cubano, os trabalhadores rurais têm reconhecidos diversos dos seus direitos. Se têm direitos, inclusive porque conquistados na luta, resta se organizarem para que esses direitos sejam cumpridos. Mas o golpe de 64, motivado também por essa organização crescente dos camponeses, certamente é responsável por um grande retrocesso nessas lutas, em

particular, e em todo o movimento dos trabalhadores, em geral. Com a perseguição sistemática de lideranças, o controle das organizações sindicais e o terror estabelecido não há como o movimento deixar de entrar numa fase de descenso.

Arrefecidos os ânimos e a luta, o saldo provisório é a vitória dos fortes: Basta uma olhada nos campos todos tomados com agriculturas de exportação ou capim para o gado, ou mesmo uma olhada nas periferias das grandes cidades ou nas pontas de ruas das cidades onde se desenvolvem as grandes culturas comerciais. Mas a história não se interrompe aí...

Mil novecentos e sessenta e quatro, é claro, não teve nada de apoteótico, sobretudo no que respeita às organizações populares. Contém, reprime, faz o diabo em nome de Deus e da Pátria contra o comunismo, mas não consegue negar as conquistas dos trabalhadores. Até faz lá as suas magias, à moda dos populistas, transformando as conquistas dos trabalhadores em dons, frutos da boa vontade do regime militar. Mas, insistimos nisso, o Estado totalitário que se instaura no país após 64 impede que a organização dos trabalhadores caminhe num determinado sentido, mas não a impede de todo de caminhar.

Dai porque continuam as reivindicações dos trabalhadores rurais e mesmo o Estado Ditatorial considera aqui e ali algumas dessas reivindicações. Logo em outubro de 64 é promulgado o Estatuto da Terra, e embora até hoje não cumprido da forma como se propõe em texto, sobretudo agora depois da Constituição de 1988, sempre foi uma base legal da luta, principalmente da luta pela reforma agrária.



Com relação, especificamente, aos direitos previdenciários<sup>20</sup>, que, tanto quanto os outros direitos foram reivindicados tanto pela Ligas<sup>21</sup> como pelos Sindicatos temos o seguinte histórico: Em 28 de fevereiro de 1967 surge o Decreto-lei 276, regulamentado em outubro do mesmo ano pelo Decreto 61.554. Este decreto institucionalizou e deu vida ao FUNRURAL; este centrou sua atenção em celebrar convênios com hospitais visando a oferecer internação e assistência médica, principalmente permitindo cirurgia geral e obstétrica, em condições de total gratuidade; alcançou assalariados permanentes e safristas, arrendatários, parceiros e proprietários, inclusive proprietários com até quatro empregados.

Os sindicatos foram usados como rede instrumental para funcionamento dos centros de serviços, neles instalando-se ambulatórios, gabinetes médicos e mesmo os transformando em pequenos hospitais<sup>22</sup>.

---

20. Para um histórico da previdência social no Brasil, vide Chiarelli (1972) e Cabral (1986).

21. Segundo Josué de Castro, em Sete Palmos de Terra e Um Caixão, as Ligas teriam, em suas origens, o propósito de funcionar como caixas beneficentes cujo objetivo principal era arrecadar, entre os próprios trabalhadores, fundos para o patrocínio de enterros com a dignidade de um caixão pois, ante a pobreza de todos, nem direito a um caixão na hora da morte esses trabalhadores tinham. Segundo, pois, esta versão - já há algum tempo relativizada (vide Azevedo, 1982) - as Ligas, em Pernambuco, teriam sido organizadas a partir dessas necessidades "previdenciárias".

22. Essa utilização dos sindicatos como aparelhos do Funrural provoca uma certa confusão na compreensão que os trabalhadores rurais têm dessas instituições. É muito comum ao se referirem ao Posto do Funrural dizerem "sindicato" e, muitas vezes, no lugar de Sindicato dizem "Funrural". Não é uma simples confusão de palavras, uma troca casual de uma palavra por outra. Essa confusão que se expressa através do discurso, na verdade é uma confusão e não somente na compreensão do que seja uma coisa e outra. Dizemos mais exatamente que, a partir do momento que o Sindicato abriga funções do Funrural, e estas até chegam a se sobrepor às funções mais específicas do sindicato - como, por exemplo, a organização da ou das categorias sindicalizadas - o sindicato descaracteriza seus propósitos e objetivos e passa a atuar mais como um órgão assistencial. E, evidentemente, ser identificado como tal, daí as confusões.

Restrito o campo de atuação do FUNRURAL aos serviços citados, continuavam as reivindicações dos trabalhadores rurais no sentido de ampliar esse quadro de benefícios. A aposentadoria rural, por exemplo, presente no Estatuto do Trabalhador Rural desde 1963 continuava a ser uma reivindicação do movimento sindical rural, assim como toda uma série de outros direitos previdenciários.

Com o intuito de atendimento dessas reivindicações se constituiu o Plano Básico de Previdência Social, através do Decreto-lei 564, de 1 de maio de 1969. Os segurados obrigatórios desse Plano Básico são os trabalhadores avulsos (inclusive o safrista) do setor rural da agroindústria canavieira e das empresas de outras atividades que, pelo seu nível de organização, nele possam ser incluídos (art.2). Esse sistema, de feição previdenciária, previa prazos de carência e institua aposentadorias por invalidez e por velhice, auxílio-doença, auxílio-funeral, pensão por morte e auxílio-reclusão (art. 3).

Acerca da prática de aplicação desse Plano, diz-nos Chiarelli (1972:145):

"...o Decreto-lei 564 começou a ter os seus tropeços logo de início (...) Os empregadores, devendo recolher para o Plano, assim como descontar de seus empregados (o Plano viveria de contribuições diretas, tal como o sistema previdenciário urbano), simplesmente faziam desaparecer de folhas de pagamento, de livros de registro, os assalariados, restringindo seu número oficial a limites praticamente absurdos. Fraudava-se o sistema (...), prejudicava-se o trabalhador rural que, face a tal política sonegadora, via-se excluído da possibilidade de gozar benefícios que haviam sido criados com o propósito de beneficiá-lo..."

Continuavam, pois, as reivindicações dos trabalhadores rurais no sentido de revisão do Plano Básico. De acordo com Chiarelli (1972:46), a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) por exemplo, tinha a seguinte proposta:

"Defendia um sistema que não exigisse contribuição direta do assalariado, considerando que o mesmo não ganhava salário para poupar (...) e julgava que não se deveria formular um sistema de proteção social voltado apenas para o assalariado, já que qualificava certos grupos de arrendatários, parceiros, posseiros e até mesmo pequenos proprietários, em "status" sócio-econômico similar ao dos subordinados. Daí buscar uma legislação capaz de oferecer maior amparo, no leque dos alcançados pela proteção securitária social."

Começam a ser discutidas hipóteses de revisão do Plano Básico e, finalmente, em maio de 1971, é editada a Lei Complementar n.11 que, além de modificar o que se tentara fazer anteriormente, em termos de previdência social rural, institui o PRORURAL. Em 11 de janeiro de 1972, o Decreto n. 69.919 aprova o regulamento do PRORURAL. E a partir dos meados de 1972, os trabalhadores começam a usufruir dos benefícios.

Vejamos os primeiros artigos da Lei Complementar:

Art.1, parágrafo 1. Ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL - diretamente subordinado ao Ministro do Trabalho e Previdência Social e ao qual é atribuída personalidade jurídica de natureza autárquica, caberá a execução do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, na forma que dispuser o regulamento desta Lei Complementar.

Parágrafo 2. O FUNRURAL gozará em toda a sua plenitude, inclusive no que se refere a seus bens, serviços e ações das regalias, privilégios e imunidades da União e terá por foro o da sua sede, na Capital da República, ou o da Capital do Estado para os atos do âmbito deste.

Art. 2. O Programa de Assistência ao Trabalhador Rural consistirá na prestação dos seguintes benefícios:

- I - aposentadoria por velhice;
- II - aposentadoria por invalidez;
- III - pensão;
- IV - auxílio-funeral;
- V - serviço de saúde;
- VI - serviço social.

Art.3. São beneficiários do Programa de Assistência insituido nesta Lei Complementar o trabalhador rural e seus dependentes;

Parágrafo 1. Considera-se trabalhador rural, para os efeitos desta Lei Complementar:

- a) a pessoa física que presta serviços de natureza rural a empregador, mediante remuneração de qualquer espécie;

b) o produtor, proprietário ou não, que, sem empregado, trabalhe na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração.

Para a identificação dos beneficiários, o Regulamento deu prevalência à Carteira do Trabalho e da Previdência Social como documento hábil para a obtenção dos benefícios, mas tratou de esclarecer (art.5. parágrafo 1) que "na impossibilidade de obtenção da Carteira do Trabalho e da Previdência Social, ou nos casos em que não caiba a emissão desta, será admitida a apresentação de documento que possa suprir a sua falta, fornecido por sindicato de classe de trabalhadores ou de empregadores rurais, desde que contenha os elementos indispensáveis à identificação e qualificação do trabalhador rural e seus dependentes, conforme instruções que forem expedidas pelo FUNRURAL."

Especificamente sobre a colaboração das entidades sindicais o art.28. dispõe: As entidades sindicais de trabalhadores e empregadores rurais poderão ser utilizadas na fiscalização e identificação dos grupos rurais beneficiados com a presente Lei Complementar e mediante convênio com o PRORURAL, auxiliá-lo na implantação, divulgação e execução do PRORURAL."

Esse exíguo histórico é suficiente para percebermos que a aposentadoria e os outros direitos previdenciários, assim como os sindicais e trabalhistas são direitos que foram conquistados em função de toda uma luta que, aliás, continua. Evidentemente não foi ou é uma luta de todos os trabalhadores rurais do país. As primeiras lutas, as Ligas Camponesas, foram movimentos localizados, praticamente restritos ao Nordeste e em especial à sua zona

canavieira. Esta limitação territorial do movimento explicaria porque de um modo generalizado o que foi fruto de uma luta é agora tido como dádiva da generosidade de um certo Presidente? Ou as determinações dessa compreensão dos direitos, especialmente, o da aposentadoria, são outras?

Passemos aos relatos dos nossos entrevistados, quem sabe, através deles possamos responder ou mesmo indicar pistas de solução a essas e outras questões propostas neste estudo.

## 2. Versões da história da submissão

"...Conheci a memória,  
essa moeda que não é nunca a mesma..."  
(Extraído do poema João, I, 14 in Elogio  
da Sombra de Jorge Luis Borges)

Cheguei, pois, até aos aposentados: Ex-moradores, pequenos e ex-pequenos proprietários. Além da aposentadoria e do seu motivo, a velhice, poucas coisas os unem: Um passado de trabalho no campo, é o ponto chave de concordância, não uma concordância absoluta, evidentemente, pois cada trajetória particular encerra em si a concreção da possibilidade de diversas trajetórias sociais redescobertas.

Os nossos protagonistas são velhos. Todos com mais de 65 anos de idade, idade mínima para requererem a aposentadoria. E como velhos, com raciocínio e olhos de velhos que eles abrem uma fenda na

memória e deixam por ela escapar trechos de um pretérito que julgam bom ou mau em função da situação que hoje vivem, do que hoje pensam, do que hoje têm ou ainda ousam sonhar ter. E, pois, com o juízo do presente que devassam seus passados, buscando respostas às perguntas que faço. Reavaliando certas situações passadas, comparando-as com o que vivem hoje. Em alguns casos transformando o passado no lugar ideal onde o tempo deveria ter-se tornado eterno. Ou, ao contrário, transformando o passado numa espécie de inferno ou purgatório do qual felizmente se libertaram. Ou mesmo conseguindo retirar de cada um desses espaços temporais o que de bom ou ruim têm ou tiveram.

Em todo caso não é sem paixão essa viagem ao passado: os olhos se iluminam e o corpo parece redescobrir um vigor perdido em tempos atrás. Eles falam à vontade (pelo menos me parecia), em alguns momentos como se estivessem falando consigo próprios. Algumas vezes se surpreendendo com as próprias reflexões, o próprio pensamento. Mas tudo indica que uma das coisas que a velhice não lhes rouba é a faculdade de pensar, de lembrar<sup>23</sup>. Ao contrário, a lembrança torna-se atividade predileta e o passado o lugar da fantasia, já que as insinuações que se poderiam reservar ao futuro não são mais apenas insinuações, são certezas. E no pretérito, então, que sempre acabam ancorando: E a cada viagem as coisas se revelam em novos matizes. Não porque a velhice teria esse poder de modificar ou mesmo de confundir as coisas. Antes, somos todos nós que temos o privilégio de estar continuamente mudando, aquela velha história grega da dialética, do rio de Heráclito. Ou mais comum: do romance que a cada leitura muda.

<sup>23</sup>. Ecléa Bosí (1979) em *Lembranças de Velhos*, detém-se cuidadosamente nessa discussão acerca do caráter social da memória, assim como considera a velhice como o tempo especialmente privilegiado de lembrar.

Mas não é o romance coisa nenhuma, somos nós, nossos interesses, nossa consciência. E por que não seria este também o caso dos aposentados rurais desta pesquisa?

Repito, pois, Borges (1987:95):

"...Toda memória modifica ligeiramente o passado e tal modificação chega a ser grande, com o tempo, podendo ser preciosa para fins estéticos."

O problema é que não estamos trilhando os caminhos da arte, mas as "ingremes veredas da ciência". (Marx, 1979:19)

Mas o fato é que o nosso trabalho não se restringe à memória do passado, mas e sobretudo, às reflexões do presente. E tentamos, na medida do que foi possível durante a pesquisa, relacionar os depoimentos, ou seja, o discurso, com outras observações, pois estas, em alguma medida e de algum modo poderiam relativizar o conteúdo dos discursos - base analítica privilegiada deste estudo.

Se tivéssemos privilegiado outros espaços/momentos do comportamento e da vida dos nossos entrevistados, certamente faríamos as tradicionais e exaustivas descrições tão do costume da nossa ciência e tão necessárias ao entendimento do nosso objeto de estudo, como, porém, empreendemos nossas análises tomando como material analítico basicamente o discurso dos nossos entrevistados, consideramos imprescindível, pelo menos à guisa de amostra, a transcrição integral de alguns depoimentos. Através desses relatos integrais podemos ter uma idéia mais consolidada da perspectiva desses discursos. Ou seja, muitas vezes as categorias relacionadas em um dado contexto e de uma dada forma dão-nos um tipo de pista, um certo significado. Mas se muda o seu arcabouço? A utilização de

algumas histórias de vida tal como nos foram relatadas é uma tentativa de resgatar, minimamente, a riqueza do nosso trabalho em campo. É impressionante como podemos usar da maneira que nos convém os "extratos" de depoimentos toda vez que precisamos confirmar ou discutir alguma hipótese. Embora, evidentemente, a nossa análise não se proponha a cobrir todo o universo dos relatos transcritos, pelo menos o leitor terá uma idéia mais completa, dentro dos temas sugeridos por nós, de um momento da visão de mundo de alguns dos entrevistados, cujos depoimentos aqui transcritos foram escolhidos em função das diversas possibilidades de trajetórias de vida que cada um dos casos sugere. Assim, dezenas de páginas deste trabalho serão ocupadas com as histórias de entrevistados, tal como eles nos contaram. Por uma questão estética, em alguns casos suprimimos as nossas perguntas, mas sempre que elas se tornam necessárias à compreensão do leitor, reproduzimos a história em forma de diálogo, como ela de fato aconteceu.

Conheçamos, então, mais de perto o que pensam os nossos entrevistados, tomemos seus próprios depoimentos sobre como foram suas vidas: seu passado, seu presente. Vejamos sob que relações de trabalho se socializaram. Sob que normas orientaram as suas vidas e, talvez, eles mesmos nos revelem as melhores pistas dessa nossa investigação.

### 1. Relato de Seu Raimundo

"Eu trabalhei em terra de senhor de engenho, em Vaca Brava de Chico Gondim, em terra de senhor de engenho, em todo serviço



pesado, braçal. Quando não aguentei mais, quando me aposentei tava com 65 anos de idade, ainda trabalhava... Ainda hoje trabalho pra poder viver, que o ganho<sup>24</sup> não dá pra passar, tem que trabalhar!

Aqui na rua tem muitos que pede até esmola porque o ganho não dá pra passar, mas eu trabalho, em tudo quanto tiver eu trabalho, eu me defendo. Mas a vida é pesada pra gente, dona, tem que trabalhar, tem que trabalhar... Contar só com esse dinheiro do governo não dá pra passar... É pouco demais, dona. E a vida é cara pra gente...

Com doze anos de idade eu comecei a trabalhar no pesado, eu fiquei sem pai e mãe com doze anos, criei sete irmãos no cabo da enxada... Tem três mais velho do que eu, mas eu fiquei trabalhando pra criar os mais novos, os mais velhos foram se casando e eu fiquei sózinho, me casei com trinta anos de idade, depois que se casou o derradeiro irmão, aí eu me casei...

#### Uma trajetória descendente?

(...)Meu pai era proprietário, mas nesse tempo não havia casamento no civil, não havia nada, aí quando ele morreu não havia herança, ninguém herdava nada. Aí ficou tudo aí em comum. Hoje é terra do Dr. Havelange o que era dos meus pais, tudo era agricultor, herdamos umas engenhocazinhas puxada a animal, umas coisinha pouca, não era como hoje, hoje tudo é elevado, mas era umas besteirinha. Minha mãe morreu, não era casada com meu pai no civil e quem tinha essas terrinha era o pai de minha mãe, o pai dela era senhor de engenho e quando meu avô morreu nós não tiramos nada. Minha mãe morreu primeiro do que meu avô, ela morreu de parto e ninguém herdou nada. Os outros neto dele herdaram, né? Mas minha mãe morreu primeiro do que ele e não podia ter herança, né? Ficamos sem nada, aí fomos viver da agricultura em terra de senhor de engenho. Criei sete irmãos no cabo da enxada, depois casei e criei oito filhos no cabo da enxada também. Acabei de criar, também já casei velho, quando criei o derradeiro caçula eu já tava estancado...

#### Cidade e Campo: Estratégias de Vida e o "tempo de se aposentar"

(...)Eu trabalhei vinte e cinco anos com Chico Gondim. Cortava cana diretamente. Quando foi tempo que apareceu agave... Em 40 começou o agave, comecei a cortar agave, quando não aguentava mais cortar, já tinha quebrado o espinhaço vim m'embora pra rua. Eu tô na rua faz uns 35 anos. Aí comprei essa casinha, também nesse tempo uma casinha não era nada, essa casinha custou um cruzado e cinquenta centavos. Naquele tempo tinha como comprar, se tivesse terminada comprava, se quisesse fazer tinha como também! Uma casinha por mil e quinhentos, quer dizer que mil e quinhentos hoje em dia é um cruzado e a metade d'outro cruzado. E eu tinha esse dinheiro nesse tempo, e eu comprei essa casinha que é onde eu moro. Eu já tinha família aqui...

Eu já havia estancado em terra de senhor de engenho, não aguentava trabalhar mais, e o caba quando tá doente, não pode

24. O ganho ao qual o entrevistado se refere é a aposentadoria.

trabalhar mais, o povo pega a dizer: é preguiçoso, não quer trabalhar, não pega serviço, mas não pode mais, tá estancado... Eu trabalhei vinte anos cortando rapadura em engenho, só cortando rapadura em banqueiro de engenho, havia acabado as mão, as mão tremia já, ruim das mão, ruim da vista, aquele calor de engenho<sup>25</sup>, aí não podia ficar lá...

Aí eu trabalhei de servente de pedreiro aqui na rua, levando tinta na cabeça, de servente de pedreiro ganhando dois mil por dia. Em 53 foi uma crise aqui Ruim, uma fome! E eu fui trabalhar na fábrica<sup>26</sup>. É uma fábrica de tecido, de fazer saco que tem aqui. Eu fui nesse tempo trabalhar lá, a cruzado a hora. Trabalhava dez horas por dia pra ganhar 4 mil réis. Pois foi uma crise grande em 53, eu escapei dando 14 horas por dia, dez horas de dia e 4 de noite. Essa crise foi porque nesse tempo não havia movimento como hoje, seca, sem chover... Já era mês de maio. E entrou janeiro, fevereiro, março, abril e maio sem chover, sem inverno, aí era a crise no meio do mundo. Eu passei sacrificado. Sacrificado até hoje! Eu vivo mais meu caçula, mas ele não trabalha, estuda. Eu tenho que trabalhar pra alimentar ele e a mim. Eu não tenho mulher, sou viúvo, tô com vinte anos de viúvo. Não pode trabalhar os dois, que ele cozinha pra eu comer. Quando eu saio, ele fica, quando ele fica eu saio. Tá com 24 anos de idade ele já. Quando eu saio ele é que cozinha o nosso comer, quando ele sai eu fico cozinhando o nosso comer, não tem mulher. Paga pra lavar... ele não conheceu nem mãe, quando eu fiquei viúvo ele ficou com 3 anos.

Sim! Aí vim aqui pra rua, trabalhando de servente de pedreiro aqui na rua, quando não tinha serviço, ficava trabalhando nos sítio dos senhor de engenho, cortar cana, limpar mato, tratar gado. Na rua faltava serviço pra mim, lugar pequeno: quando o governo tá construindo, bem! Quando não tá!... Quando não tinha serviço aqui eu ganhava os sítio: lá cortava cana, lá limpava mato, fazia os trabalho de engenho, até que me aposentei. Aí sai de Benedito Sales.

Eu me aposentei eu tava com 65 anos de idade, chegou meus tempo de se aposentar, nascido e criado aqui mesmo, nasci em Vaca Brava, fui criado em Vaca Brava, conhecimento com o povo, não deu trabalho pra aposentar não senhora. Nunca andei no meio do mundo,

25. Para uma descrição detalhada do processo de fabricação de rapadura no engenho, vide Braga de Sá, 1980.

26. Esta fábrica já não existe mais, não sabemos ao certo quando foi fechada, o que sabemos é que ela esteve relacionada com a origem de um sindicato (o das tecelãs) e sobre este sindicato Assis Lemos em Entrevista a Chasin e Vaisman (1982:195), diz o seguinte: "...Lá (em Areia) havia uma tecelagem onde 90% dos operários eram mulheres e a fábrica desrespeitava continuamente a legislação trabalhista, por exemplo, demitindo mulheres que estavam grávidas. Algumas, inclusive, chegavam quase a dar à luz no recinto da fábrica, pois procuravam esconder a gravidez até o último momento, para não perderem o emprego. Em função disto se resolveu organizar um sindicato para inicialmente lutar pela aplicação da legislação trabalhista. Foi um sindicato muito combativo. Uma vez houve uma greve e a policia foi lá, as mulheres enfrentaram a policia, conseguiram romper o cerco e fizeram uma passeata na cidade e a fábrica teve que aceitar a reivindicação que era a readmissão de quatro operárias."

só conheci daqui pra Vaca Brava, aonde eu fui criado. Nasci lá, lá me criei, lá fui pai, irmão, padrinho, tudo lá. Quando eu me aposentei, acabei de tirar o batistério, só só foi me aposentar... Os patrões serviram de testemunhas. Benedito Sales, Dr. Antônio e Orlando Sales, três pessoas, dois irmão e um cunhado. Foram meus patrões também, eu tratava de gado deles lá, no Quati. Compraram o Quati perto da Usina Santa Maria, eu fui tratar de gado deles, passei 8 anos tratando de gado lá, mas passei 15 anos trabalhando mais eles, 15 anos! Limpando mato... Ai foi tempo que eles compraram essa propriedade, foram criar gado, ai eu fui tratar de gado, ai foi tempo que eu fui acidentado, fui cuidar duma vaca, passei mal, ai o patrão falou em me aposentar, ai faltava negócio de um mês ou dois pra completar a idade, ai depois que completou ai me aposentou, não deu trabalho nadinha... Fui criado aqui no conhecimento, meu batistério aqui na Igreja, com o Pe. Rui, tudo aqui, não deu trabalho de nada, tudo foi fácil...

Enfim o santo dinheiro...

(...)Mas antes de chegar a aposentadoria ninguém acreditava, ninguém! Todo mundo dizia que não vinha nunca, o povo até mangava de quem acreditava e dizia que não vinha nunca... Porque no tempo da gente não havia isso não, não havia esse negócio. Ai começaram a dizer: vão aposentar os véi tudinho, ai ninguém acreditava, ouvia no rádio e não acreditava. Ninguém tinha fé, tudo cheio de prazer, só não tinha prazar em ter, porque só Deus sabe, isso é um dinheiro santo que Nosso Senhor dá a gente, Nosso Senhor e o governo! É um dinheiro santo! O pobre tem o seu carnêzinho em casa, com aquele carnêzinho compra fiado, aonde chegar tem um documento, e tudo isso é vantagem, tudo é vantagem, tem o documento em casa, tem o carnêzinho e compra fiado aonde quiser. Aquele carnêzinho serve pra andar no bolso como documento, e antes nada disso não havia, pelo menos isso não havia. E ninguém acreditava, não tinha fé ninguém, porque passou muito tempo dizendo que ia aposentar os velho e ninguém acreditava não, até que chegou. É um dinheiro muito santo que a gente recebe, um dinheiro sem choro, pode ser pouquinho, mas é um dinheiro sem choro, chegou, a gente recebe o dinheirinho ali, paga a quem deve, faz sua feirinha, ai vai trabalhar pra comer o resto do mês por que serviço tem!

Ai esse dinheirinho do governo dá pra inteirar, quebrar o galho dentro de casa, é um dinheirinho certo, todo mês tem aquele dinheirinho ali, um caba como eu que não tem vício nenhum no mundo, não bebo nem jogo, tem aquele dinheirinho ali, tira um pedacinho, arranjo por fora, divido em 4 pedacinho e todo fim de mês recebo o dinheiro outra vez, e vai... Inteira aqui e ali e vai, mas é sacrificado... Eu não tenho mulher, pago pra lavar, pago 5 mil por semana, dá 20 mil por mês, pra lavar minha roupinha e a do rapaz. Eu pago água dentro de casa, eu pago luz dentro de casa, tudo isso desse capitalzinho que tem, divido pra tudo isso ai, precisa ser muito seguro, muito econômico e saber se orientar...

Vive sacrificado, os véi tudo vive sacrificado, mas esse dinheiro serve muito pra gente. Ninguém precisa tá roubando e nem tirando o que é de ninguém, nem pedindo esmola. E a senhora sabe,

que um homem moço tá lá fora, trabalhando no pesado, pra ganhar 30 mil por dia. E um velho só pode ganhar dez, doze porque não tem mais disposição pra trabalhar o tanto que um moço trabalha, só ganha pela metade e tem que comer como um moço come, e vestir como um moço veste também. Um moço trabalha no serviço pesado e tem o seu capitalzinho, um velho não faz o mesmo serviço, eu não faço mais porque não posso. Eu tô ajudando um rapaz ali, ajudo ele a vender banana, cortando, ajeitando, ganho 50 mil por semana. E tem vez que fico enfadado, na minha idade, eu tenho 74 anos de idade, já trabalhei muito em serviço pesado, em cabo de enxada. Quando é novo não, mas um velho se acaba! Eu não tô acabado porque fui criado sem vício, ainda tenho um calibre melhor, esse povo criado em vaidade num instante se acaba. Eu, criado do jeito que fui criado, trabalhando, trabalhei até encostar, até quando não pude trabalhar mais. E ainda tem que trabalhar, porque se não trabalhar não vive, se for contar só com esse capitalzinho eu passo fome. Se viesse mais era melhor pra gente. Ninguém queria dinheiro não era pra vaidade, queria dinheiro pra se manter, pra encher a barriga, dinheiro pra ficar de barriga cheia...

#### Hoje e antigamente: os fantasmas do passado

(...)Lá em Vaca Brava, de Chico Gondim, eu dava a condição<sup>27</sup>, sim senhora. Era cinco dia por semana, a mil e quinhentos o dia e tinha um roçadinho, plantava um litro de milho, tudo coisinha pouquinho, um litro de milho, dois litros de feijão. Depois foi crescendo a vista, aí ninguém plantou mais nada... Foi crescendo demais a vista no que a gente tinha, quando via que a gente tava ganhando uma coisinha, ele esgotava a gente, não queria mais: "Ah, tá enricando, tá enricando, eu não quero mais não." Foi quando eu vim pra rua... Eu sai de lá porque quis, porque tava velho, estancado já, cansado, não podia trabalhar mais no pesado e quando o caba não pode mais trabalhar no pesado é porque é preguiçoso, não quer trabalhar, é ruim... E as coisinha da gente eles começa a botar o olho em cima, dizer que tá melhorando, tá melhorando... Aí começa a castigar, faz é castigar até o trabalhador sair, pega a aumentar a condição da gente, as vez bota outro pra tratar do serviço da gente... Quando o caba possui uma vaquinha pra dar leite ao filho, uma cabrinha, eles pegam a castigar a gente pro caba sair. Por isso que não tem mais ninguém... Lá tinha uns oitenta moradores e hoje não tem quase ninguém! Os moradores era tudo conhecido meu, tudo gente pobre igual a mim, trabalhava tudo junto, morava tudo na propriedade, acostumado lá, os meus compadre era tudo gente pobre que nem eu. Tudo dava a condição, tudo tinha uma terrinha pra trabalhar. Mas quem trabalhava em sítio de engenho, em sítio de agave, trabalhava todo dia da semana, as vez ele queria até o dia santo, até o domingo ele queria também. Eu vou dizer a senhora, eu trabalhando lá em Vaca Brava de Chico

27. "Dar a condição" significa a obrigação do morador de trabalhar remunerado, uma determinada quantidade de dias, no eito do senhor de engenho (na cana, agave, café ou outra cultura comercial). Mais considerações acerca dos dons e contra-dons da morada vide última parte do cap. I deste trabalho e primeira parte deste capítulo. E, Palmeira (1977); Sigaud (1977 e 1978) e Novaes (1987).

Gondim, eu enterrei um menino pagão porque não pude batizar aqui, no Domingo. Eu vinha aqui pra batizar o filho doente, aí ele disse: Não, hoje é pra tirar agave, batiza amanhã! Aí o menino morreu pagão. Eu não me esqueço nunca disso. Porque o menino foi enterrado pagão a culpa foi dele. Mas ele não tinha mau coração pra ninguém, ele fazia isso porque tinha precisão de trabalhador, e o caba era sujeito<sup>28</sup> a ele e tinha que fazer o que ele queria... Se ele via uma situação dum trabalhador assim, não dava demonstração, rico não repara pra pobre! Mas tudo é carne humana, não é senhora? Tudo é filho de Deus... Porque a senhora hoje tá com a barriga cheia e vê um pobre com fome não deve se julgar, né? Não deve se julgar não senhora. Deve ter pena daquele cristão que tá passando necessidade, porque é tudo uma matéria só. Pode ser mais rico, ter mais qualidade, ter outro destino, mas a carne é uma só. Quando Nosso Senhor leva um desse mundo para o outro, não escolhe qualidade, tira qualquer um.

Sindicato: A punição dos patrões

- O senhor é sócio do sindicato?

Sou sócio, sim senhora. Paguei já 18 anos de sindicato, quando começaram a dizer que apareceu sindicato aqui na rua, aí eu peguei e fiz minha carteira, que era muita vantagem pra mim... Porque o povo dizia que quem pagasse sindicato tinha vantagem: se trabalhasse em terra de senhor de engenho e ele botasse pra fora era punido... Aí peguei e tirei minha carteira. Aí a vantagem do sindicato era essa: Quem trabalhava em terra de senhor de engenho, se saísse, o senhor de engenho pagava. Aí é muita vantagem ter carteira do sindicato. Grande vantagem. Antigamente, eu via aqui em Mundo Novo, o Major Cunha Lima tocar fogo em casa de morador, botar tocaia em morador e hoje não existe mais isso. Hoje tem punição pra isso. A pessoa trabalha na propriedade de um senhor de engenho e quando quer sair tem "punição". Eu vi aqui em Mundo Novo o Major botar fogo em casa de morador pobre, e pegar o gado e botar dentro do roçado do morador e não tinha punição pra isso, hoje em dia tem punição, é só chamar o sindicato e botar o advogado... O sindicato é bom por isso, tem as reuniões e tudo que se fala ali é a favor do pobre. No outro ano fizeram uma greve e foi tudo lá, eu fui no sindicato e achei bom a greve. Eu gostei porque é do lado do pobre que não tem condição, rico tudo tem na mão, tudo tem na mão já! E se o trabalhador ganhar mais pra trabalhar é vantagem pra ele, né?

- Se o senhor tivesse trabalhando no tempo da greve, o senhor teria entrado na greve também?

Eu não tinha entrado na greve não senhora, porque eu não desejo fazer o mal a ninguém, e a greve pra uns faz mal. Uma que tá fazendo mal é a greve desses professores, aí tá fazendo mal!

28. A sujeição, vimos já neste trabalho, significa a disponibilidade total do tempo do morador às necessidades do senhor de engenho. Como Seu Raimundo mesmo diz: "...O caba era sujeito a ele, e tinha que fazer o que ele queria..." Ou, para relembrar as palavras de Seu Manuel na parte I deste capítulo: "Sujeito é assim: Todo tempo que o patrão precisar, o morador tem de tá ali..."

Esses professores já ganham muito dinheiro e tem muito pobre aí na rua perdendo o ano<sup>29</sup>...

Ligas Camponesas: O mundo sem dono

- O senhor já ouviu falar nas Ligas Camponesas?

Já, sim senhora. Mas não acho que é vantagem não senhora. O povo dizia é que nessa lei não havia casamento, não havia batizado e não pode ser bom por isso. Porque assim é o comunismo no mundo!...Porque o comunismo no mundo se acaba tudo, se acaba Igreja, se acaba casamento. Aí fica o mundo aí sem dono...

A política: Eu já precisei de político, mas não fui válido...

- E os partidos políticos, o PDS, o PMDB, o PT?

Não conheço nenhum, não senhora. Pobre não conhece essas coisas, não. Pobre, se votou tem seu voto, e se precisar de político recebe só maçada! Eu nunca votei, agora vai ter voto pra nós, né? Mas eu tenho 7 filhos eleitor. E tem um bocado de genro que tudo é eleitor também. Nessas campanha assim, eles vota com quem o destino deles dá. Não tem preferência com ninguém. Com quem tem destino de votar, vota. Eu nunca votei, mas se eu for votar, eu voto, não tenho destino de nada, mas se precisar eu voto. Eu já precisei de político, mas não fui válido, não senhora. Aqui em casa tinha 4 filhas moça e quando foram passar pra o ginásio, aí tinha que comprar uns livro, as 4 filha num ano só, aí andei, andei e num arranjei nada... Esse prefeito daqui, eu vejo ele

29. É interessante atentar para o fato de que em relação à greve dos canavieiros, Seu Raimundo começa dizendo que foi uma coisa boa porque com a greve se tinha intenções de melhorar a vida do "pobre". Quando lhe perguntei se teria participado do movimento caso estivesse trabalhando na cana, ele diz que não teria participado porque "não deseja fazer o mal a ninguém" e continua, dizendo que "a greve pra uns faz mal". E cita como exemplo uma greve de professores estaduais que estava ocorrendo na Paraíba naquele período (junho de 1986). No exemplo da greve dos professores, Seu Raimundo diz que esta greve prejudica "os pobres" porque muitos deles estariam perdendo o ano letivo. Teríamos então: uma greve pelo pobre (os trabalhadores da cana) e uma greve contra o pobre (a dos professores estaduais). De uma ele se coloca a favor e da outra ele se coloca contra. Mesmo a favor da primeira ele não teria participado dela, "porque não gosta de fazer o mal a ninguém". O que significa isto?

Seu Raimundo sabe muito bem a quem pode prejudicar a greve dos canavieiros: aos ricos que "tudo tem na mão", que se opõem genericamente, aos pobres que nada têm. Mas tudo indica que quando eu pergunto se ele, particularmente, teria participado do movimento e ele diz que não, alegando que "não deseja fazer o mal a ninguém", o que lhe ocorre é um padrão particular a quem ele supostamente estaria fazendo mal caso entrasse em greve. E Seu Fulano ou Sicrano. Ou seja, o que vem imediatamente à memória e mesmo ao sentimento é uma relação pessoal entre ele e um determinado padrão e não mais a oposição genérica à qual ele se referiu anteriormente: padrões ricos versus trabalhadores pobres. Não é mais, portanto, um sentimento de classe, mas um sentimento pessoal, humano.

assim, mas nunca ocupei ele pra nada, mas o povo diz que é bom prefeito... E porque vejo ele fazer pelos outros, dá trabalho a um e a outro, constrói uma casa, emprega um e outro. Nunca ocupei ele pra nada, mas sei que é um bom prefeito... Eu tô faz 35 anos aqui na rua e já vi um bocado de prefeito, mas tem uns que não faz nem uma calçada e ele faz muita coisa...

Expulsão indireta<sup>30</sup>: "Ele foi castigando, castigando..."

(...)Eu acho melhor morar aqui na rua. Porque aqui, adocece um, corre ali tem um medicamento. No sítio o pobre não tem transporte, no sítio é tudo difícil. Hoje em dia os proprietários têm tudo morando na rua, as propriedade é cheia de feitor, de administrador, e é tudo socado dentro da rua. Desde que eu tô aqui, os proprietários são tudo na rua, dão valor ao sítio, criar gado, plantar cana, mas é aqui! Antigamente era tudo lá. Hoje em dia não mora mais ninguém. E os trabalhador aposentado também têm tudo aqui na rua. E eu tô também por isso, ele foi castigando, castigando, aí eu disse que ia sair, eu disse: Eu vou morar na rua... Eu vou m'embora. Aí ele pagou o roçado e uns pés de fruta, eu vendi uns carneirinho e cheguei na rua com 5 contos. Aí eu queria uma casinha pra morar, aí comprei essa casinha... Ele fez isso com todo mundo, foi fazendo, foi fazendo e foi saindo, saindo, hoje não tem mais ninguém. Olhe, dona, eu já alcancei Mundo Novo, do Major, com 100 moradores e hoje não tem mais vinte! Tudo saiu... Saiu de tudo quanto foi propriedade... Eles vão encarcando, encarcando o pobre até que saiu todo mundo, eles não precisam de ninguém pra trabalhar mais porque é tudo cheio de capim, cheio de gado, e não querem mais ninguém pra trabalhar, bota tudo na rua!...

Reforma Agrária: "Se eu tivesse um pedaço de terra eu deixava tudo aqui e ia..."

- E a Reforma Agrária, o senhor já ouviu falar?

(...)Já, sim senhora. É bom pro pobre também, é do lado do pobre... Aqui em Areia já chegou também, agora o ignorante não sabe, mas chegou. O patrão bota pra fora e é punido, agora o ignorante não sabe não, eu vivo no comércio e vejo as coisa...

- Não, seu Raimundo, agora eu tô falando dessa história do governo comprar as terras dos que têm muita terra pra deixar os pobres plantando nelas, trabalhando nelas...

Ah, isso aí, se tivesse saído, se sair é bom demais pro pessoal, aumenta o comércio, aumenta a agricultura pro pobre trabalhar e tudo isso é muita vantagem pra o pobre. Se fizer isso dá certo. Dá certo porque a rua é cheia de gente sem poder trabalhar, sem ter aonde trabalhar. O proprietário encheu a terra toda de capim, esgotou a terra dos pobre dos morador trabalhar, arruinou tudo até o redor de casa. Quando eu morava na terra de Chico Gondim, quando eu morava com eles lá, eles foram enchendo de cana, pr'acolá, pr'acolá... até chegar junto da casa do morador,

30. Em Os clandestinos e os Direitos (1978), Lygia Sigaud recolhe relatos semelhantes, entre os canavieiros de Pernambuco, sobre os casos e formas de expulsão de trabalhadores das propriedades.

ai quando chegou de junto da casa eu vim'embora, e aqui todo canto é assim! Se era terra do patrão, no meu tempo, mas eu tô muito velho, tudo era diferente: O caba plantava, trabalhava, criava gado, ai aquela terra descansava e se fortificava pra trabalhar de novo; a terra parava quatro, cinco anos e ficava se fortificando. Hoje ninguém vê mais isso, as terra são tudo plantada de cana, de capim. As vezes tem uns roçadinho que os senhor de engenho dão aos pobre pra trabalhar, mas é uma terrinha cansada, que não dá mais nadinha, o caba tem um trabalho danado pra terra não dá nadinha, o que é que o caba vai fazer? Eu trabalhei um ano e o homem pediu a terra e eu fiquei sem nada. Eu limpei mato, tirei raiz de agave e quando a terra tava dando pra cultivar o dono tomou, e assim... Mas se fosse dá terra aos pobre? Quem não queria ter ali, aquele pedacinho de chão seu? Trabalhava e lucrava, podia trabalhar a vida toda. Se tivesse um pedaço de terra eu queria demais. Eu deixava tudo aqui e ia..."

Hoje e antigamente: as múltiplas percepções dos direitos

(...)Olhe dona, antigamente os patrão fazia o que queria, nós era mesmo que uns escravo, antes, sabe? Era que nem uns escravo. Eu peguei esse tempo, eu fui criado nos sitio, eu vim pra rua com mais de 50 anos de idade, só nos sitio. Em 37, naquela situação eu fui trabalhar em Campina<sup>31</sup>, e trabalhei até no sertão! Chegou abril, em Chico Gondim não havia nada, era só a seca. Ai ele disse: Vocês vão trabalhar por ai que eu não tenho mais serviço pra ninguém não. Ai botou todo mundo pra trabalhar fora porque lá não tinha ganho pra ninguém. Eu trabalhei em S. Mamede<sup>32</sup>, passei quatro meses em S. Mamede... Hoje os tempo tão melhor, pra mim tudo é bom pra vista do que já foi, como naquele tempo! Quase todo mundo era escravo, um bocado de escravo dos senhor de engenho, nas terras deles. Hoje em dia, morar na rua, na sua casinha, ou bom ou ruim, mas trabalha a quem quiser, a quem achar melhor, a quem for melhor! Antigamente o caba trabalhava sujeito, como um bocado de escravo! Terra, só se for da gente, não é dona? Roçado da gente, que o caba domine, que ele diga que é seu, mas dos outros? Roçado em terra dos outros?! Eu trabalhava num roçado num ano, numas terra aqui, no outro ano o dono tomou pra plantar capim. E eu fiquei sem trabalhar! Perdi tudinho! Tem outros aqui na rua que pegaram uns roçado numas terra aqui atrás da rua, limparam o mato todinho, todinho, ai plantaram um ano e quando lucraram e limparam tudo, ai o dono pediu a terra, tomou a terra... E nem o advogado do sindicato pode fazer nada, só pode se for morador e passar muito tempo na terra, por isso que os senhor de engenho dá as terra pros pobre botar um roçadinho e toma logo... Agora se passar tempo e um senhor de engenho for botar o pobre pra fora, tem punição. Antigamente tocava fogo no roçado do pobre, botava o gado dentro, tocava fogo nas casa. Hoje, virgem Maria! Não tem mais isso não! Hoje tem lei para os pobre, que não havia. Não havia lei para os pobre. Hoje em dia o pobre só trabalha aonde quer, é pobre

31. Campina à qual ele se refere é Campina Grande, primeira cidade da Paraíba, depois da Capital. E centro regional controla todo o comércio do sertão à Capital.

32. São Mamede fica localizada no sertão paraibano.



mas tem gosto pela vida que já acabou-se o cativoiro. O patrão me castigou uma, duas vez, com três eu sai. Sai por causa do cativoiro, o patrão queria que eu desse 5 dias por semana, às vezes mais, as vezes não queria que eu guardasse nem o domingo, nem dia santo! Agora, na rua, o caba trabalha aonde quer. Pobre assim, sacrificado, mas dá!...E o Major que dava até pisa em morador? Mandava dar, né? Chico Gondim não fazia isso não... Trabalhava muito, não é bom também não, mas mais ruim é apanhar. Chico Gondim puxava pelo trabalhador porque tinha que aumentar aquele meio de vida dele, e aumentou, morreu rico! Mas ele não fazia mal a ninguém, se compadecia do pobre. E Zé Rufino? Que não queria bem a ninguém? Era que nem os judeu com Jesus, só queria pra ele sózinho. Eu morava com Chico Gondim e era tudo extremado e eu sabia tudinho. E uma vez Zé Rufino mandou dá peia num pobre que trabalhava com ele, e Chico Gondim não fazia isso com ninguém. Puxava pelo trabalhador, sim senhora, mas não fazia mal a ninguém. Tem uns patrão pior, né? O caba ganha um salariozinho pouco e ele não paga todo ao pobre, paga de má vontade, paga de pedaço...Eu sai de Chico Gondim porque tava prejudicado, porque tava trabalhando demais, e não tinha condição porque tava trabalhando demais. Porque hoje em dia o caba trabalha oito horas por dia, aqui é oito horas por dia, e lá ele queria que trabalhasse o dia e entrasse pela noite. O caba trabalhava mais de dez horas por dia. Com um salário pequeno e trabalhava mais de dez horas por dia, a familia muita e ganhando pouco se acabava logo tudo. Hoje em dia a familia é mais pouca e eu tenho que trabalhar mais pouco também...Eu era empregado de lá, sujeito. Trabalhava no corte de agave, era sujeito três dias por semana, quando acabava ia cortar cana, no tempo que o engenho tava moendo, eu trabalhava no engenho também, cortava rapadura no engenho. Ai foi tempo que ele botou a lei: No dia que o engenho não moer, vai limpar mato; no dia que não houver agave pra cortar, vai limpar mato na enxada. Ai eu vi que ele tava imprensando demais, eu trabalhava cinco, seis dias, e quando o engenho só moia três dia por semana, eu queria os outro dia tá no meu roçado; e ele queria que eu fosse limpar mato, ai eu conheci que tava apertando demais eu. Tava explorando muito o trabalhador por isso. Quando parava de moer o engenho, quem era empregado só de engenho tava ali, em pé, com seu roçadinho; até um dia ele botar o cabresto na pessoa, eu ter que voltar pra enxada, ai eu peguei não pude mais viver com isso. O engenho moia cinco, seis meses, o caba trabalha no engenho seis dias por semana, no inverno o engenho não moia mais, o caba tá mais desapertado, ai ele queria que a gente fosse pra enxada, ai foi saindo, saindo e hoje não tem quase ninguém...

O trabalho na cidade: "Se não tivesse isso era pior pra mim..."

- Como foi que o senhor conseguiu esse trabalho que o senhor faz agora, aqui?

Foi assim: Seu Martinho morava aqui perto de mim, levou uma facada por ai e quase morria. Ele era muito pobrezinho, não tinha quase nada, ai eu disse, do jeito que esse pobre tá doente no hospital, se ninguém ajudar vai se acabar os trocinho que ele tem. Ele tinha sete filho pequeno dentro de casa. Ai eu peguei e fui

negociar com os trocinho dele, pra dar a feira dele. Dois mes eu trabalhando sózinho, todo sábado de tarde eu levava o dinheiro da feira na casa da mulher dele. Ai com o capitalzinho que sobrava eu ia comprar banana nos sitio e negociando na feira, quando ele ficou bom eu fiquei lutando mais ele, ainda hoje eu tô. Faz oito anos que eu luto com ele. O dinheiro dele era muito pouquinho, se ele fosse viver com aquele capitalzinho sem trabalhar, doente no hospital, ele ia abaixo, ficava sem nada! Eu ganho 50 mil por semana, tô achando bom porque se não fosse com ele era pior... Nessa idade eu não podia pegar no pesado pra senhor de engenho. Sair de manhazinha, em cima de caminhão, debaixo de chuva pra ir trabalhar. Muito velho, aguentando frieira, não dava mais. E assim, o pouco que eu ganho com ele dá pra ajudar, tá me servindo. Ele me dá 50 mil por semana, e eu ainda trago uma banana pra o meu filho, trago uma laranja pra chupar, trago um quilo de macaxeira pra comer, e tudo isso é adjitório pra mim. Se não tivesse isso era pior pra mim. Como era que eu tava indo pros sitio trabalhar?

## 2. Relato de Dona dos Anjos

"Eu já tô com 91 anos! Nasci no outro século, no século passado. Fiquei viúva, faz 47 anos que meu marido morreu. E eu trabalhei, criei meus filho. Trabalhei no duro, minha filha! Peguei a trabalhar com 8 anos de idade, de enxada, minha filha! E ainda aguento esse rojão dessa idade! Noventa e um anos, criatura, no dia 15 de agosto vou inteirar...

### As migrações da sobrevivência

(...)Nesse tempo a gente morava no sertão, subia morro... Lá no sertão de Currais Novos, Currais Novos é da Paraíba? Ah, é do Rio Grande do Norte! Após eu sou desse canto. Meu pai morreu eu fiquei com 9 anos, ai minha mãe ficou com os filho, criou tudinho! Tudo trabalhava, tinha uns que não trabalhava porque era muito pequeno. Ela ficou viúva com 30 anos, a filha mais velha, quando ele morreu, ela ficou com 13 anos. Ai foi todo mundo pra enxada, comecemos a trabalhar! Saímo de lá mode a seca, que a gente plantava, e quando vinha a seca acabava com tudo! Ai viemo s'embora. Viemo pro Brejo da Paraíba, pra Gameleira. Viemo pra cá porque a minha vô, mãe do meu pai morava aqui, era moradora na Gameleira. Eu sei que moramos vinte anos na Gameleira, foi lá que eu me casei...

Ai sai, ai fui pra Cuité e passei dois anos, e lá trabalhava na enxada, ajudando meu marido. Terra dos outro também. Eu nunca tive terra, tinha uma herança do meu pai, do meu avô que morreu em Currais Novos, nunca recebemos essa herança, nunca! E ele possuía mais de uma légua de terra. Mas os outro filho dele tomaram conta, ai ficou deserddado: nós, a minha mãe, tio João Guedes e tia Isabell! Três ficou deserddado... A gente ficou sem nada! Ficou com a vida, os braço pra trabalhar e a proteção de Deus! Na Gameleira nós tinha o nosso roçado, e eu trabalhava, limpando mato,

cavando... Lá em casa ninguém dava condição<sup>33</sup>, mas os outros moradores davam, era três dias a condição. Mas assim, quando a viúva, mãe do finado dono, tinha uma precisão pra raspar mandioca, fazer uma coisa ou outra, ela mandava chamar a gente, a gente ia ajudar a fazer, viu? Ai, sim! Ai fomo pra Cuité. Minha mãe foi primeiro, ai quando ela tava lá escreveu pra mim que eu fosse, eu já tinha dois meninos... Eu casei com 16 anos, minha filha! Tive 6 filho, só tem 4 vivo... Meu marido era de lá mesmo de onde eu morava, que meu marido era irmão meu de criação. Era, irmão de criação! Minha mãe ficou viúva e casou com esse homem, que quando nós descemos da serra do Cuité, que chegamos ai, fomo pra casa de minha vó, esse homem morava perto da gente, a mulher dele tava grávida, desse filho ela morreu. Ai ele se interessou e eles casaram, viu? Ele com 8 filho e minha mãe com 5... Ai eu me casei com o filho dele! Duas irmãs casaram com dois irmãos... Ele era padrasto e sogro. Ele morreu com dois anos e meio de minha mãe casada com ele, quando eu casei ele já tinha morrido. Sim, adepois que eu me casei eu fui pra serra do Cuité, eu morei já três vezes aqui nessa Areia. Eu fui pra serra do Cuité, ai quando nós voltemo nós fomo pra Boa Vista... Boa Vista de Ari Pereira, a senhora não conhece não... É aqui mesmo em Areia. Só sai de lá pr'aqui, ai 33 anos morei lá! Como moradora!

\*Ai foi tempo que D. Marlene me aposentou...\*

(...)Ai foi tempo que eu me aposentei, eu trabalhava demais! Um lugar muito cheio de ladeira, e eu trabalhava demais, tinha dia que eu parava de cavar buraco 3 horas da tarde! Agora isso eu plantava, eu limpava mato, eu cavava, eu fazia era tudo, tudo do patrão, viu? Tudo do patrão. Ai quando eu vi que não aguentava mais, foi tempo que D. Marlene me aposentou, ai eu vim m'embora pra cá. Eu disse: Não aguento mais não... Ainda depois de aposentada eu morei lá 3, 4 anos. Porque eu podia com o trabalho, quando eu vi que não podia mais, ai eu digo, agora eu vou m'embora. Ele não queria que eu salsse não. Eu disse: Não, meu filho, eu não posso mais não...

Lá eu trabalhava pra mim e trabalhava a ele. Olhe, cavar leirão, cavar terra pra maniva, eu não conheço homem que cavasse melhor do que eu! E, não conheço homem que cavasse melhor do que eu! Ai eu me aposentei, eu já tava na idade de 82... Eu não sei nem em que ano foi, eu já tô brôca minha filha, já tô caduca mesmo! Eu boto uma coisa aqui, eu vou ali, quando eu volto eu não sei mais.

33. Chamamos a atenção para esse caso de morada onde os moradores não davam a condição no eito, junto com os outros moradores. A própria D. Dos Anjos explica que não davam a condição, "mas assim, quando a viúva, mãe do finado dono, tinha uma precisão pra raspar mandioca, fazer uma coisa ou outra, ela mandava chamar a gente, a gente ia ajudar a fazer, viu?" Quer dizer, estamos apenas diante de uma modalidade diversa de dons e contra-dons na relação da morada. E, pelo que diz a entrevistada, tudo indica que ela e sua família, nesta propriedade na qual não davam a condição sob a forma de trabalho no eito, eram tão sujeitos às necessidades da patroa quanto os outros moradores de condição, só que com uma diferença: era uma condição ligada às necessidades domésticas da casa-grande.

Aí eu fico, aonde foi que eu botei? Um dia desse eu perdi 50 contos e passei muito tempo sem achar... Pois foi, minha filha, minha vida foi muita luta! (Nesta parte da conversa falamos sobre a aposentadoria, tal como transcrevi na parte seguinte).

Sim! Mas depois de aposentada ainda fiquei lá, trabalhando, uns quatro anos. E quando sai não recebi nada de nada.

- Não quis botar questão?

- Não quis não, minha filha.

- Mas a senhora não tinha direitos?

- Tinha, mas não quis não. Agora tá lá esse casal de gente, um rapaz e uma moça. Ela, se duvidar, tá mais franzida do que eu! Tá bem velha, viu? E (es)tão só, porque de morador só tinha eu! Era eu e eles pra trabalhar... Gente de fora as vezes ia trabalhar, fazer uma coisa e outra, mas moradora só tinha eu. Agora eu trabalhava em tudo! Costurava pra eles! Fazia tudo mesmo... Agora todo ano eles me davam um vestido. E foi não foi ele me dava feira, viu? Me dava as coisas em tempo de festa, ele me dava aqueles preparos de festa todinho. E comida... Mas pagar assim, pagar mesmo ele não me pagava não. Agora se eu adoecesse ele vinha e dava, dava remédio. Eu adoeci dessas feridas, todas duas pernas duma vez, duma vez só, olhe! E ele comprou muito remédio, passei nove meses, e ele me dando remédio. Dando feira, dando remédio, dando tudo! E com isso tudo, minha filha, eu possuía uma vaca, eu adoeci dessas pernas, e sem poder tirar comer pra vaca. Eu fazia assim, eu cortei uma meia, quando acabar eu tirei uma roda na ponta da meia, que quando eu ganhava os mato pra tirar capim, as vagens, eu pegava botava a meia daqui até aqui (mostrando a parte da perna que compreende de acima do tornozelo até logo acima do joelho) e me largava, viu? Tratando dessa vaca! Quando eu chegava eu sentava num banquinho, quando acabar, olhe, eu banhava a perna, as perebas, quando acabar eu puxava os bicos das ferida, que era que nem bico de vaca, aí eu botava água oxigenada, eu gastei cinco vidros de água oxigenada! Eu lavava, enxugava, quando acabar eu pegava a ponta da ferida e fechava o olho! Tinha gente que as vezes chegava e eu tava fazendo esse tratamento! Aí quando eu dava aquele pulo, que arrancava aquele botão... Aí o povo dizia, a senhora é doida, a senhora não deixa essa ferida encascar! A senhora assim não fica boa nunca! Mas fiquei... Arranquei tudinho, mulher... Aí ele foi a Guarabira e disse, eu vou trazer Anasseptil pra senhora tratar essas pernas, pra Nenen (irmã dele) tratar das pernas da senhora. A senhora lava, que Nenen não tem coragem de lavar, aí ela vai pra botar o remédio... Como de fato, com um mês fiquei boa! Sim, mas aí eu não podia mais trabalhar, aí vim pra cá.

Essa casa não é minha não, é da madre, eu pago pra morar! Pago vinte por mês. Quer dizer que as outras casas já tão pagando trinta. Eu pago vinte por mês porque cheguei lá e fiz uma choradeira medonha à madre. Eu digo: Madre, pelo amor de Deus a senhora não queira mais do que isso que não dá, o dinheiro não dá! Aí ficou por vinte. Olhe, logo que eu cheguei aqui eu plantei toda qualidade de planta, de flor, no tempo que o quintal era grande. Aí a madre inventou de fazer esses quartos aí atrás pra alugar, aí acabou com tudo, com tudo. Fez uma carreira de quartos aí atrás. Olhe, tinha pé de maracujá, chuchu, até umas espigas de milho eu já lucrei nesse quintal. Eu plantava coentro, eu plantava

cebolinha e eu vendia, era um canteiro bonito! Eu tinha um pé de mamão e cortaram, botaram tudinho abaixo e agora não tem mais nada, a madre acabou com tudo só pra fazer esses quartos pra alugar!

- A senhora mora sózinha?

E aqui eu moro só e Deus. Quer dizer, agora Serafina tá aqui uns dias... Foi porque a casa dela caiu, mulher, e ela se aperreia tanto porque não tem casa, e nada de levantarem a casa dela. Aí eu disse a ela, pode botar os trocinhos aqui. Agora não é por ela, é um rapaz que ela tem, que aqui não cabe tanta gente...

- Voltando pra história da aposentadoria, como foi que a senhora fez pra se aposentar?

Sim, mulher, aí pra tirar a aposentadoria era assim: Eu ia. E voltava. E ia. Eu dei umas vinte viagens. Mas também o primeiro dinheiro que saiu foi uma besteira, nesse tempo tudo era pouco. Mas saiu logo com dois meses, com 60 dias, senão eu tinha comprado uma casinha pra poder morar... Mas é muito bom essa aposentadoria, dá mais um descanso!

(...)Eu vim morar aqui porque eu não podia mais trabalhar no sítio, mas no sítio é muito bom! Porque a gente cria uma criação, tem capim pra cevar, olhe, eu comprei essa vaca com o dinheiro de cabra cevada, de cabra! Agora a luta é grande, viu? Sim, eu vendi a vaca por um conto! E não deu pra comprar uma casa, uma casa era mais! E o dinheiro da aposentadoria era 200 contos quando eu vim, aí também não dava pra nada! Mas aí eu comprei uma coisa pra um filho, uma coisa pra outro, comprei um ferro de engomar... Esse fogão aí não foi comprado por mim não, viu? Isso foi um genro que passou 38 anos no Rio de Janeiro, eu criei três filhos dele, quando ele veio, que apareceu e tudo mundo pensava que ele já tava morto e eu até já rezava pra ele, um dia ele apareceu. Chegou, depois comprou esse fogão. Disse assim, a senhora não pode mais lutar em fogo de carvão, aí comprou fogão, comprou bujão, fez toda arrumação pra mim. Só não botou essa casa abaixo porque não era minha, senão tinha botado e tinha levantado de novo! Olhe, no começo, quando ele foi pro Rio de Janeiro, ele mandava notícia, dinheiro pra mim, pros meninos, os filhos dele, mandava dizer que o que precisasse eu mandasse dizer que ele tava longe e não sabia. Depois desapareceu, morreu. Quando ele chegou aqui! Lá ele vivia sem mulher, a mulher dele mora no Serrotão, é minha filha. Mas ele foi pro Rio e ela botou chifre nele. Eu dou razão a ele, né? Eu digo logo o que é de ser, não vou mentir... Ela arranjou outro, tá com outro, quer dizer agora não tá mais que o outro já morreu! Ficou o aposento pra ela e ela tá pra lá, viu? Aí ele apareceu, já velho, mas é bom pra mim até hoje... Mas ele nem tava mais no Rio, já tava trabalhando noutro canto, na roça, ele disse mas eu não me lembro o nome do lugar. Agora ele tá em Campina Grande, todo fim de mês ele vem aqui, ele não veio esse fim de mês porque adoeceu, eu recebi carta que ele adoeceu, só vem agora no outro mês... E olhe, ele não vive com mulher de qualidade nenhuma! Ficou com desgosto, né? Agora esses filhos dele que eu criei já casou tudo. Criei um com 8 anos, um com 6 anos e outro com 11. E assim acabei de criar tudinho, mas eles trabalhavam mais eu, na enxada! Lá em Boa Vista. Eu fazia as empeleitadas e sacudia eles dentro! Ave Maria, mas ele me deu muito agradecimento porque eu soube criar os filhos dele, e hoje é tudo trabalhador...

O meu Deus, minha vista tá muito ruim!...Eu já fui no médico, minha filha, mas ele disse que na minha idade não dá mais... Eu tenho uns óculos aí, mas eu nem uso que não dá jeito! Foi um médico que vem aí no sindicato que disse. Foi no sindicato que eu fui. Eu pago sindicato, mas não é mais pra pagar não, eu ouvi dizer que não é mais pagar. Agora eu não sei se é ou se não é. Sim, eu precisei do sindicato pra fazer esse exame de vista, depois pra eu comprar um remedinho na Farmácia, eu precisei...Eu cheguei lá, com a receita duns remédios que o médico passou, aí cheguei lá e mostrei a ele (o presidente do sindicato), aí ele disse: Gente da idade da senhora não toma mais remédio não. Disse isso com uma cara bem feia. Eu digo, meu filho, se eu não pudesse tomar o doutor não tinha passado...E olhe que no tempo que teve eleição eu votei nele. E eu nem sei porque votei nele. Não é Serafina, a gente não vota não é com ele? Mas agora, esse voto dagora não é mais dele não... Eu nem sei se eu acho bom esse sindicato, mas eu acho que é, né? Dá uma ajuda... Eu só tenho um desgosto comigo, porque D. Marlene me aposentou e não tirou o meu registro. Eu pelejo, já pelejei muito, e eu me aposentei sem registro. Eu já fui no Cartório e não tem jeito, já fui duas vezes. E agora pra eu receber esse carnê novo? Me disseram que só recebe se for com o registro. E assim eu não sei...

E agora que inventaram essa história de voto pros velhos? Inventaram isso e eu não sei nada de leitura, nada! Mas até já tirei esse dito título e disseram que era pra eu ir votar lá no Colégio. E eu nem sei em quem votar, minha filha, sei não... Eu não sei de nada, eu não tenho nem vista! E olhe, eu nunca precisei de negócio com político. Também eu vivo trancada, não sei conversar com ninguém, vivo trancada mesmo, é só o povo aqui da rua que eu conheço e converso! Quando eu saio daqui é com Serafina pra ir pra missa e receber o dinheiro do aposento, é só assim que eu vou na rua. Eu ouvi dizer que agora com o carnê novo o aposento vai aumentar. Aí vai dar melhor pra mim. Dá até pra comprar um docinho, um bacalhau, que eu não posso comer peixe fresco, não posso nem sentir a catunga! Pois é, minha filha, esse aposento serviu muito, serviu... os pobrezinho, que pedia esmola... E quer dizer que hoje em dia muitos aposentados ainda pede esmola! Que eu veja na feira...Mas foi uma coisa muito boa do governo, e eu lhe digo, eu nem sei que governo foi que deu isso a gente, eu não sei... mas eu acho que a gente merecia, né mulher? O pobre trabalha tanto na vida, que dessa idade! E os pais da gente que trabalharam e ficou por isso mesmo? E nós tamos lucrando, é..."

### 3. Relato de Seu Afonso

Eu comecei a trabalhar com 8 anos de idade, enxada, trabalhando na enxada, no campo. Em terra arrendada, meu pai arrendava ao finado Bento Silva, já morreu todo esse povo. Depois... olhe a minha vida é meio comprida, não pode ser muito

ligeiro para contar não! Eu nasci em 15, comecei a trabalhar em 23. Em 23 eu já trabalhava, em 21 eu comecei, mas trabalhava pouco. Em 23 eu comecei a trabalhar e papai mudou-se pra esse sítio arrendado, mudou-se em 21. E trabalhamos lá dois anos. Em 23 ele comprou um terreno, 4/50 de terra, ainda tá lá hoje. 4/50 é mais ou menos 4 hectares, é mais, mas pode dizer 4 hectares. Comprou lá por 200 mil réis. Aí nós voltamos pra esse terreno e ficamos trabalhando. Aí desse tempo pra cá, de 23 pra cá, nós passamos a ser proprietários.

Papai comprou essa terra e nós ficamos trabalhando. Doze irmãos! Papai, mamãe teve doze filhos, 6 fêmeas e 6 machos, não morreu um! Criou-se tudinho na agricultura, na enxada. O mais velho que é... eu sou encostado ao mais velho, era Zuca. Ele botou na escola, ele passou 4 anos na escola, no sítio. E eu fiquei: Zuca, me ensina! Me ensina a lição. E ele: Ah, eu vou lá ensinar a ninguém, não vou ensinar a ninguém não! Aí eu comprei uma carta de ABC, naquele tempo era uma carta de ABC. Pegava a carta de ABC e sala por ali, pedindo a lição a um e a outro, e aprendi a assinar meu nome. Com essa luta toda eu aprendi a assinar meu nome, fazer conta de somar... Isso eu já tava com uns dez a doze anos, já entendido, já conhecendo mais ou menos a novena. Aí fiquei trabalhando, aí passou-se, eu aprendi a assinar o nome e nunca fui numa escola! Nunca fui! Quando foi em 36 esse meu irmão mais velho casou e fez uma casa nesse dito sítio. Ainda tá lá. Quer dizer, a casa caiu porque eu derrubei. Aí quando foi em 40 eu inventei de casar também, com 25 anos eu inventei de casar. Comprei essa casa a ele e fiquei morando lá 4 anos. Com 4 anos eu trabalhando, adquirindo, forçando, que a gente só tem as coisas se forçar. Se lutar. Aí eu já comprei terra, comprei um terrenozinho que é esse sítio que eu possuo hoje. Nesse tempo eu já tinha dois filhos. Em 44 eu comprei esse terreno lá. Aí fiquei, quando foi criando família, aparecendo filho e foi aparecendo, eu sei que houve 16 filhos. Morreu 6 e eu criei 9. Ou foi 17? Eu sei que eu criei 9. Esses 9 eu botei pra escola, botei pra estudar e lá vai. E eles abusaram, uns estudaram, outros não quiseram mais. Outros inventaram de casar. E tem uns trabalhando em São Paulo, outros trabalhando aqui. Isso eu na agricultura! E os filhos não! Os filhos não quiseram saber de agricultura não. Ainda tem um que bota um roçado. Tem um que bota, que trabalha, o mais velho dos homens. Porque houve 6 filhos homem. E eu ainda vivo da agricultura, eu vivo da agricultura mesmo! Eu trabalho! Eu ainda trabalho na enxada, no machado, na foice. Boto farelo pra secar, tenho um gadinho, tenho 8 rês, quer dizer, é meu e da família, né? Pois é, criamos 8 rês lá nesse sítio e tem o roçado. Agora eu pago também, aqui e acolá eu pago dois, três dias, quando o dinheiro dá eu pago, quando não dá eu fico sózinho. Ainda ontem eu dormi no sítio e cheguei hoje, cheguei hoje aqui de seis horas. O sítio fica aqui, uma légua daqui. E eu vou e venho. De pé, de carro! Do jeito que for. Sexta-feira eu vim de pés, mas hoje eu vim de carro. Mas eu ando de pés, dá uma légua. Dizem que é mais, mas com meus pés eu meço uma légua, não é mais do que uma légua não.

Pois é, aí só um filho se interessou pela agricultura! E mesmo assim a agricultura dele é muito pouca, posso mesmo dizer que nenhum filho se interessou, ele é empregado, ele trabalha numa construção aqui, ele é pedreiro. Os outros são tudo empregado

também. E, tudinho. Só num é as fêmea. As fêmea casou-se umas e as outras tãõ ai, mas eu tenho: Um empregado, trabalha na Prefeitura; outro mora em Remigio, é pedreiro, é esse que trabalha no sítio; e tem outro que mora em São Paulo, mora pra lá. Uma filha mora em São Paulo também, casada.

E o meu terreno lá, eu não vendo. Aquilo ali eu não sou o dono, o dono é Nosso Senhor, aquilo a gente morre e fica lá, né? Eu fico só pastorando, usando. Olhe, eu tenho laranja comum, mimo do céu, tangerina, bananeira. Tenho! As laranjas terminou um dia desse, toda semana eu trazia mil, mil e duzentas laranjas. Banana ainda continua. O povo tem pelejado pra comprar, mas eu não vendo. Terra não se vende, terra se compra, mas não se vende. Se o camarada quiser comprar, pode comprar, comprei! Se não puder, segure cada qual a sua que toda alimentação é da terra, quem pensar que come sendo de outro canto, não come não. O caba pode criar, mas o gado tem que comer da terra, o gado na feira come é da terra. O padre, o bispo, o rei, tudo come da terra. Agora se ele pensar que não é, tá errado. E tudo que se come é da terra, então pra que pensar em vender? Vamos é trabalhar!

Hoje e naquele tempo: a visão de um pequeno proprietário

(...)Olhe, eu me aposentei em 80, faz seis anos que eu me aposentei. Eu nasci em 15, em 80 eu tava com 65 anos. Eu agora tô com 71, vou completar no dia 5 de novembro. Eu conto muito sofrimento da vida... Eu passei sofrimento na vida, eu só nunca passei foi muita fome, mas pouca eu já passei. Fome eu já passei. Em tempo de seca, naquela década de 30 não houve chuva, a lavoura perdeu-se, a gente comia mandioca relada. Mamãe relava no ralo, fazia beiju! Hoje a gente vive no paraíso! Vive no céu! Esse negócio de pensar que sofre hoje, esses pobre de hoje não passa fome não. Hoje ninguém passa fome, o governo manda, o povo come, ninguém passa fome não. Mas naquele tempo?! Mamãe relava mandioca, não é brincadeira relar mandioca pra doze pessoas comer beiju feito vaca! Isso não é passar bem! Eu não passei bem, eu tô passando bem hoje. Hoje, graças a Deus, graças a Deus eu tô passando bem. Não me falta farinha, não me falta feijão, um trocadinho sempre aparece. Fruta tem ai à vontade, e o que eu vejo é fartura, mas naquela década de 30, 37. A senhora acredite que em 37 farinha deu 12 mil réis a cuia, porque era mil réis naquele tempo. E morreu gente de fome, 12 mil réis! Ninguém tinha nada! Ninguém tinha os 12 mil réis pra dar numa cuia de farinha, ninguém tinha nem 6 tões pra dar num litro de farinha. Era um tempo ruim, mas hoje é uma beleza! Eu sei lá, o povo das escrituras dizia, os mais velho, que ia viver bom tempo, eu tô pensando que o bom tempo é esse... Conforto, carro pra se andar. A gente sai hoje, vai a João Pessoa, quando é de tarde tá aqui. Naquele tempo eu saía daqui pra Guarabira... Eu fazia a feira em 44, 45, eu fazia a feira em Guarabira: Eu saía na sexta-feira de seis horas da manhã e chegava em Guarabira seis horas da noite. Tinha um irmão meu que morava lá na rua, que fazia a feira no sábado, saía de lá de uma hora da tarde pra duas, chegava aqui de 12 horas da noite! E andando de noite, se arriscando a encontrar algum mal pelos caminhos... Ai era sofrimento, mas hoje?!



"Eu só queria, minha nossa senhora, um rancho de casa na rua..."

(...) Olhe, agora deixe eu contar como foi pra comprar essa casa. quando foi... a minha esposa é muito doente, só contando a vida dela é um romance. Eu vivia lá no sitio, ela já doente, fretando carro sem poder pra vim pr'aqui. E eu dizia: eu só queria, minha Nossa Senhora, que eu um dia pudesse comprar ao menos um rancho de casa na rua pra melhorar essa situação, seja lá onde fosse. Mas Deus ouve a gente, e é bom, que quando foi em 62!... Em 62 eu vim fazer um enterro aqui, e dizendo a um amigo meu que mora aqui na rua: Eu só queria que aparecesse uma casinha pra eu comprar por aqui. Aí ele disse: Eu tenho uma casa pra vender aqui. Aí eu disse: Cadê? Aí ele disse: É essa aí. Me apontou dali, essa casa é pra vender. Eu disse: De quem é essa casa? Ele disse, é de Deca. Eu disse: pois diga a ele que eu quero comprar essa casa. Eu quero olhar. Aí o Deca avexado pra vender, mas muito piranguero, que o Deca era piranguero demais!... Aí no sábado ele disse: Eu soube que você quer comprar minha casa. Eu digo, quero, vamos olhar! Eu vim olhar, era só daí pra trás (ele aumentou dois quartos e duas salas). Aí na frente era dos meninos jogarem bola, fui eu que puxei pra frente. Aí eu disse: Quanto é essa casa, Deca? Aí ele disse, é 800 contos. Hoje devia ser uns 50 mil, mais ou menos isso. Aí ele disse: É 800 contos, porque não existia nem esse negócio de cruzeiro e de cruzado naquele tempo, nera? Aí eu disse: Não quero não, Deca, se for desse preço não quero comprar a casa não. Aí ele disse: Mas você bota preço. Aí eu digo, eu não boto não, você pediu demais, eu não boto não. Mas você quer 400 contos na casa? Eu dou. Aí ele disse: Nada, vendo nada! Aí eu disse: Me diga uma coisa, eu comprando essa casa, a senhora desocupa essa casa? Aí a mulher que morava na dita casa disse: Se o senhor comprar, no dia que comprar eu desocupo. Aí eu fui embora. Aí ele ficou oferecendo a todo mundo, uns botava 300, outros botava 200, eu sei que ninguém botou mais o preço que eu botei. Eu parece que tava de sorte, nessa hora. Aí quando foi no sábado ele disse: Afonso, e a casa? Eu disse: A casa eu não quero não, não quero mais porque eu já tô em negócio numa casinha pelo mesmo preço da sua, mas sendo melhor porque tem chão pra fazer umas três ou quatro casas, e eu já tô em negócio. Aí ele ficou preocupado. Justamente esse terreno aí da frente, tinha uma casinha lá e o finado Zé Maia vendia por esse preço, esse terreno aí. Aí ele disse: Não, não faça isso, não sei quê, porque eu queria lhe vender o terreno ou a casa. Aí eu digo, olhe Deca, você não quer me vender não, porque se quisesse já tinha me vendido. E eu vou lhe dizer uma coisa: Eu quero comprar o terreno, ainda sustento a minha palavra hoje, mas quero que você me dê 15 dias de prazo. Aí ele disse: Pra quê? Eu disse: Pra eu apurar o dinheiro, que eu não tenho esse dinheiro não. Eu tô botando preço, mas eu não tenho esse dinheiro não, eu tenho um gado que tá solto lá no algodão, eu vou vender esse gado pra comprar essa casa. Era 5 rês. E vendi tudo pra poder comprar a casa. Se fosse hoje eu apurava uns 20 mil naquelas rês. E um casa dessa pode valer uns 50, mas se eu tivesse

com esse gado, produzindo esse tempo todo, quanto eu já não tinha de gado? Esse gado produzindo eu já tinha muito mais do que duas casas dessa, tinha muito mais do que isso. Aí ele disse: Você dá mais 20 contos. Não dou não, só dou os 400. Não Afonso, deixe passar esses troços, que a casinha é num local bom, não sei quê, e amanhã ou depois tu melhora aquela casa... Eu digo: Eu compro a casa. Após tá comprada a casa! Mas eu quero 100 contos hoje. Eu disse: Eu não dou um tostão! Eu não tô dizendo a você como é o negócio? Se quiser fazer, faça! Se não quer, deixa pra lá! Eu não tô dizendo a você que eu não tenho dinheiro! Eu ainda vou apurar o gado pra lhe dar o dinheiro! Após tá certo, apure! Aí no domingo mandei buscar o gado, aí quando passou lá na Serrinha, aí seu Severino viu, era um fazendeiro que tinha lá, aí viu o gado e agradou-se muito pra comprar o gado e coisa e disse: Eu vou comprar esses bichos! E eu já conhecia o velho, trabalhei já na terra dele muito tempo, já tinha trabalhado arrendado, aí quando foi no sábado eu disse: Seu Severino, viu o gado? Aí ele disse: Vi, por quanto é aqueles bichos? Eu disse: Seu Severino, é 600 contos os bichos. Aí ele disse: Eu compro por 500, cem conto um pelo outro, se você quer vender ainda é pra mandar levar lá em Queimada. Mas eu com precisão, e o negócio já feito, eu digo: Tá vendido o gado. Ele disse: Então vá receber o dinheiro. Eu fui lá receber o dinheiro, e Deça soubel Bateu em cima de mim atrás d'eu pagar! Aí eu disse: Só arrumo o dinheiro na escritura. Não compro nada sem escritura, que eu já vejo o sofrimento por aí. Só lhe dou o dinheiro, o dinheiro tá guardado, mas só dou na escritura, sexta-feira eu venho pra passar a escritura. Aí nessa sexta-feira eu vim, passei a escritura, paguei a ele, aí fiquei aqui. Aí botei a família aqui, que estudava, e fiquei lutando no sítio e ainda hoje tô, lutando no sítio!

#### A fundação do STR de Areia: Uma versão

(...) Sim, agora deixe eu contar como foi qu'eu entrei nesse sindicato. Eu posso lhe dizer que foi nem pegaram um bode de jogaram dentro d'água! Foi assim qu'eu entrei lá. E o seguinte: Nós fundamos esse sindicato em 61, parece que foi em 61, então em 61 foi a fundação, e eu entrei nesse sindicato, me botaram como suplente de fiscal, do conselho fiscal... E o sindicato a senhora já sabe pra que é que serve, né? Pra fazer confusão! Desde que fundaram já foi assim, fazendo confusão, os trabalhador botando questão na justiça contra os patrão. Pois é, em 61 fundaram o sindicato e quando foi depois lá vem umas Liga Camponesa e lá vai... Dessas Liga Camponesa eu não sei contar não, porque foi lá pela banda de Alagoa Grande, pr'aquele mundo acolá, eu não sei contar nada dessas Liga... Quer dizer que eu ouvia falar que era o povo que entrava nas propriedade, ficavam trabalhando lá e lá vai, e era invadindo, era invasão. Era um negócio que não dava certo também não. Aquilo não dá certo de jeito nenhum não. Pois é, mas isso foi lá pra Alagoa Grande, Sapé, aqui não houve isso não. Aqui havia o sindicato e coisa... Aqui, quem primeiro fundou esse sindicato aqui, foi o Pe. Rui. Foi o Pe. Rui que fundou esse sindicato e depois abafaram e não sei quê, o presidente nesse tempo era Antônio Barbosa, um que tem uma mercearia, uma loja de vender tudo no mundo, ele foi quem fundou isso... Eu não sei

direito como foi não. eu sei que a carta sindical foi adquirida pelo Pe. Rui, a gente adquiriu essa carta já das mãos dele... Pois é, eu sei que quando a gente fundou isso aí, tinha 160 sócios, parece que era 160. E eu, comigo, foi 161, quando começou isso aí. Aí ficou, ficou, e me botaram como, aí o tesoureiro saiu, foi! Naquele tempo ele foi servir o exército, e eu era suplente, aí me deixou como tesoureiro. E eu sem entender de nada fiquei, e depois eu fui entendendo e fui entendendo e fui continuando e depois eu fui eleito pelo povo. Eu já vou com duas gestões, ia continuar com três gestões eleito pelo povo. Aí esse ano eu adoeci. Eu já vinha doente de pressão alta, já vinha com a pressão alta e coisa, e outra que as coisas que eu não gostei, o presidente deixando os negócios à toa e tal e lá vai... Ele fica se defendendo dos mal feitos que faz, mas não tem defesa não que ele faz muita coisa errada. Aí a pressão alta, aí o médico disse: o senhor tem alguma luta? Eu digo: Tenho muita luta, além disso eu tenho a luta do meu sítio, que eu luto lá na agricultura, e tem o sindicato, que eu sou o tesoureiro do sindicato, me preocupo muito mais, dez vezes, com o sindicato do que com o meu sítio. Aí ele disse: pois o que tá lhe atrapalhando é isso, você deixe. Você faz isso, você tira uma licença de um ano. Aí eu disse: pois me dê a licença. Aí ele disse: eu lhe dou agora mesmo. Me deu a licença, aí eu fui em João Pessoa, no Ministério do Trabalho, apresentei a Dr. Edmilson, aí ele disse: Afonso, você não tem mais condições de continuar, pelo que eu tô vendo. Você não tem mais condições de continuar com esse serviço, é muito melhor você renunciar para o seu suplente, e você fica só no seu serviço, despreocupado, você vai ter outra vida! E tô tendo mesmo! Aí foi, renunciei na hora! Renunciei no dia 25 de maio, aí não mexo mais em nada! Renunciei, aí o meu suplente, que era do Conselho Fiscal, é quem tá me substituindo, a minha vaga. Aí eu renunciei e graças a Deus eu tô me sentindo bem, não senti mais crise, nem mais nada. Agora eu só penso no meu sítio, não penso em mais nada à toa aí. Olhe, só pra lhe dizer uma coisa errada que esse presidente do sindicato fez: O que ele fez de errado, de muito errado, muito errado e me inchou muito isso, foi que ele pegou o contador, que fazia a contabilidade daqui, ele pediu o livro, e ele foi e deu o livro e ele assinou-se como funcionário do sindicato, e contador não tem nada a ver com funcionário do sindicato! Não já pagava pelos serviços que ele fazia? Mas ser funcionário? Isso foi o maior erro do mundo! A senhora não acha que foi um erro? E deixa que esse contador, ladrão, safado botou na justiça e encrencou e danou-se, que aquilo foi o que mais me ferveu, foi o mais me doeu o juízo, aí eu digo: eu não posso continuar! Eu não posso continuar de jeito nenhum mesmo...

## O Funrural em Areia: Disputas

(...) Olhe, esse negócio do Funrural fechado<sup>34</sup> tá muito é errado. eu sei demais porque tá havendo uma atrapalhação dessa! Quem diz que não sabe é porque não quer dizer, ou tem medo de dizer! Eu não tenho medo de dizer, eu digo até gritando, pra quem quer que seja, porque Tião (prefeito) ajeitou isso aí, a gente lutou, eu lutei, fui a João Pessoa, lutei pra abrir esse Funrural, imprensei Tião, ele aprontou uma casa, com tudo lá pra botar uma pessoa, botou uma pessoa pra fazer o estágio, a pessoa foi e fez o estágio lá em Campina pra poder abrir esse Funrural, e quando foi na primeira semana de janeiro que era pra abrir, entrou político dentro e acabou! A senhora já viu uma coisa dessa? Um político que devia tá ajudando o povo fazer uma desgraça dessa? Tião me disse e gritou aí pra quem quisesse ouvir que a culpa dessa bagaceira é do Dr. Elson mais Humberto Lucena. Foi, parece que é a mulher do Dr. Elson que vai abrir, e esse tempo todinho, seis meses, de janeiro até agora e acabou! E como é que eu posso negar a senhora o nome de uma pessoa que faz uma coisa dessa? Eu não posso negar, dizer a senhora que eu não sei de nada. A senhora viu a fila de ontem? Eu não vi porque tava no sítio, mas soubei! Uma fila daquele tamanho sem necessidade, porque isso é um grande mal que tão fazendo ao povo com esse Funrural fechado! E o sindicato eu não sei se tá fazendo alguma coisa, pelo menos eu me afastei e não tô mais interessado em nada mais por lá, mas eu lutei muito antes de me afastar, lutei muito pra abrir, pra ver se abria esse Funrural, e Tião me prometeu de abrir, que o prefeito justamente, eu tinha que ir primeiro ao prefeito, né? E ele prometeu que ia abrir e ia justamente botar uma pessoa pra fazer o estágio e depois pronto! Foi-se embora tudo por causa de política. Agora o político tá pensando que tá fazendo o bem, mas tá fazendo o mal ao povo, tá fazendo mal ao povo. E só faz é perder com isso. Isso só ganha é pra quem não entende, quem não tem entendimento de nada é que pensa que tá bom, assim só faz perder, porque se ele, se ele fosse uma pessoa - como se diz? - de pensar, ele na mesma semana tinha feito tudo no mundo e tinha aberto! E se interessar pelo povo, né? A gente deve viver se interessando pelo povo. Olhe, eu tava aí sábado, amanhã vai fazer oito dias, aí disseram: tem uma moça entregando carnê, aí eu disse: vou lá buscar o meu. Aí emburaquei pra lá, foi até bom porque eu cheguei lá, Tião tava, aí disse: olha, chegou uma pessoa sindicato! Mas ele não sabe que eu renunciei ainda, tá pensando que eu ainda tô. Aí chegou uma pessoa assim, aí disse: acompanhe elas aí. Aí eu acompanhei as duas moças, aí cheguei lá e disse: mas como é que vão fazer? Aí eu disse: eu vou fazer o seguinte, eu vou botar uns avisos na rádio pra esse povo vir. Eu acho que foi com isso que deu mais

34. Durante o período de mais de um ano - entre 31 de maio de 1985 e 25 de setembro 1986, o Funrural de Areia esteve fechado por questões de disputas políticas, ou seja, enquanto a nível de governo estadual as forças políticas locais disputavam a cadeira de representante do Funrural de Areia, vaga desde que a primeira representante pediu demissão para assumir o cargo de advogada de ofício na vizinha cidade de Alagoa Grande, a sede local do Funrural permaneceu fechada. Mais detalhes sobre esta questão, ver primeira parte do cap. III.

enchimento de gente. Eu fui em Guarabira e ainda tô me interessando, eu ainda, o que eu puder fazer, ainda faço! Aí fui em Guarabira e botei o aviso, que só vinha quarta e quinta e quem não recebesse durante esses dias, só ia receber em Campina. E justamente eu fui e fiz o ofício e mandei, e dei o aviso na Cultura, de Guarabira, que só tinha quarta e quinta, assim elas me disseram, mas eu acho que elas vão vim de novo, que não acabaram de entregar! Mas a senhora veja que se fosse uma coisa direita, organizada, se tivesse Funrural não precisava dum alvoroço desse! Que nem os velho sofreram aí, que nem quarta-feira, chovendo e esse povo na chuva! Levando chuva, com fome, se prejudicando... Eu acho que o presidente da Federação, o Alvaro Diniz, ele devia castigar, ele não é o presidente do sindicato? dos sindicatos da Paraíba tudinho? Da Federação? Ele também tá dormindo, tá dormindo! Nesse ponto tá dormindo. E nós já denunciemos a ele, escrevemos pra ele e ele nada resolveu, nada resolveu. Olhe, é porque eu não quero me meter, mas se eu fosse o presidente eu tinha mexido muita coisa, tinha mexido muita coisa, mas o que tinha de fazer eu fiz, não tô mais lutando porque não quero me preocupar por causa de minha saúde, que a saúde de gente a gente não dá por dinheiro nenhum. Agora muita gente, eu não sei, eu sou uma pessoa que, sei lá, eu não gosto de uma pessoa fazer uma coisa e eu ter, ou eu poder e não arrumar. Aí o povo diz: Deus lhe dê muitos anos de vida. Aí eu digo, não peça isso pra mim não, diga assim: Deus que lhe dê muita saúde, mas só dizer muitos anos de vida não, porque muitos anos de vida sem saúde não presta. Eu não quero que Deus me dê, ele pode dar muitos anos de vida sem saúde, mas eu quero que Deus me dê muitos anos de vida, mas com saúde. Não é brincadeira uma pessoa doente, em cima de uma cama, e tudo que precisar pedir aos outros. Eu sei que eu morro aperriado! Porque eu não gosto de pedir e nem de mandar.

#### O voto e a "precisão de político"

Eu votava no MDB, agora eu voto no PDS. E sabe por que? Porque tem muita gente no PDS que faz as coisas pelo povo. Eu voto com Tião. Pra mim ele é um bom prefeito. Ele faz muita coisa pelo povo, eu já precisei dele e ele me serviu. Uma vez ele deu 36 enxadas pra uns trabalhadores, e deu feijão pra plantar. Eu sou assim, eu voto com quem eu quiser. E eu acho que capaz é aquele que vê a necessidade do povo. Eu tenho que ver o candidato porque negócio de partido não vale nada. De primeiro só tinha dois partidos, agora tem tanto partido que a gente fica doido! Tem até o PT né, o partido dos trabalhadores, mas eu acho que é tudo a mesma coisa, só muda o nome... Olhe, eu voto desde o ano de 45. Eu comecei votando no Major Cunha Lima. Conhecia ele, conheci muito o Major! Ele era major só no nome, ele não tinha nenhuma patente, ele era major porque o povo tratava por Major, mas ele não tinha nenhuma patente de major. E o que eu sei é que ele era um servidor, não era mal político, era muito político! E ele... pelo menos ele já foi na minha casa lá no sítio, no tempo que ele andava, que ele era vivo e político. Ele ia me chamar, convidar para votar com ele. E eu sempre acompanhava ele, votava deste 45 até o presente! Até o presente não, até um certo tempo, aí depois chegou o sobrinho dele lá, o Dr. Elson - esse que eu lhe disse que

tava fazendo confusão com o Funrural - me chamando e disse que era candidato a prefeito e me convidou para votar nele. Aí eu me comprometi de votar. Eu sabia que o Major ia na minha casa... Sim! Eu digo: Então eu garanto votar com o senhor. Eu já sabia que ele era separado do Major, que era um lutando contra o outro. Mas ele fez uma choradeira lá, tão grande, que eu me comprometi. E eu prometendo uma coisa pode dar cem que eu faço! Se eu disser que faço, faço! Se eu disser uma coisa ou boa ou ruim eu faço. Em toda minha vida fui dessa opinião de dizer e fazer. Eu não sei prometer e não fazer, se eu prometer e não fazer eu tô devendo e aí prometi: Pode ir s'embora que eu voto no senhor. Com 15 dias chegou o Major lá em casa. Entre Major, sente! Sente aí nesses bancos velhos que o senhor sabe como é casa de pobre... entre e sente! Era ele e mais um pessoal daqui da rua, conhecido. Sente, sente. Aí sentou-se. Aí foi dizendo: Bem, meu assunto hoje é política, o senhor sabe que todo tempo de política eu venho visitar meus amigos... E quase que eu digo a ele: O senhor só vê a gente na hora da sua precisão, mas eu me aguentei. Aí disse: Pois é, Major, desde 45 qu'eu venho votando nos Cunha Lima por causa de papai: eu não queria tirar título de maneira nenhuma porque eu não sei ler, eu nunca fui numa escola, eu apenas assino meu nome, eu nunca me assentei numa escola pra nada, porque não tive tempo e nem papai tinha condições! Aí eu assino meu nome e leio alguma letra de alguém, aí por causa de papai eu me alistei e tenho votado com o senhor. E hoje, agora mesmo, eu vou votar na família Cunha Lima, mas vou votar no seu sobrinho, no Dr. Elson...

Pra que eu disse isso? Ele trancou a cara! E passou a mão, que ele tinha uma barbona assim, parecia um franciscano, um capuchinho. Aí passou a mão assim na barba e disse: Tá, eu gostei do senhor! O senhor é um positivo! Eu disse: É, não adianta eu dizer que vou votar com o senhor sem ir, o que é que eu vou fazer, dizer que vou votar com o senhor sem votar? Vou votar é com o seu sobrinho, Dr. Elson, que é Cunha Lima também, e se o senhor quiser ter queixa de mim por isso, não tem razão. E seu sobrinho, e ele é um homem moço, pode começar também a campanha dele, e eu vou votar com ele. Também ele mudou de conversa e com poucos minutos, disse: Vamos? Despediu-se e foi a derradeira vez que falou comigo. Eu não tô lembrado em qual foi o ano que isso aconteceu, eu sei que foi muito antes dele morrer; depois disso eu já votei noutra política com o Dr. Elson também!

- O senhor devia algum favor ao Major?

Não, eu não devia favor ao Major não! Olhe, eu nunca devi favor a nenhum político porque nunca me fizeram um benefício! Nunca me chegaram aqui com nada, e eu nunca fui atrás deles pra nada. Eu não vou dizer que eu não preciso, eu já tenho pedido coisa a político, mas não era pra mim, era pra os outros. Eu lhe disse das enxadas que Tião deu, do feijão, aquilo era para os outros, não era pra mim! Eu pedia porque eu era tesoureiro do sindicato e via as necessidades dos trabalhador, e pedi e ele deu, mas que não era pra mim, eu não devo favor a político! Agora eu tenho atenção, né?

- Mas por que o senhor passou tanto tempo votando só no Major?

Esse negócio de votar no Major eu vou lhe contar como foi. Esse Major que a gente tá falando aqui era o homem que o que fizesse aqui no município tava feito. Papai comprou umas terras,

quatro cinquenta de terra e tinha um individuo que queria tomar uns pedaços, queria entrar com a terra dele pra dentro da terra de papai. Aí papai foi lá no Major, aí ele disse: Olhe, eu vou lá fazer a extrema e se eu fizer e ele for lá bulir, ele se arrepende! E foi lá e fez a extrema e resolveu esse problema de papai. E papai com aquilo ficou com aquela amizade com o Major. Pois bem. O povo tinha medo do Major, se ele fizesse uma coisa ninguém mexia não. E ele fazia e ficava feito. Ele era homem de palavra também! E fazia e ficava feito! Se ele marcasse a extrema da terra em um canto ninguém mexia mais! A autoridade era ele. Fazia as coisas e ficava feito mesmo. Naquele tempo, a senhora sabe, naquele tempo tinha aqueles homens que fazia e ninguém desmanchava. Pois bem. Aí papai tinha atenção a ele, aí disse a nós, os filho dele: Olhe, eu quero que vocês votem com o Major, eu devo favor a ele e vocês é quem podem pagar votando com ele. E eu fiquei com aquilo. Mas nesse dia eu quis votar com o Dr. Elson e votei. E não foi mal, o Dr. Elson não foi mal, pode ter sido pra quem quer que seja, mas para mim ele foi um bom prefeito daqui.

- E do Major o senhor sabe de mais alguma história? Eu ouvi dizer que até pisa ele mandava dar, é verdade?

E! Do Major é muita história que tem! Agora esse negócio de dizer que ele mandava dar pisa eu não tenho certeza se ele mandava não. Dizem que ele mandava, mas eu não sei não. Eu nunca trabalhei com ele, vivia sempre de fora, lá no meu sitio. Aí eu não sei não. Mas o povo dizem por aí que ele mandava dar surra. Eu vi gente apanhado, apanhado muito e disseram que foi ele que mandou! O nego Manuel Nazário, lá perto de mim, deram uma surra nele que quase mata! (risos)

- Por quê?

Porque ele falou do Velho! Tem gente que tem a boca grande, aí agrava num é? Aí ele, dizem que mandou. Eu mesmo não tenho certeza não. Sei que deram muito nele, ele ficou muito machucado, mas escapou! (risos) Escapou! Mas o nego era falador demais, falava de todo mundo, todo mundo tinha raiva dele, vivia maltratando o Major e tudo... Porque olhe, eu não sei maltratar um politico porque esses politicos são homens de bem, pra mim não tem um mau. Pode ser lá quem for, não sei, mas pra mim todos esses homens politicos são uns homens de bem. Agora que eu escolher o meu candidato de votar, eu escolho quem eu quiser, e todo mundo também tem essa mente, porque se a senhora quer votar num candidato, a senhora vota mesmo e acabou-se! Pode ser ruim, pode ser bom, mas vota. A gente tem de escolher o candidato de votar, eu não voto por partido. Eu sou exato, eu sou positivo, pode ser do PDS, do PMDB, eu voto no candidato que me agradar, o cidadão que for se apresentar, voto se me agradar do individuo, isso é a minha opinião. Pra que eu vou votar em partido se até os politico vive trocando de partido toda hora?! Mesmo assim eu faço, quando eu vejo que o cidadão é capaz, que ele tem algum serviço prestado, que ele tem atenção, eu não quero nem saber de partido, eu voto naquele!

"Meu sitio dá minha feira..."

(...)Porque a gente deve escolher! Tem gente que fica só num canto a vida toda, mas quando a coisa tá ruim a gente tem que

mudar! Um dia um camarada fez uma comparação diferente pra mim. Ele tinha um sitinho muito bom e ia vender e eu digo: Mas homem, por que você vai vender aquele terra? Uma terra boa daquela, tem de tudo! Ele disse: E, mas não tá dando mais, eu eu vou vender e até me chamou pra eu acompanhar ele, vender minha terrinha também, e ir s'embora mais ele, que nós se gostava muito, viu? Nós morava distante, mas nós tinha amizade. Ele morou um tempo bem pertinho do meu sítio, chegou lá no tempo de criança e nós tinha amizade, e ele casou-se e comprou um sítio aí, em Mangabinha. Aí me chamou: Vamos! Nós compra lá uns sítio barato e nós vamos pra lá, pro Piauí! Eu nem sabia onde diabo era esse lugar! Eu já fui lá perto do Piauí, mas nesse tempo eu não sabia onde era. Aí eu disse: Eu não vou não. Aí ele disse: Olhe, você vê, a galinha não tem uma ninhada de pintos? Ela cisca, cisca aqui e quando ela não acha mais nada ali ela caça prum lado, caça pro outro lado e cria aquela familia! (risos) Eu digo: Mas eu não sou galinha! Aí ele disse: Mas nós tem o direito, nós tem o nosso direito de quando não tá dando, caçar noutra cantol. Não, eu não vou não, você quer ir, vá! Após me compre esse motor, que ele tinha um motor de agave trabalhando lá no sítio, desfibrando agave com uma turma de trabalhador. Aí eu: Também não quero. E ele: Por quê? Porque eu vou lutar com dez, doze pessoas que é muitas naturezas, eu não tenho paciência de lutar com uma! Você que tem paciência de tá lutando com esse povo eu vejo o desmantelo aí! Quanto mais eu que não tenho paciência?! Eu não quero esse motor nem de graça! Aí ele vendeu o motor, vendeu a terra, vendeu tudo e danou-se pro Piauí! E ele teve sorte, teve muita sorte! Chegou lá no Piauí, comprou uma propriedade, e depois com uns tempos apareceu uma mina de ouro dentro da propriedade, e o bicho enricou, e tá rico que só um condenado! Foi uma comparação que ele fez e deu certo: ciscou, ciscou ali e não achou, danou-se pra lá e achou. Quando foi com muito tempo ele veio, veio aqui a passeio visitar os amigos aí. Aí ele disse: Olhe Afonso, só você vendo lá! Ainda um dia eu lhe levo lá! Eu digo, mas eu não tenho tempo de ir lá não, é muito longe. Não, mas eu levo você lá, pra você ver como lá é bom de tudo! Eu digo: Você teve sorte porque você arranjou essa mina! E eu nem sei se essa mina ainda tá funcionando lá. Pois é, ele arranjou essa mina, eu podia ter comprado uma terra lá também, mas eu sei lá se eu topava com mina lá, pra melhorar? O sujeito teve sorte, não sei se eu tinha também, tô satisfeito aqui. A familia aqui, no tempo que ele foi eu não tinha nem essa casa! Eu comprei em 63 e vim morar em 64 depois que aumentei mais a casa. Também tô escapando aqui e não tô arrependido porque não fui pra lá não. E tem meu sitinho, meu sitinho dá pra comer. Meu sítio dá minha feira, graças a Deus dá minha feira. E eu vivo sossegado. Não tenho esses dinheiro! Mas também pra que juntar pra depois morrer e deixar? Eu tendo pra comer e a familia, tô satisfeito. Eu vou lhe dizer, o que eu mais desejo da vida é poder trabalhar até morrer, ter saúde e trabalhar. Eu sei que Deus me ajuda e eu fico trabalhando até morrer, morro ali, no trabalho. Eu me alevanto todo dia 4 horas da manhã. E eu não penso em riqueza não, viu? Eu falo no perdão de Deus, Deus manda a chuva, o sol. E tem pessoas que a gente pode dar e destrói tudo. Deus ajudou, mas a pessoa não fez por onde.



## 4. Relato de D. Isabel

"Comecei a trabalhar com 17 anos. Com meu pai eu não trabalhava não, mas quando eu casei aí eu comecei a trabalhar, sabe? Não era na enxada, mas eu cuidava do roçado. Eu plantava, no roçado eu colhia. Plantava feijão, maniva, alho. Eu plantava cebola, roça, plantava milho... Canal! De tudo eu plantava, isso com o meu marido.

As estratégias de sobrevivência de um pequeno proprietário, um exemplo

(...)Sim. Aí fui viver num sítio em Mangabinha. Vendi. Comprei um no Salgado. Aí eu já tava com... de 24 pra 25 anos. Nunca tive filho! Casei duas vezes e nunca tive filho! Casei a primeira vez, passei 4 anos. Aí o marido morreu... Olhe, quando eu casei eu morava no Jitô. Aí o terreno que era do meu marido, aí vendeu-se. Aí eu comprei um em Mangabinha, eu e ele compramos, né? Aí depois foi tempo que eu enfiuei e aí pai me carregou novamente pra Jitô. Não quis me deixar, uma mulher sózinha, sabe? Parece que eu enfiuei com 20 anos... Aí de 21 pra 22 casei novamente. Aí fomos morar lá em Mangabinha... Plantava algodão. Tudo isso era terra da gente mesmo, comprada. Em Mangabinha não tinha morador direto não. Era assim: Entrava, passava uns tempo, saía, chegava outro. Mas aí viemo pro Jitô mesmo. Aqui no Jitô era morador mesmo! Eu era assim: Comprava terra, passava uns tempo nela, passava dois anos, três anos e vendia, comprava outra terra; a única terra qu'eu não vendia era a terra do Jitô. Só vendi agora há pouco tempo, já depois d'eu enfiuvar de novo. Sim! Aí vendi Mangabinha e fiquei trabalhando no Jitô e no Salgado. No Salgado era feijão, era milho, era algodão. E no Jitô era cana e roça<sup>35</sup>. Era quatro e meio hectare que eu tinha, quatro e meio! Quer dizer, quatro e meio depois que o velho morreu, depois de inventário; antes de inventário era mais, mas depois de inventário ficou quatro e meio, isso no Jitô. No Salgado era mais. Mas a morada mesmo era no Jitô! Sim. Eu vendi Mangabinha e compramos o Salgado, passei quatro anos, aí vi que não aguentava, que meu velho já era velho, né?

- O que era que a senhora não aguentava?

O que eu não aguentava mais era a viagem. Tá me mudando duas vezes por ano?! Porque era assim: No inverno eu ia pra lá<sup>36</sup>, né?

35. Os sítios Salgado e Jitô aos quais a entrevistada se refere, localizam-se, respectivamente, no Agreste e Brejo. Sobre as diferenças, inclusive, de utilização de terras nessas regiões já tratamos no capítulo I.

36. Vimos também, no primeiro capítulo, como era comum quem tivesse fazendas ou sítios no Agreste passar o inverno lá ao invés de no Brejo.

No Curimataú<sup>37</sup>, passava o inverno lá... quando foi no primeiro ano que nós fomos, quando foi no mês de Santana, o inverno foi ruim no Curimataú, aí eu disse: Sabe de uma coisa? Vamos cuidar dos nossos serviços no Brejo? Pois é, o Salgado ficava no Curimataú, no município de... Barra ou Arara? É Arara! Aí a minha vida era essa: Quando era assim no mês do inverno, quando o inverno era bom, eu me mudava pra lá... Como em 40, eu fui no mês de fevereiro, plantei o roçado, vim m'embora para o Brejo. Passei a semana santa no brejo aí voltei pra lá. Quando cheguei lá a lavoura já tava assim (gesto mostrando o milho já crescido). Aí eu só vim pr'aqui na semana da festa da Conceição. Deixei lá uma pessoa pra acabar de lucrar o algodão e vim. E na seca ele (marido) vinha. Ele tinha um gado brejeiro que quando entrava a seca, quando ia caindo os comer lá, ele vinha com o gado brejeiro e eu ficava lá com os trabalhadores. E afinal, que quando eu vi eu disse: Eu não aguento mais essa vida não... Me mudando duas vezes por ano?! Não era a pés, mas dava trabalho! Precisava de levar os troços e precisava de trazer, né? Que pobre não tem muita coisa para suprir duas casas. Era galinha, era panela! Era caixas e caixas, pra cima e pra baixo! Eu também criava galinha, sabe? Aí quando eu ia pra lá levava, quando vinha, trazia. Aí quando foi em 63 meu segundo marido morreu e eu continuei no Jitô até o ano atrasado. Quer dizer que eu acho que eu vim até antes pra cá! Eu não vendi o Jitô logo não, sabe? Eu vim pr'aqui e deixei lá. Vim com os três meninos maiores pra botar na aula e também eu não podia mais trabalhar, n'era? Doente, não podia mais trabalhar, cansada. Doente dos intestinos, não podia mais trabalhar. Aí vim pr'aqui com essa que tá aí (apontando um mocinha de uns 15 anos) e mais dois irmãos. Essa daí e mais nove são tudo filho de Zeza, tudo filho dessa que eu criei, que é minha filha de criação.

- Aí a senhora comprou esta casa?

Não! eu já tinha essa casa, essa casa ainda foi do meu primeiro marido. E ficava aqui, fechada. Eu vinha de oito em oito dias, de quinze em quinze... Vinha pra feira, comprar umas coisas e vender outras, né? E também vinha pras festas. Festa da Conceição, de Ano, Noite de Festas... Tanto vinha pras festas com o primeiro marido como vinha com o outro... Eu vou lhe dizer uma coisa, eu acho que eu vinha mais pras festas quando eu morava no sítio do que mesmo agora, depois que eu tô morando aqui. Também eu já tô velha, né? E quase cega, viu?

"Eu mesmo só vivo da aposentadoria..."

(...)Olhe, eu me aposentei no ano que eu completei 65 anos, eu já tô com 77, já faz um bocado de tempo... Doze anos, né? Esse negócio da minha aposentadoria foi tudo com Zezé, a senhora conhece? Eu me aposentei quando era lá na padaria, seu Zezé era casado com uma prima minha e se interessou-se. Tinha uma neta dele que trabalhava com D. Marlene. Aí ele disse: Bezinha (ele só me chamava de Bezinha), quantos anos já tem? Aí eu disse: Inteirei 65

37. Curimataú é uma das microregiões limites do Brejo, comumente também designada por agreste, embora não signifiquem geograficamente a mesma coisa. Em todo caso, Curimataú é zona de caatinga, apropriada à criação de gado e culturas alimentares. (IBGE).

agora, no mês de dezembro. Ele disse: Cuide em se aposentar! Eu disse: Seu Zezé eu sou meia desanimada com certas coisas... Ai ele disse: Não, vamos cuidar, vamos cuidar! Ai ele deu todas as explicações. E eu arrumei os papéis. Também só fui lá no dia que já foi com retrato, com tudo pronto! Olhe, eu levei o registro (que até dessa vez deram fim!), os cartões de óbito dos meus dois maridos... Foi um bocado de coisa! E precisou de testemunha. Três! Foi seu Zezé, Antônio de Zuza... e o outro foi quem? Eu nem me lembro! Seu Zezé era proprietário, hoje ele já morreu. E Antônio de Zuza era proprietário também, tem uma terra boa, ele. Pois é, mas foi seu Zezé... Agora eu já sabia que tinha aposentadoria, viu? Mas foi seu Zezé que me deu todas as explicações. O povo dizia tanta coisa dessa aposentadoria! Dizia que a aposentadoria servia e tudo o mais... Uns diziam que iam matar os velhos que se aposentassem e essas coisas e eu fiquei assim, meio cismada, mas seu Zezé disse: Ah, isso é besteira, Bezinha. Sei que seu Zezé foi quem fez todo o encaminhamento para mim. Ai foi bom esse dinheirinho, receber um dinheirinho, uma velha já sem poder trabalhar, sem nada! Ia receber sempre esse auxílio sem tá trabalhando, não é uma felicidade? E hoje esse dinheiro tá servindo é pr'eu comer! Eu mesmo vivo só da aposentadoria! É só do que tô vivendo agora. Quando minha vista ainda prestava eu ainda costurava alguma coisa, fazia um croché, uma coisa, e sempre me servia muito. Mas agora vivo só dele. É só do que vivo. Porque o dinheiro do sítio deu em nada! Assim posso dizer! Fui comendo. Quer dizer que eu comprei umas casas, sabe? Mas aí, no fim das contas, fui vendendo as casa. Ai acabou-se tudo, assim, dum dia pra noite. Foi. Uma casa com 13 pessoas e vivia tudo por conta do que era meu!... Agora tem um filho de Zeza que trabalha, mas você sabe, o dinheiro é pouco...

- A senhora sabe de onde vem esse dinheiro da aposentadoria?

Olhe, eu sei que esse dinheiro da aposentadoria é do Governo, agora o resto não sei. E vou lhe dizer: Muito não é não, mas pra mim já é muita coisa. Ou muito ou pouco é um dinheiro descansado. Para o pobre que vive sem trabalhar é muita coisa... Quer dizer que já trabalhou muito, né? E agora fica recebendo esse dinheiro descansado, dou graças a Deus! Eu já trabalhei, viu? Eu vivia, eu tinha gado, eu vivia de negócios. Hoje eu vivo muito ruim! Vivo pior! Eu vivia de negócios quase. Eu vendi o sítio em Mangabinha e comprei o Salgado; depois vendi o Salgado e comprei um terreno em Riacho Fundo. Esse eu nunca passei tempo, nunca! Esse era de Arara pra cá. Lá no Curimataú também. E. Ai vendi. Comprei uma terra junto ali onde era o Engenho Pirauá. Ai vendi e comprei isso aqui, logo aí, descendo essa ladeira. Aqui eu comprei daqui até encostar em Pedro Alves. Essa terra era como um ferro de engomar. Lá embaixo ainda tem um pedaço de terra que o prefeito, Dr. Elson, mandou fazer uma pracinha lá embaixo. Pois bem. Mas foi o meio de vidinha melhor que encontrei foi esse de vender e comprar terra... Agora é só esse dinheirinho do governo, é o Presidente que paga, né? Eu já me interessei por esse negócio de Presidente, logo no tempo que eu podia ler alguma coisa, qualquer coisinha que eu visse assim, eu ia ler pra compreender. Agora não posso mais ler, tô quase cega! Agora, eu, pra mim, esse governo que tá me dando esse auxílio é muito bom. Agora se fosse pra agradecer, eu nem ia saber a quem agradecer porque não conheço... Mas a gente agradece a

Deus, né? Porque o certo é que melhorou, antes existia muito esmolêu no meio do mundo, hoje em dia é difícil ver um velho pedindo esmola, é difícil. Agora me diga: Tão dizendo que essa aposentadoria vai aumentar, é certo? Esse dinheiro do governo serve muito, dá pra ir pagando, quando dá pra pagar, pagar um e ficar aberto pra comprar de novo nas bodegas. (...)

#### Funrural e Sindicato: Uma só referência

(Zeza, filha adotiva de D. Isabel entra nesse momento na conversa) Z - Mulher, aqui tem o meu velho também que ajuda, ele é coveiro. E meu filho trabalha de servente de pedreiro na Prefeitura. Meu velho não trabalha em sítio, mas ainda hoje fala em roçado. Uma vez ele deu baixa na carteira para ir pro sítio. Ainda passou um ano! Foi trabalhar nas terras do Dr. Roberto. ele nasceu e se criou nas terras do Dr. Roberto, que era do Major Cunha Lima e hoje é do Dr. Roberto. Ai depois que a gente veio pr'aqui ai ele pegou esse emprego de coveiro ai, no cemitério. Mas ele não gosta. Ai foi que ele abusou e passou um ano foral! Nas terras do Dr. Roberto! Ai quando é agora, no ano passado, ele completou 65 anos, ai cuidou de fazer os papéis dele pra se aposentar. Ai foi tempo que o Funrural fechou, ai faz um ano que ele tá com os papéis esperando... Ele só fala no mundo na agricultura dele. Vive ali à força. Diz que todo tempo que se aposentar cai fora, vai embora pro sítio! E, mulher, porque ele nasceu e se criou na agricultura. Ai se o Funrural aqui não tivesse fechado ele já era pra tá no sítio há um ano! - E a senhora, dona Isabel, o que é que a senhora acha de morar aqui na rua?

Olhe, minha filha, eu vou lhe dizer uma coisa: Eu vivo aqui sem sítio mas só Deus sabe como! Eu sinto falta, e demais! Logo uma que eu sou louca por fruta. E aqui não falta, mas se tiver dinheiro, né? Tem um rapaz ali que tem um banco na feira, eu devo a ele, todo mês eu pago dinheiro a ele, mas de fruta! Olhe, ainda depois de aposentada eu continuei trabalhando, eu vendi esse sítio do Jitô, parece que faz só uns três anos, eu não tô lembrada direito em que ano foi, mas parece que é isso, faz uns três anos. Vendi pra Pedro Modesto, Pedro Modesto já vendeu a outro! Olhe, meu pai não tinha terra, meu pai trabalhava arrendado... Agora a agricultura dele era pouca, que ele era pedreiro, mestre de cozimento. Ele trabalhava de pedreiro nessas redondezas toda. De Borborema pra cá! E eu só vim possuir terra depois de casada.

- E a senhora é sócia do sindicato?

Olhe, eu não me lembro quando foi que eu comecei a pagar sindicato, mas parece que foi antes d'eu me aposentar, eu não me lembro não... Mas eu ouvi essa conversa de sindicato e fui me associar. Agora o que é certo é que eu fiz uma doídice, sabe o quê? De certos anos pra cá, quando eu adoeci eu deixei de pagar. Pois foi, o sindicato desde que eu vim do sítio que eu deixei de pagar. E já me arrependi muito, mas... O povo diz que vai dar ruim pra mim. Eu não sei porque o povo diz isso. Agora a senhora sabe por que eu deixei de pagar? Mode um desgosto que eu tive. Eu recebi o dinheiro e já ia pagar e tinha uma conhecida na porta do Funrural. Ela disse: Já foi pagar? Eu disse: Não, vou descer agora. Ai a mulher disse: Eu já fui. Ai tava D. Marlene

conversando mais uma pessoa, aí disse: Pra onde vai? Aí eu disse: Eu vou pagar o Funrural, o sindicato. Aí ela disse: Isso é asneira. Aí eu disse: E? Ela disse: E. Aí o homem que ela tava conversando disse também. Eu disse: A gente não é obrigada a pagar não? Ela disse: Não. Eu não sei, mas entendi ela dizer assim: Quem recebe, já recebe descontado. E o que eu não sei é se ela tava certa ou se não tava. O que eu sei é que desses tempos pra cá eu não fui mais lá no sindicato não. Antes eu ia, ficava ouvindo as palestras, era tanta coisa que se conversava.

- A senhora já ouviu falar nas Ligas Camponesas?

Eu ouvi, mas não conheço seguimento de nada, eu nem sei o que se dizia. Eu acho que foi lá pelo sindicato mesmo que eu ouvi falar...

#### Intermediação de conflitos: "confusão com sindicato"

(...)Sim! Eu já tive confusão com sindicato também, viu? Eu vendi lá meu sítio por isso, uma que eu não podia mais trabalhar, e outra, por desgosto. Eu dei pra um primo meu esse meu sítio de meia. Dei contente, satisfeita. Mas aí o homem pegou a fazer fora do que era pra ser. Lá tinha muita terra pra trabalhar e tinha um pedaço de mata qu'eu tava conservando, aí foi aonde primeiro ele foi bulir. Cheguei lá ele tinha botado o roçado aonde era a mata. Seu João, por que o senhor fez isso, aquele roçado ali não foi mata no ano passado? Afinal que eu disse a ele: Olhe seu João, negócio de feijão, eu dou o feijão pra ser de meia, mas o que o senhor plantar com o seu feijão é seu! Ele disse: Tá certo! Mas o que foi que ele fez? Ele plantou o roçado lá sem eu saber! E eu fiquei aguentando, fiquei aguentando... E sabe no que resultou? Foi que ele comeu essa lavoura sózinho, todinha. Até a roça! A roça ele plantou, ele arrumou terra pra seu Severino Brito e aí disse que ia s'embora, eu já soube porque os outros disseram. Ele foi e fez a farinha aqui na rua, e vendeu e comeu tudo e foi s'embora. E ainda veio no sindicato dar parte de mim. Aí foi que seu João, o presidente do sindicato, mandou me chamar e eu fui lá. Aí eu disse: Eu não sei nem dizer seu João, porque ele fez o roçado comigo de meia e eu nunca lucrei nada! Esse bocado de feijão que eu fui apanhar lá no roçado, ele não tava mais nem lá! Pois foi! Agora me diga mulher, eu dou minha terra pra seu fulano plantar de meia, e ele planta, colhe e desaparece com tudo e ainda dá parte de mim! Pode ser uma coisa dessa? Ele vendeu tudo! Abacate, laranja ... E comeu dinheiro, comeu tudo! Mas graças a Deus isso só aconteceu essa vez. Eu sempre trabalhei assim, de meia, e dava certo. Trabalhei muitos anos com Severino Ribeiro, de meia... Se eu já tirei dinheiro em banco pra plantar? Não, mulher, nunca tirei, a minha agricultura era pouca.

O voto "naquele tempo" e hoje: as regras desiguais da reciprocidade...

(...)Olhe quando eu cheguei aqui o prefeito era Dr. Elson... Eu voto faz muitos anos. Eu votava no partido dos Cunha Lima. Eu morava no Jitó, e quem morava no Jitó já sabe, era de obrigado! Todo mundo tinha medo e votava, só se via era falar em peia! Votava porque tinha medo. Hoje em dia o voto é uma coisa boa, mas

naquele tempo a pessoa votava neles e ainda ia os chaleiras dizer que não tinha votado e o caba ainda ficava jurado!... Eu sou daqui do Brejo de Areia mesmo, nasci no Jitô, na terra dos Cunha Lima. Pai trabalhava lá, arrendado. O Major já morreu, né? Mas ficaram os sobrinhos dele, é Dr. Roberto no Mundo Novo e D. Adelina no Jitô. Não! Hoje em dia eles não tã mais com esse negócio de peia não, faz muitos anos que deixaram. Quando o Velho morreu já tava mais calmo. E aquilo não era devido ao velho não, era devido aos chaleira, agora ele acreditava no que eles diziam e vamos! Ele não era ruim não, sabe? Ele auxiliava muito as pessoas que precisava, as pessoas que chegavam até a casa dele não saia desarrumado não, o que ele pudesse fazer, fazia. Fazia de tudo, em remédio, em doença! Agora ele era uma criatura assim: Chegava uma pessoa e dizia uma mentira ou uma verdade e se ele acreditasse, pronto! Era aquilo ali. Mas era muito servidor...

- E hoje em dia vocês votam em quem? Em qual partido?

Hoje em dia eu voto no que eu quiser, eu voto nos que vem aqui me buscar. Eu já votei em Oscar Trajano e dessa derradeira vez votei em Tião, sem nem saber ele quem era, sem conhecer ele... E pra mim tá muito bom. Nessa história de voto, eu dou o voto e graças a Deus nunca lucrei nada com voto não. Eu já precisei de político, mas as vezes que precisei não me serviram. Eu também nunca vivi aperriando, apertando... Olhe nesse ano eu nem sei em quem votar! Ninguém sabe nem quem é candidato daqui!

(Havia um calendário com a foto de um homem eu perguntei que retrato era aquele)

Isso é um bloco! Tavam dando nas bodegas, nas mercearias... Isso não quer dizer que eu vou votar nesse homem não, isso é só um calendário, um reclame... Agora só se a gente vai ficar sabendo quem é candidato na véspera, né? Como no ano passado, no ano passado eram entregando aquelas chapas... aí quando foi na véspera da eleição, de noite, chegou um conhecido meu aqui. D. Isabel?! Eu disse: Diga! Como é, pode me arrumar um voto? Esse rapaz era Josué, mora ali em baixo, e ele era para vereador. Eu conhecia ele aqui de Areia mesmo. Aí eu disse: Eu não tenho opinião com voto não. Ainda não tenho candidato pra votar ainda não, porque aqui tem um feixe de ficha, eu não vou votar com isso tudo! Aí ele foi e entregou a ficha dele e a de Tião. E disse: Essa daqui é do prefeito. Eu peguei e botei ali, naquela gaveta. quando foi no outro dia de manhã foi a que ficou logo na frente, e eu só fui pegar e botar na bolsa. Que quando eu chego em casa Zeza disse: Mãe votou foi com Tião, não foi? Eu disse: E eu sei!? Eu nem procuro saber quem é candidato, viu? Eu já tô inutilizada, basta dizer que eu não enxergo mais. Eu não sei como ainda voto! Eu fui assinar... olhe, eu já enchi dois títulos, e já faz dois anos que voto sem título, na folha. Esse ano eu fui me assinar lá pra tirar o título novo e quase não enxergo o canto de assinar!

Mas como eu tava lhe dizendo, eu já passei por tanta confusão! Um enteado meu, mulher. Um tal de José Crispim. Até já morreu. Ele era filho do meu segundo marido. Eu fui quem fui pagar inventário e tudo, e fui ajeitar uma casa e ele se interessou pela dita casa! Ele com a casa dele e interessou a minha, a que eu morava! E vira e mexe e terminou ganhando a questão! Oxente! Ganhou! Eu acho até que foi com a ajuda do Major, viu? Eu começava a ajeitar a dita casa... Nesse tempo havia havisto uma eleição e foram contar ao

Major que eu tinha votado com o Dr. Elson. E por isso foi um frevo danado e lá vai e disseram que foi...Peraí! Quer ver a minha primeira encrência com eleição? Foi na de Zé Américo? Parece que foi. Era Argemiro e Zé Américo e disseram que eu tinha votado com Zé Américo. Pois foram contar ao Major sem eu nem nunca pensar! Olhe, graças a Deus ele só nunca mandou foi bater em mim! Diz o povo que mandou, mas os portador não chegaram perto... Eu só tinha desgosto porque eu já votava do lado dele já com cisma e ainda diziam... Uma vez inventaram uma mentira e por lá mesmo me defenderam! Eu só sei que era um sofrimento... Pois era. A gente era de obrigado votar nele, a gente morava quase como morador, viu? Quer dizer que era terra da gente mesmo, mas ele considerava a gente como morador. Eu acho que ele considerava assim porque tudo ao redor da gente era também morador dele, e pai também tinha sido e também porque tudo que se queria e precisava era com ele. Se chegasse alguma pessoa doente ele tratava, ele entrava com os remédios, com a despesa de qualquer coisa. Pois é, aí disseram a ele que eu tinha votado com Zé Américo, agora não só era eu não, num sabe? Essas encrência era com muita gente. De quem as coisas lá, os cheleléu, quisesse fazer enredo fazia, num sabe? Agora isso eu sempre votava neles. E meu marido que fazia muito mais tempo que já votava neles? Eu tava com 50 anos e meu marido já tava com 60 e tantos... Aí disseram que quem votou com Zé Américo ia levar uma surra! E os cheleléu já tavam dizendo que a gente tinha votado com Zé Américo. Aí meu marido zangou-se. Aí disse: Era só o que eu merecia ganhar mesmo, era uma surra! Já tava com não sei quantos anos de voto e também se não ganhasse nada! (risos irônicos) Se não ganhasse nada o que era que tinha feito? Com quase 50 anos que tava votando e não ganhar pelo menos uma surra, não tinha feito nada! Adepois outra! Adepois que o velho meu marido morreu, eu fiquei só. E teve outra eleição e foi pior, essa foi pior! Essa foi que ferveu mesmo. E diz que quando foi de noite os... como é que chama?... Os chaleira chegaram até perto lá de casa pra me dar uma surra! Nesse tempo esse rapaz aí tinha uns 5 anos, n'era Zeza? Essas meninas também eram pequenas. Eu sei que ele (major) nunca chegou pra mim pra dizer nada não, num sabe? Mas o que eu sei é que era verdade, que lá na casa dele tinha gente, gente séria, viu? que vinha e me contava... Eu sei que quando foi um dia de sábado, bem cedinho, eu já ia fazer a feira, que era eu que fazia. Aí chegou um homem, ele até morava no Carrapato, viu? E até já tinha trabalhado comigo. Aí chegou e me disse: D. Isabel, eu vim aqui, vim lhe avisar uma coisa, pra senhora hoje não ir pra feira. Eu disse: Pra não ir pra feira? Ele disse: Sim, que tem dois que tãõ lhe pastorando lá na mata. Eu disse: É verdade? Mas menino! Ele disse: Foi o que eles disseram, e disseram que tava pastorando a senhora porque a senhora votou contra o Major. Aí eu sei que dessa vez eu também escapei. Mas... Oxe! Se a gente for contar os que levaram surra a gente não sabe nem dizer! Hum! Olhe, nesse tempo mesmo, sabe como era? A gente dormia de dia pra de noite ficar acordado, tudo com medo que aparecesse capanga pra dar em nós. Eu não lhe conto o sofrimento! Esses meninos tudo pequeno, e a gente a balançar eles pra não chorar, que era pra ninguém ver que a gente tava em casa. Sem uma luz dentro de casa, mulher! E um dia, que chegou um capanga dele bem pertinho lá de casa? Era um nojento lá, um bem atrevido! E olhou... E escutou... Tudo calado,

n'era? Al disse: Vamos s'embora que não tem ninguém aqui não. E a gente a se pegar com tudo que era santo que existe, e com as rezas, ave-maria! A gente se viu aperrado, viu? Eu vou lhe contar a história de uma pisa que deram num morador dele, que ele mandou dar. Foi Severino de Mariquinha, até hoje é amarelo e doente dessa pisa que levou! Diz que foi ele que tava com outra mulher, com rapariga, num sabe? Al Mariquinha, a mulher dele mesmo, foi pedir ao Major pra ele dar um jeito nisso. Al a solução que ele fez foi mandar dar uma pisa nele que quase mata! Deram dos pés à cabeça. Era assim! E mesmo assim ele já foi prefeito daqui, deputado e tudo! Agora nos últimos anos eles não ganhavam mais uma eleição!

- E por quê?

Porque olhe, a senhora votava com ele e os chaleira ficavam inventando que não tinha votado, e ainda tinha esse negócio de mandar dar surra, al a pessoa ia perdendo o gosto, n'era? Na outra eleição não votava mais e assim... Aqui mesmo teve uma velha que me pediu pra morar nessa casa, vinha pr'aqui e não tinha aonde morar e me pediu, né? Al ela dizia que enquanto fosse viva e enquanto em Areia fosse a Virgem da Conceição que dominasse, ela não dava mais um voto ao Major! E era por causa dessas coisas, né? Agora já o filho dele, Dr. Roberto, não gosta dessas coisas! Sim, tem mais! Foi na eleição de Zé Américo? Foi, foi no dito tempo que a gente não dormia de noite com medo. Pois nesse tempo, lá em Macaíba - é um povoadozinho que tem ali, acho que você não conhece não. Pois bem, lá em Macaíba o pessoal, quando dava 5 horas da tarde, corria todo mundo pro mato, até mulher de resguardo! Al freviava assim de gente! Todo mundo ia dormir no mato com medo apanhar! Uns cuidando dum lado e outros do outro, tudo com medo dos capangas. Ele aqui? Ele era forte! Se viesse policia pr'aqui e ele não gostasse? Voltava pra trás na mesma hora! Pra ele botar um soldado daqui pra fora não precisava muita coisa não. Aqui só aturava juiz que ele quisesse; policia, delegado que ele quisesse! Ele era um dos fortes aqui de Areia. Eu acho mesmo que era o mais forte, o grande era ele mesmo! Pra ele não tinha juiz, delegado, a palavra era a dele! E quem morasse na terra dele? Brincou, apanhou! Agora isso ele era um homem tão bom! Era um homem que servia em tudo! Consultava as pessoas, e nem formado ele era! Mas eu sei que não era todo médico que entendesse igual a ele não! E ele chegando numa casa, tivesse um doente! Essa daí mesmo (apontando pra Zeza), eu comecei a criar ela, doente! Ela cansava muito. Al um dia ele chegou lá em casa, olhou assim e disse: Ih, e aqui tá com uma redinha na sala, será que tem coisa nova? Meu marido disse: Tem! Vem, compadre, entre pra ver! Que eles eram desde cedo, de infância amigos... Al ele disse: Entre, venha olhar uma coisa aqui. Al ele entrou, chegou perto da rede, olhou assim. E meu marido disse: Olha al o que a minha mulher arrumou pra enterrar nesses dias! Al ele disse: Você sabe o que eu vou lhe dizer? Pode ir criando as galinhas, mas pra fazer a festa do casamento, viu? Al meu marido disse: E? Ele disse: E, nem tenha medo, quando for quinta-feira eu vou pra Campina e trago uns remédios pra ela. Quando foi na quinta-feira, de tarde, ele chegou com os remédios e me ensinou como dar e olhe al quem ia morrer! Olhe, do meu pai ele cuidou... Olhe, que ele era bom, era prestativo, era! Depois foi que os chaleira fizeram essas confusão com a gente, o ruim foi ele ter acreditado só neles, né? Não ter



ido saber da gente. Mas nos casos que precisave dele ele era bom. O meu pai teve muito doente em 36 e ele tomou conta de tudo, enquanto eu tinha um dinheirinho eu ainda gastei, mas depois ele tomou conta de tudo, até do enterro!"

##### 5. Relato de Seu Manuel

"Olhe, eu nasci em 1907, em 28 de São João. Em 1919 eu já estava trabalhando. Com doze anos no alugado! O seguinte foi: no roçado de mamãe eu comecei com 7 anos porque minha mãe não tinha condição de criar eu, um irmão e uma irmã. Meu pai morreu, um homem novo, mas quando morreu, aleijado de ferida de gomes. Era um mal contagioso que havia de primeiro. Não havia Posto, não havia médico pra ninguém ser atendido, entendeu? Quem adoecia desse mal contagioso quando menos acontecia, ficava aleijado e ia viver assim o resto da vida. E aí eu me criei. Aí passemos-se pra terra do, justamente na terra onde eu nasci. Pra terra do finado Zé Vicente Soares, uma propriedade chamada "Pechado", aqui mesmo, no município de Areia. Aqui no meio (descrevendo um mapa sobre a mesa) tinha um riacho e daqui pra cá, Pechado. E dessa parte pra lá, Serraria. Serraria fica bem aqui (apontando para o sul), de noite, as vezes, alumeia aqui. Daqui lá é uma base de umas 5 léguas. Daqui a pouco o ônibus passa pra lá. Aí lá vai, lá vai, lá vai tempo... Mas a senhora sabe que o filho que não tem pai sofre muito e tal e tal e tal. Aí foi tempo que lá, nesse engenho mesmo, eu me cortei. Tá aqui, olhe (mostrando uma enorme marca de corte do pé à perna), tá vendo? Isso foi de noite, numa gruta muito longe de casa. Eu tava tirando capim pros burros do senhor de engenho comer. Nessa época eu ganhava três tões, em 23. Se era pouco? Virgem Maria! Eu ainda me vali porque era esperto, tinha coragem de trabalhar. Aí lá vem, lá vem, lá vem... Passei 6 anos aleijado. Nesse tempo eu era menino, criança! Aí quando foi em 29 eu fiquei bom. Aí apareceu um Posto em Pilões e eu fui pra Pilões e fiquei bom, graças a Deus. Aí fiquei, fiquei, fiquei trabalhando mais minha mãe e esse irmão. Já morreram todos dois...

Pra lá e pra cá: Em busca da terra prometida?

(...)Aí fiquei batendo pr'aqui, batendo pr'acolá, aí sai do Pechado e vim pra Vargem de Seu Lira em 45. Já era casado nessa época. Eu casei em 34, no dia 23 de maio de 34. Aí lá morei 12 anos. Aí os meninos foram crescendo, foram crescendo, aí seu Lira vai e entrega a propriedade para um irmão dele chamado Mizael. Esse também já morreu, morreu lá por Minas Gerais. Seu Mizael era muito pesado. E o Francisco, o meu filho mais velho, ele é inutilizado também de uma perna, aleijado, um ramo de paralisia. Aí, minha senhora, aconteceu o seguinte: Seu Mizael queria que ele fizesse o que não podia fazer, aí eu disse: Sabe de uma coisa? Vamos s'embora daqui! Aí, minha senhora, acontece que eu fui para o sertão.

B - Ai, o senhor disse que esse Mizaél era muito pesado, pesado como?

M - Ele queria ser muito justo, tudo era o que ele queria, viu? Ele não atendia ninguém, não via ninguém, era tudo do jeito que ele queria. Ele queria que meus rapazes fossem para o eito, e eles não queriam. Ai quando nós chegamos lá no sertão, fomos morar de Patos de Espinhara pra lá, num lugar chamado Mãe D'água de Dentro. Era uma cidadezinha, e nós morava da cidadezinha pra dentro uns 5 km. Ficava abaixo de Santa Terezinha do Pernambuco, a linha divisória passava em cima. Ai passou-se um tempo e meu filho disse: Aqui não tá bom não. Eu disse: Tá não, meu filho... O empregado de lá era muito cheio de novidade, muito...

B - E vocês faziam o que lá?

M - Trabalhava!

B - Em quê?

M - Na agricultura, limpando mato! Era agricultor! Ai eu peguei e botei um roçado pra mim, mas meus filhos me disseram: Pai, eu vou m'embora! Eu disse: Meu filho, vamos fazer o seguinte, vamos ficar esse ano aqui. Ele: Vou não, pai, eu não tô me agradando desse homem não, vou m'embora... Ai viemo pra um lugar chamado... como é, meu Deus?... Não, m'esqueci do nomezinho. Eu sei que o dono chamava-se Doutor José Gayoso. Ah, o nome é Urtiga! E Francisco, em vez de ficar lá, veio aqui pro Brejo. Ai quando chegou cá, pegou a época de S. João. Ai foi fazer a brincadeira de S. João num lugar chamado Cacimbinha, ai estourou uma bomba em cima dele, um foguetão, queimou um braço dele, uma mão, mas ele chegou em casa. Chegou em casa, ai eu disse: Sabe duma coisa?, vamos fazer a safra, a moagem do homem, que quando nós terminar a moagem do homem e a apanha do algodão, ai nós vamos s'embora. Ai só fiquemo mais 5 meses. Ai terminamo tudo e fomos s'embora... Eu por mim achava bom, mas eles não queriam... Porque lá era para trabalhar no pesado e eles não queriam, n'era? Ai fomos pra Vargem de Seu Lira... Era no ano de 55 pra 56. Ai saimos de lá. Ai morei pr'aqui, morei pr'acolá. Mexi prum canto, mexi pra outro. Ai fui pra Usina, morei 6 anos na Usina. Ai meus rapazes aprenderam a trabalhar em serviço de Usina. Hoje um mora aqui em Solânea, outro mora aqui em Várzea Nova. Mora um no Recife e mora outro em São Paulo e o outro morreu. Ai eu disse: Não quero mais ficar aqui não, vamos pra rua! Ai vim pra cá e fiquei. Foi em 64 o primeiro ano aqui, em 64..

A Liga era para os trabalhadores poderem trabalhar...

B - Sim, mas o senhor tava me falando antes<sup>38</sup> de outras histórias, do sindicato, da Liga. Quando começou a organização da Liga aqui? O senhor morava aonde, em qual propriedade?

M - Na Várzea...

B - Aí como foi que o senhor ouviu falar na Liga?

M - Ah, isso aqui foi chá pra todo mundo! Agora, essas eleições, não tá sendo falado pra todo mundo? Pois era assim também!

B - Mas não era só para os trabalhadores rurais que falavam?

M - E, falava mais para os trabalhadores, mas todo mundo sabia. E era uma Liga Camponesa e uma Liga Camponesa... E pra que essa Liga? Para os trabalhadores! Para os trabalhador poder trabalhar. Aí eu digo: então vamos trabalhar! Aí aconteceu que lá vai, fizeram uma revolução...

B - Mas e antes da revolução?

M - Nós ficamos trabalhando.

B - Trabalhando como?

M - Em enxada, em tudo que acontecesse de trabalhar!

B - Não, eu digo assim: antes o senhor não me disse que era camponês, que era da Liga?

M - E, era da Liga Camponesa, mas ninguém fez construção nenhuma.

B - Como construção?

M - De construção, de construir trabalho, de fazer roçado, de trabalhar como se trabalha pra qualquer pessoa...

B - Mas como foi do tempo que ouviu falar em Liga até tirar a carteira, como foi isso?

M - Não, carteira se tirava por brincadeira, não tinha tempo marcado não.

B - Sim, mas o que era que o povo dizia?

M - Vamos tirar a carteira pra formar a Liga Camponesa, é a lei camponesa pra todo mundo ficar trabalhando...

B - Mas as Ligas, o pessoal da Liga queria o quê?

M - Trabalhar somente! O assunto era trabalhar em qualquer canto.

B - E vocês não estavam trabalhando?

38. Estou me referindo ao nosso primeiro encontro, dois dias antes desta entrevista, no qual o entrevistado ficou bem mais à vontade numa conversa cujo tema era a Liga Camponesa de Areia. Há duas possíveis explicações para a sua diferença de comportamento de uma conversa para outra: 1. a entrevista estava sendo gravada (com seu consentimento, claro!) e isso poderia servir de prova contra ele. Por medo de se comprometer ele teria de ser mais cuidadoso, mas o fato é que ele é muito evasivo nessa entrevista com relação ao caso Liga, chegando a negar certas afirmações feitas dois dias antes. E, 2. Ele estava doente, tinha passado metade do dia na cama e estava se levantando praticamente à hora que iniciamos a entrevista, pode ter sido essa indisposição mais geral. Mas o fato é que essa segunda explicação não é convincente o necessário: Por que ele só não responde com tranquilidade as perguntas relativas à Liga? Neste caso a única explicação razoável é realmente a primeira.

M - Tava. Mas porque a senhora sabe, a gente trabalhava por condição. Por exemplo a condição é essa, eu vou explicar pra senhora ficar entendida. Vamos dizer que isso aqui é sua propriedade. E a senhora tinha 4, 5, 10 ou 100 moradores. Entonce aqueles 100 moradores, toda semana, tinha que trabalhar 3 ou 4 dias de condição pra senhora. No eito, pra mover engenho, tudo! Seja o que fosse...

B - Mas pago?

M - Sim. Agora tudo muito baratinho. Barato demais. Esse negócio de condição era pra pagar a casa que morava, a lenha e a água que bebia. E tinha o roçado. Aqueles que tinha a mulher e os filho já grandinho, e a mulher tinha coragem de trabalhar, a mulher ganhava a enxada em casa mais os filho nos 4 dias que ele tava no eito, ou 3. Porque quando ele chegava de noite ele não podia fazer mais nada. E se tivesse dois ou três filho que já desse pra ajudar o senhor de engenho queria que fosse pro eito...

B - Todo mundo?

M - Todo mundo! Pra cortar cana, pra cambitar cana, pra limpar mato, pra tudo! E aquele que não fosse, ele não aceitava na terra. Era assim... Era assim!...

B - E as casas que vocês moravam, como eram?

M - Agora as casas, era umas casas velhas de palha, uns moquiço velho de palha, cheia de barata! Não tinha um aparelhinho, um banheirozinho, não tinha nem uma portinha de taba, nem na frente, nem atrás, algumas é que tinha... Era umas portinha de vara entrançada que nem cerca do sertão. As cercas do sertão não são assim, de vara entrançada? Pois era aquilo! Era assim, viu? Ai todo mundo queria tirar a carteira da Liga, por isso... Ai foram se associando, se associando...

B - Chegou a ter quantas pessoas associadas aqui?

M - Tá, isso ai eu não sei não.

B - Não tem nem idéia?

M - Não, logo eu morava lá no sítio e isso era aqui pra rua, e ai eu não tenho a menor idéia disso...

B - E as reuniões?

M - Nunca vim a nenhuma! Não assisti nenhuma, nenhuma, eu não vou contar nada porque nunca vim a nenhuma.

B - E como foi que o senhor se associou?

M - Acho que foi o povo da Liga andando lá pelos matos, eu nem me lembro direito, mas eu acho que foi assim, e foram contando assim, contando assim... e não foi nem eu só que se associei, foi muita gente. Mas não deu em nada, ninguém recebeu coisa nenhuma, nem nada, nada, nada. Ninguém viu nada, nada mesmo. Ai foi tempo, com poucos tempo ai veio a revolução ai pronto, acabou tudo!

B - E aquele senhor que trabalha no Sandu é que era o organizador da Liga aqui?

M - Eu não conheço não.

B - Conhece não? Quem me falou dele foi seu Antônio que foi presidente do sindicato em 1962...

M - Conheço não. Olhe, quando eu tirei a caderneta do sindicato o presidente era João Dora, esse morreu um dia desse... Eu até deixei de pagar o sindicato mode uma pilhéria que João de Vera soltou a mim. Quando minha mulher morreu, eu fui dizer a ele, e ele foi logo dizendo que o sindicato não tinha dinheiro e que eu fosse arranjar dinheiro lá pelo Funrural. Ai mode ele deixar de

besteira, que eu tava só avisando que minha mulher tinha morrido, não tava pedindo dinheiro a ele, eu fui e deixei de pagar... Deixe ver se eu acho a carteira para lhe mostrar... (saiu e voltou alguns instantes depois com uma capanga cheia de papéis) Olhe, Dona moça, pobre toda vida é pobre... Tá vendo essa casa aqui? Com o meu trabalho comprei esses pauzinhos...

A casa na rua...

B - O dinheiro da casa senhor juntou quando trabalhava na Várzea?

M - Não senhora, do sitio pr'aqui eu não trouxe nada!

B - Como não trouxe, o senhor não morou lá 12 anos?

M - Ah, menina, era umas coisinha... As telhas dessa casa foi o Coronel Lins Ventura que me deu. Essa madeira foi um roçado que eu tinha em Várzea Nova, que eu vendi. E esse chão foi um roçado que eu botei aqui em Macalba e plantei roça, aí quando foi no tempo eu vendi a roça e comprei esse chão a seu Bil Maia...

B - Aí o senhor veio morar aqui e ficou trabalhando em quê?

M - Fiquei trabalhando a um e outro, um dia aqui, um dia acolá. Quando foi em 72 nós fomos trabalhar em Guaribas de Zé Henrique, de terça. Quando foi em 73... É porque eu não tô mais lembrado o tempo que eu me aposentei. Eu me aposentei com 65 anos completos. Tô com 81...

B - Então faz 16 anos...

M - Faz 16 anos que eu recebo...

A Aposentadoria: Pra mim é uma bênção!

B - E o que é que o senhor acha dessa aposentadoria?

M - Senhora moça é o seguinte: Para os outros eu não sei, mas pra mim, devido eu não poder mais trabalhar é uma bênção!

B - Mas o senhor ainda trabalhava, não?

M - Trabalhava, mas ia chegar um tempo de não poder mais trabalhar. E o pessoal pegaram com uma idéia que não queria mais ninguém de idade alta trabalhando por mode não indenizarem. E não era só eu que tava dependente, desse jeito era muitos! Se a senhora for fazer essa pesquisa desse pessoal, vai ser um fim de mundo, a senhora não vai fazer tão cedo! Deve ter umas 3 mil e tantas pessoas aposentadas aqui no Município, ou 2 mil e tantas. Muitos ainda trabalhando e outros não trabalhando em nada, já tão muito velhos. Tem velho de 84 anos, tem velho de 85, de 87, um pessoal desse não pode trabalhar mais, tá morto! Um pessoal desse tá morto!

B - Por que o senhor trabalha como cambista?

M - É pra ver se eu adquire um tostãozinho a mais... O ganho é pouco demais. Estão anunciando agora, ninguém sabe se vai receber, que vamos receber a metade do salário, a metade do salário. O salário é 23 e 400 e ainda tem um descontozinho. Pois bem... O salário do próximo mês deve ficar em 30 mil cruzados e pra nós vai ficar uma base de uns 15 e pouco. Pronto!

B - Mas o que o senhor achou dessa aposentadoria?

M - Eu achei muito bom. Mas isso, senhora moça, isso vem partindo de Getúlio Vargas, foi ele quem fez essa arrumação. Então os outros vieram escondendo, escondendo, escondendo, aí quando foi

de Castelo Branco pra cá ele declarou isso. Ai ligou de fazer. Isso era 135 mil réis. Não era cruzeiro e nem cruzado. Era mil réis. Quando eu tirei aqui a primeira vez, tirei 945 mil réis e a segunda vez que eu fui tirar, em mês de S. João, tirei 675. Ai comprei uma casa acolá em baixo. Lá mora uma filha...

B - Seu Manoel, o senhor acha que essa aposentadoria tem alguma coisa a ver com a Liga?

M - D. Moça, eu não tenho conhecimento...

B - E o sindicato?

M - O sindicato começou e foi dando e foi dando e foi dando e hoje é muita gente aposentado.

B - E o senhor acha que o sindicato tem alguma coisa a ver com a Liga?

M - Não sei não. Não tenho nenhuma formalidade pra lhe dar sobre isso.

B - E o sindicato, na sua opinião, serve pra quê?

M - O sindicato, eu fui sócio do sindicato muito tempo, e o que eu arranjei no sindicato foi somente os dentes, uma parte dos dentes que eu extraí. Somente, somente e nada mais.

B - E o senhor acha que o sindicato só serve pra isso?

M - Não sei pra que serve não porque eu não alcancei em nada, pode ter algum valor e produzir alguma coisa, mas noutro canto, o sindicato daqui não!

B - Por quê?

M - Porque são fracos.

B - Fraco como?

M - Não tem condição!

B - Condição pra quê?

M - Pra fazer qualquer coisa. Olhe, nós aqui associado, nós demos um jipe ao sindicato, pra carregar doente! Agora vá lá pra ver se tem! Nós demos o jipe, os chefes do sindicato se juntaram aqui com os bancários e fizeram um documento falso recebendo cada um 45 mil e tanto, pra eles. Eles queriam a segunda vez, ai nós demos na idéia e não paguemos mais, e teve deles que eles até tomaram à força...

B - A força como?

M - A força, do pagamento dos velho besta que não sabia o que era. Ai só.

B - E o governo, em relação à Liga?

M - Eu não sei...

B - Porque o senhor disse que os caba acabaram as Ligas com medo, medo de quem?

M - Medo do pessoal dos patrão!

B - E o governo entrava nessa história?

M - Não vi o apoio de nada.

B - Não apoiava nem os trabalhadores nem os patrões?

M - Não apoiava nada... Olhe a senhora sabe que o rico toda vida tem apoio. E o pobre, qual é o apoio do pobre? A não ser que tenha a sua terrinha...

B - Não tem apoio nem do governo, nem de nada?

M - Não. quer dizer o que tem pra pobre do governo é quando chega no mês o dia dele receber o dinheirinho dele...

B - E essa aposentadoria?

M - É, é essa aposentadoria.

B - O senhor acha que essa aposentadoria é uma coisa merecida, ou o senhor acha que o governo dá porque é bom?

M - Eu não sei, eles dizem que tãõ dando o direito do trabalhador, agora se o trabalhador tem esse direito é que eu não sei...

B - O senhor acha o que, que tem ou não tem?

M - Aqui eu fico quieto, não digo nada porque também não sei se tá bom, se tá ruim, não sei como é que está.

#### A Aposentadoria entre sombras e luzes

B - Me diga uma coisa: logo que começou essa aposentadoria, o que era que se dizia?

M - Virgem Maria! Teve gente que disse que era coisa da besta fera. E teve velho que se intrigou de mim pensando que eu queria trazê-lo pra cá pra prender ou matar...

B - Mas por que isso?

M - Era ignorante, dona, ignorante... Só conhecia o eito do senhor de engenho e nada mais. Ninguém sabia ler, esse era o primeiro atraso. Hoje não, hoje tá todo mundo civilizado... Olhe Dona moça, na nossa terra o seguinte era esse: quando chegava o dia de segunda-feira, de madrugada já tava o feitor na porta esperando os trabalhador, e quem não fosse o patrão mandava buscar, muitos mandava buscar a casco de animal!... Como é issol? A força! A força! O pobre doente, coitado, em cima da cama, as vezes purgado, e ele fazia era se levantar purgado, chovendo, pra ir trabalhar. A força, sabe como é a força? Na marra!... Ai foi tempo que esse Getúlio Vargas se apresentou como chefe da nação, ai foi defendendo o trabalhador, defendendo e defendendo e defendendo... E graças a Deus... Antigamente o morador chegava de madrugada na porta do patrão com a enxada nas costas, e hoje se o patrão quiser que o trabalhador vá, manda um carro pra porta às sete horas do dia pra ele ir, e de tarde, das 4 horas pra cinco manda trazer em casa outra vez.

B - Que outras diferenças o senhor vê entre antigamente e agora?

M - Muito bom tempo esse d'agora, muito bom tempo... Porque só assim eles pagam um décimo das grosserias que eles fizeram. Eles agora tãõ descontando o tempo que o pobre era sujeito a eles e não tinha direito a nada... A senhora tinha o seu roçado e morava na minha propriedade, quando a senhora não podia dar os 4 dias da sua condição, eu lhe jogava pra fora e a senhora perdia tudo quanto tinha: a terra deu, a terra come. E hoje não é mais assim! A senhora tem direito a seu pé de bananeira, tem direito a seu pé de caju, tem direito à sua roça, a uma touceira de cana e tem direito à sua morada onde mora. Hoje tá muito diferente, hoje é um tempo maravilhoso perto do que passamos.

B - E o senhor acha que mudou por quê?

M - Só pode ter sido porque Deus nos protegeu, não foi?

B - E o senhor não acha que esse tempo tá assim porque os trabalhadores se organizaram na Liga, no sindicato e isso foi forçando as coisas a mudar?

M - Eu ainda não tenho essa inteligência não. Eu tô achando que o governo, sei não, mas eu tô achando esse tempo muito bom! Antigamente era o tempo do cativo e hoje é o tempo da

liberdade. A senhora tem sua profissão, eu não tenho, mas a senhora vive no seu rumo e eu vou procurar outro pra viver. A senhora tem direito à sua vida e eu também tenho. O rico tem seu direito à sua propriedade, mas o morador também tem! E antigamente a senhora nascia e se criava na propriedade de qualquer um desses por aqui, mas a senhora não tinha direito a nada, morria e não tinha direito nem ao enterro! Alguns que dava o enterro, alguns! E outros não dava nem uma água morna pra beber, que dirá outra coisa! Eu tô achando muito bom, eu só queria ser moço pra começar do principio, pra eu dizer: olha, tás vendo? agora tu tás me pagando as mágoas, as misérias e as pisas que tu fizesse com os outros! agora tu tás me pagando!

B - E até pisa davam?

M - Até morte! Até mandar jogar dentro da fornalha... Eu tô achando bom, só tô achando ruim porque tô velho, não presto mais pra trabalhar, como um quilo de feijão que o governo me dá. Ganho qualquer coisa no bicho pra inteirar o dinheiro e comprar qualquer coisa pr'aquele pequeno comer... No dia que dá pra comprar pra nós quatro tudo, nós come. Mas quando não tem, nós compramos pão pr'aquele pequeno, que é pequeno e precisa mais de comer. Eu tô achando muito bom. De vez em quando um filho manda alguma coisa, quando dou fé chega um papelzinho aqui, um avisozinho e eu vou no Banco. Um bota cinco mil, outro bota cinco e assim eu vou inteirando pra comer com essa família...

B - Hoje vocês comem melhor do que antigamente?

M - Minha Nossa Senhora! Hoje pra eu ser bilionário, não é nem milionário, comparando com aquele outro tempo só tá faltando a saúde e a mocidade e nada mais! Isso nós vivia antigamente numa cadeia de sofrimento que a senhora não queira saber. A senhora é uma menina que nasceu ontem, e eu tô com 81 ano e 4 meses amanhã. Entendeu? E eu tenho o meu conhecimento do que já foi e do que é hoje e lhe digo: Hoje é um tempo de luz e antigamente era um tempo escuro. E a escuridão era isso: Hoje é sexta e essa hora a senhora tava na bagaceira do patrão, botando bagaço para o engenho dele começar hoje de dez horas da noite pra findar sábado de meia noite ou até o dia amanhecer do domingo! Com a roupinha do corpo coberta de grude, que nem a mulher tinha tempo de lavar porque o senhor de engenho não dava tempo, viu? E hoje, chega em casa, a mulher olha assim pro marido e: Homem, troca essa roupa que tá suja! Ai ele diz, vai buscar! E ela diz: Qual é a que tu ques? Naquele tempo não tinha esse gosto de perguntar não senhora. Muitas vezes o camarada chegava em casa, e quando era pra lavar a roupinha, ia ficar lá dentro do quarto escondidinho, pra mulher lavar a roupa mode ele vestir pra sair de novo. Com fazenda de tostão, de 6 vinténs, de meia pataca! Entendeu como era? E hoje é essa carístia e todo mundo, graças a Deus, é vestido... Hoje você espia pra qualquer casinha, a minha não tem, mas muitas têm um sofázinho pra se sentar. Mas sabe por que é que eu não tenho? Pra não dever a ninguém, é por isso que eu não tenho um sofázinho pra senhora sentar, é porque eu não compro à prestação a ninguém!

B - E esses direitos, o senhor acha que foi por quê?

M - Homem foi porque, é como diz o outro, antigamente se dizia o seguinte: que com a continuação do tempo se descobre a luz. E foi a luz que Deus descobriu, e o tempo ficou claro porque nasceu pra ser assim e assim está muito bom...



B - Seu Manoel, naquele tempo, o senhor acha que tinha quantos moradores na propriedade do pai de Marília (falamos antes sobre essa senhora que é a atual representante do Funrural em Areia)?

M - Ah, isso era uma propriedade grande! Ele tinha mais de uma propriedade. Numa propriedade tinha uns cem, na outra tinha outros cem e na outra tinha quase cem...

B - E esse pessoal todo nunca passou em fazer uma greve como fizeram aqui em 1984?

M - Não! Venha cá (chamando para a porta) que eu vou mostrar a senhora. Tá ali uma casa, tá ali outra. Isso ali é um mercadinho, outra, e outra aqui. Eu vi casa de morador que foi dele, que quando eu cheguei na propriedade ele era desse tamanho e o pai trabalhando pra ganhar cem réis por dia, e eu cheguei de fora pra ganhar dez e doze e vinte mil réis por dia, eu tinha posse de ganhar e eles não tinha e hoje tão aí rico! Não foi uma luz que Deus amostrou pra eles? E outros, coitados! Tem deles já com 90 e tantos anos, de coquinha dentro de casa, já se arrastando e nunca arranjaram nada!

B - E o que é que o senhor acha de morar na cidade?

M - Aí já é um caso mais diferente. Isso é o seguinte: Quem pode comprar uma propriedade, mora na sua propriedade... De qualquer tamanho! Se puder comprar uma propriedade... pra ser livre! Poder trabalhar na sua agricultura, com condição de criar uns bicho, ter a sua fazenda ou ter uma construção qualquer, é uma vida muito importante pra quem não tem! E não podendo comprar a sua propriedadezinha, o negócio é morar na rua! Os senhor de engenho não dão sítio pra morar ninguém! E aí o camarada, se tem um morador velho antigo e com muitos anos, o morador sai, aí o camarada bota logo a casa abaixo que é mode ele não ter nem mais direito a voltar e nem vim outro. Pra não dar trabalho, viu? Pra não indenizar o morador!

B - E o que é que o senhor acha melhor, o sítio ou a cidade?

M - Dona Moça é o seguinte: Quando eu era novo, que minha força dava pra trabalhar, eu achava bom o sítio. Porque é como se diz, no sítio o caba faz uma rocinha pra comer a farinha, comer um beijuzinho, comer uma tapiocazinha. Dá pra criar um bicho no terreiro, planta um pé de batata, um pé de jerimum, planta feijão, planta milho e vai buscar no roçado sem comprar! Planta a verdura em casa, e é sem comprar! A senhora sabe que a senhora mora na cidade. O que é que a senhora não compra na cidade? É tudo quanto entre é comprado, não é? O almoço fica caro, não fica? Pois do jeito que é a senhora é eu e é os outros qualquer. Salvo quando a pessoa tem um vizinho, que é uma pessoa ótima e traga, quando tem! um cozinhado de fava verde, um cozinhado de feijão verde, ou uma fruta! Mas o resto a senhora tem que comprar tudo, compra ou não compra? Pois bem, nós mora no centro desse cidade e nem direito a comprar um pau de lenha nós tem. Lenha tem, mas quem vai buscar na mata só vende se for o caminhão! O homem paga o frete daqui lá pra o fim do mundo, pra ir buscar a lenha, por quanto ele não vai vender essa lenha?

B - Esse pessoal todo que mora por aqui é gente que veio do sítio?

M - Hoje a rua vive cheia, completa do pessoal do sítio. Os sítio não tem mais quase ninguém! Quem não pode comprar uma casinha na rua, alugou! O que tinha fez. Coitados, tem uns que não

tem nada, mas também não tem quem aperreie! Que naquele tempo, a senhora morava num sítio desses qualquer, podia ter o que tivesse, mas por tanto assim, o patrão lhe botava pra fora e a senhora ficava sem direito a nada! Trabalhando na condição, com sua família, muitas vezes o domingo ou a noite, ou o dia santo e o patrão nada daquilo tirava, lhe jogava pra fora e acabou-se, a terra deu a terra come! A conversa era essa! Isso era qualquer um patrão!

B - Quer dizer que quando vocês iam sair e pediam alguma coisa do que fizeram...

M - Pois é, era assim: a terra deu a terra come. Quando morria um e a família ia pedir, alguns diziam: Se fulano morreu, peça esmola ou então enterra com a roupa do corpo que eu também tô de esmola! Era, dizia isso. Muitos aqui disseram, muitos!

B - D. Maria do sindicato tava me falando que, aqui, antes tinha uma Associação que servia justamente para fazer enterro de quem não tinha condição. O senhor se lembra disso?

M - Tinha essa sociedade, tinha!

B - Tinha alguma coisa a ver com a Liga?

M - Não, não tinha nada que ver com isso. Era fora disso, tudo isso era fora. Era assim, morria uma pessoa que não tinha, aí saía, me dê um auxílio pra enterrar uma pessoa que morreu... Um dava dez mil réis, um dava 4, outro dava dois, e por aí saía até arrumar com que fazer o enterro. Era isso...

B - O senhor... ah, o senhor não alcançou a escravidão mesmo não...

M - Alcancei não. Minha mãe foi quem alcançou quando ela era menina! Mas a convivência, a vida do pessoal, a vida material, como se diz, o pessoal vivia pior do que os escravo!

B - O pessoal do seu tempo, que vivia sujeito, de condição?

M - Sim senhora! Viviam... Porque ninguém não tinha direito a nada, só tinha direito ao cabo da enxada, pra trabalhar! A senhora criava o seu garrotinho, a sua bezerrinha com muito sacrifício na propriedade, no seu sítio, ele não fazia questão. Mas quando eles cresciam, eles botavam em cima: Ou lhe comprava assim, por tanto assim, ou dava uma prensa pra senhora sair. E ele lhe matando na unha, e a senhora sentindo que tava morrendo e ele parecia que não tava fazendo nada e ainda dizia: eu não botei pra fora, eu não botei pra fora... Hoje é diferente! Hoje é diferente!... Se a senhora tem sua casa na rua, muito embora que seja difícil a vida, mas tal o Posto, tal o Hospital, tal a Maternidade, tal carro na porta pra onde a senhora quiser ir. Tá a feira ali pra senhora fazer a sua feira ou quem quer que seja. Só dá trabalho a senhora adquirir o dinheiro! Adquira o dinheiro que tudo tem na porta. Tem o coentro verde, tem a cebola, tem o mamão, tem a jaca, tem a banana, tem a laranja, tem tudo! Só precisa a senhora ter a nota para comprar! Tem a batata, tem o jerimum, tem o feijão, tem a fava verde, tem a melancia, tem o melão, tem tudo, não falta nada! Antigamente, quando era dia de sábado, as vezes o pobre, coitado, tinha precisão de vim aqui na feira, com tanto assim de dinheiro que pegava, embora que desse pra comprar alguma coisa porque tudo era barato, mas não podia vim porque pensava: Se eu for à feira, nem a mulher lava a roupa, que não dá tempo de enxugar, e eu perco de plantar um cento de cova de roça! Pra quando for com seis meses

eu poder tirar pra fazer farinha pra comer! É isso. Hoje é diferente!

B - Tinha barracão na propriedade?

M - Tinha, cada uma propriedade tinha um barracão pra acabar de matar o pobre!

B - Era do dono do engenho?

M - Era. As vezes tinha um morador mais melhorzinho, que tem morador que se sai, não é? E ficava pra lá, cuidando, mas era matando os outros...

B - Eu já ouvi falar que tinha propriedade que o trabalhador não conhecia nem dinheiro!?

M - Lá em Severino Gonçalo o morador que às vezes pegava num dinheirinho pouco era eu e um irmão meu que tinha lá. A senhora chegava na casa dele e dizia assim: Seu Severino o senhor dá licença eu matar sábado, aqui, um boi cevado? Ele dizia: É, venha matar... E quando a senhora perguntava quanto ele queria, ele dizia, não, não quero nada não. A senhora ia matar e quando era lá pras duas horas da tarde, a senhora tava sem almoçar e nem tinha vendido uma quarta!

B - Por quê?

M - Porque ninguém tinha dinheiro pra comprar! Ai quando era essa hora assim, umas 3, 4 horas, ai ele chegava e dizia: Ainda não vendeu não? Vendi não. E por quanto é que a senhora tá vendendo isso ai? É tanto! A senhora quer dar por tanto, pela metade? Se quiser dar eu compro agora mesmo, tudinho. Compro e lhe pago. Então a senhora não tinha mais o que fazer, ai pegava e vendia! Quando acabar ele mandava chamar um empregado e mandava esticar a faca pra cima: tanto pra fulano, tanto pra sicrano... Em meia hora cortava todinha! Ai era o seguinte, fazia assim: Quando era no dia de sábado, ele sabia quanto a senhora gastava de café, quanto gastava de farinha, quanto gastava de feijão, quanto gastava de sal, quanto gastava de tempero, e ele mesmo fazia a feira do morador! Ai acabar, quando você chegava, com a cadernetinha, do jeito daquela que eu vendo bicho, ai ele pedia a caderneta e anotava. E vamos trabalhar a semana todinha pra ter direito àquelas coisinhas contadas do barracão! Pra cortar o cabelo ou fazer a barba, era preciso que ele chamasse o barbeiro e pagasse pra fazer a barba porque ninguém pegava num tostão! Eu lhe digo ainda mais: E um relógio que ninguém nunca tinha visto? Tinha feitor que a gente ia perguntar a hora e ele se virava pra olhar o relógio escondido pra gente não ter o gosto de ver! Era aqueles relógios de algibeira, de antigamente, não sei se a senhora já viu um... Agora isso foi mudando, viu? De 45 pra cá, quando eu cheguei na Várzea, já era diferente, o morador já tinha suas cana pra moer...

B - Agora me diga uma coisa: Nesse tempo ai que o senhor tá falando, em 45, já se ouvia falar em morador que tivesse botado questão em patrão?

M - Já... Mas isso era um ou outro, perdido, errado... Botava e se ganhasse tinha que ganhar o mundo, não é? Tinha que ficar o resto da vida se escondendo daquele patrão. Hoje o caba bota e fica ali, esperando e ainda exige: Eu quero o meu e é tanto! E por tudo isso eu lhe digo: o tempo vai muito bom... Muito bom... E é como se diz: Quanto mais se vive mais se vê. E ainda digo mais,

dona moça, é melhor aprender depois de velho do que morrer bestal..."

### 3. Trabalho, Velhice e Aposentadoria

O trabalho é a medida das suas existências<sup>39</sup>.

E através do trabalho que eles se reconhecem. Mais precisamente: Socializados sob certas relações de trabalho e produção só se reconhecem nos limites do modo de vida que essas relações de trabalho possibilitam. São, portanto:

1. Agricultores ou trabalhadores rurais porque é a terra que trabalham e deste trabalho na terra retiram os frutos necessários à sobrevivência;

2. Em função das condições sob as quais esse trabalho se realiza podem ser: Pequenos proprietários, moradores<sup>40</sup>, parceiros, meeiros, etc.

3. E ainda, resultado da participação que tiveram no movimento camponês nos anos 60, podem se classificar, também, como camponeses. Esta, sendo classificação estritamente política que revela, em maior ou menor grau, uma certa consciência de classe<sup>41</sup>.

39. Para uma discussão do trabalho como base e fonte da vida social, vide Marx e Engels (1977); Engels (1979); Cuvillier (1975) e Markus (1974).

40. Como vimos anteriormente, há vários tipos de moradores: o morador de condição, o morador foreiro etc.

41. Veremos no capítulo seguinte a compreensão e os limites dessa consciência de classe no caso dos aposentados desta pesquisa.

Então, antes de homens, mulheres<sup>42</sup>, maridos, filhos, crianças são trabalhadores. Ganhar a vida com o suor dos seus rostos é o seu primeiro mandamento. Mas o trabalho, em quaisquer condições que se realize, não nos torna divinos, mas humanos. Sendo assim não há como escapar dos designios do ciclo biológico. E eis que a velhice chega ou vai chegando e com ela a impossibilidade do trabalho. Ou do trabalho com o mesmo vigor que a vida requer:

"...E a senhora sabe, que um homem moço tá lá fora, trabalhando no pesado pra ganhar 30 mil por dia. E um velho só pode ganhar dez, doze porque não tem mais disposição pra trabalhar o tanto que um moço trabalha. Só ganha pela metade e tem que comer como um moço come, e vestir como um moço veste também..." (Seu Raimundo, relato n. 1, junho/86).

Não estar trabalhando ou estar trabalhando "pela metade" por já não poder mais tem um significado muito negativo: Estão doentes, estão próximos da morte, não têm mais o que dar, são um estorvo. Isto, aliás, não é uma característica exclusiva dos aposentados por nós entrevistados, mas uma característica que se estende a todos os trabalhadores numa sociedade capitalista: Cada um vale o que produz, pouco interessa se ao longo da vida acumulou conhecimentos que podem ser úteis às outras gerações, pouco se lhe vale também o que já produziu em anos e anos de trabalho. Eis os tributos do capital à velhice.

---

42. É claro que entre os trabalhadores rurais, como em qualquer sociedade ou comunidade, há uma divisão sexual do trabalho. Não tão rígida que impeça as mulheres de, em determinadas circunstâncias, realizarem serviços considerados masculinos. Ou ao contrário, os homens realizarem serviços considerados femininos, embora seja mais rara esta última possibilidade. Ou seja, é mais comum mulheres realizarem serviços masculinos do que os homens realizarem serviços femininos. Para um estudo dessa divisão do trabalho, vide Garcia Jr. (1975) e Heredia (1977).

Em *Lembranças de Velhos*, um estudo sobre memórias de velhos, Ecléa Bosi mostra dolorosamente bem qual o estatuto do velho sob as leis do capital e especialmente o estatuto do velho na sociedade brasileira. Tomemos à guisa de amostra desse trabalho, que é sobremaneira bonito e tocante, mas que transcende estética e emoção ancorando com elegância nos portos da ciência, o seguinte extrato (1979:35-36):

"Quando as mudanças históricas se aceleram e a sociedade extrai sua energia da divisão de classes, criando uma série de rupturas nas relações entre os homens e na relação dos homens com a natureza, todo sentimento de continuidade é arrancado de nosso trabalho. Destruirão amanhã o que construímos hoje. Comenta Simone de Beauvoir em sua obra sobre a velhice: "As árvores que o velho planta serão abatidas. Quase em toda parte a célula familiar explodiu. As pequenas empresas são absorvidas pelos monopólios ou se deslocam. O filho não recomeçará o pai, e o pai sabe disso. Ele desaparecido, a herdade será abandonada, o estoque da loja vendido, o negócio liquidado. As coisas que ele realizou e que fizeram o sentido de sua vida são tão ameaçados quanto ele mesmo."

A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força de trabalho ele já não é produtor nem reprodutor. (...) O velho não participa da produção, não faz nada: deve ser tutelado como um menor."

Ecléa Bosi trabalha com velhos e memória na cidade de São Paulo. Simone de Beauvoir, ao fazer essas considerações sobre a velhice, provavelmente se baseia na situação dos velhos na França, em Paris, especificamente. Elas falam da velhice em grandes metrópoles capitalistas, nós trabalhamos com velhos aposentados numa, embora famosa, pequena cidade da Paraíba. Tanta distância entre os contextos de cada estudo, mas a constatação do mesmo sentimento, das mesmas práticas dá-nos a impressão de poder reuni-los todos em uma única comunidade: a dos aposentados do capital. Mas não nos interessa as generalizações, estamos preocupados antes, com as dessemelhanças. Com a multiplicidade de possibilidades que só a realidade com todas as

suas determinações é capaz de criar. Daí uma questão: Como estando tão distantes e vivendo vidas tão distintas, velhos de Paris, São Paulo e Areia lamentam-se e reclamam praticamente das mesmas coisas?

Marx, tomando um exemplo de empréstimo a Les Paysans de Balsac, (apud Cuvillier, 1975:23) nos dá uma pista: "Numa sociedade capitalista, todo produtor, mesmo que não seja um produtor capitalista, é dominado pelas idéias da organização social em que vive."

Sim. Porque outras sociedades há onde os velhos são tratados de formas diferentes: onde passam a valer cada vez mais pelo conhecimento, pela sabedoria acumulada; sociedades onde os velhos deixam de ser trabalhadores para se tornarem conselheiros, mestres. Aliás, a antropologia está repleta desses exemplos.

O interessante aqui, abramos um parêntese, é lembrar que chegamos a Areia para fazer um estudo da ideologia dos trabalhadores rurais, através da compreensão e vivência que estes têm dos direitos. Os aposentados rurais surgiram como comunidade que indistintamente usufruiu de um dos direitos previdenciários ao trabalhador rural: a aposentadoria. Portanto, apesar de estarmos indo à comunidade para discutirmos certas questões propostas a título de hipóteses (vide Introdução), não pensávamos tanto em velhice, mas em trabalho. Ou seja, relacionávamos sempre categorias como direitos, luta, trabalho. E eis que as determinações dessa categoria social que nos surge, logo de cara: os velhos, a velhice, obrigam-nos a iniciar nossa análise por aqui.

Voltemos, portanto, às generalizações do nosso caso.

Velhice é sinônimo de perda das funções, de incapacidade, de impotência. Poder continuar trabalhando, ainda que em atividades que

não requeiram tanta força e destreza, significa, de um certo modo, distanciar a morte. Sentir-se necessário, útil.

Em alguns casos chega-se a temer a velhice como o diabo teme a cruz. Seu Afonso, relato n. 3, ao ser indagado sobre o que mais gostaria da vida, disse-nos:

"...Eu vou lhe dizer: o que eu mais desejo da vida é poder trabalhar até morrer, ter saúde e trabalhar. Eu sei que Deus me ajuda e eu fico trabalhando até morrer, morro ali, no trabalho. (...) O povo diz: Deus lhe dê muitos anos de vida. Ai eu digo, não peça isso pra mim não, diga assim: Deus lhe dê muita saúde. Mas só dizer muitos anos de vida, não, porque muitos anos de vida sem saúde não presta. (...) Não é brincadeira uma pessoa doente, em cima de uma cama, e tudo que precisar pedir aos outros..." (junho/86)

E com profundo pesar que admitem o não poder mais trabalhar, afinal eles prefeririam a vida de trabalho, a ocupação com os afazeres cotidianos que lhes conferia um lugar bastante determinado, e certamente respeitado, na sociedade: o de trabalhadores. Aliás, aqui é necessário que se esclareça que: qualquer que seja a posição do trabalhador na estrutura social de que faz parte, quer dizer, qualquer que seja o lugar que ocupe na hierarquia de valores que se confere às diversas categorias de trabalhadores existentes no campo, é através do seu trabalho que se reconhecem. E mesmo quando não gozam de nenhum prestígio dentro da sua hierarquia, ou seja, ainda que ocupem o degrau zero da hierarquia, ainda assim é através do trabalho que se identificam: Algumas vezes, quando não podem se envaidecer por si mesmos, chegam a se envaidecer pelo seu patrão. Num contexto regional ou municipal é importante ser morador, ainda que eiteiro<sup>43</sup>, de um certo senhor de engenho e não de outro. Inclusive, nos tempos

---

43. Eiteiro é aquele que trabalha no eito.



de senhores de engenhos fortes e trabalhadores sujeitos, ou melhor, antes do prenúncio dos direitos e das possibilidades de vida que eles inauguram, a partir dos anos 60, a principal fonte de identificação dos trabalhadores era o seu senhor. Ou seja: Eles não são apenas moradores ou rendeiros ou meeiros, eles se reconhecem e são socialmente reconhecidos enquanto moradores ou rendeiros ou meeiros de Fulano X ou Y. Quando começaram a ir às feiras<sup>44</sup> era dessa forma que eram identificados. Mesmo hoje ainda é comum as pessoas se referirem senão ao senhor de engenho, ao nome do engenho. Por exemplo, "eu era morador do Jussara", ou: "eu trabalhei em terra de senhor de engenho, de Chico Gondim". E ainda, fruto do aprendizado da vida inteira, a utilização dessa forma de identificação para fazer valer a autoridade que, acaba, em outras palavras, sendo igual ao seguinte: Você sabe com quem está falando? Esse argumento de autoridade não apenas é importante porque estamos tratando de senhores e trabalhadores sujeitos, esse argumento costuma ser sempre muito utilizado em sociedades onde "o espaço público é tratado como espaço privado dos dominantes" (Chauí, 1987:136); onde a tutela e o favor substituem o direito e o livre exercício da cidadania. Inclusive esse modo de viver antes característico de todo o Brasil que de Areia, que aliás não é nenhum caso-mor, teria tido suas origens nessa sociedade patriarcalista clássica da plantation. Areia

---

44. O cativo, na expressão de Seu Raimundo e Seu Manuel, em que viviam algumas categorias de moradores até a década de 40 (com a cultura do agave em Areia começam a se introduzir mudanças nas relações entre senhores de engenho e moradores) incluía a obrigatoriedade de se abastecer no próprio barracão do engenho. O que significa que não era tão comum a ida dos trabalhadores à feira semanal na cidade sede do município do qual fazia parte o engenho do seu senhor. Geralmente o que era comum era os moradores chegarem à velhice sem conhecer a moeda nacional: Passar a vida fazendo e pagando vales no barracão.

não é nenhum modelo, evidentemente. Apenas espaço deste estudo. Mas para fecharmos o raciocínio: Um dos nossos entrevistados, relatando a história do seu aposentamento, disse-me que estava no Posto do Funrural esperando ser atendido quando alguém o apresentou à representante do Funrural como "gente do Major" e isso teria facilitado enormemente a sua relação com a burocracia. Então, ainda que em terras do Major este entrevistado não tivesse maiores valores hierárquicos, lá fora lançar mão da sua condição de morador do Major tem lá sua importância e sua eficácia. Em Doidinho (1979:101), José Lins do Rego conta que os moradores do avô de Carlinhos, o velho José Paulino, orgulhavam-se da sua condição. O prestígio do velho transcendia de muito os limites da bagaceira do engenho. Falando especificamente de Zé Ludovina, morador de confiança e que, em alguns casos, substituiu Zé Paulino nas compras do engenho, o personagem narrador escreve:

"Ao lado do negro do meu avô, senti-me honrado, cheio de mim. Onde ele chegava era conhecido:

- Oh! Seu Zé Ludovina, como vai? O que nos compra hoje?

Era ele que fazia as compras do engenho, e por isto as lojas tratavam tão bem o freguês opulento. Seu Filemon, todo em mesuras para o representante do Zé Paulino, com tudo que era "ss" na ponta da língua:

- Breve irei ver aquela gente boa de lá.

E o negro ria-se, naquela alegria orgânica, com todos os dentes de fora:

- Pois não, Seu Filemon.

Parecia que eu já estava no Santa Rosa, com aquelas manifestações de respeito ao povo de lá e o riso hospitaleiro de José Ludovina."

Mas o fato é que de uma forma ou de outra, sem pedirem ou lutarem por isso, a velhice acaba por libertá-los do trabalho. Então, aos poucos, vão se deparando com uma liberdade da qual sempre quiseram manter distância: Uma liberdade forçada por um corpo que já

não mais atende aos apelos da vontade de poder continuar trabalhando. Liberdade indesejada porque significa mais que tudo liberdade da própria vida. Livres sim. Mas por quê? Para quê? Para a morte? Para a pobreza, a solidão, a mendicância e tudo que de negativo significa a velhice para eles? Pois sim. Foram socializados no trabalho duro de todo dia; cresceram, amadureceram, criaram famílias e envelheceram no trabalho. E eis que chega a liberdade tardia sem nenhum quinhão, senão a possibilidade da morte próxima, isso, evidentemente, não os empolga, ao contrário, os entristece. Mas eis que a aposentadoria surge alterando esse destino, até pouco tempo atrás, inevitável dos trabalhadores rurais velhos. E, embora a aposentadoria, teremos oportunidade de ver exaustivamente, não seja salário, mas esmola e ainda que não resolva a situação mas apenas ajude, a sua existência altera substancialmente a condição sob a qual viviam os velhos.

É dessa comparação com a situação dos velhos no passado que os aposentados lançam mão toda vez que se trata de nos dar uma idéia da importância da aposentadoria, inclusive, é consequência dessa comparação a maximização da importância desse direito.

Como se colocava, pois, a questão da velhice antes da aposentadoria?

A primeira referência que surge é à mendicância, ou seja, não tendo condições de continuar trabalhando e não tendo família que os sustentassem, os velhos "viviam esmolando pelo mundo". Apesar dessa generalização que os entrevistados fizeram sobre as condições da velhice antes da aposentadoria uma coisa é certa: Em vez de uma generalidade a mendicância como consequência da velhice era antes uma exceção. Esclareçamos esta questão: Primeiramente a velhice era uma questão que dizia respeito à família do velho. Não tendo família

essa responsabilidade passava para os vizinhos e o patrão. Isto é, a velhice estaria incluída entre os dons da morada, seria uma contrapartida natural de anos e anos de trabalho e lealdade. Na falta de exemplos relativos à região do brejo, tomemos de José Lins do Rego (Usina) o caso do negro Feliciano. Segundo o autor Feliciano era dos mais velhos que ainda sobreviviam, morava na várzea, tinha um oratório que se tornou famoso na região e era a sua casa com seus santos a Igreja da pobreza do lugar. Com a transformação do engenho em usina essa casa de Feliciano foi demolida e ele teve de ir morar nos altos da propriedade. A partir dessa mudança Feliciano começa a enlouquecer, maldizer usina e usineiro, maldizer todos daquele lugar e, além disso, decide não mais permitir a visita de ninguém aos seus santos. Tomemos alguns trechos direto do autor (1973):

"...O negro velho Feliciano não podia mais com o cabo da enxada. Diziam que, depois do negro Manuel Pereira, ninguém, na Ribeira, era mais velho do que ele. Vivia se arrastando, magro, alto, de carapinha embranquecida mas falando, batendo a língua como um chocalho. A usina sacudira o pobre da várzea para a caatinga, arrancando-lhe o ninho que ele fizera, com os seus cacarecos, os seus troços. A sua casa da várzea não seria melhor do que a outra, onde hoje morava. Mas já estava habituado com o chão, as telhas, as paredes de barro do seu casebre da beira da estrada (...). Na biqueira da sua casa, Feliciano plantava bogaris, que cheiravam tanto de manhãzinha, e pião-roxo para fazer as suas rezas. Tinha o seu oratório, com os santos da sua devoção (...) e fazia novenas para Santo Antônio, em junho, e São Sebastião, em janeiro. (...) Feliciano criara prestígio pelo seu santuário. As suas novenas criaram prestígio por toda a ribeira. (...) Não ia ao eito, plantava uns paus de roça e do seu rodete o povo se servia, pagando uma besteira pelas cuias de farinha que fabricava. No tempo do velho José Paulino, Feliciano era tido na conta de gente, respeitado pelos feitôres. (...) Veio porém a usina e não respeitou o oratório de Feliciano. (...) Ficou triste desde esse dia. E não quis novena, não quis mais promessa para os seus santos. (...) Ficou falando, maldizendo. Quando vinha à venda Seu Ernesto (dono do barracão) se aborrecia: - Este negro é um boca de praga. (...) Muitas vezes o Dr. Juca passava por ele e Feliciano não se levantava, fazendo de conta que não via o patrão (...) o usineiro se ria do negro velho e mandava que Seu Ernesto lhe desse sempre o que ele precisava para comer. (...) Feliciano não tinha razão nem para responder a uma pergunta. Falava só, atendendo a

interlocutores invisíveis, gente de um mundo que só existia para ele. Descompunha com a mesma brabeza e os meninos já andavam atrás dele, como de José Passarinho, quando bebia. (...) Seu Ernesto era de opinião que uma pessoa naquele estado devia morrer. Para que se arrastar, como uma lésma, pelo mundo, só dando nojo aos outros? José Amarelo dizia que em Santa Rita o delegado mandava gente assim para o asilo da Paraíba (...) Se tivesse filho, Tio Feliciano teria casa e gente para tratar dele. Mas não, levava a vida servindo aos santos, dando tudo que era seu para as festas, para as velas do seu oratório. O seu orgulho fôra aquele de ter debaixo de suas telhas Deus e os seus santos. E Deus abandonava Feliciano e o povo acompanhava Deus naquela crueldade sem tamanho..."

Embora José Lins do Rego fale da velhice através desse caso especial e já não mais da velhice no engenho, mas na usina, observa-se que da velhice solitária de uns raros o patrão cuidava. O caso de Feliciano é sobretudo especial porque ele, a partir de um certo momento, enlouquece. E se a velhice era uma questão privada, a loucura já era da responsabilidade do Estado. Ainda assim Feliciano é mantido em terras da usina até a morte, e além da morada, a usina se responsabiliza pela sua comida. Mas em todo o texto o autor se refere às diferenças entre as regras da usina e do engenho, mostrando que caso o velho José Paulino - senhor de engenho e antigo proprietário daquelas terras - fosse vivo a situação do negro Feliciano seria outra, sugerindo com isto que sob a dominação tradicional do senhor de engenho as relações entre patrão e moradores eram mais "humanas".

Podemos concluir, portanto, que até a aposentadoria a questão da velhice era do âmbito privado: Dizia respeito à família do velho quando esta existisse, quando não era da responsabilidade do patrão e/ou vizinhos e, ainda, nos casos dos que "viviam esmolando pelo mundo", da sociedade como um todo.

Mas o fato é que mesmo a despeito da existência da aposentadoria, ninguém quer se ver livre do trabalho, no máximo em

algumas situações querem se libertar de certas condições de trabalho. Isso sim: A libertação de determinadas relações de trabalho que embora lhes dê o parco pão de cada dia lhes rouba a dignidade. Vejamos o caso de Seu Raimundo, relato n.1:

"...Eu já havia estancado em terra de senhor de engenho, não aguentava trabalhar mais, e o caba quando tá doente, não pode trabalhar mais, o povo pega a dizer: É preguiçoso, não quer trabalhar, não pega serviço... Mas não pode mais, tá estancado. Eu trabalhei vinte anos cortando rapadura em banqueiro de engenho, havia acabado as mão, as mão tremia já, ruim das mão, ruim da vista, aquele calor de engenho! Ai não podia ficar lá.(...)Ai vim aqui pra rua, trabalhando de servente de pedreiro aqui na rua, quando não tinha serviço, ficava trabalhado nos sitio dos senhor de engenho: cortar cana, limpar mato, tratar gado..."

Está muito claro no extrato acima, e se voltarmos ao relato onde há mais dados fica ainda mais claro, que não é do trabalho que Seu Raimundo foge, mas de um certo tipo de trabalho, sob determinadas relações. Mas do trabalho propriamente ninguém quer se libertar. Aliás, a tentativa de liberdade de condições indignas de trabalho faz parte das histórias das suas vidas como o próprio trabalho. Suas vidas - sobretudo se nos referimos aos ex-moradores - é a história de migrações e migrações em busca de terra para se trabalhar sob o signo da esperança de melhores dias. De todos os entrevistados apenas um, Seu Josué, viveu sempre num único lugar: um sitio que era dos seus pais e agora é dele, mas não sem motivo seus filhos migraram para São Paulo, o sitio herdado era insuficiente para a sobrevivência/reprodução de todos. Os outros entrevistados, todos eles, viveram saindo de um canto para outro. E os que conseguiram se estabelecer num determinado lugar não conseguiram manter seus filhos juntos. Seus filhos, como eles próprios, também saíram à procura de melhores lugares. Pois sim. Esse direito de saírem de um lugar para

outro à procura do seu lugar todos conhecem muito bem. É como seu Afonso lembrando a comparação do seu amigo: Cisca, cisca num lugar e não se encontra mais nada, a ordem e o direito é sair procurando até encontrar. É D. dos Anjos que vem lá de Currais Novos para o brejo paraibano e no brejo de uma propriedade para outra. É seu Raimundo saindo de um patrão para outro. Seu José Vicente sendo expulso para outras terras porque a mulher do patrão puxou a orelha da sua filha e esta não mais quis ir trabalhar na casa do patrão, e todos tendo de arribar porque o patrão não admitiu que eles continuassem em suas terras se a filha não continuasse trabalhando em sua casa. D. Isabel comprando e vendendo pequenas porções de terra e terminar vivendo praticamente do dinheiro da aposentadoria. Ou mesmo, situação mais rara, seu Afonso saindo de terras arrendadas para as suas próprias. Todos, indistintamente buscaram melhores condições de vida e trabalho e ainda, em plena busca, encontraram-se com a velhice.

Evidentemente a velhice não é uma determinada idade, ou não começa em idades precisas. Embora, convenhamos, aos 65 anos ela já deve ter chegado ou estar chegando, ainda mais se pensarmos nas estatísticas sobre a esperança de vida dos trabalhadores rurais que, no Nordeste, em 1980, era estimada em 49 anos (cf. Cabral, 1986:80).<sup>45</sup>

Chega, pois, a velhice, geralmente antes da realização do sonho de cada um que, nesses casos, é praticamente o mesmo: Todos os entrevistados gostariam de saúde e um pedacinho de terra para

---

45. Para um estudo da aposentadoria enquanto uma concessão tardia dos direitos aos trabalhadores rurais, vide Cabral (1986).

trabalhar, mas se a morte está próxima demais, e a vida na cidade começa a provocar os seus efeitos, bastava uma casinha própria<sup>46</sup>.

Mas se para alguns entrevistados a velhice já chegou, significando principalmente a perda da saúde e conseqüentemente a diminuição da capacidade de trabalho, ou mesmo a total incapacidade para o trabalho, para outros 70-80 anos ainda é o cabo da enxada, as longas caminhadas ao sítio, o plantio, a colheita, o vigor; e mesmo quando o vigor já não é o mesmo, mas ainda podem desenvolver algum trabalho o fazem. E, por exemplo, seu Raimundo trabalhando com a venda de frutas na feira. Seu Virgílio vendendo seu pedaço de terra para se estabelecer como bodegueiro na Chã do Galo. D. Rosemira ainda insistindo nos seus pontos de croché ou D. dos Anjos ajudando a curar tosses e gripes da vizinhança com as suas receitas de chás e xaropes medicinais. Mas o fato é que dos nossos entrevistados metade não mais trabalha, vive somente da aposentadoria.

O que significa viver somente da aposentadoria?

O valor da aposentadoria é igual à metade do salário mínimo vigente. Se o salário mínimo é sempre estabelecido num valor abaixo do mínimo indispensável, o que dizer da metade deste salário?

Como é comum que esses aposentados morem sempre com alguém: Filhos, netos, irmãos, a situação é menos grave, ou seja, o que recebem da aposentadoria serve para dar uma ajuda no orçamento familiar, não sendo, portanto, a renda mais importante da família. Mas os aposentados que continuam chefes de família precisam continuar

---

46. Sobre os efeitos das migrações cidade-campo, campo-cidade, ou mais especificamente campo-metrópole do Sul e vice-versa, no conjunto das representações desses trabalhadores, sobretudo no que se refere ao sonho, vide Menezes (1985:cap.V).



trabalhando, haja visto, que a aposentadoria somente não resolve o problema da subsistência, é apenas uma ajuda.

Certamente uma ajuda bem-vinda no caso dos que são chefes de família e continuam trabalhando, ou ainda no caso daqueles que mesmo sem mais serem chefes de família ajudam a complementar a renda familiar. E se para uns a aposentadoria funciona apenas como um complemento ao orçamento doméstico, para outros constitui-se na única fonte de subsistência, nestes casos mais do que nos outros, o nível de consumo é baixíssimo. D. Dos Anjos, ex-moradora, 91 anos, mora sózinha, depende unicamente do dinheiro da aposentadoria para sobreviver e mora em casa alugada a uma freira da ordem das franciscanas (vide depoimento completo no relato n.2). Vejamos como ela diz utilizar-se desse dinheiro do benefício:

" - A senhora vive só da aposentadoria?

- E, vivo da aposentadoria!

- Quer dizer que a senhora come, paga aluguel, faz tudo com esse dinheiro?

- Eu dou um jeito de dá!

- Até roupa a senhora compra com esse dinheiro?

- Não, não dá pra comprar roupa nada! Roupa eu ganho, um dá um vestidinho, outro dá outro... E eu vou levando.

- Quem lhe dá roupas, seus filhos?

- Meus filhos? Que filhos! Eles não têm nem pra eles! Quem me dá é um vizinho, é outro, é mais o pessoal daqui mesmo, dessas redondezas...

- Mas o dinheiro dá pra fazer a feira direitinho?

- Dá nada!

- E como é que a senhora faz?

- Eu compro um feijãozinho, um macarrão... Eu compro um quilo de arroz, passo quase um mês com um quilo de arroz, com o macarrão. Logo meu estômago não aceita mais certas coisas, sabe? Peixe de qualidade nenhuma, ovos... essas coisas! Não aceita de jeito nenhum. Um dia desse eu fiz um cuscuzinho aqui em casa, aí uma menina ali me deu um ovo, eu digo, eu vou comer. Oxê! Botei fora! Eu só posso comer uma coisinha que aceite no meu estômago...

- E o que é que ele aceita?

- Um pedacinho de queijo, um leite...

- Aí dá pra comprar isso?

- Nada! De primeiro eu comprava, mas agora não dá mais...

- Aí a senhora come o quê?

- Feijão! Um quilo de carne por 35 contos<sup>47</sup>, eu ainda me atrevo a dar porque sei que não como outras coisas..."

Embora seja o dinheiro da aposentadoria o único que entre na casa de D. Dos Anjos, e mesmo o consumo dela sendo o mínimo indispensável, vemos, através do seu discurso, que é necessário aqui e ali a ajuda dos vizinhos, é uma menina ali que dá um ovo, é um vizinho que dá um vestidinho, outro dá outro e assim por diante. Sem dúvidas meio salário mínimo é muito pouco. Todos consideram que é muito pouco, mas ponderam que, mesmo pouco, serve demais. Serve concretamente, ali, contadinho, para fazer duas ou três feiras no mês, o resto dá-se um jeito. Serve psicologicamente: mesmo servindo apenas para dar uma força no orçamento doméstico, serve para dar uma força no orçamento doméstico! Ou seja, são velhos, não podem mais trabalhar, mas são aposentados e o dinheiro que da aposentadoria recebem serve para ajudar no orçamento da casa onde vivem, em suma: não são um estorvo para os parentes, ao contrário, são muito úteis. E nem precisam mendigar da caridade pública e isso, como todos dizem, já dá um descanso.

D. Isabel, ex-pequena proprietária, duas vezes viuva, mora atualmente com a única filha, de criação, e os seus netos (vide relato n.4). A pergunta sobre se foi bom ter se aposentado, respondeu:

"Achei bom demais! Receber um dinheirinho, uma velha já sem poder trabalhar, sem nada! Ia receber sempre esse auxílio sem tá trabalhando, não é uma felicidade?!"

---

47. Na época da entrevista o valor da aposentadoria era de 291 cruzados e ia ser reajustado para 408 cruzados.

Dinheiro, todos eles sabem, é igual a trabalho. O dinheiro que não é fruto do trabalho cotidiano de cada um, é fruto da boa vontade de alguém: Dos filhos, dos parentes, dos vizinhos, do governo. Esse dinheiro que não é adquirido através do suor do trabalho é ajuda, auxílio, adjitório, esmola. É essa, pois, a forma como todos compreendem a aposentadoria em suas vidas: Uma ajuda do governo aos velhos.

Todos, indistintamente, consideram que é uma ajuda merecida, afinal trabalharam toda a vida e é o fruto desse trabalho que alimenta toda a nação, além disso, sobre o produto desse trabalho sempre pagaram impostos toda vez que o levaram à feira. Mas a aposentadoria rural faz parte de um sistema de benefícios (PRORURAL) onde, diferentemente do caso do trabalhador urbano, o trabalhador rural não desembolsa diretamente do seu salário uma contribuição ao Prorural, contribuição esta que justificaria os direitos aos serviços previdenciários. Dissemos que o trabalhador rural não contribui diretamente, no sentido de pagar prestações mensais para o usufruto dos serviços previdenciários, mas indiretamente contribui. Sobre esse pagamento indireto Cabral (1986:82) escreve:

"Na ausência de uma contribuição individualizada para o PRORURAL, como ocorre no sistema previdenciário urbano não foi difícil difundir-se no meio rural, principalmente, a crença de que os benefícios desse programa, são gratuitos, são dâdivas. Essa idéia, entretanto, não resiste à análise dos procedimentos adotados pelo Estado para cobrar indiretamente a contribuição. As formas de pagamento vigentes na agricultura e os baixos salários pagos no meio rural, inferiores ao salário - mínimo oficial, ou o preço mínimo pago pela produção agrícola, quando se trata de pequenos produtores, trazem também embutidos descontos para a previdência. Como essa informação não é transmitida ao trabalhador rural nem à maioria dos pequenos produtores, os mecanismos institucionais de cobrança de taxas previdenciárias são por ele

desconhecidos, e eles permanecem ignorando sua própria participação nesse fundo de custeio<sup>48</sup>..."

Mas para o caso da compreensão do trabalhador rural não vale o raciocínio acima, ou seja, o de que ainda que indiretamente paga os benefícios a que tem direito. Sendo assim, o fato de não pagar e ter direito a usufruir de um conjunto de direitos da previdência, sobretudo expressos na aposentadoria, tem um peso forte nas suas representações deste benefício. Embora, como constata melancolicamente, Simone de Beauvoir (apud Bosi, 1979:38):

"... Se o trabalhador aposentado se desespera com a falta de sentido da vida presente, é porque em todo o tempo o sentido de sua vida lhe foi roubado. Esgotada sua força de trabalho, sente-se um pária, e é comum que o escutemos agradecendo sua aposentadoria como um favor ou esmola."

Se o trabalhador francês, cuja cidadania se situa num patamar evidentemente superior<sup>49</sup> ao da cidadania do trabalhador brasileiro, ainda chega ao ponto de, na velhice, sentir-se grato à aposentadoria

48. O art. 76 do Dec. 83.081/79 determina o Custeio da Previdência Rural nas seguintes bases: uma taxa mensal equivalente a 2,5% do valor comercial dos produtos rurais pagos pelo produtor; e outra taxa de 2,4% sobre a folha de salários das empresas vinculadas à Previdência urbana e recolhida mensalmente junto com os demais tributos previdenciários. (apud Cabral, 1986:81). Mas é importante esclarecer que no decreto de criação do PRORURAL (Decreto n. 69.919 - de 11 de janeiro de 1972) a taxa devida pelo produtor rural equivalia a 2% sobre o valor comercial dos produtos rurais e recolhida do seguinte modo (cf. Decreto citado):

- a) pelo adquirente, consignatário ou cooperativa, que ficam sub-rogados, para esse fim, em todas as obrigações do produtor;
- b) pelo produtor, quando ele próprio industrializar seus produtos ou vendê-los, no varejo, diretamente ao consumidor.

49. Consideramos que a cidadania, enquanto reconhecimento da igualdade de direitos civis, políticos, não se exerce da mesma forma em todos os lugares, o nível de organização dos trabalhadores é o que verdadeiramente permite que a cidadania se exerça parcial ou integralmente. E mesmo este integralmente é determinado historicamente. Daí podermos falar em níveis ou patamares de exercício da cidadania.

como se esta fosse um favor ou uma esmola, o que dizer dos trabalhadores rurais? Do seu sentimento ante a aposentadoria cujo plano previdenciário de que é parte mais se assemelha à assistência, resquício do meramente caritativo?

Mas não precisamos fazer comparações com países como a França. Comparemos não mais os aposentados rurais de Areia com os aposentados de Paris. Pensemos no Brasil, na sua classe trabalhadora, na história da sua cidadania. Não é novidade que é costume deste país, onde os domínios do privado e do público ainda não estão suficientemente delimitados, transformar conquistas, consequentes da organização popular, em "doações", dádivas de governantes generosos. O populismo de Vargas é o exemplo clássico desse tipo de manipulação ao nível do Estado. Mas lembremo-nos que, embora Vargas seja o caso-exemplo de populismo na nossa história política, há alguma coisa mais comum do que a utilização da espaço público para a concessão de favores em benefício de particulares? Noutras palavras: Apesar de toda a organização das classes trabalhadoras nacionais desde antes de Vargas, e sobremaneira nos últimos decênios, o domínio público continua a ser reivindicado como domínio privado. Em 1986, por exemplo, em horário concedido à propaganda partidária em cadeia nacional de rádio e televisão, o PDS reivindicava, através de um dos seus representantes, como sendo resultado do seu "esforço" parlamentar, a aposentadoria rural. Ou seja, por ter a aposentaria surgido no período em que a Arena era o maior partido da América Latina, à semelhança do PMDB no plano cruzado (março de 1986 a março de 1987), seus políticos consideram como dádiva sua à população rural a instituição da aposentadoria e dos outros benefícios previdenciários que surgiram no mesmo período e "cobram", dessa mesma

população, favor tão importante para as suas vidas através do simples e velho instituto do voto: melhor forma de retribuir um favor a um político.

Mas retomemos, com Weffort (1980:71-73), o exemplo Vargas na história da cidadania do trabalhador brasileiro. Dizemos tranquilamente "trabalhador brasileiro" porque, embora Vargas esteja ligado às conquistas dos trabalhadores urbanos, e o populismo seja um fenômeno típico da urbe (Weffort, 1980:125), sobretudo das grandes urbes, a fama de Vargas transcende os limites da cidade: não é considerado apenas redentor dos trabalhadores urbanos. Como teremos oportunidade de ver, nos discursos que tomaremos a seguir, é considerado também redentor dos velhos pobres do campo, segundo eles mesmos, teria sido o "finado Getúlio Vargas" o mentor da aposentadoria rural<sup>50</sup>.

Em O Populismo na Política Brasileira, no terceiro capítulo da primeira parte do livro, na parte intitulada Pressão Popular e Cidadania, Weffort coloca que sob o populismo e nos últimos decênios da nossa história, as relações políticas que as classes populares urbanas mantiveram com o Estado e com as outras classes foram relações predominantemente individuais, onde o caráter de classe não se manifesta diretamente. Onde o caráter de classe é mascarado e não é possível percebê-lo sem que se passe pelas suas expressões individuais. "E, portanto, diz-nos Weffort, a esse nível de relações

---

50. Tanto Chiarelli (1972:42) quanto Alencar (1972:185) afirmam que o que marca, teoricamente, o início da preocupação da lei brasileira com o homem do campo, no setor da previdência e assistência social é a lei 4.214, de março de 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural) onde, formalmente, se estabeleceu um sistema completo de Previdência Social para o homem do campo. Embora, como também afirmam os autores citados, a lei do Estatuto não tivesse exequibilidade no que respeita ao cumprimento dos benefícios porque estes se fixaram sem o alicerce econômico.

individuais que convém estudar o populismo se se quer entender sua significação como manipulação e como política de classe (...) A partir dessa perspectiva convém discutir o problema de saber até que ponto os interesses reais das classes populares foram efetivamente atendidos pelos líderes e até que ponto elas serviram passivamente de "massa de manobra" para os grupos dominantes."

E nesse sentido que o autor discutirá que significação atribuir-se-à às iniciativas do Estado referentes à legislação trabalhista:

"...Vargas, apoiado no controle das funções políticas, "doa" às massas urbanas uma legislação trabalhista que começa a formular-se desde os primeiros anos do Governo Provisório e que se consolida no ano de 1943. A limitação da legislação aos setores urbanos não deve passar despercebida. São os setores que possuem maior capacidade de pressão sobre o Estado e aqueles que, desde antes de 1930, possuíam alguma tradição de luta; são também os setores disponíveis, para a manipulação política, pois apesar de que as regras do jogo eleitoral estivessem suspensas desde 1937 elas foram uma das primeiras conquistas da revolução de 1930 e continuavam a ter uma existência virtual. Por outro lado, a restrição da legislação trabalhista às cidades atende às massas urbanas sem interferir com os interesses dos grandes proprietários de terra.

O conteúdo social da manipulação exercida sobre a legislação trabalhista vai além do mero jogo pessoal do chefe do Estado, não obstante este se apresente às massas como um "doador" e um "protetor". Evidentemente, foi sobre atos dessa natureza que Vargas construiu seu prestígio como líder."

Prossegue: "Estabelecida a legislação trabalhista, sua regulamentação passa a constituir permanente função do Estado. Transfere-se, assim, para este, em certa medida, o prestígio que as massas haviam conferido a Vargas. Essa transferência de prestígio contém um dos elementos importantes da relação política populista em geral, tanto no período ditatorial quanto na etapa democrática: o líder será sempre alguém que já se encontra no controle de alguma função pública - um Presidente, um Governador, um deputado, etc., - isto é, alguém que, por sua posição no sistema institucional de poder, tem a possibilidade de "doar", seja uma lei favorável às massas, seja um aumento de salário ou, mesmo, uma esperança de dias melhores.

Mas, por outro lado, estabelecida a legislação do trabalho como direito, quando um assalariado reivindica o cumprimento de um determinado requisito legal, aquela relação originária de "doação" (e portanto de dependência) desaparece. O que passa a contar agora é o cidadão que reivindica o cumprimento da lei, que reivindica os "seus direitos" de homem livre na relação de trabalho. E nós podemos então perceber que na relação política, a "doação", e a

dependência que ela implica, é apenas um dos lados do problema. De fato, o que essa relação paternalista entre líder e massas contém, de essencial, do ponto de vista político, é, apesar da típica assimetria de todo paternalismo, o reconhecimento de sua igualdade fundamental dentro do sistema institucional."

O que vemos, pois, é que no final e de qualquer modo, com ou sem o caráter de "doação", a cidadania - enquanto reconhecimento e participação política em condições de igualdade, é resultado concreto da pressão popular desorganizada ou organizada. Noutras palavras, as classes populares não são "massa de manobra" de certos líderes, e em certas situações de crise de hegemonia, impunemente.

Em termos provisórios temos então o seguinte: a aposentadoria rural, assim como outros benefícios previdenciários e mesmo os direitos trabalhistas e sindicais institucionalizados têm tudo a ver com os avanços e os recuos da participação política dos trabalhadores, no caso específico, dos trabalhadores rurais. Porém, a forma como o Estado institui esses direitos, e aqui nos relacionamos indistintamente a trabalhadores rurais e urbanos, é que questiona os níveis da organização e participação política desses trabalhadores. Poder transformar conquista em dívida significa que as classes trabalhadoras ainda não têm consciência da força da sua organização. Noutras palavras: a ideologia da reivindicação, da luta, do protesto ainda não foi assimilada pelo conjunto dos trabalhadores permitindo, assim, que a ideologia que consolida e promove a submissão continue sendo a mesma através da qual os trabalhadores se reconhecem e são reconhecidos; e do mesmo modo, permite aos dominantes o exercício da dominação e a própria legitimação dessa dominação. Com um pequeno detalhe: A cada novo "direito" os termos da dominação se alteram, ou seja, a legitimação da dominação exige cada vez mais novas bases,



novos patamares.<sup>51</sup> O melhor exemplo para o nosso estudo é, outra vez, o caso da relação da morada, sobretudo no que respeita à sujeição. Não existe, pois, nos níveis atuais de compreensão e organização desses trabalhadores, relação mais ilegítima<sup>52</sup> que a da sujeição, as observações dos entrevistados sobre as relações tradicionais de trabalho e as atuais são muito claras nesse sentido:

"...Na nossa terra o seguinte era esse: quando chegava o dia de segunda-feira, de madrugada já tava o feitor na porta, esperando os trabalhador, e quem não fosse o patrão mandava buscar, muitos mandava buscar a casco de animal... Como é isso?! A força! A força! O pobre doente, coitado, em cima da cama, às vezes purgado<sup>53</sup>, e ele fazia era se levantar purgado, chovendo, pra ir trabalhar. A força, sabe como é "à força"? Na marra!... Aí foi tempo que esse Getúlio Vargas se apresentou como chefe da nação, aí foi defendendo o trabalhador, defendendo o trabalhador, defendendo e defendendo e defendendo... E graças a Deus... Antigamente o morador chegava de madrugada na porta do patrão com a enxada nas costas, e hoje, se o patrão quiser que o trabalhador vá, manda um carro pra porta às sete horas do dia pra ele ir, e de tarde, das quatro hora pra cinco, manda trazer em casa outra vez. (...) Muito bom esse tempo d'agora (...) Eles agora têm descontando<sup>54</sup> o tempo que o pobre era sujeito a eles e não tinha direito a nada... A senhora tinha o seu roçado e morava na minha propriedade, quando a senhora não podia dar os 4 dias da sua condição, eu lhe jogava pra fora e a senhora perdia tudo quanto tinha: a terra deu, a terra come... E hoje não é mais assim! A senhora tem direito a seu pé de bananeira, tem direito a seu pé de caju, tem direito à sua roça, a uma touceira de cana e tem direito à sua morada onde mora. Hoje tá muito diferente, hoje é um tempo maravilhoso perto do que passamos..." (Seu Manuel, 81 anos, relato n.5)

51. Sobre esta questão, vide Stein (1983) e Weffort (1980).

52. Embora já tenhamos, na Introdução deste estudo, delimitado empiricamente o nosso objeto de estudo, insistimos em dizer que estamos tratando da opinião generalizada dos ex-sujeitos sobre a sujeição. Investigar qual a legitimidade dessa relação baseada na sujeição, entre os que atualmente ainda são sujeitos é provavelmente uma forma de relativizar a nossa análise sobre esta questão.

53. Na região, purgado é o estado de quem está acometido por diarreia.

54. Descontando, do verbo descontar, está sendo usado na sua acepção usual (vide Ferreira 1975:446). Seu Manuel diz: "Eles agora têm descontando o tempo que o pobre era sujeito a eles..." do mesmo jeito que diria "Eles agora têm pagando o tempo que o pobre..." Como com esta acepção o verbo descontar é transitivo indireto, a frase não está corretamente formulada do ponto de vista gramatical e dessa forma o seu sentido pode tornar-se ambíguo.

Vemos que entre os trabalhadores rurais entrevistados, mesmo no caso de Seu Manuel (extrato acima) que participou ativamente da Liga Camponesa de Areia, não se estabelece uma compreensão de causa e efeito entre as lutas dos anos 60 e a aposentadoria ou mesmo os outros direitos do trabalhador rural.

No caso dos aposentados que sequer ouviram falar nesses movimentos ou quando ouviram foi pela boca das classes dominantes, é mais fácil entender porque não fazem nenhuma relação entre lutas dos trabalhadores e conquista dos direitos. Mas como compreender os outros casos, ou seja, os casos de quem participou de qualquer tipo de organização dos trabalhadores, em especial a Liga Camponesa cuja repercussão foi maior? Na primeira parte deste capítulo dizíamos que da Liga Camponesa o que restou foi a idéia da possibilidade da desapropriação em favor dos trabalhadores sem terra, sujeitos aos patrões. O fato de a chamada "lei camponesa" ter sobrevivido na memória desses trabalhadores principalmente relacionada à reforma agrária pode ter duas explicações: Primeiro esta reivindicação de reforma agrária teria sido o aspecto mais fortemente explorado porque é a partir do exemplo da desapropriação do Engenho Galiléia em Pernambuco que o movimento se dissemina mais facilmente e, devido ao fato d'a sujeição ser a relação mais comum de trabalho, seria sob essa bandeira de terra para todos - como uma forma de abolir a sujeição, que se mobilizariam os camponeses em torno da Liga. E, segundo, justamente para tentar conter um movimento cujos objetivos seriam os expostos acima, os senhores de engenho se organizam contra o movimento, tanto reprimindo com a força bruta como através do que

se propalava sobre os "comunistas da Liga": "que era um movimento para tomar o que era dos outros, tomar o que era alheio" etc.

Como o argumento do respeito à propriedade privada é muito forte no sistema de produção capitalista, e indistintamente para quem possui e para quem não possui a propriedade enquanto fonte de exploração do trabalho, consideramos que em razão disto e do que se fez em nome disto: a repressão sob as mais diversas formas: expulsão de camponeses, perseguições e mortes de lideranças, etc. é que as Ligas Camponesas sobreviveram ao tempo e às perseguições na memória coletiva e na memória de cada um dessa forma: Como um movimento que, em última instância, atentou contra a propriedade burguesa, capitalista.

Sendo enfatizado pelas Ligas a questão da reforma agrária e a luta tendo se polarizado em torno dessa reivindicação, as outras, ao nosso ver, seriam de importância menor.

Dai porque não se relaciona a aposentadoria com o movimento camponês dos anos 60? Não deixa de ser uma possibilidade interessante. Não obstante frágil diante, por exemplo, do argumento da história da cidadania do trabalhador urbano: ele também é grato à generosidade daquele que além de pai tornou-se mártir do trabalhismo, Getúlio Vargas.

Prossigamos. Se os trabalhadores não relacionam a aposentadoria à mobilização dos camponeses a partir dos anos 60, e se, como já colocamos antes, não descontam dos seus salários nenhuma quantia fixa destinada a um fundo previdenciário, por que a aposentadoria ou, o que é a aposentadoria?

Uma dívida de um governo generoso, não mais que isso, pelo menos de acordo com a compreensão dos seus beneficiários.

Vejamos como Seu Raimundo (relato n.1) explica a aposentadoria:

"- Seu Raimundo, o senhor acha que essa aposentadoria apareceu por quê?

- Sei não senhora. Porque o governo é muito bom, aí é bom para os outros...

- O senhor sabe qual foi o governo que fez essa lei?

- Eu me esqueço, vejo falar quem foi, mas me esqueço quem foi esse governo, esse pai que Nosso Senhor mandou pra gente...

- O senhor acha que o governo fez a aposentadoria por quê?

- Porque tem bom coração pra o pessoal, tem bom coração... A pessoa dar o que é seu a mim é porque tem bom coração, quem não tem bom coração não dá nada a ninguém, faz é tomar o que a pessoa tem. Agora, quem tem bom coração dá as coisas, acho que é bom coração que ele tem pra gente.

- Mas o senhor acha que tinha esse direito de se aposentar?

- Tinha, sim senhora.

- Por quê?

- Porque a gente trabalha muito para o governo. Como a gente que pega a trabalhar com doze anos de idade! Um pé de maxixe que leva pra feira paga aquele ordenado daquele pé de maxixe! Uma espiga de milho paga! Tudo que vai na feira paga o imposto, e paga muito!

- Então quer dizer que o governo tá dando o que já recebe, né?

- Mas tem bom coração, porque já é dele, porque tem bom coração pra dar.

- Mas ele não já recebe de vocês?

- Recebe, mas depois que recebe já é dele. Dá porque tem bom coração, se não tivesse, não dava. Eu tenho isso comigo: Porque se uma pessoa dá uma coisa a mim, eu dou se quiser, porque já é meu. Se eu tiver bom coração eu dou a outro pobrezinho também; se não tiver, não dou a ninguém. Eu ganho esse dinheiro do governo, venho pela rua, encontro um esmoléu, pede uma esmola, eu dou uma esmolinha: pegue, compre um pão. Quer dizer que o dinheiro já era meu, eu dei porque tinha bom coração. Assim o governo faz com a gente também. Aí de quem é contra o governo, porque o governo é um pai bom. Ele olha por nós tudinho. Ao pobre ele dá medicamento, né? Tudo que é pobre, tudo depende do governo. Ele não dá mais porque é muita gente no meio do mundo que depende, e ele é um só pra dar a muita gente. Ele é sozinho pra dar a muita gente..."

Nesse pequeno extrato de entrevista com Seu Raimundo podemos perceber várias coisas: A primeira delas é a compreensão que ele tem de governo. Para ele governo é o presidente. É um homem, no caso do governo que fez a lei da aposentadoria, o governo é um pai bom, dá a aposentadoria aos velhos porque tem bom coração. O sistema

referencial que hoje orienta Seu Raimundo parece ser o mesmo que o orientava quando era morador. Ou seja, embora tenha escapado da sujeição não escapou de uma das suas consequências: as relações sociais continuam sendo percebidas como relações personalizadas entre indivíduos e não entre classes.

Aqui não podemos deixar de lembrar mais um detalhe relativo aos limites do nosso objeto: os aposentados entrevistados nunca migraram para as metrópoles do Sul ou outras metrópoles de outras regiões, como é comum entre os seus filhos e netos. O que significa que nunca saíram do âmbito das relações personalizadas, do conhecimento de todos com quem mantêm quaisquer relações.

Então, os velhos aposentados merecem a aposentadoria que recebem porque já trabalharam muito para o governo, mas o governo dá a aposentadoria porque tem bom coração, ou seja, não é suficiente que o trabalhador mereça o benefício e porque merece o receba - e vejam que está claríssimo que nesta parte da entrevista eu fico insistindo demais na mesma tecla da aposentadoria como tributo ao trabalho de toda uma vida, mas não parecem surtir efeito, felizmente!, os meus apelos. Para seu Raimundo é necessário que um presidente bom reconheça esse merecimento, e porque é bom, conceda o benefício. Assim, portanto, o benefício que eles recebem é fruto mais da boa vontade do governo do que realmente do merecimento do aposentado pelo longa vida de trabalho.

D. Rosemira, também ex-moradora, responde o seguinte, quando lhe pergunto o que acha da aposentadoria.

"Ave Maria! Eu acho bom demais e dei graças a Deus do governo ter olhado pra nós. É muito bom, mulher, é a salvação de muitos velhos. Eu é porque vivo de um canto pra outro, mas eu acho que se eu fosse morar sozinha o dinheiro dava (Dá nada! Gritou uma

senhora lá de dentro)... Eu acho que até podia dar... mas esse dinheiro é muito bom, é uma graça que o velho recebe do governo... E esse governo que fez é um pai... Eu não sei qual foi o governo que fez essa graça, eu só sei que é um governo muito bom, é um homem abençoado o que deu essa graça aos velhos que não podia mais trabalhar."

Assim como Seu Raimundo e D. Rosemira, a maioria dos entrevistados pensa. Vejamos outros depoimentos.

D. Serafina, ex-moradora, diz o seguinte:

" - O que é que a senhora acha da aposentadoria?

- A gente dá graças a Deus, senão tinha morrido era de fome. Tem que dar graças a Deus e a Nossa Senhora por essa esmola que o governo deu...

- E do governo que fez a aposentadoria, o que é que a senhora acha?

- Muito bom, tenho fé em Deus que quando morrer vai ganhar o céu!

- A senhora sabe quem fez a aposentadoria?

- Foi o finado Getúlio Vargas<sup>55</sup>, ele deixou o aposento pra gente. Ai vieram outros governos e não viam, até que um descobriu no meio doutros papel ai fez o aposento... Graças a Deus que ele descobriu foi Deus que deu uma luz pra ele descobrir os papel do aposento e ajudar os velho; tudo pobre, sem poder trabalhar, pedindo esmola... Mas eu já ouvi dizer que os outros governo via esses papel e se fazia que não via, por isso que eu digo que o governo que descobriu vai pro céu, vai porque é bom...

Seu Josué, pequeno proprietário, também acha que a aposentadoria foi a melhor coisa que o governo poderia ter feito pelos velhos:

-----  
55. Sigaud (1977:118) encontra, entre os trabalhadores da cana de Pernambuco, versão semelhante para a explicação não da aposentadoria como um direito específico, mas dos direitos em geral: "Para muitos trabalhadores, os direitos estão também associados a Getúlio Vargas. Acreditam eles que os direitos estavam escondidos numa gaveta, onde teriam sido deixados por Vargas, que os teria "feito público", caso não tivesse sido "assassinado". Miguel Arraes teria aberto esta gaveta e encontrado os direitos:

"Eles pararam de bater agora, depois que o Dr. Miguel Arraia tomou conta. As políticas de Seu Getúlio Vargas correu toda certinha: ele debulhou tudo que houvera de fazer com nós, mas não pôde levar o caso pra frente. Mas depois que o Dr. Miguel Arraia tomou posse foi que ele descobriu e descobriu mesmo. Ai pararam de bater," dizia um trabalhador referindo-se às violências físicas a que estavam sujeitos os moradores antes do surgimento dos direitos."

" - O senhor sabe qual foi o governo que fez a aposentadoria?

- Eu não sei qual foi não! Eu sei que o que assinou morreu, aí quando o outro entrou... O que fez o projeto, sabe? Morreu. Mas deixou assinado aí o outro assumiu e continuou, aí começou a aposentadoria... Esse foi a salvação, esse que assinou esse projeto dos velhos, sabe? Porque foi a maior proteção que ele podia dar aos velhos, porque antigamente só tinha velho pedindo esmola, morrendo de fome. Muitos velhos morria de fome porque não podia mais trabalhar! E, e se não fosse essa aposentadoria muita gente já tinha morrido era de fome... Os velhos não podia mais trabalhar, aí não tinha recurso, e vivia passando fome, terminava morrendo à mingua. Uns pediam, outros iam e roubavam, outros morria de fome, era assim!

Eternamente gratos ao governo que lhes concedeu a aposentadoria, assim são todos os aposentados entrevistados. Não sabem muito bem que governo foi esse, mas isso não lhes importa muito: importa-lhes a gratidão. São, pois, gratos ao governo que lhes deu essa esmola.

Vejamos: a aposentadoria não é compreendida como uma conquista, aliás, bem percebemos que à palavra conquista eles não se referem. Esta categoria faz parte do universo referencial da pesquisadora, não deles. A categoria direito se referem, mas raramente, e não quando tratamos de aposentadoria, porém quando nos referimos às relações de trabalho no passado e no presente<sup>56</sup>. As categorias comumente relacionadas quando nos referíamos à palavra-tema aposentadoria são as seguintes: Velhos, pobres, fome, auxílio, salvação, graça, felicidade, governo bom, governo pai, graças a Deus.

Quando se referem a velhos, pobres e fome geralmente relacionam essas categorias ao não-trabalho. Ou seja, porque velhos e geralmente doentes, estão incapacitados para o trabalho. O não poder trabalhar pode significar a pobreza, a fome, a mendicância. A aposentadoria vem justo alterar esse destino inevitável, caso não existisse. A

<sup>56</sup>. Esta questão será discutida no capítulo 3.

aposentadoria vem, então, salvar da fome, da pobreza e da mendicância os velhos que já não mais podem trabalhar. Nessa perspectiva ela é uma graça, uma espécie de milagre de Deus intermediado por um governo bom, é a redenção dos velhos. Somente quando perguntamos se os velhos mereciam esse benefício é que o benefício é relacionado a reconhecimento pelo trabalho de toda uma vida. Mas a princípio não. A princípio o benefício é uma dádiva de um governo que tem bom coração para os velhos, um pai bom a quem são enormemente gratos e por quem rezam para que ganhe o céu quando morra. Aliás, mesmo reconhecendo que a aposentadoria poderia ser uma espécie de contrapagamento pelo trabalho de toda vida, não descartam que é, sobretudo, a generosidade de um certo Presidente que devem agradecer.

Aqui, vemos também, que a compreensão do que é público ainda está muito confundida com a compreensão do que é privado. Aliás, não é apenas a compreensão que é confusa, evidentemente essa confusão reflete a confusão que existe de fato entre as instâncias pública e privada. Governo e Presidente são sinônimos e Presidente é compreendido como uma espécie de monarca bom que tira do próprio bolso para dar a todos e, como dizia Seu Raimundo, dá a todos e só não dá mais porque é um só e são muitos pobres no mundo, e além disso, não é só a aposentadoria que o governo dá aos pobres, dá remédios, atendimento médico e hospitalar, etc.

Apenas dois entrevistados, de um total de vinte, Seu Afonso e Seu Virgílio, compreendem governo de um modo diferente dos demais. E se pesa a vivência na compreensão da vida e das coisas desta vida, os dois trabalharam durante muitos anos no sindicato de trabalhadores rurais de Areia, inclusive Seu Afonso foi um dos fundadores desse sindicato. Essa vivência de anos no sindicato os leva a relativizar



um pouco a visão paternalista dos demais. Esses consideram que o governo deve ter certas preocupações com a população, que a população deve exigir do presidente e demais governantes os seus direitos. Também falam com uma certa desenvoltura de política e políticos. Embora só assinem o nome já votavam antes da lei que permite o voto dos analfabetos. E, mais um dado: Seu Afonso é pequeno proprietário e Seu Virgílio, hoje pequeno comerciante, também já foi pequeno proprietário. Porém, a despeito dessa compreensão e vivência incipiente dos direitos, não conseguiram generalizar essa compreensão a um âmbito mais global da existência<sup>57</sup>. Um exemplo disso é a forma como compreendem a aposentadoria. Vejamos, primeiro, Seu Afonso (relato n.3):

" - O que é que o senhor acha da aposentadoria?

- Eu acho que foi muito bom essa aposentadoria!

- Por quê?

- Porque se não fosse essa aposentadoria esses velhos hoje vivia morrendo de fome e pedindo esmola sem ter quem desse. E, essa aposentadoria foi muito boa para o homem do campo, o homem trabalhador. O homem do campo, que era o que mais mais precisava era o homem do campo...

- O senhor acha que o homem do campo merecia essa aposentadoria?

- Acho! Eu acho que pelo esforço que o homem do campo faz, viver trabalhando pra manter a nação, ele era justo que merecesse esse direito... Esse é um direito que não devia ser negado. Foi uma atitude que o governo tomou com muita justiça. Eu agradeço muito essa aposentadoria, e eu trabalho! Eu não vivo só da aposentadoria, mas ela me ajuda demais. Me serve muito e eu não quero ficar sem ela, só quando morrer! E porque eu acho que foi justo, e outros que não têm nem onde trabalhar? Ia sofrer muito mais sem essa aposentadoria!... Eu tenho o meu roçado, tenho o meu terreno que trabalho! E ainda dou graças a Deus e ao governo ter essa aposentadoria. E por que já é uma ajuda. Olhe, até 80 eu vivia sacrificado, e muito! Depois eu folguei, vou dizer minha razão: Porque todo ano, desde... eu não tô lembrado o ano, que eu vinha tomando dinheiro no Banco pra trabalhar, e quando pagava ficava sem nada. Todo ano! E depois dessa aposentadoria não tomei mais nunca um tostão do Banco. Só vou no Banco buscar o meu."

<sup>57</sup>. Esta questão será discutida mais profundamente no capítulo 3.

Seu Virgílio também responde a essa questão de forma semelhante:

" - E dessa aposentadoria, o que o senhor acha?

- Eu acho bom, porque pra esse pessoal que é velho a aposentadoria ajuda muito. Porque se não fosse o governo o que era desse pessoal, ia esmolar pelas ruas?

O fato de Seu Manuel (relato n.5) e Seu Zé Alves terem participado da Liga de Areia também não parece pesar muito no que se refere especificamente à compreensão da aposentadoria. Ela é interpretada por eles de modo semelhante ao dos outros entrevistados:

" - O que o senhor achou dessa aposentadoria?

- Eu achei muito bom.

- E o senhor acha que houve essa aposentadoria, por quê?

- Isso, senhora moça, isso vem partindo de Getúlio Vargas, foi ele que fez essa arrumação. Então os outros vieram escondendo, escondendo, escondendo, aí quando foi de Castelo Branco pra cá ele declarou isso. Aí ligou de fazer..."

Vemos, pois, que todos os aposentados, indistintamente, percebem a aposentadoria como uma dádiva do governo, um reconhecimento aos velhos trabalhadores rurais pelos longos e árduos anos de trabalho. Ninguém relaciona esse reconhecimento do governo com toda uma luta, inclusive com mortes, prisões e perseguições aos trabalhadores. Mesmo aqueles que participaram dessa luta. O fato é que, nessas lutas, não era provavelmente a questão da aposentadoria para o homem do campo que se enfatizava, embora a sua reivindicação estivesse presente tanto no programa das Ligas, quanto no dos Sindicatos. Outro fato é que os trabalhadores aposentados só podem dar explicações que façam sentido dentro dos seus universos referenciais. E o que faz sentido são justamente as relações vistas e discutidas acima e que podem ser assim resumidas: A aposentadoria é uma ajuda que o governo dá aos velhos trabalhadores rurais quando já não podem mais trabalhar. Dá

essa ajuda porque tem bom coração embora essa ajuda não deixe de ser um reconhecimento ao homem do campo pelos longos anos de trabalho.

E um terceiro fato, é que "doação", "dádiva", "graça", seja lá que substantivo se use para explicar a aposentadoria, ela, ainda que diretamente vinculada às figuras de Getúlio Vargas e Médici, é um direito do trabalhador rural após completar os seus 65 anos. E faz parte, como uma série de outras coisas que os aposentados enumeraram e que estudaremos no próximo capítulo, de um conjunto de mudanças que juntas inauguram um novo tempo: o tempo da liberdade. Aliás, nessa perspectiva, a aposentadoria também é vista e/ou vivida como um quinhão desses tempos de liberdade.

Porém a aposentadoria não relaciona apenas velhos de um lado, e governo de outro. Entre o governo que dá e o velho que recebe há muitas instâncias. O governo que ninguém sabe muito bem quem foi, quem é e onde fica, assina o projeto de lei da aposentadoria. Muito bem. Todos são eternamente gratos ao gesto e reconhecem a sua importância e oportunidade. Mas da assinatura da lei até o recebimento dos carnês com os quais podem retirar o dinheiro no Banco, é uma longa distância, pelo menos para uns.

Reconstituiremos, pois, na primeira parte do capítulo seguinte a história da aposentadoria em Areia.

## CAPITULO III: ENTRE SOMBRAS E LUZES, A CIDADANIA

## 1. A história da aposentadoria em Areia

O Posto do Funrural de Areia foi aberto 20 de março de 1972. Desde então, sua representante foi D. Marlene Cunha Lima, casada com Dr. Roberto Cunha Lima, sobrinho de um dos mais importantes coronéis da região, o major José da Cunha Lima. Segundo o próprio Dr. Roberto, D. Marlene foi posta na função de representante do Funrural de Areia porque o Major intercedeu a seu favor junto ao então deputado federal Wilson Braga.

Que o Funrural, além de cabide de empregos clientelistas, é um espaço estratégico para a obtenção de votos em períodos eleitorais não é novidade para ninguém, mas as recentes declarações do ex-ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, mostraram-nos que a situação consegue ser bastante mais antiética do que conseguimos supor. Vejamos o que diz o ex-ministro sobre a função de representante do Funrural e das confusões que a cobiça desse posto provoca entre os políticos e os seus partidos (entrevista a Luciano Suassuna in VEJA n.996, 7 de outubro de 1987):

"... Eu não conhecia a importância política do Funrural quando cheguei ao ministério. O agente do Funrural é uma pessoa credenciada pela Previdência para prestar seus serviços nos municípios onde não há agências ou postos da Previdência Social. É essa pessoa que encaminha processos e reclamações, entregando também o carnê de pagamento aos segurados. O representante do Funrural não responde à hierarquia: responde a quem o indicou, ou seja, ao deputado. É uma espécie de cabo eleitoral municipal pago pela nação para promover a Previdência Social no seu município. O deputado tem interesse em dar benefícios, pois quanto maior o número de atendidos maior o número de votos amealhados (...) Sim, nos anos eleitorais aumenta o fenômeno da aposentadoria por invalidez, mais que por velhice. Em alguns municípios o número de aposentados é

maior que o número de trabalhadores. E muitas vezes os agentes do Funrural atrasam a entrega dos carnês aos assegurados somente por questões políticas, num benefício que é de apenas meio salário mínimo (...). Quando cheguei no ministério havia uma regra estabelecida por Tancredo. O deputado federal mais votado do município, que pertencesse à Aliança Democrática e tivesse votado em Tancredo Neves tinha o direito de indicar o representante do Funrural... Era um critério objetivo cuja indicação era política. Com esse critério, saíram alguns representantes do PDS para novas indicações do PMDB. Ai, quando o senador Marco Maciel assumiu a Casa Civil, na mesma época em que assumi a Previdência, ele introduziu um novo critério: não precisava ter votado em Tancredo para indicar cargos no Funrural. Bastava ser da aliança democrática. Maciel usou esse novo critério para atrair os parlamentares do PDS que haviam votado em Maluf. Foi essa a primeira ação que vi ele fazer no ministério. A partir daí surgiram dificuldades: Toda vez que saía alguém do Funrural vinha a reclamação do palácio: "Não pode mexer porque está tirando gente do PFL". Na Paraíba, por exemplo, o governador Tarcísio Burity tinha o direito de fazer 94 nomeações, portanto esse seria o número de pefelistas que iriam sair. Então foi um deus-nos-acuda..."

Explicadas, pelo depoimento do ex-ministro, as influências que estão em jogo quando da indicação de alguém para o posto de representante do Funrural, voltemos a Areia. Indicada por Wilson Braga e o promovendo assim como a outros políticos locais, esteve D. Marlene como representante do Funrural de Areia até maio de 1985 quando saiu para assumir a cadeira de advogada de ofício na vizinha cidade de Alagoa Grande. Daí até fins de setembro de 1986 ficou Areia sem representante do Funrural e em decorrência de todo esse tempo fechado ficaram velhos, pensionistas e inválidos sem poder encaminhar os papéis. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Areia, Sr. João de Veras, até carta ao Presidente da República foi enviada e o caso só foi resolvido mais de um ano depois, quando, finalmente, Humberto Lucena conseguiu impor sobre outras as suas influências e nomeou para a função de representante D. Marília da Cunha Lima, esposa de um ex e provavelmente futuro candidato a

prefeito de Areia, Sr. Elson Cunha Lima, do PMDB; rival político do seu primo Roberto Cunha Lima cuja esposa ocupava a função anteriormente.

Sem posto do Funrural, os trabalhadores ficaram sem poder encaminhar suas aposentadorias e a função de distribuição de carnês ficou sendo provisoriamente assumida pelos representantes do Funrural de Campina Grande. Em junho, mês da minha primeira viagem a campo, foi o período da troca de carnês: os carnês são trocados semestralmente. Sobre o tumulto dessa troca de carnês escrevi a seguinte nota no meu diário de campo:

"Há mais de um ano o Posto do Funrural daqui de Areia está fechado porque a sua ex-representante, D. Marlene Cunha Lima, pediu demissão para assumir o cargo de advogada de ofício em Alagoa Grande. A maioria das pessoas a quem entrevistei não sabe explicar porque não houve uma substituição imediata por outro ou outra representante. Somente Seu Afonso, aposentado entrevistado e ex-tesoureiro do STR, disse-me que o Funrural continuava fechado porque os políticos estão brigando entre si para ver com quem fica o Funrural de Areia. Disse-me mais precisamente que são Humberto Lucena e o ex-prefeito de Areia, Elson Cunha Lima que atrapalharam a nomeação de um rapaz (indicado pelo atual prefeito, Tião, que é do PFL) que já havia feito o estágio em Campina Grande. No lugar do rapaz, indicado por Tião, quem seria nomeada era a esposa de Elson Cunha Lima, e a demora era que essa nomeação fosse assinada.

Mas o fato é que quem paga o pato nessas disputas de cargos entre partidos é o povo, no caso, os velhos aposentados rurais daqui e outros trabalhadores que mesmo em idade de se aposentar não podem dar o encaminhamento ao papéis porque o Funrural está fechado e nenhum outro posto de cidade vizinha assumiu as atribuições de Areia.

Ao Funrural também cabe função de distribuição de carnês. Agora com o reajuste do valor da aposentadoria todos os carnês devem ser trocados por novos carnês. Não sendo admissível adiar a distribuição de carnês (são milhares de velhos que dependem exclusivamente do dinheiro da aposentadoria para sobreviver), Campina Grande ficou incumbida dessa tarefa. Vieram, pois, duas funcionárias de lá distribuírem os carnês aqui. Chegaram, pediram ao presidente do sindicato para dar um jeito de avisar aos aposentados que distribuiriam, durante dois dias, os carnês em Areia e quem, nesses dois dias, não recebesse teria de ir pegar em Campina Grande. Seu Afonso, ex-tesoureiro, mas ainda ligado a questões do sindicato foi a Guarabira e através da Rádio Cultura divulgou a notícia da distribuição dos carnês.

Era a penúltima semana de junho, um dos últimos dias de trabalho meu em campo. Cheguei em Areia às oito horas da manhã, e quando me dirigia ao sindicato me deparei com uma enorme fila em frente e ao redor do Mercado. Calculei umas quinhentas pessoas, soube depois que havia mais de mil. Chovia uma chuvinha fina, renitente. E aparentemente indiferentes à chuva, lá estavam os velhos à espera dos carnês. Quando cruzei a fila, que inclusive tomava parte da rua, fui abordada por alguns deles. Uma senhora chamou-me e perguntou se eu não podia ir lá dentro receber o dela. Eu lhe disse que não conhecia as pessoas, que não podia atender o seu pedido. Outro senhor também pediu-me o mesmo, dizendo ser doente da coluna. Eu não podia fazer nada, aliás, podia ir ao sindicato reclamar uma situação tão humilhante e desnecessária. Fui falar com o presidente do sindicato, mas ele disse que não podia fazer nada, que essa forma de distribuição de carnês tinha sido decidida assim por Campina Grande, e como o Funrural de Areia estava fechado tinha de ser assim mesmo. Fui, então, à casa de um aposentado com quem tinha combinado entrevistar naquele dia. Lá soube que houve gente que chegou à fila às cinco horas da manhã. E àquela hora (nove horas mais ou menos) já tinha havido vários casos de desmaios. Os aposentados que moravam na cidade iam se revezando na fila com os familiares e podiam ir em casa almoçar. Os que moravam na zona rural ficaram na fila mesmo, esperando. Enganando a fome com uma bolacha, uma banana... As quatro horas da tarde quando já voltava das entrevistas para tomar o ônibus para Campina, a fila continuava dando a impressão de que não tinha andado. E os velhos desesperados porque só tinham mais um dia para receber seus carnês e se não desse para receber ali teriam de ir a Campina Grande. Pois é, quem não conseguiu receber naquele dia (a maioria, com certeza) teve de voltar para casa para no dia seguinte voltar a esperar na fila. Muitos deles tinham de andar vários quilômetros até os sítios onde residiam. Na sexta-feira a cena era a mesma. Depois eu soube que não dando tempo todos receberem seus carnês naqueles dois dias previstos, as moças do Funrural de Campina marcaram voltar a Areia noutros dias da semana seguinte. E aí todos devem ter recebido os seus carnês lá mesmo."

Em outubro do mesmo ano de 1986, voltei a Areia para coletar mais uns dados necessários ao meu estudo e complementar algumas entrevistas, e nas conversas com os aposentados relembramos a tal fila para o recebimento dos carnês, foi então que eu soube que um velho morrera na fila. Soube também que a notícia da morte foi divulgada em várias emissoras de rádio AM do estado, em tom de protesto contra a irresponsabilidade e o descaso dos políticos com as populações pobres.

Poucos dias antes dessa minha segunda viagem a campo, em setembro, o Funrural foi reaberto, voltando a funcionar normalmente, apesar do acúmulo de pedidos de aposentadorias e pensões, resultado do tempo que o Posto ficou fechado. Reaberto curiosamente um mês antes das eleições para governadores, senadores e deputados...

Esta, portanto, uma fotografia do Funrural nas duas primeiras viagens que fiz a Areia. Tentemos, agora, através de depoimentos dos nossos entrevistados, reconstituir a história da aposentadoria em Areia.

Seu Antônio, ex-morador do Major Cunha Lima, ex-pequeno proprietário, atualmente residente em Areia com uma filha e netos.

" - Como foi que o senhor se aposentou?

- Como foi? Eu com 76 anos...

- Foi logo quando saiu a aposentadoria?

- Foi! Do primeiro dinheiro que saiu eu tirei! Eu morava no Mundo Novo. Aí só se aposentava gente da rua, da rua! Aí D. Marlene perguntou: O senhor onde mora? Eu digo, eu moro no Jitô, eu moro lá no Carrapato. Aí Zé Cândido disse: Ah, isso é morador de Zé Cunha Lima, do Major! E morador do Major, mora lá no Jitô! Ah, então desculpe! Mas ela só aposentava gente da rua! Aí eu morando no sítio, perguntou a idade, eu disse; o registro tiremos na Igreja. Aposentou sem trabalho!

- Quem lhe falou sobre a aposentadoria?

- Ah, se espalhou pelo mundo!

- E o povo dizia como?

- Tá eu não me lembro! Eu ouvi falar em se aposentar, falaram muitos anos: Vai haver aposentadoria pra velhos. Vai haver. E eu: Ah, isso não vem nunca, que véi pobre ganha lá isso! E foi andando, foi andando... E o Major ia lá em casa e dizia: Vai haver mesmo! Vai haver aposentadoria para véios! Aí pegaram, o povo do sítio vinha, eu vinha num burro, eu tinha um burro bom. Aí D. Marlene me aposentou quando foi num dia...

- E quem testemunhou?

- Eu também não sei, não me lembro, eu sei que um foi seu ZÉ Olímpio.

- Quem é seu Zé Olímpio?

- Um que mora ali em cima.

- Ele é o quê?

- Ele é proprietário. Só é testemunha quem fosse proprietário e pagasse eu nem me lembro o quê! Pagasse uma coisa que tem aí pra pagar e fosse proprietário. Só sei que foi três testemunha. A outra foi o dono do Coqueiro! Que nem é mais! E a outra



testemunha eu não me lembro... quem foi?... Já faz muitos anos! Eu recebia 722, e quanto já não tá saindo?

Vejamos outros depoimentos e no final analisamos todos em bloco e comparando um com o outro.

Seu Josué, pequeno proprietário, 77 anos, três filhos - todos morando em São Paulo, mora em Areia, mas todos os dias vai ao Quati, seu sítio, que fica a seis quilômetros de Areia.

" - Seu Josué, como foi que o senhor se aposentou? O que foi preciso fazer para se aposentar?

- Preciso o batistério, testemunha...

- Testemunha pra quê?

- Pra dizer que eu era agricultor...

- Quem foram as suas testemunhas?

- Foi Zé Martins, Adermário da Farmácia e outra foi o finado Valfredo.

- Ele era proprietário?

- Era, aí ele se assinou pra ser testemunha, sabe? Aí eu levei pra lá e deixei lá, que quando fui procurar levou foi fim!

- Os papéis?

- Levou fim! Procuraram, não acharam, aí eu tomei outra no lugar dele, eu tomei... quem foi meu Deus?... Parece que foi Zuca Nunes...

- Essas testemunhas, quem são?

- Zé Martins, ele morava lá no sítio também, tinha uma bodega lá. Aí depois ele vendeu o sítio a Gonçalo Maia e veio praqui pra rua e foi ser caixeiro de Zé Teixeira uma porção de tempo, aí deixou. Aí hoje ele mora lá naquela rua que tem detrás da Secretaria... ele vende farinha...

- Aí perderam os papéis e o senhor teve que fazer tudo de novo?

- Não, só perderam os papéis do finado Valfredo. Somente, os outros ficou regular, aí eu arranjei Zuca Nunes no lugar do finado Valfredo...

- E como foi que o senhor tomou conhecimento dessa história de aposentadoria?

- O que eu via era todo mundo quando completava 65 anos se aposentava, aí eu não tinha ainda os 65 nesse tempo que começaram, num sabe? Aí depois, no outro ano, no outro aí eu completei os 65 e dei andamento.

- O que era que o povo dizia da aposentadoria? O senhor se lembra?

- Ah, tinha muitas conversas... tinha que a gente não podia vender mais nada que possuísse, que depois os possuído da gente o governo tomava, vinha e tomava as terras...

- O senhor não ficou com medo não?

- Eu não fiquei não! Eu não acreditei nisso não... mas muita gente acreditou e não quis se aposentar...

(D. Digna, esposa de Seu Josué, entra nesse momento na conversa)

- Meu pai mesmo não quis! A gente pelejou de todo jeito: papai, isso é mentira, as pessoa se aposenta pelo direito que tem de trabalhador, mas não é o governo que vai fazer isso, tomar as terras do senhor... Ai ele dizia: Não, é verdade o que o povo diz que é. E eu dizia: Não, isso é mentira... Eu sei que ele morreu e não se aposentou... Foi, muita gente se assombrou com as conversas e não quis se aposentar...

D. Rosemira, 78 anos, viúva, ex-moradora de Pedro Perazzo e do Major Cunha Lima, três filhos, um em Campina Grande e os outros em Areia, não mora fixamente em lugar nenhum, vive uns tempos na casa de um filho, depois vai para a casa de outro.

" - D. Rosemira, como foi que a senhora se aposentou?

- Eu fui na casa de D. Dida, ela é cunhada do Dr. Roberto, ai ela falou com Dr. Roberto e ele me aposentou...

- E a senhora já conhecia o Dr. Roberto?

- Eu conhecia mais o Major, que é pai de criação dele. Quando eu me casei meu marido era morador do major, em Mundo Novo. E eu fui morar lá com ele. Depois fomo pras terras de Pedro Perazzo...

- E o Dr. Roberto aposentava as pessoas, como?

- Porque a mulher dele era lá do Funrural, era ela que aposentava os velho, e aposentava todo mundo que quisesse...

- E quem serviu de testemunha pra senhora se aposentar?

- Foi Seu Pedro Perazzo, Fernando Freire e Dr. Roberto... Seu Pedro não queria assinar o papel de jeito nenhum e foi porque Dedé morou lá duas vezes na terra dele...

- Por que ele não queria assinar?

- Eu não sei... Eu sei que a gente morava nas terras dele, morou duas vezes, e Dedé trabalhava de alugado lá, e ele via que eu ajudava Dedé. E então eu não sei porque ele não queria... Ai foi Dr. Roberto que disse, assina Pedro, isso não vale nada não e a mulher precisa desse dinheirinho... Ai ele assinou, mas foi Dr. Roberto que pediu...

- Quando foi que a senhora se aposentou?

- Faz mais de dez anos... Eu tô com 78, eu tava com 65 quando eu me aposentei...

- E as pessoas, o que é que diziam da aposentadoria?

- O povo dizia que era uma ajuda que o governo deu aos pobre...

- Não tinha outras conversas, de o povo ter medo de se aposentar?

- Tinha umas conversa, mas era tudo besteira. Uns dizia que o governo ia tomar as coisas dos velho que se aposentasse. Mas ia

tomar o que, se velho pobre não tem nada, tem só um finzinho de vida? Era só essas coisa, mas no meu tempo mesmo ninguém falava mais isso não, só falava que era uma ajuda que o governo dava aos pobre..."

D. Dos Anjos, 91 anos, ex-moradora, viúva...

" - D. Dos Anjos, como foi que a senhora soube da aposentadoria?

- Porque eu via os outros se aposentando, se aposentando. Eu digo, eu vou também! Mas deu trabalho, viu? Deu. As viagens que eu dava minha filha, de pés, pra lá e pra cá...

- De pés? E quantas léguas são daqui pra Boa Vista?

- É quase três! Ai quando eu cheguei ela disse: A senhora passou do tempo de se aposentar! Ai eu digo: D. Marlene, enquanto eu podia trabalhar, eu não queria esse negócio. Eu não queria não, minha filha. Todo mundo passava e via aquela lapa de roçado e dizia, que roçado! O povo passava pra feira, dia de sábado, e minha casa ficava assim e a rodagem passava assim, tinha gente que passava, e chega pasmava assim! Nem todo homem fazia um roçado daquele! Nem todo homem tratava um roçado que nem eu! E tô velha e ainda tô provando... Tô provando que ainda hoje eu tenho disposição!

- E o que as pessoas diziam sobre a aposentadoria?

- Dizia que era muito bom... E é, e tá servindo!...

- Pra senhora se aposentar precisou de testemunhas, quem foram as testemunhas da senhora?

- Um foi seu Severino Marinho...

- E quem, o proprietário?

- Não, meu proprietário não quis se assinar de jeito nenhum! Um rapaz solteiro, velho, mas eu fui a ele e ele disse, não me assino não... E não se assinou! Ai eu até disse uma vez assim a ele: Meu filho, terá um dia de você precisar de mim! Disse mesmo assim pra ele. Ele ainda hoje é vivo. E teve mesmo de um dia ele precisar de mim... Tanto que eu trabalhei praquele homem! Ele se chama Manoel Tavares...

- E já que ele não quis assinar, quem assinou pra senhora?

- Foi seu Severino Marinho... foi... eu não me lembro mais...

- Gente de lá ou gente daqui mesmo?

- Gente de lá, me lembro mais não..."

Vimos, através dos quatro relatos acima, que há formas e formas de se aposentar. Umas mais simples e rápidas e outras mais complicadas e demoradas. Suponho, por não ter encontrado nenhum caso-exemplo, que ninguém deixou de se aposentar, a não ser quando não

quis<sup>1</sup>, como o caso do pai de D. Digna. Por outro lado, também não encontrei pessoas que foram indevidamente aposentadas, ou seja, pessoas que mesmo não sendo trabalhadores rurais foram aposentadas por clientelismo. Também não procurei, e embora Seu Antônio tenha insistido nesse ponto não me citou o nome de ninguém.

Para requerer a aposentadoria rural, a pessoa deve ter completado os 65 anos, idade mínima para se aposentar por velhice, ter uma certidão de nascimento ou batistério, e o testemunho de três proprietários rurais. É sobre essa questão das testemunhas que vamos nos debruçar um pouco. Numa das viagens Campina Grande-Areia conheci, no ônibus, e fiquei conversando com um rapaz que me disse ser proprietário rural no Curimataú, estava em Areia a negócios. Falando-lhe sobre o meu trabalho com os aposentados ele me relatou o seguinte caso: Um dos seus moradores, porque quis, resolveu sair da sua propriedade, não concordando com a indenização proposta por ele, patrão, foi ao sindicato dar queixa. Ele teve de pagar judicialmente o que o juiz decidiu, uma quantia maior do que aquela que ele tinha querido pagar inicialmente. Mas, dizia ele: "pagar um pouco mais não é problema, não seria isso que me quebraria, o que não admito foi o atrevimento daquele velho: me levar à justiça por causa de umas porcarias. Eu paguei o que disseram que tinha que pagar. Mas aquele velho não vai mais arranjar emprego em lugar nenhum que o proprietário seja conhecido meu. É pior, logo, logo chega a idade de se aposentar e ele vai querer que eu declare que ele foi meu morador, e nunca ele vai ter essa declaração, nem minha, nem de nenhum amigo meu. Ele vai é passar fome por aí, e é o que merece mesmo!"

---

1. Vimos no depoimento que ele não quis porque sentia medo das consequências do aposentamento. Esta questão, de a aposentadoria no campo ter sido objeto de medo e desconfiança, será discutida adiante.

O depoimento desse rapaz serviu-nos para reforçar certas dúvidas: Nessa história de aposentadoria, o trabalhador fica completamente à mercê das assinaturas de proprietários? No decreto (69.919 de 11.01.72) que aprova o regulamento do Prorural isto não é tão evidente assim. O parágrafo primeiro do Art. 5. reza que, "na impossibilidade de obtenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou nos casos em que não caiba a emissão desta, será admitida a apresentação de documento que possa suprir a sua falta, fornecido por Sindicato de trabalhadores ou de empregadores rurais, desde que contenha os elementos indispensáveis à identificação e qualificação do trabalhador rural e seus dependentes, conforme instruções que forem expedidas pelo Funrural."

Mas de acordo com as instruções expedidas pelo Funrural, a comprovação da condição de trabalhador rural dar-se-ia mediante o testemunho de três proprietários rurais e do sindicato da categoria, no caso, dos trabalhadores rurais<sup>2</sup>.

Isso significa que, de um certo modo, o Funrural confere poderes especiais aos patrões e, evidentemente, no caso dos lugares onde o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tenha "compromissos" com os patrões pode vir a acontecer o que o proprietário do depoimento acima prognosticou. Ou seja, um trabalhador rural, com a idade mínima requerida para a aposentadoria, não poder se aposentar em decorrência de represálias de patrões. Ou, o contrário: outros trabalhadores se aposentarem indevidamente como trabalhadores rurais.

---

2. Cabral (1986:114) coloca que além do testemunho dos três proprietários e do sindicato da categoria, o trabalhador precisaria tirar sua Carteira de Trabalho, mas isso não foi confirmado em nossa pesquisa, ou seja, nenhum aposentado se referiu à carteira de trabalho como documento necessário ao encaminhamento dos papéis. Precisava-se sim, de outros documentos: o registro civil ou batistério, e certidão de óbito no caso de ser viúvo(a).

Apesar dessas virtualidades das instruções e das práticas da lei, tudo indica que casos desse tipo não teriam existido, pelo menos não em Areia<sup>3</sup>. D. Maria, a atual Secretária do STR de Areia, indagada sobre esse tipo de possibilidade, respondeu:

"...Não, não tem isso de o patrão não querer se assinar e o velho deixar de se aposentar não. Ele vem aqui e a gente arranja testemunha. Se ele tiver 65 anos, ele tem o direito, não tem quem tome. Pode o patrão não assinar, pode pedir aos amigos dele pra não assinar. Mas vem aqui e a gente arranja quem assine, não precisa ele ter trabalhado na terra dessa pessoa não, o que precisa é qualquer proprietário que pague o INCRA assinar como testemunha. E isso é muito fácil de arranjar!..." (Em outubro de 1988)

Fica claro, no depoimento de D. Maria, que, ao contrário, do que supõe o proprietário do depoimento, esse poder absoluto dos patrões já há algum tempo foi relativizado. No caso particular de Areia, esse poder absoluto começou a ser relativizado, inclusive antes de se pensar na existência de sindicato rural, pela organização dos trabalhadores rurais através da Liga de Areia. Nesse sentido o STR de Areia, embora tenha sido fundado sob a concordância dos patrões<sup>4</sup>, logo se impôs como uma força em favor dos trabalhadores. A função do sindicato de Areia, desde o início, como disse Seu Afonso (relato n.3), sempre foi a de fazer "confusão". Voltamos a esta questão do sindicato oportunamente.

3. Siliprandi (1988:20) confirma as facilidades de se passar por cima das leis e dos direitos quando na região as classes dominantes controlam o STR. Estudando a atuação de alguns sindicatos rurais na região do Lago de Sobradinho - Ba nos primeiros anos de fundados escreve: "A interferência de políticos locais não se restringia à indicação de chapas nos períodos eleitorais, mas se estendia até o funcionamento cotidiano das entidades. Há depoimentos, por exemplo, de quem em Casa Nova, em 1974, uma simples aposentadoria para ser encaminhada tinha que passar pela "recomendação" do chefe político local."

4. Vide parte I do cap.II.

O fato é que nos casos dos nossos entrevistados, todos se referem às três testemunhas necessárias à declaração de que foram ou continuam sendo trabalhadores rurais. Mas tudo indica que ainda que tudo esteja nos conformes burocráticos, certas interferências podem agilizar esse processo de aposentadoria.

Vimos no depoimento de seu Antônio que ser morador do Major facilitou enormemente o encaminhamento da sua aposentadoria. Já D. Dos Anjos, que não pôde se utilizar da influência de ninguém, teve de fazer várias viagens para, finalmente, conseguir se aposentar, sem contar na dificuldade que significou o seu patrão não querer assinar a declaração dela como sendo sua moradora. D. Rosemira também passou por essa dificuldade, mas o conhecimento com parentes do esposo da representante do Funrural resolveu o problema. Seu Josué, pequeno proprietário, teve de procurar conhecidos para testemunharem a sua situação de trabalhador. Em geral, as dificuldades no encaminhamento da aposentadoria são as mesmas do encaminhamento de qualquer serviço que dependa dos quiproquós burocráticos. Para esses aposentados, acostumados sempre a resolver tudo tête a tête, os caminhos da burocracia desanimam um pouco, mas não tanto que os faça desistir do objetivo do esforço: um dinheirinho descansado todo fim de mês. Mas é como diz o poeta popular José Marques Sobrinho no folheto intitulado "A Alegria dos Velhos e o valor do Sindicato"<sup>5</sup>:

"...De todo canto chegava  
 Velho com a certidão  
 Viúva, alejado e cego  
 Com batistério na mão  
 De invalidez a agricultor  
 Sei que nunca mais faltou  
 Velho nas reuniões

5. O poeta confunde Funrural e Sindicato e vice-versa.

Começaro a receber  
Sei que tem uma massada  
Porque é um número grande  
Da velhisse aposentada  
Mas não há glória sem enguiço  
E sem haver sacrificio  
Não se pode arranjar nada..."

A maioria dos nossos entrevistados aposentou-se quando ainda morava na zona rural. Quando a cidade ainda era aquele lugar aonde iam em dias de feira ou de festas. O lugar aonde iam assistir a missa e casar ou batizar seus filhos. Mas não pensavam na cidade como lugar de morar, viver, trabalhar. O morar na cidade veio depois e será analisado na próxima parte deste trabalho.

Mas vimos que de um modo geral não houve uma campanha informativa por parte do Governo, e mesmo que tenha havido não atingiu seus objetivos. A aposentadoria rural, na vida de todos os entrevistados, surgiu meio de repente, sem que eles soubessem porque. Ouviram falar que ia aparecer e, depois que apareceu, a notícia "se espalhou pelo mundo", como disse Seu Antônio. Quem tinha mais de 65 anos e coragem de desafiar profecias seculares foi atrás e se aposentou. Porque é indispensável lembrar que simultaneamente ao surgimento da aposentadoria rural surgiram os mais variados e controversos boatos. Boatos, provavelmente, nascidos da própria desconfiança do trabalhador rural face à novidade do benefício. Ora, por que o governo estaria dando essa aposentadoria? Acostumados a só receberem o que trabalham e mesmo desse trabalho retirarem muito pouco, a notícia de que o governo teria concedido a aposentadoria aos trabalhadores rurais, assim, de uma hora pra outra, sem mais nem menos... E quando a esmola é grande o santo desconfia, trataram, pois, de arranjar as suas explicações. E as explicações não poderiam,



como fantasmas, surgirem de outros mundos: E, pois, suas práticas que os levam a temer e a desconfiar da dádiva. Um governo que nunca apareceu, aparece logo assim, com uma esmola tão grande? Aposentar todos os trabalhadores rurais com mais de 65 anos? Ai iniciam os boatos explicativos. Relembremos com José Marques Sobrinho (s/d:3-4) algumas explicações à aposentadoria.

"...Mais com a Força Divina  
Chegou ao conhecimento  
Do presidente Medici  
Que foi quem deu andamento  
Enzigiu o necessário  
Espalhou o noticiário  
E houve o desenvolvimento

Por ser de um gênero humano  
Organizou com carinho  
E para este Sindicato  
Ele abriu logo o caminho  
Formando reunião  
A beneficio do pão  
Desse pessoal velhinho

Dos velhos ele ensirgiu  
Resistros e batistério  
Retrato para as carteira  
Muitos velho não quisero  
Em vez de querer se assombrava  
A maior parte pensava  
que havia outro mistério

Tinha uns velho ingnorante  
Que soltava até pilhéra  
Dizia, meu avô disse  
Que agora nesta era  
Resava a profecia  
Que este dinheiro aparecia  
Mandado da besta fera

Os que não pensava isto  
iam se aposentando  
E os que desconfiavam  
Eram todos comentando  
Deus permita que não venha  
E era aquela resenha  
Uns com os outros combinando

Mas deixa que quando viram  
O pagamento graúdo  
Os primeiros receberam  
Não quiseram mais estudo  
Pra sairem da miséra  
Esqueceram a besta fera  
E se avorossaram tudo..."

Além dessas profecias religiosas, havia outras formas de tentar explicar a novidade da aposentadoria: Uma delas era que o motivo da aposentadoria para fazer os velhos irem se identificar era um blefe. Ou seja: Estariam inventando a história da aposentadoria para os velhos irem ao Funrural dar seus nomes, com os nomes dos velhos em mãos o governo mandaria matá-los todos. Essa explicação, aliás, não tem nada de absurda, é suficiente lembrarmos a nossa análise na última parte do capítulo II: A discriminação social à velhice sob o capitalismo não é nenhuma fantasia, aliado a isto o fato de se tratar de velhos analfabetos, socializados sob a sujeição, o coronelismo e as suas leis, não foi difícil o boato ganhar foros de verdade e a idéia do aposentamento provocar temor ou, no mínimo, desconfiança.

A outra explicação dizia mais respeito aos pequenos proprietários, segundo esta, o governo queria tomar a terra desses proprietários velhos, mas esta explicação é menos resistente que as outras haja visto que a aposentadoria não estaria vindo apenas para os velhos trabalhadores que possuíssem pequenas propriedades, mas, indistintamente, para todos os velhos trabalhadores rurais.

Mas, como disse o poeta nos versos acima, contra os boatos só os fatos: Depois de verificada a veracidade da aposentadoria rural e a improcedência dos boatos, a explicação do benefício é de outro tipo: "o governo é bom, tem bom coração e foi Deus que o iluminou para ele olhar pra nós". Rapidamente a besta fera cede a Deus o seu lugar: diante das necessidades e urgências da vida não há profecia que resista. Aliás, profecia por profecia, o catolicismo popular está cheio delas. Assim, se um determinado fato não se adequa ao que reza uma determinada profecia, provavelmente vai se adequar ao que rezam outras ou outra. Ou seja, se a aposentadoria não se adequa à profecia

que reza "que nessa era vai aparecer dinheiro mandado da besta fera"<sup>6</sup>, adequa-se perfeitamente às profecias, várias vezes referidas nas entrevistas, segundo as quais "a claridade dos tempos que viriam ofuscariam a escuridão do cativoiro".

Mesmo assim, a explicação para a aposentadoria não se dá no mesmo nível de concreção das explicações das outras coisas que ocorrem em suas existências.

A aposentadoria rural, mesmo relacionada com direito e merecimento, e mesmo agora, depois de passadas quase duas décadas da sua institucionalização é qualquer coisa que eles têm dificuldade de lidar<sup>7</sup>. Provavelmente porque relaciona circunstâncias desconhecidas do seu universo. O que é ou mesmo era desconhecido deles? Tudo com que a aposentadoria possa ser relacionada: Direito, Governo, Burocracia, Cidade, Registro de Nascimento, etc.

---

6. Novaes em Os Escolhidos de Deus - estudo sobre o significado e as repercussões da filiação religiosa de camponeses, de uma cidade do agreste pernambucano, a uma Congregação da Assembléia de Deus - mostra como nessa região o surgimento da aposentadoria também esteve relacionado a uma série de boatos, tal como os que conseguimos resgatar para este estudo. Vejamos o que diz a autora (1979:165):

"As pensões e aposentadorias têm uma classificação ambígua no seu sistema classificatório. Representam um montante em dinheiro que não é resultado concreto, imediato, do trabalho humano dispendido. Embora haja todo um trabalho da direção sindical no sentido de esclarecer o direito que trabalhadores rurais têm as pensões e aposentadorias, para muitos este dinheiro parece caldo do céu, uma dádiva do Presidente da República e, em última instância, de Deus." E completa no rodapé: "Caldo do céu ou até do inferno...Contam os dirigentes sindicais que no início da implantação do FUNRURAL muitos tinham medo de receber este dinheiro porque o associavam com a Besta-Fera, o demônio que quer comprar a consciência dos viventes."

7. Praticamente todos os nossos entrevistados se aposentaram logo que surgiu a aposentadoria. É provável que os aposentados mais recentes já não envolvam a aposentadoria a tantas histórias. A aposentadoria é um direito como outros tantos que há, inclusive direito exigível cuja origem não interessa ao beneficiário saber. Mais explicações sobre esse processo de institucionalização dos direitos, ver considerações de Weffort na parte III do capítulo II deste trabalho.

Em poucas palavras Seu Manuel (relato n.5) explica do que se trata:

"B - Me diga uma coisa: logo que começou essa aposentadoria, o que era que se dizia?

M - Virgem Maria! Teve gente que disse que era coisa da besta fera. Olhe, teve velho que até se intrigou de mim pensando que eu queria trazê-lo pra cá pra prender ou matar!...

B - Mas por que isso?

M - Era ignorante, dona, ignorante... Só conhecia o eito do senhor de engenho e nada mais. Ninguém sabia ler, esse era o primeiro atraso. Hoje não, hoje tá todo mundo civilizado..."

Evidentemente a identificação do novo com circunstâncias e pessoas já conhecidas relativiza-o, e a sua incorporação à vida normal como as demais coisas é só uma questão de tempo. Por exemplo, a pessoa encarregada de aposentar ou de encaminhar os papéis da aposentadoria, é uma pessoa conhecida: É a mulher do sobrinho do Major. Todos conhecem o Major: De terem sido seus moradores, de nele terem ouvido falar. Assim, eles vão, aos poucos, incorporando novas situações e informações no seu quadro referencial, no conjunto mais geral das representações que explicam e justificam a vida. Mas até que tudo esteja devidamente referenciado, e não apenas referenciado, provado, dentro dos conformes, tudo é estranho, esquisito, medonho. Daí porque as conversas aparentemente controversas que surgem para explicar a aposentadoria rural até que os fatos provem o contrário.

Dizíamos que as circunstâncias que envolvem a aposentadoria rural são estranhas a esses trabalhadores rurais, são circunstâncias que, em última instância, relacionam-se à construção e exercício da sua cidadania. Nesse sentido é evidente que, à época que se aposentaram, essas novas perspectivas de vida apenas se cogitavam. Mesmo hoje as suas representações não evidenciam claramente a

mudança, as leis do novo tempo não foram ainda incorporadas à sua visão de mundo. De um certo modo as razões e leis da existência de antes continuam a orientá-los agora, ninguém deixou de perceber algumas das tantas transformações que houveram, mas não vivem ainda plenamente essas transformações. E por um motivo muito simples: Não podem viver ao nível das representações o que não existe ainda na prática. Poderíamos, pois, dizer que vivem um momento de transição, onde os valores de um passado próximo ainda são referências à existência de agora: Vivem um tempo onde os códigos da cidadania ainda não substituíram de todo os códigos da tutela e do favor. Até sabem que têm direitos, mas não se sentem ainda suficientemente seguros da imunidade que estes direitos lhes conferem frente ao poder dos patrões: desconfiam que, além das leis, há que se respeitar as conjunturas regionais. Du seja, quando deixam pra lá a indenização que têm direito a receber, depois de morarem um determinado tempo em terras alheias, não é porque não precisem dessa indenização ou não gostem de "confusão" é porque temem ser cobrados fora do espaço jurídico, quer dizer, fora do espaço público. Apesar de não deixarem isso claro. Todavia, veremos, a sua cidadania ainda está se construindo. Tomemos, por exemplo, o que ocorre a Seu Bastos (65 anos, ex-morador, atualmente trabalhador da Usina, ainda não aposentado - em outubro de 1986 - porque o Funrural de Areia estava fechado, como explicamos antes) quando lhe pergunto sobre o que acha do sindicato:

"...O sindicato é bom por uma parte. Porque aqui mesmo já teve morador morando muitos anos numa propriedade, aí pra sair o patrão não queria dar nada, né? Aí eles vem de lá, vão no sindicato que o sindicato obriga a dar, né? Obrigal! Lá no Major teve um caba que saiu de lá, botou ele na Junta e teve resultado, viu? Aí um dia eu vinha, aí cheguei ali pelo Sandu e me topei com ele. Aí ele disse:

Bastos, vamos pra Campina, eu vou mais tu, tu sacode o velho na Junta que tu tem resultado! Eu disse: Homem, eu vou lhe dizer uma coisa: Eu, graças a Deus, tô almoçando e jantando todo dia sem precisar disso. Eu não gosto de questão com ninguém! Mas já tenho visto deles aqui botar o camarada no sindicato e o sindicato obriga o patrão pagar, né? Um pé de banana que o caba plantar tem o direito de receber! Agora eu nunca precisei de sindicato não, graças a Deus, nunca precisei de nada lá não. Nada, nada!..."

Evidentemente não é apenas por "não gostar de questão com ninguém" que Seu Bastos deixa de exigir uma indenização a que tinha direito. É mais para evitar as possíveis e desagradáveis consequências de uma "questão com alguém". Baseados nas mil e uma histórias que correm na região, podemos sugerir que o que impede Seu Bastos de se utilizar do apoio do sindicato no que respeita a fazer valer seus direitos trabalhistas é o seguinte: De que vale o trabalhador ganhar uma indenização em juízo e perder a paz, ou seja, ser ameaçado, perseguido?

Mas a aposentadoria e os outros benefícios previdenciários, ao contrário dos outros direitos, ou dos direitos sindicais e trabalhistas não exige do beneficiário nenhuma atitude confrontante com ninguém. Apesar de prescindir desse confronto com a expressão secular da força: o patrão, a aposentaria obrigam-nos, tanto quanto os outros direitos, a se confrontar com esse universo de coisas estranhas ao qual nos referimos antes e repetimos agora, a cidade e todas as suas veredas burocráticas. Pois sim. Retomemos à discussão anterior.

O fato do dinheiro (ainda que pouco) garantido todo mês tanto desmente os boatos que circulavam antes como, benvinda e imprescindível que é, acaba por tornar-se algo comum nas suas vidas. Primeiro momento da sua existência como cidadãos? Talvez. Vimos nos

depoimentos transcritos - Seu Raimundo, por exemplo insiste nesse ponto -, que a aposentadoria confere aos velhos um status que dificilmente teriam sem ela. A aposentadoria simbolicamente representada pelo "carnê" é garantia de crédito aos aposentados, é documento, espécie de Carteira de Trabalho que funciona como aval na compra de gêneros alimentícios. Os bodegueiros e pequenos comerciantes vendem fiado aos velhos aposentados sem medo de perderem, sabem que todo mês, chova ou faça sol, está ali o dinheiro, o pagamento. O que significa isso?

Acostumados a serem identificados ao longo de quase toda uma vida como moradores de Seu Fulano ou Seu Sicrano passam a ser reconhecidos não mais por essa relação de trabalho; passam a ser identificados pelos seus próprios nomes, nomes que estão bem inscritos nos carnês, seus comprovantes atuais de identidade e renda. Nesse sentido vêem-se como homens livres, responsáveis pelos seus atos, sem que seja necessário dar satisfações aos patrões. Valem por si mesmos. E isso só é possível graças à distância entre eles e quem lhes doou a aposentadoria: o Presidente é tão distante quanto Deus, além disso, e o que é melhor, orientado por Deus. Logo, basta que eles peçam a Deus para agradecer por eles e a questão da dívida do favor da aposentadoria fica praticamente liquidada<sup>8</sup>. Essa distância entre eles e quem lhes conferiu a possibilidade de valerem por si próprios, independentemente da capacidade de trabalho e até por isso mesmo, é justamente o que lhes permite viver a relativa

---

8. Evidentemente estamos falando da aposentadoria em si, porque o processo de aposentamento, como vimos anteriormente, é outra história, ou seja, na medida que envolve uma série de mediadores bastante próximos e conhecidos implica num reconhecimento a esses mediadores seja lá de que tipo for. O usual, nesses casos, é mesmo o voto.

independência, a relativa liberdade. Têm consciência de que devem um grande favor àquele que lhes concedeu a aposentadoria - que, em última instância, é a própria concessão a uma vida minimamente digna nos últimos anos que lhes restam; mas é o fato de não identificarem quem lhes fez este favor que fazem-nos mais livres. Esclareçamos: Todos os favores que receberam e dívidas que contraíram ao longo da existência relacionavam-se claro e diretamente a a uma determinada pessoa, um determinado patrão: "Seu Fulano." Era, portanto, a esse Fulano que deveriam prestar contas. Inclusive, já é costumeiramente estabelecido de que modo certos favores devem ser pagos. A aposentadoria rural não. Primeiro não é um favor nesse sentido histórico da relação patrão-favor versus morador-dívida. Segundo, conquanto se diga que favor não se paga, todos sabem muito bem como pagar e se não sabem exatamente, o patrão ajuda, ou seja, esclarece qual a dívida e como deve ser paga. A aposentadoria rural por não ter essas características objetivas do favor se situa mais no nível da graça, do milagre, relaciona-se mais com mediações divinas. E por isso, provavelmente, que apesar de todos se dizerem donos ou patrocinadores da aposentadoria, os aposentados não se sentem endividados a todos quantos reivindicam a autoria do benefício, antes, sentem-se gratos a Deus e ao Governo, este expresso nas pessoas de Getúlio Vargas e Médici, como vimos no capítulo II. Mas o certo é que nos muitos casos que não relacionam sequer esses nomes de Presidentes, relacionam o nome de Deus: a aposentadoria é mais que um favor, é uma graça, e é como tal que se agradece. Quer dizer, os aposentados devem-na à misericórdia de Deus. Daí porque o sentimento de liberdade que a aposentadoria lhes propicia.



Mas de outro lado essa forma de compreenderem a aposentadoria os impede de vê-la como um direito que, como tal, pode e deve ser exigido. Exemplo disso é o fechamento do Funrural em Areia durante quase um ano. Nessa perspectiva a aposentadoria é mesmo uma esmola e como tal se agradece, mas não se pode exigir.

Mas o que teria a ver essa liberdade propiciada pela aposentadoria nos termos que a temos descrito com a liberdade dos grilhões das relações tradicionais de trabalho? Ou, de que modo se relacionaria a aposentadoria com a construção da cidadania do trabalhador rural?

## 2. Das veredas da liberdade

Dos seus beneficiários a aposentadoria exige, ao menos, a disposição de percorrer a cidade em alguns dos seus labirintos. Essas andanças, necessárias ao processo de aposentadoria, em grande parte dos casos da nossa pesquisa, é o primeiro contato do aposentado com a cidade nessa perspectiva de decifração dos seus códigos, das suas leis.

Todos os aposentados com quem conversamos passaram a maior parte das suas vidas no campo, em terras suas uns raros, e a maioria em terras de patrões. Só recentemente vieram para a cidade. Conquanto relacionem a vinda na cidade com a velhice que os incapacita para o trabalho e os torna vulneráveis às doenças e, neste caso, na cidade estariam mais próximos de uma assistência médica, esta vinda para a cidade relaciona outras variáveis além da velhice.

A aposentadoria rural é uma dessas variáveis que, embora não seja o elemento que provoca a saída, é o que ajuda a decidí-la quando ela já é iminente.

Essa saída iminente é produto de uma conjugação de fatores entre os quais, baseados no caso dos aposentados de Areia, podemos relacionar os seguintes:

1. A separação dos filhos resultado da migração imposta pela necessidade de sobrevivência. Essa migração que evidentemente tem a ver com a abolição da morada que, aliás, não é somente consequência da instituição dos direitos ou da possibilidade de e/ou da expansão da cultura da cana. Esse modo de vida, baseado na sujeição, começa a revelar seus sinais de degenerescência muito antes do seu questionamento político, nos anos 60. A negação dos filhos dos moradores em "dar a condição" nos termos do pai, foi, segundo vários entrevistados, motivo frequente de saída dos engenhos, mas tudo indica que essa forma de questionar a relação da morada respaldava-se nas possibilidades de sobrevivência abertas com as migrações massivas para o Sul. Ou seja, não era um questionamento que pretendesse mudar os termos da fórmula da morada, era um questionamento que possibilitava um outro tipo de mudança: ao nível de projetos individuais de vida, ainda que a partir daí a migração se tornasse parte do processo de reprodução desses trabalhadores. Então, essas possibilidades que se abrem a partir de um determinado momento, especificamente o da industrialização/urbanização dos grandes centros nacionais, começam a alterar o modo de vida baseado na sujeição na medida em que esta sujeição não é mais destino implacável de todos quantos nasçam filhos de sujeitos: Há outras possibilidades, ainda que fora da agricultura.

Como a migração não é possível a todos, isto é, o mercado absorvedor dessa mão-de-obra a requer em pleno vigor físico, os trabalhadores a partir de uma certa idade vão ficando, enquanto vêm os filhos irem para longe, ganhar a vida.

2. A impossibilidade física de continuar trabalhando nas condições que reza a relação da morada. Ou mesmo no caso dos que não são moradores: a impossibilidade de dar conta de todo o trabalho do roçado sózinhos. O que não significa, evidentemente, que não possam trabalhar em serviços da cidade.

3. Muitas vezes também é alegada a necessidade de irem para a cidade para os netos, em idade escolar, começarem seus estudos. Algumas vezes estes netos já estão sob a sua guarda, deixados pelos filhos emigrados.

Todas essas razões poderiam não ser suficientes para se ir morar na rua<sup>9</sup> se não houvesse o incentivo financeiro que representa a aposentadoria.

Aposentados, pois, chegam à cidade. E, embora tenham em comum um passado rural e uma aposentadoria, a cidade se lhes dá de maneiras diversas. É geralmente quando falamos nos modos de vida na rua e no sítio<sup>10</sup> que os depoimentos são semelhantes em tantos outros aspectos tornam-se nitidamente diferentes dependendo da categoria social com que se identifique o entrevistado.

Há um sentimento comum a todos, indistintamente: a vida nos sítios é mais fácil e melhor do que na cidade. Isto de um modo genérico, ou, seja, socializados no modo de vida rural acham-no

9. Geralmente o termo cidade é substituído pelo termo rua. Rua, portanto, se opõe a sítio. No mesmo nível que cidade se opõe a campo.  
10. Como acima, sítio se opõe a rua. Mas além dessa oposição que o define nesta acepção, significa também lugar de produção de pequenas lavouras.

melhor que o modo de vida urbano. Embora opinem baseados em julgamentos que reputam categorias como bom, melhor, pior, consideramos que há uma questão mais forte ou mais determinante nesse tipo de julgamento que superestima a vida rural em detrimento da urbana: a identificação. Quer dizer, esses trabalhadores se identificam mais com uma forma de vida do que com outra, até porque foi através dessa forma de vida que aprenderam a se reconhecer, inclusive, mesmo o fato de hoje viverem na cidade está relacionado com o fato de terem vivido e trabalhado no campo: são aposentados rurais.

A comparação entre campo e cidade com a evidente preferência ao campo é, via de regra, justificada com o argumento dos custos de um e outro modo de vida. Consideram que morar na cidade é caro em oposição a morar no sítio que é barato ou de graça. A vida urbana, então, opor-se-ia à vida rural no que se refere ao preço que se tem de pagar por cada uma: Enquanto na cidade "tantinho de coisa que entre em casa tem que pagar", no sítio pode-se usufruir de tudo sem que seja necessário a intermediação do dinheiro. É um raciocínio semelhante ao do senhor de engenho quando não computava nos seus cálculos o preço da sujeição<sup>11</sup>. Na verdade eles opõem não apenas modos de vida diferentes, mas também tempos diferentes: Como nos sítios, no tempo que eram moradores, as relações não se baseavam na troca de valores mercantis, mas na morada e nas suas relações de favor e dívida, eles acabam por esquecer o valor de uma mercadoria que torna tudo aparentemente gratuito: a força de trabalho sob o signo da sujeição.

Mas não são apenas os ex-moradores que pensam a vida rural nessa perspectiva de gratuidade, ao contrário da vida urbana: Os pequenos

---

11. Sobre esta questão vide capítulo I.

proprietários, sobretudo, mas também as outras categorias de trabalhadores rurais, parte desta pesquisa, pensam assim. É um modo de vida onde o homem relaciona-se com a natureza muito proximamente e a natureza, a terra, não é vista como fonte de lucro mas como garantia de sobrevivência<sup>12</sup>.

Mesmo quando se dão conta de que o patrão utiliza a terra na perspectiva de produção de lucros e riqueza para si entendem que é natural que seja assim: "Ele puxava pelo trabalhador porque tinha que aumentar aquele meio de vida dele, e aumentou, morreu rico. Mas ele não fazia mal a ninguém, se compadecia do pobre."

Do mesmo jeito que é natural que eles se relacionem com a terra como meio de sobrevivência, é natural que os patrões se relacionem com a mesma terra como fonte de obtenção de lucros. Veremos na parte seguinte deste capítulo a relativização dessa naturalidade da exploração do patrão.

Há mais coisas que se relaciona quando opõem campo e cidade. E, por exemplo, a questão do espaço: na cidade não se tem um quintal para fazer um roçado ou criar uma galinha, um porco. Em contrapartida, são também eles que relacionam, os sítios não têm uma escola, um posto médico. Enfim, são modos e perspectiva distintas de vida. Mas, também reconhecem que ante as limitações da velhice é mais interessante viver na rua que nos sítios. Mesmo porque esse modo de vida rural não se restringe ao roçado ou à criação de animais. D. Maria (aposentada, 66 anos) é muito clara nesse sentido<sup>13</sup>: "Mulher, hoje os sítio não tem mais graça. É tudo deserto, não tem mais ninguém. No tempo que nós morava lá era bom, quando morava os filhos

---

12. Para o desenvolvimento dessa questão ver Marx (1979:85-87).

13. Para um estudo desses aspectos ver Wolf (1984) e Mendras (1978).

da gente tudo, num sabe? Era festa, era animação: Festa de S. João, Noite de Natal, tudo isso era festa. Se tinha um casamento era a maior festa, se tinha um batizado também, era assim... Ai foram saindo os filho e foi saindo todo mundo e hoje não tem mais ninguém, é aquela tristeza. Ai nós viemos pra cá também, né? Mas o sitio ainda tá lá, tem dois filho que ainda planta umas roça por lá, esses mora aqui. Os outros tãõ tudo em São Paulo..."

Há, em função de como esses trabalhadores viviam antes de irem para a cidade e, principalmente, de como viverão na cidade, diversos modos de vê-la e vivê-la. Não relacionaremos uma por uma todas essas formas de entrosamento com a cidade porque, além de a socialização na cidade estar relacionada com relações vividas anteriormente no campo e compreender uma série de etapas, em cada uma delas ocorre coisas diversas em cada caso estudado.

Mas como as formas de chegar e viver na cidade são constantemente referidas em seus depoimentos, reputamos obrigatório, sobretudo num estudo como o nosso - que pretende apreender, ao nível da ideologia, a transformação social porque têm passado nas últimas décadas esses trabalhadores - dedicar algumas páginas à socialização na cidade.

Há formas de se chegar e motivos porque chegar à cidade, construímos, baseados nos diversos depoimentos, fundamentalmente dois modos:

Um modo característico seria o daqueles trabalhadores que só se decidem pela cidade quando a vida no sitio torna-se impraticável: Não têm mais familia, estão sós, doentes, sem condições para o trabalho, e em muitos casos, ainda em terras alheias. Nessas condições, a cidade não é uma escolha, antes uma falta de opção: uma espécie de

exílio de tudo. Não é mais a sensação de que estão deixando para trás uma história de parentes e amigos, de favores e dívidas, mesmo porque esse sentimento que acompanha os que saem de um lugar para outro lhes é familiar: Migrantes foram sempre, eternos migrantes em busca da terra de trabalho, podemos ver isto nos seus depoimentos. Não é tanto, pois, o fato da migração que os faz sentir-se órfãos, exilados, é a migração para a cidade onde tudo é diferente, onde definitivamente desistem de um sonho: o da terra própria. Onde têm, depois de velhos, de reaprender a viver.

Sem mais condições para o trabalho, meio por excelência de se relacionar com as pessoas numa comunidade, eis que aportam num lugar que era muito interessante para se visitar eventualmente, para ir a festas, feira, missas.

De fato a cidade não tem dono, é espaço público: de todos e de ninguém. Mas eles bem sabem que a cidade é mais de alguns, dos que nasceram e foram criados nela, dos que sabem e podem viver nela.

Não bastasse a velhice com todas as suas mazelas, os signos inconscíveis da cidade. Mesmo a aposentadoria não parece suficiente para lhes redimir do quanto foram perdendo de lugar em lugar em busca da terra de trabalho. Mas e a vida a que estavam acostumados? O cheiro da terra molhada, o plantio, o milho embonecando, o feijão enramando, a colheita? Lenha de graça para cozinhar? Na cidade vigoram outros códigos diferentes dos códigos da terra, das águas.

E claro que essa nostalgia cede lugar à revolta quando lembram além da relação com a natureza, as relações sociais: Quando ouvem, como se ainda estivessem lá, a voz do feitor acordando-os de madrugada para o trabalho no eito. Mas desta perspectiva, que tem

menos a ver com o viver no sítio em si que com as condições em que vivem nos sítios, trataremos na próxima parte deste capítulo.

Apesar desse modo negativo de iniciarem seu relacionamento com a cidade, acabam por se acostumar com ela da mesma forma que também se acostumaram com os tantos lugares porque passaram. Assim, reconstróem relações de vizinhança, amizade. E conseguem sobreviver às adversidades da nova vida, à carestia de tudo, ao exílio. Morando quase sempre em mesmos lugares<sup>14</sup>, aproximam-se e ajudam-se entre si. Não apenas "num vestidinho que um dá e outro dá", ajudam-se psicologicamente, falam a mesma língua, tiveram o mesmo passado de trabalho no cabo da enxada. Todas essas relações que conseguem estabelecer entre si tornam a vida menos difícil, mais tolerável. Reconhecem nos vizinhos de hoje vizinhos de outras moradas. E mesmo a cidade não sendo somente sua casa, sua rua, seus vizinhos é no espaço dessas coisas que eles se reconhecem, é nesse espaço que circularão com desenvoltura.

Vão desenredando a cidade aos poucos. Fazem o seu ninho nesse espaço das ponta de rua, mas a cidade é também outros espaços por onde circulam pessoas relacionadas a outras moradas. Assim como reconhecem nos vizinhos atuais os ex-vizinhos de antes, reconhecem nos políticos, doutores e funcionários da cidade, parentes, amigos ou rivais dos seus ex-patrões, ou de proprietários de quem dependiam. Nesse ritmo a cidade vai sendo digerida. Outras cores, outros ares, outras leis, mas todas essas dessemelhanças relacionam-se negativo ou positivamente com o passado e dessa forma vão sendo compreendidas.

---

14. Vimos anteriormente, na Introdução, que em Areia há certas pontas de rua que concentram a maioria dos aposentados.



Cidade pequena, todos se reconhecem, seus habitantes relacionam-se sempre direto ou indiretamente com pessoas do meio rural. Exemplificaremos esse relacionamento entre o meio rural e o urbano, em Areia, através do caso do Major Cunha Lima, que encarna tão perfeitamente o poder tanto num espaço quanto no outro. Quem da geração dos nossos entrevistados deixou de conhecer, ou pelo menos, de ouvir falar no Major em Areia? O Major é exemplo das relações tradicionais de trabalho e poder, exemplo de paternalismo e patriarcalismo. O Major já morreu há cerca de dez anos, mas raro foi o depoimento que não se referiu a ele.

O que significa o Major na cidade, ou o que representa o Major na cidade? Com que símbolos os aposentados identificam o poder, o patrão? E, por outro lado, com que símbolos se identificam? E através desse jogo de decodificações e associações que eles, aos poucos, vão se acostumando na cidade e dentro dela aprendendo qual o seu lugar. Digamos que tenha sido com o encaminhamento da aposentadoria o seu contato mais prolongado com a cidade, já que antes vinham mais raramente e apenas para a feira, a missa e as festas católicas.

Para se aposentarem precisaram ir ao Funrural e eis que quem representa o Funrural é justamente a esposa do sobrinho-filho do Major. Imediatamente o Funrural deixa de ser uma coisa do outro mundo para ser uma referência a uma determinada pessoa, a uma determinada função, a um certo tipo de poder. A representante do Funrural diz-lhes que precisam de certos documentos e testemunhas. Vão, portanto, à Igreja (batistério) ou ao Cartório (registro civil de nascimento). Quem é o dono do Cartório? É também proprietário rural, já ouviram falar ou conhecem alguém que mora ou morou em suas terras. E as testemunhas, quem serão? É o próprio patrão (agora ex-patrão), é quem

possui terras. Iniciam aí a peregrinação atrás de pessoas que se disponham a testemunhar sua situação de trabalhadores. Geralmente chegam a essas pessoas por intermédio de amigos, parentes, do próprio patrão ou mesmo já conheciam essas pessoas de terem algum dia trabalhado em suas terras. Nem sempre, como no caso de D. Dos Anjos e D. Rosemira, os patrões assinam as declarações de que são ou foram patrões, isso, evidentemente, dificulta um pouco a situação desses trabalhadores que têm de procurar outras pessoas que lhes dê declaração equivalente. Essa negativa dos patrões de assinar essas declarações tem a ver com a questão dos direitos desses trabalhadores: temem que de posse das declarações os trabalhadores decidam levá-los à Justiça do Trabalho.

Prossigamos. Os trabalhadores vão, por esses caminhos, decifrando os signos da cidade. Quem é quem. Quem está do lado de quem. E encontram na cidade também os trabalhadores urbanos que, em níveis de vida, podem assemelhar-se a eles: os pedreiros, carpinteiros, feirantes, muitos dos quais ex-trabalhadores rurais que há mais tempo se radicaram na cidade. A cidade não é, como nos sítios, a expressão de uma única força, ao contrário, revela-se como um concurso de muitas forças. Na cidade encontram, por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que pode fazer por eles uma série de coisas que antes era do domínio dos patrões e pode fazer até mais: questionar os próprios patrões em determinados casos, se necessário. O sindicato é uma instituição criada pelo Governo para os trabalhadores rurais, é portanto, uma instituição que está do lado dos trabalhadores para diversos fins, entre estes, a prestação de serviços médicos e odontológicos que, embora sejam função do Prorural/Funrural, incorporaram-se às funções do Sindicato e são

serviços atualmente identificados com o Sindicato. Para alguns aposentados esses serviços de cunho assistencial são a própria razão de ser do sindicato, isto é, sua única função. Mas isto não é à toa: É para a prestação desses serviços de assistência médica que, em geral, os aposentados procuram o sindicato.

Porém o sindicato não é somente essa abstração: lugar que faz isso ou aquilo. O sindicato relaciona pessoas muito concretas que se comportam de um modo e não de outro, etc. Então, deparam-se com um presidente de cujo aval a prestação de certos serviços depende. Confundem sindicato com presidente do sindicato, mas não porque sejam incapazes de operar essas distinções: Essas distinções, de fato, não existem. Isto é, vêm o que é público ser utilizado sob interesses particulares. Ou seja, mesmo que o sindicato seja ou sirva para isso e aquilo, é o seu presidente que confirma ou não essa serventia. Daí que o sindicato é melhor ou pior conforme o seu presidente preste mais ou menos serviços aos trabalhadores, no caso, aos aposentados. Geralmente serviços relativos à saúde, assistência médica: os trabalhadores aposentados, doentes, querem óculos, remédios, viagens a Campina Grande ou João Pessoa para tratamentos médicos especializados, etc. e vão ao presidente do sindicato pedir essas coisas, dependendo de como este os atenda fazem os seus julgamentos, e não apenas do presidente, do sindicato. Foi, portanto, comum eu dar o tema sindicato e o entrevistado se deter em considerações sobre o presidente. Inclusive casos de desassociação do sindicato porque o presidente não atendeu um certo pedido, ou porque o presidente os tratou mal. Esse "tratou mal" tem a ver com uma idéia de que o sindicato é do Governo, e desse governo vem dinheiro, remédios, etc., para dar aos trabalhadores e o presidente só dá a quem quer, ou não

dá porque não quer ou ainda não dá para ficar com as coisas vindas do Governo somente para si. O presidente do sindicato, pois, seria um preposto do Governo. Um exemplo dessa forma de perceber o sindicato está bem expressa na seguinte fala de D. Dos Anjos, relato n.2:

"...Sim, eu precisei do sindicato para fazer esse exame de vista, depois pra eu comprar um remedinho na Farmácia eu precisei...Eu cheguei lá, com a receita duns remédios que o médico passou, aí cheguei lá e mostrei a ele (presidente do sindicato), aí ele disse: Gente da idade da senhora não toma mais remédio não. Disse isso com uma cara bem feia. Eu digo, meu filho, se eu não pudesse tomar o doutor não tinha passado...É olhe que no tempo que teve eleição eu votei nele. Num é, Serafina, a gente não vota não é com ele? Mas agora, esse voto dagora não é mais não..."

Além do Sindicato que outras instituições ou pessoas reconhecem com sendo ou estando do seu lado? A Igreja Católica se faz presente entre esses trabalhadores através das freiras franciscanas. É muito conhecida entre eles uma madre alemã que costuma aparecer para passar filmes sobre a vida de santos e vender roupas usadas a preços simbólicos. Esta madre à qual se referem é a mesma que possui casas e quartos alugados nessas pontas de rua. Mas as opiniões sobre ela não são favoráveis, consideram-na "garapeira"<sup>15</sup>. Sentem-se enrolados por ela: sabem, por exemplo, que as roupas usadas que ela lhes vende são roupas que ela recebe gratuitamente do estrangeiro, da Alemanha. Não compreendem esse negócio de "preço simbólico". Além disso, ela não deixa que escolham a roupa que preferem ou precisam, ela já traz as roupas em pacotes prontos para vender e as pessoas, se quiserem

-----  
 15. Garapeira é a pessoa que quer ganhar as coisas facilmente, ou na base da enrolação. No Aurélio (1a. edição) não há a designação para esse vocábulo nesse sentido. Mas para o vocábulo "garapa" do qual "garapeira" é derivado, há o seguinte significado neste sentido: (1982:674) " S.f. bras. S. Fig. Coisa boa ou fácil de se conseguir, ou certa. (No Ne. e no S., quando se quer exprimir esta facilidade ou certeza na obtenção de uma coisa desejada, diz-se E aquela garapa!)."

comprar, compram sem nem saber o que estão comprando, arriscando comprar peças que não lhes servem. Há, porém, entre essas Franciscanas, um pequeno grupo (duas) que trabalha com organização de movimentos populares e sempre estão visitando os trabalhadores residentes nas pontas de rua, estão sempre em contato com o sindicato, mas os entrevistados não se referiram a estas, provavelmente porque elas concentram o seu trabalho junto aos trabalhadores da ativa, os canavieiros. A Igreja Católica, portanto, faz-se presente nas suas vidas dessa forma, ou seja, na forma do lugar onde geralmente, aos domingos, assistem à missa. Ao Pe. Rui Vieira, pároco de Areia, também se referem, porque foi ele quem lhes deu os batistérios necessários para o encaminhamento da aposentadoria. Enquanto organizador do STR de Areia, houve referências apenas de dois aposentados e isto porque estes aposentados estiveram ligados à fundação do STR.

Há também Igrejas Protestantes na cidade, mas dos nossos entrevistados apenas um é crente, protestante. Este percebe a sua Igreja como algo mais próximo, mais concreto; ao contrário do Igreja Católica, mais ligada ao mundo e às suas necessidades que às coisas de Deus. Isto ficou claro quando este aposentado contou-nos que saiu de uma Igreja para outra porque o Pastor da sua primeira Igreja não lhe visitou quando ficou inválido na cadeira de rodas. Ao contrário do outro, o Pastor da sua Igreja atual sempre lhe visita, procura saber se ele precisa de algo, etc.

Quanto aos políticos, outra categoria importante presente na cidade, as considerações em geral são as mesmas, salvo nos casos de Seu Afonso e Seu Virgílio que se relacionaram com os políticos através do Sindicato quando participaram da sua Diretoria. Para estes

a política não é alguma coisa do outro mundo ou do outro lado, enquanto membros da diretoria do sindicato detinham algum poder e nesta função contactavam com os políticos também como políticos, ou seja, mais ou menos no mesmo nível. O que quer dizer que quando Seu Afonso vai fazer algum pedido ao Prefeito e é ou não atendido, o prefeito está atendendo ou deixando de atender toda uma categoria social que se representa através de Seu Afonso. É o próprio Seu Afonso que tem consciência disso quando diz que as vezes que precisou de político não precisou para si e sim para outros trabalhadores que ele, enquanto membro da Diretoria do STR, representava.

Mas, as considerações mais frequentes acerca dos políticos é que estes do pobre só querem a distância e o voto. Ou seja, o lugar de político é um e o de pobre é outro. Os que chegaram a pedir alguma coisa aos políticos foram unânimes em afirmar que nunca foram atendidos em nenhum pedido. Alguns, mesmo que em alguns momentos tenham precisado, sequer têm ou tiveram coragem de se aproximar dos políticos, porque além das usuais considerações, consideram-se incapazes para o trato com eles, geralmente dizem que não sabem conversar e assim, como é que vão atrás de políticos se não sabem nem conversar? É importante observar aqui, que quando conseguem se aproximar de alguém que tenha alguma influência política, como o caso do Dr. Roberto Cunha Lima ajudando D. Rosemira a se aposentar, não o fazem considerando o político que é tal pessoa, mas as relações de favor e tutela que teriam tido anteriormente com essa pessoa. Neste caso de D. Rosemira e Dr. Roberto, há o passado de D. Rosemira em terras do Major, tio do Dr. Roberto, que os aproxima. É claro que os motivos anteriores também estão presentes quando ela sabe que a um favor desse tipo ela deve pagar do único modo possível: o voto. Mas

se quando conseguem se aproximar de um político não o fazem considerando esse presente de político, mas um passado de outras relações, que significado tem o político ou a política? Quem são os políticos? Políticos são todos aqueles que ocupam cargos eletivos: governador, deputados e num plano mais próximo, prefeito e vereadores. Mas esses políticos caracterizam-se pela distância que os separa. Ou seja, o mundo dos políticos e da política é um e o deles é outro. E: "político só se lembra de pobre em tempo de eleição". Em termos concretos, ali na luta cotidiana pela sobrevivência, os políticos não ajudam. Já o Governo não. O governo está do lado deles, o governo (um certo presidente, um homem determinado) foi quem criou a lei da aposentadoria e a lei da punição aos patrões quando estes não queriam indenizar os trabalhadores expulsos de suas propriedades. Já os políticos locais, quando não são os mesmos patrões que se negam a indenizar os trabalhadores, são seus prepostos, daí porque a evidência de que esses políticos estão em lado oposto ao seu.

A cidade, pois, contém todos esses signos que o campo não continha. Por isso a dificuldade inicial e, mesmo depois, sempre manifesta. As migrações anteriores não provocaram essa confusão toda nos seus universos referenciais, eram migrações de um patrão para outro, sempre no mundo rural. De uma terra para outra, um roçado para outro. A cidade representa uma espécie de exílio não apenas porque é esse conjunto de signos, à primeira vista, indecifráveis: a cidade representa, nesses casos, o exílio do fim da vida. Estão velhos, doentes, solitários. Exilados do trabalho, de certas funções vitais, exilados da vida. Já chegam assim na cidade e talvez seja principalmente isso que os leva a considerar a cidade tão negativamente. Isso é mais flagrante quando observamos que os

aposentados que continuam trabalhando sentem-se mais à vontade. São mais fortes, menos melancólicos, menos reclamadores; são também mais bem informados das coisas que acontecem além do seu grupo doméstico ou da sua vizinhança, preocupam-se com o que acontece, cultivam mais esperanças.

E, então, mais que qualquer coisa, o trabalho o ponto chave e, a velhice na medida em que impede o trabalho.

Aqui, portanto, temos outra forma diametralmente oposta de vivenciar a cidade. Digamos que o que foi descrito até agora esteja relacionado a um determinado modo de se chegar a cidade e que sirva, também, para os aposentados de quem vamos falar agora, mas só na proporção em que qualquer socialização é difícil e requer sacrifícios. Depois de socializados, acostumados com a cidade vivem-na com tanta desenvoltura como viviam nos sítios, em alguns casos, vivem a cidade até mais intensamente do que viviam os sítios: respiram uma liberdade que nunca puderam respirar em terras de engenho.

Antes de passarmos aos aposentados que ainda trabalham, comentemos um pouco mais esta questão da velhice. Antes da aposentadoria só a velhice libertava os trabalhadores de certas condições de trabalho, e contra certas condições de vida, só a morte. Com a aposentadoria a liberdade surge de outro modo: mesmo que aos 65 anos o trabalhador já se encontre sem condições físicas para o trabalho, em terras suas ou alheias, a aposentadoria funciona positivamente no sentido de que garante uma vida minimamente digna. Aliás, já nos referimos a isto anteriormente, a forma usual de explicarem a importância da aposentadoria em suas vidas é através da comparação de como viviam os velhos pobres e sem condições para o



trabalho antes e como vivem agora, depois da aposentadoria. Nessas comparações eles deixam claro o quanto era indigna a situação antes da aposentadoria.

Dizíamos que antes de tudo, é o trabalho a medida da existência. Claro que não existindo o trabalho assim, abstratamente, temos de falar das condições em que se realiza. Mas generalizando, como os próprios aposentados generalizaram: Fora do cativo qualquer trabalho pode ser digno<sup>16</sup>. Tanto que trabalhando em sítios próprios, em negócios próprios (bodegas, geralmente) ou mesmo trabalhando como empregados de alguém todos se sentem satisfeitos pelo trabalho. Mas sentem-se principalmente satisfeitos pelo fato de ainda poderem continuar trabalhando. E trabalham não apenas porque o dinheiro da aposentadoria somente é insuficiente para as necessidades mínimas suas e/ou do seu grupo doméstico. Continuam a trabalhar porque não conseguem viver sem o trabalho, porque precisam se ocupar com alguma coisa, e porque gostam de trabalhar, principalmente em negócios seus: terra ou comércio. Se não trabalharem vão fazer o que com a sua força, com o seu vigor?

Falar do trabalho e das condições em que este se realiza, sobretudo na cidade, é trazer à tona o caminho através do qual

---

<sup>16</sup>. Aqui uma questão se impõe: Por que fora do cativo qualquer trabalho pode ser digno? Ou seja, por que mesmo trabalhando como empregados de outras pessoas, como libertos, sentem-se satisfeitos? A resposta à essa questão pode ser rapidamente anunciada aqui através do seguinte extrato da entrevista de Seu Raimundo (relato n.1) e será aprofundada depois, na última parte deste capítulo:

"...Pra mim tudo é bom pra vista do que já foi, como naquele tempo! Quase todo mundo era escravo, um bocado de escravo dos senhor de engenho, nas terras deles. Hoje em dia, morar na rua na sua casinha, ou bom ou ruim, mas trabalha a quem quiser, a quem achar melhor! Antigamente o caba trabalhava sujeito, como um bocado de escravo!"

Garcia Jr.(1983) dedica parte de um capítulo à questão sujeito-liberto.

conseguimos atingir um dos objetivos deste estudo: a prática e a compreensão que têm esses trabalhadores rurais aposentados dos direitos e das novas relações de trabalho. Porque, aliás, tomamos a aposentadoria como tema deste estudo com o objetivo de a partir da compreensão dela chegar à compreensão mais ampla que esses aposentados têm das mudanças que se processaram nas últimas décadas, mudanças que evidentemente estão relacionadas à construção da cidadania dos trabalhadores rurais. Dado ao fato de a aposentadoria relacionar basicamente categorias relativas ao não-trabalho, como vimos no capítulo II, limitarmo-nos apenas ao seu estudo no que se refere à forma como esses aposentados a consideram, ao modo como ela se inscreve ou se inscreveu no quadro mais amplo das suas representações é, ao final, concluir nosso estudo pela afirmação de uma das suas hipóteses: a de que a aposentadoria antes reforça que modifica a relação favor-divida característica da forma secular de submissão desses trabalhadores. Mas como desde a primeira frase desses entrevistados ficou evidente que é através do trabalho que vêem o mundo, investimos no estudo das representações que fazem do trabalho e chegamos à sua prática e compreensão dos direitos justamente através de duas noções intrinsecamente ligadas à questão do trabalho e da sua reprodução como modo de vida. Essas noções são as das categorias "antigamente" e "hoje" ou "naqueles tempos" e "hoje em dia".

### 3. Antigamente e Hoje: Relações tradicionais de trabalho versus cidadania

E através das noções de "antigamente" e "hoje" numa relação de oposição que vai se delineando, ao nível do discurso, a ilegitimidade de uma forma de dominação e de um modo de vida. A medida dessa ilegitimidade é a prática da vida sob outros parâmetros, outras relações de trabalho, e o que surge da comparação entre o passado e o presente é a constatação de que no presente se vive um novo tempo.

A morada, a sujeição, o carrancismo, o mandonismo todas essas categorias não tinham significado apenas para os moradores. Noutras palavras: Não era apenas os moradores que por sua relação de sujeição viviam sob a dependência de um senhor. Nos tempos que a cidadania não era sequer um sonho, todos os pequenos produtores, ainda que fossem pequenos proprietários, viviam de um certo modo na dependência de algum senhor, de algum coronel. Em Areia, resultado do confronto desses dois tempos: o de antes e o de agora, surgiu, nos depoimentos dos entrevistados, a figura de um coronel, o Major Cunha Lima, que certamente servirá de exemplo neste nosso estudo comparativo das representações que fazem esses trabalhadores do seu passado e do seu presente.

Dai que o passado desses trabalhadores mesmo que não esteja envolvido diretamente com a sujeição, está de alguma forma envolvido com os senhores da sujeição ainda que de outros modos.

O que é o passado? A idéia de um passado sem defeitos, de um passado ao qual se gostaria de retornar é inconsistente até para os que no passado viveram financeiramente melhor do que hoje. Único exemplo disto nesta pesquisa foi o de D. Isabel que durante a maior

parte de sua vida viveu de comprar e vender terras entre o brejo e o curimataú. Segundo ela, pequenas parcelas de terra, mas uma situação que nem de longe se compara com a de quem possuía somente uma pedacinho de terra para botar o seu roçado ou mesmo, caso mais comum, o daqueles que não possuíam nada e viviam na dependência das terras dos senhores de engenho. Pois mesmo D. Isabel, conquanto sofra tanto as perdas materiais, não deixa de admitir as vantagens dos tempos de agora. Tomemos do seu depoimento (relato n.4) um extrato onde fala sobre o voto naquele tempo e hoje:

"... Eu voto faz muitos anos. Eu votava no partido dos Cunha Lima. Eu morava no Jitó, e quem morava no Jitó já sabe, era de obrigado! Todo mundo tinha medo e votava, só se via era falar em peial. Votava porque tinha medo... Hoje em dia o voto é uma coisa boa, mas naquele tempo a pessoa votava neles e ainda ia os chaleira dizer que não tinha votado e o caba ainda ficava jurado!..."

E não devemos esquecer que D. Isabel não era moradora do Major. Tinha suas próprias terras, mas a relação de dependência do seu pai com o Major - ele era rendeiro em terras do Major, estendia aos filhos, no caso ela, a relação favor-divida. Situação semelhante é a de Seu Afonso (relato n.3) em relação ao Major, mas neste caso a dívida não teria sido contraída em função de uma relação de moradia de antepassados seus, o favor foi de outro tipo:

"...Esse negócio de votar no Major eu vou lhe contar como foi. Esse Major que a gente tá falando aqui era o homem que o que fizesse aqui no município, tava feito! Papai comprou umas terra, quatro cinquenta de terra e tinha um individuo que queria tomar uns pedaços, queria entrar com a terra dele pra dentro da terra de papai. Ai papai foi lá no Major, ai ele disse: Olhe, eu vou lá fazer a extrema e se eu fizer e ele for lá bulir, ele se arrepende! E foi lá e fez a extrema e resolveu esse problema de papai. E papai ficou com aquilo, ficou com aquela amizade com o Major. (...) Ai papai tinha atenção a ele, ai disse a nós, os

filhos dele: Olhe, eu quero que vocês votem com o Major, eu devo favor a ele e vocês é quem podem pagar votando com ele..."

Não há dúvida de que o passado, como vimos no capítulo II, muda sempre que voltamos a ele. Mas não há mudança que essas viagens memoriais realizem que seja capaz de apagar certas fantasmagorias tão duramente registradas na lembrança de todos: o cativeiro é uma delas. E é toda vez que vêm à tona as lembranças do cativeiro que o presente torna-se mesmo o tempo profetizado do milênio, inclusive vários foram os casos dos que se referindo ao presente recordaram certas profecias que rezavam que "bons tempos viriam". E identificam o presente com esses "bons tempos" que viriam: É o tempo da claridade em oposição a um passado de escuridão, de subserviência, de sujeição. Tão grande a mudança e tão forte o impacto em suas vidas, tão grave o tom com que se referem ao passado, tão viva a mágoa, a revolta, o ressentimento que parece que, através do relato, revivem mesmo o passado só que com todas as armas do presente, até a ironia. As leis do presente, as novas condições de trabalho, os direitos trabalhador tudo isso é visto, inclusive, como uma espécie de vingança contra os patrões, quase redenção das humilhações de um passado não tão distante assim.

"...Eu tô achando esse tempo muito bom! Antigamente era o tempo do cativeiro e hoje é o tempo da liberdade. A senhora tem a sua profissão, eu não tenho, mas a senhora vive o seu rumo e eu vou procurar outro pra viver. A senhora tem direito à sua vida e eu também tenho. O rico tem seu direito à sua propriedade, mas o morador também tem! E antigamente a senhora nascia e se criava na propriedade de qualquer um desses por aqui, mas a senhora não tinha direito a nada, morria e não tinha direito nem ao enterro! Alguns que dava o enterro, alguns! E outros não dava nem uma água morna pra beber, que dirá outra coisa! Eu tô achando muito bom, eu só queria ser moço pra começar do princípio, pra eu dizer: Olha, tás vendo? Agora tu tás me pagando as mágoas, as misérias e as pisas que tu fizesse com os outros! Agora tu tás me pagando! (...) Hoje pra eu ser bilionário - não é nem milionário! comparando com aquele tempo só tá faltando a saúde e a mocidade e nada mais! Isso

nós vivia antigamente numa cadeia de sofrimento que a senhora não queira saber! A senhora é uma menina que nasceu ontem, e eu tô com 81 anos e 4 meses amanhã. Entendeu? E eu tenho o meu conhecimento do que já foi e do que é hoje e lhe digo: Hoje é um tempo de luz e antigamente era um tempo escuro. E a escuridão era isso: Hoje é sexta e essa hora (15horas) a senhora tava na bagaceira do patrão, botando bagaço para o engenho dele começar hoje de dez horas da noite pra findar sábado de meia noite ou até o dia amanhecer do domingo! Com a roupinha do corpo coberta de grude, que nem a mulher tinha tempo de lavar porque o senhor dm engenho não dava tempo, viu? E hoje, chega em casa, a mulher olha assim pro marido e: Homem, troca essa roupa que tá suja! Ai ele diz, vai buscar outra! E ela diz: Qual é a que tu ques? Naquele tempo não tinha esse gosto de perguntar não senhora. Muitas vezes o camarada chegava em casa, e quando era pra lavar a roupinha, ia ficar lá dentro do quarto escondidinho, pra mulher lavar a roupa mode ele vestir pra sair de novo. Com fazenda de tostão, de 6 vinténs, de meia pataca! Entendeu como era? E hoje é essa carestia e todo mundo, graças de Deus, é vestido..." (Seu Manuel, relato n.5)

De modo semelhante, Seu Raimundo também se refere ao seu passado, que é o passado dos trabalhadores sujeitos:

"... Hoje os tempo tã melhor, pra mim tudo é bom pra vista do que já foi, como naquele tempo! Quase todo mundo era escravo, um bocado de escravo dos senhor de engenho, nas terras deles. Hoje em dia, morar na rua, na sua casinha, ou bom ou ruim, mas trabalhar a quem quiser, a quem achar melhor, a quem for melhor! Antigamente o caba trabalhava sujeito, como um bocado de escravo! Terra só se for da gente, não é dona? (...) Agora se passar tempo e um senhor de engenho for botar o pobre pra fora, tem punição. Antigamente tocava fogo no roçado do pobre, botava o gado dentro, tocava fogo nas casa. Hoje, Virgem Maria! Não tem mais isso não! Hoje tem lei para os pobre que não havia. Não havia lei para os pobre. Hoje em dia o pobre só trabalha aonde quer, é pobre, mas tem gosto pela vida que já acabou-se o cativoiro..." (Seu Raimundo, relato n.1)

Se para os ex-sujeitos o passado representa principalmente o cativoiro, não é, no entanto, apenas com o cativoiro que o passado está relacionado. De um modo geral o passado está relacionado com uma privação mais generalizada de uma série de coisas conquistadas nos tempos modernos: Transportes de massa, assistência médica, maior

participação do governo na vida das pessoas. Vejamos, abaixo, alguns extratos de entrevistas que enumeram essas carências de antigamente.

"...Meu pai morreu, um homem novo, aleijado de ferida de gomes. Era um mal contagioso que havia de primeiro. Não havia Posto, não havia médico pra ninguém ser atendido, entendeu? Quem adoecia desse mal contagioso quando menos acontecia, ficava aleijado e ia viver assim o resto da vida..." (Seu Manuel, relato n.5)

"...Eu passei sofrimento na vida, eu só nunca passei foi muita fome, mas pouca já passei. Fome eu já passei. Em tempo de seca, naquela década de 30 não houve chuva, a lavoura perdeu-se, a gente comia mandioca relada: Mamãe relava no ralo, fazia beiju, hoje a gente vive no paraíso! Vive no céu. Esse negócio de pensar que sofre hoje, esses pobre de hoje não passa fome não. Hoje ninguém passa fome, o governo manda, o povo come, ninguém passa fome não. Mas naquele tempo mamãe relava mandioca pra doze pessoas comer beiju feito vaca! Isso não é passar bem! Eu não passei bem, eu tô passando bem hoje. Hoje, graças a Deus, graças a Deus eu tô passando bem. Não me falta farinha, não me falta feijão, um trocadinho sempre aparece. Fruta tem aí à vontade, e o que eu vejo é fartura, mas naquela década de 30, 37!? A senhora acredite que me 37 farinha deu 12 mil réis a cuia - porque era mil réis naquele tempo, e morreu gente de fome! Doze mil réis! Ninguém tinha nada, ninguém tinha os 12 mil réis pra dar numa cuia de farinha, ninguém tinha nem 6 tões pra dar num litro de farinha. Era um tempo ruim, mas hoje é uma beleza! Eu sei lá, o povo das escrituras dizia, os mais velho, que ia viver bom tempo, eu tô pensando que o bom tempo é esse... Conforto, carro pra se andar. A gente sai hoje, vai a João Pessoa, quando é de tarde tá aqui. Naquele tempo eu sala daqui pra Guarabira, eu fazia a feira, em 44, 45, eu fazia a feira em Guarabira, eu sala na sexta-feira de seis horas da manhã e chegava em Guarabira seis horas da noite. Tinha um irmão meu que morava lá na rua, que fazia a feira no sábado, sala de lá de uma hora da tarde pras duas, chegava aqui de 12 horas da noite! E andando de noite, se arriscando a encontrar algum mal pelos caminhos. Aí era sofrimento... mas hoje?"

Para todos esses entrevistados o passado remete obrigatoriamente a privação, dificuldade. E o presente, ainda não sendo o paraíso profetizado, é um bom tempo. Não há nenhuma fantasia contra o fim da dominação: a dominação continua a existir, mas só o fato da liberdade dos grilhões da sujeição dá um alento. Por outro lado, a reprodução do capital nessa sua fase industrial promove mudanças no sentido de

popularizar certos serviços antes restritos às classes dominantes e mesmo o trabalho sob o assalariamento permite ao trabalhador sua entrada no mercado consumidor. Eis como Seu Manuel percebe essas diferenças entre um e outro tempo:

"...Hoje é diferente!... Se a senhora tem sua casa na rua, muito embora que seja difícil a vida, mas tal o Posto, tal o Hospital, tal a Maternidade, tal carro na porta pra onde a senhora quiser ir. Tá a feira ali pra senhora fazer a sua feira ou quem quer que seja. Só dá trabalho a senhora adquirir o dinheiro! Adquirir o dinheiro que tudo tem na porta. Tem o coentro verde, tem a cebola, tem o mamão, tem a jaca, tem a banana, tem a laranja, tem tudo! Só precisa a senhora ter a nota pra comprar! (...) Tem tudo, não falta nada! Antigamente, quando era dia de sábado, às vezes o pobre, coitado, tinha precisão de vim aqui na feira, com tanto assim de dinheiro que pegava, embora que desse pra comprar alguma coisa porque tudo era barato. Mas não podia vim porque pensava: Se eu for à feira, nem a mulher lava a roupa - que não dá tempo de enxugar, e eu perco de plantar um cento de cova de roça! Pra quando for com seis meses eu poder tirar pra fazer farinha pra comer! É isso, hoje é diferente!

A liberdade do trabalhador para escolher a quem vender sua força-de-trabalho, a possibilidade de com o produto da venda da força-de-trabalho - o salário, poder participar do mercado consumidor livremente, a proliferação dos serviços, enfim, a infraestrutura necessária à reprodução do capital nessa fase de industrialização/urbanização é, aos olhos de quem vivenciou o trabalho sob a sujeição, o nascer do sol com outro brilho, ou seja, um novo modo de vida que por se basear na liberdade não é prenúncio de bom tempo, já é a sua realização.

A sujeição constantemente comparada à escravidão, inclusive muitas vezes designada, ainda que figurativamente, por cativo, não deixava de ser uma espécie de prolongamento deste. Na morada, praticamente único modo de vida aos que não possuíam sua própria terra, não apenas a força-de-trabalho do morador ficava à mercê das



necessidades do patrão, o controle sobre o trabalhador se exercia praticamente de uma maneira total, ou seja, o comportamento do trabalhador também era controlado pelo patrão, seu consumo, sua vida íntima. E ainda se cobrava sua fidelidade, tudo isso sob pena de se utilizar a força bruta, ou seja, o trabalhador se submetia aos desígnios dos patrões por bem ou por mal: a ameaça do uso da força bruta não deixava de ser um dos seus sustentáculos nos casos em que se objetava sua legitimidade e se infringia suas normas. Mesmo a saída, possibilidade do morador e provavelmente um dos poucos elementos que o distingue do escravo, era sob ameaças. Aliás, a saída, era a única forma de subversão, senão ao sistema de dominação como um todo, a um senhor em particular. Tomemos uma série de extratos de depoimentos que confirmam essa perspectiva de análise:

Sobre o controle do consumo:

"...Aí era o seguinte, fazia assim: Quando era no dia de sábado, ele sabia quanto a senhora gastava de café, quanto gastava de farinha, quanto gastava de feijão, quando gastava de sal, quanto gastava de tempero, e ele mesmo fazia a feira do morador! Aí acabar, quando você chegava, com a cadernetinha, do jeito daquela que eu vendo bicho, aí ele pedia a caderneta e anotava. E vamos trabalhar a semana todinha pra ter direito àquelas coisinhas contadas do barracão! Pra cortar o cabelo ou fazer a barba, era preciso que ele chamasse o barbeiro e pagasse pra fazer a barba porque ninguém pegava num tostão! Eu lhe digo ainda mais: É um relógio que ninguém nunca tinha visto! Tinha feitor que a gente ia perguntar a hora e ele se virava pra olhar o relógio escondido pra gente não ter nem o gosto de ver!..." (Manuel, relato n.5)

Sobre o controle da vida pessoal:

"...Eu vou lhe contar a história de uma pisa que deram num morador dele, que ele mandou dar. Foi Severino de Mariquinha, até hoje é amarelo e doente dessa pisa que levou! Diz que foi ele que tava com outra mulher, com rapariga, num sabe? Aí Mariquinha, a mulher dele mesmo, foi pedir ao Major pra ele dar um jeito nisso. Aí a solução que ele fez foi mandar dar uma pisa nele que quase mata! Deram dos pés à cabeça, era assim! (D. Isabel, relato n.4)

Sobre as condições e motivos da saída:

"Eu era morador. Cortava cana, cambitava, fazia todo trabalho...Morei lá 24, aí sai para o Engenho Macaliba... Sai porque minha filha trabalhava na casa do patrão, aí um dia a

mulher dele puxou a orelha dela, aí ela não quis mais ir trabalhar. Aí ele mandou chamar ela e ela não quis ir mais, aí ele botou todo mundo pra fora..."

(Seu Zé Vicente, aposentado, 78 anos, ex-morador)

"Eu era empregado de lá, sujeito. Trabalhava no corte de agave, era sujeito três dias por semana (...) Aí foi tempo que ele botou a lei: No dia que o engenho não moer vai limpar mato, no dia que não houver agave pra cortar vai limpar mato na enxada. Aí eu vi que ele tava imprensando demais, eu trabalhava cinco, seis dias, e quando o engenho só moía três dias por semana eu queria os outros dias tá no meu roçado, e ele queria que eu fosse limpar mato, aí eu conhecia que tava apertando demais eu (...) aí eu peguei não pude mais viver com isso..."

(Seu Raimundo, relato n.1)

"Eu fui morador dele 60 anos. Aí eu sai e comprei um sitinho, duas cinquenta de terra boa... E eu só sai do Major porque meus filhos não queriam dar a condição a ele. Não queriam porque tinham preguiça!..."

(Seu Antônio, aposentado, ex-morador)

Mas não são apenas os ex-sujeitos que falam sobre a sujeição nessa perspectiva. Também os historiadores da região se apercebiam das péssimas condições de vida e trabalho dos moradores no brejo paraibano. Vejamos Horácio de Almeida (1958: 155 e 213):

"...Os assalariados moravam em mocambos de palha, que mais pareciam chiqueiros de porco. E nessas esterqueiras criavam a família, dormindo aos magotes, em jiraus de vara ou no chão úmido, na mais abjeta promiscuidade. Quando chovia, a água corria em bica por dentro da pocilga, onde todos viviam agachados. No terreiro dos casebres, meninos pançudos, de pés cambados, ostentavam a barriga cheia de lombrigas. As filhas moças não tinham mais que uma muda para cobrir o corpo, e os moleques de dez anos já pegavam no pesado para ajudar os pais. Roçados não tinham porque mourejavam no alugado os seis dias da semana e também porque o patrão não lhes dava terra paara plantar. A única alegria era beber dois vinténs de cachaça nas feiras, aos sábados. O saldo do salário, que ao fim da semana recebiam, mal chegava para a farinha e a pinga. As vezes, um litro de fava para o consumo da semana. Tomavam bons tragos, mas não ficavam alterados. Embora tristes, sem razão mesmo para expansão de alegria, eram dóceis, respeitadores, serviçais. Comendo pirão d'água com calco, ou fava pura com farinha, resitiam ao trabalho pesado de sol a sol, com inexplicável energia física. Os que tinham uma cabra de leite para sustento do filho de colo consideravam-se ricos. Meninos de cinco anos cachimbavam à vista dos pais para prevenir contra possível dor de dente. O pito e a pinga tanto serviam para enganar o

estômago como de consôlo ao aviltamento da condição social em que viviam. Acostumados com a desgraça, não proferiam uma palavra de lamentação, não se davam mesmo que lhes faltasse tudo, menos a graça de Deus e um pedaço de fumo pacaia com que espantavam os mosquitos e a tristeza. Gente que não roubava nem mesmo para matar a fome e ainda sofria as injustiças, por vêzes clamorosas, que os patrões estavam sempre prontos a praticar."

(...) Em Areia, como de resto em todo o Brasil, era uma rotina açoitar escravos. Mesmo depois de abolido o calamitoso regime, o selvagem costume não cessou de todo. Alguns dos antigos senhores continuaram a espancar os cabras de engenho, como medida disciplinar. Houve até quem amarrasse indivíduo, inteiramente despido e lambuzado de mel, em cima de formigueiro assanhado, para que o infeliz se sorvetesse aos poucos. Mas êsses exemplos não constituíam a regra, tanto que, após a abolição, não foram poucos os libertos que continuaram na companhia dos antigos senhores, principalmente os mais idosos, que temiam a separação como se fôsse o abandono. Hoja vista também a espontaneidade de centenas de alforrias, o que prova a boa formação moral da maioria dos donos de senzala."

José Américo de Almeida em Antes que me esqueça ( memórias)

(1986: 65-66) dedica duas páginas aos moradores, nas quais, escreve:

"...Seus limites não iam além do sítio; nada os empurrava para fora. Ignoravam os espaços que acenavam com outras promessas. Longe dessas fronteiras estariam perdidos. Sua geografia era mínima.

Só sentiam a dor física e não faltava a famigerada dor de dente. Os marmanjos punham-se a urrar, um homem feito choramingava como criança. Dava-se a infecção, as bochechas estouravam e bochechavam, como remédio, aguardente, mingau de goma com pimentado-reino e outras porcarias. O pior era a vergonha da banguela tapando com a mão a boca arruinada e fedorenta para falar e cantar.

Dor de ouvido nem se fala: botava-se azeite de carrapato, arruda ou cocô de papagaio, tapando-se com algodão do roçado.

Quando se via uma mulher dentro de casa, de cabeça amarrada com um pano, já se sabia: era doença.

Preparavam-se garrafadas, as infusões mais grosseiras: batata-de-purga, jalapa, fedegoso, pega-pinto, cabeça-de-negro.

Mulheres buchudas, já no último mês, carregavam pote d'água e feixe de lenha. O pote solto na cabeça equilibrava-se na rodilha, e quando muito, molhava o rosto suarento.

Os pais tratavam os filhos com dureza. Meninos e cachorros eram moidos de pauladas. Algumas vezes, a mulher também apanhava do marido, procriando debaixo dessa pancadaria.

No dia do pagamento, o morador esperava o salário sentado na calçada da casa-grande ou de cócoras. Os que ficavam de pé encostavam-se às paredes, pois nunca se sustentavam sem apoio.

A diária era um cruzado, mal chegando para comer. O estômago obrigava a trabalhar. Só conheciam duas satisfações: a da boca e a do sexo.

Comiam com a mão, fazendo o bolo que chamavam "raposa", e ficavam lambendo os dedos.

Bacalhau e carne de charque (carne-do-ceará) eram alimento de pobre, como cabrito, se o dinheiro chegava. O molho de pimenta avermelhava a comida, engolindo-se até pimenta inteira. Só tinham um desejo: encher a barriga.

Faziam as necessidades no mato, limpando-se com sabugos ou folha verde.

Garotos taludos traziam tudo de fora e meninas já crescidas andavam nuinhas.

Aprendi a falar errado nesse meio, conservando as barbaridades pegadas na língua.

Dispensavam o maior respeito aos patrões e às pessoas qualificadas, não passando por eles sem tirarem o chapéu. Se estavam trabalhando, paravam e faziam a mesma reverência.

Antes de escurecer, já era hora de dormir. Não tendo luz, viam no escuro, até andando no sitio.

Era um povinho acomodado. Acima do patrão, só Deus e Maria Santíssima.

A roupa era mais sujo que tecido; molambos e remendos.

Ignorando outra condição, nunca se maldiziam; sua felicidade consistia nessa resignação.

Encontravam-se alguns cabras musculosos. As trabalhadoras é que eram acabadas, sobretudo depois do parto, quando o menino de mama sugava a última gota.

Nenhum sabia da idade, indicada, geralmente, por uma simples referência: uma seca, um inverno pesado, uma epidemia, uma guerra.

Valentia era um título de superioridade. Não usavam arma de fogo, portando faca de ponta e cacete.

O rancho de barro cobria-se de palha ou gravatã. Estando em ruínas, dizia-se tapera. Tinha uma ou, quando muito, duas peças.

A dormida era em jirau de vara ou no chão."

Mas não fiquemos somente nos dois historiadores do brejo paraibano. No capítulo I já nos referimos a José Camello de Mello Rezende, que mesmo antes dos autores acima, versou sobre as condições de vida e trabalho no brejo paraibano. Em folheto intitulado "A Sujeição dos Brejos da Parahyba do Norte" - sem data, mas pela grafia e pela forma de tratar a história da região presume-se que tenha sido escrito e editado pelos idos de 1920, o autor trata da mesma questão numa perspectiva diversa da dos autores acima. Por isto e pelo fato

de o folheto ser obra difícil de se encontrar, transcreveremos abaixo a maior parte das suas estrofes:

"Santa Musa dos Poetas  
Da-me santa inspiração  
E forças para cantar  
Essa nova escravidão  
Que de dia para dia  
Aumenta em nossa Nação.

Pois é mais na Parahyba  
Em toda zona brejeira  
Que a sujeição tem fruido  
Com desmedida carreira  
E creio que aumentará  
Se não encontrar barreira.

Hoje quem tem terra em Brejo  
Vive dessa exploração  
Obrigando a seu foreiro  
Servir-lhe por sujeição  
Quatro dias na semana  
Como santa obrigação.

E si o pobre desgraçado  
Não for na segunda feira  
Trabalhar a seu patrão,  
Tem que sair na carreira  
Porque hoje é esta a lei  
Em toda zona Brejeira

Hoje o Brasil quasi todo  
Vae ficando escravizado.  
Mas na Parahyba o jugo,  
Já se acha habilitado  
Portanto eu solto clamores  
Por ser filho deste Estado

Porque os homens do Brejo  
Os que são proprietarios  
Executam sem remorso  
Os feitos dos sanguinarios  
Pois fazem dos seus foreiros  
Escravos-contributários.

Então desses quatro dias  
São dois em conta de fôro  
E dois o pobre recebe  
A mil réis com muito choro  
E se reclama a quantia  
Ouve grito e desaforo

Tenho visto desgraçado  
Que me causa compaixão  
Rapaz com dezeseis annos  
No serviço do Patrão  
Ganhar cruzado por dia  
Sem poder fazer questão.

Porque si o pobre coitado  
Entender de se mudar  
Nãõ encontrará no Brejo  
Um lugar onde morar  
Si nãõ quizer ser sujeito  
Ao "Patrãõ" que lh'o arrendar.

Porque nos trabalhos publicos  
- Podemos ver a razãõ  
Nunca faltou ganhadores  
E nãõ ha tal sujeiçãõ!  
Ja se vê que ali se ganha  
E o pobre nãõ faz questãõ.

Portanto o pobre foreiro  
Vive morrendo de fome  
Pois o que ganha num dia  
Num almoço se consome  
E se nãõ tiver farinha  
De noite o pobre nãõ come

Os filhos do desgraçado  
Que vive na sujeiçãõ,  
Vivem nũs como nasceram  
Chorando a falta de pãõ;  
Nãõ crescem, sãõ opilados  
Porque sãõ dormem no chãõ.

Si o pobre tem um cavallo  
E nãõ trabalha a semana  
Devido alguma doença  
Seu "patrãõ" logo se "dana"  
Manda buscar-lhe o cavallo  
Para o cambito da canna.

Nãõ quero dizer qu'o pobre  
Passe sem ser jornaleiro  
Porem o proprietario  
Que sujeita seu foreiro  
E porque quer exploral-o  
E gastar pouco dinheiro

Porem um proprietario  
Nãõ consente qu'um foreiro  
Va ganhar em um sãõ dia  
A quantia do dinheiro  
Que sãõ ganharãõ em quatro  
No jugo do captiveiro.

Porque o que tem farinha  
Ceia pirãõ escaldado,  
Feito com àgua fervendo  
Sem mais outro preparado  
Chamam "Cabeça de Gallo"  
Essa forma de guisado.

Jãõ tenho visto mocinhas  
Tãõ magras, tãõ amarellas,  
Trabalhando entre pessoas  
Que nãõ respeitam donzellas;  
Porque seus proprietarios  
Tãõ sujeitaram ellas.

Assim mesmo esses senhores  
Dizem que tem consciencia  
E mandam qu'o pobre tenha  
Fé em Deus e paciencia  
E qu'a pobreza é mandada  
Pela mãõ da Providencia.

Por isso é qu'eu sempre odeio  
O falso cristianismo  
Dos homens que só conhecem  
Interesse e fanatismo  
Acho que estão retirados  
Das regras do bom civismo.

Enquanto a civilidade  
Não entrou nesse Paiz,  
Nossa terra era liberta  
E não havia infeliz  
Como os foreiros dos Brejos  
No jugo dos "patrões" vis.

Porque os homens do Brejo  
Tangidos pela ambição  
Plantaram cannas nas terras  
Que se plantava algodão,  
Cafés nas terras que davam  
Milho, arroz, fumo e feijão.

Se a pobreza trabalhasse  
Para si com liberdade,  
O nosso Estado estaria  
Em maior propriedade;  
E talvez ninguém ouvisse  
Falar-se em necessidade.

Santo Deus do desgraçados  
Mandai já que um vento traga  
Para os cafés desse Brejo  
Uma interminável praga  
Como a lagarta rosada  
Que o algodão do pobre estraga.

(...)  
Maldita a civilidade  
Que nos trouxe Portugal,  
Porque deixou como praga  
No nosso Paiz Natal  
Essa lei o homem pensa  
Em captivar seu igual.

Si na nossa Parahyba  
Não houvesse a sujeição,  
Qu'obriga quem não tem terra  
Trabalhar para um "Patrão"  
Podia então se chamar  
O Tesouro da Nação.

Por isso é que nosso Estado  
Já não está muito bem,  
Porque lavoura de rico  
Nunca enriqueceu ninguém,  
E todo Estado é quem sofre  
Quando a pobreza não tem.

Pois o pobre é quem conhece  
Toda nossa agricultura  
E tem genio p'ra tirar  
Da terra inculta a fartura  
Enquanto o rico só tira  
Da terra humosa, a usura.

Mandai também sem demora  
Outra praga mais tyranna  
Que tome vida nativa  
Nos gomos doces da canna,  
E quando der num partido  
Acabe numa semana.

Ninguém não pense qu'assim  
 Se acabará com certeza  
 Dos brejos da Parahyba  
 Toda fonte de riqueza;  
 Isto não, pois virá outra  
 Trazida pela pobreza.

Pois não havendo essas fontes  
 Não haverá sujeição,  
 E o pobre então plantará  
 Milho, mandioca e feijão  
 Cebola, fumo e batatas  
 Inhame, arroz e algodão.

(...)  
 Antes ter nascido bicho  
 Que nascer homem sujeito  
 Pois quando o bicho é liberto  
 Voa ou corre satisfeito,  
 Enquanto o homem pragueija  
 A quem lhe rouba o direito.

Levantai-vos Castro Alves  
 Do tumulto onde dormis,  
 Vinde já neste momento  
 Com vossa lyra feliz,  
 Permutar as "Vozes d'Africa"  
 Pela do vosso Paiz.

(...)  
 Junto mais, a ti, pobreza  
 Os meus clamores d'amigo  
 Se não me junto contigo  
 É porque temo a Riqueza  
 Contudo a minha afoiteza  
 A favor do teu direito,  
 Mostrou que sinto no peito  
 Enorme soffrer também  
 Lamento como ninguém  
 O pobre viver sujeito."

Continuidade de escravidão: o cativo a que estavam submetidos os moradores não é nenhuma metáfora. Todos os caminhos têm nos levado ao mesmo lugar: a extrema privação porque passavam e o controle absoluto da sua vida pelos patrões.

Se os próprios moradores se viam como cativos - porque é muito claro que essa não é uma categoria que tenha surgido com as novidades dos tempos presentes - à semelhança do cativo negro, é porque a morada sempre teve sua legitimidade garantida pela força. Ou seja, ante a força e a impossibilidade de se lhe contrapor, só resta a



resignação. Mas não a resignação como José Américo a percebe, como uma face da felicidade, mas a resignação obrigatória. A categoria "cativo" sempre exprimiu o seu sentimento de revolta diante de uma forma de dominação que não tinham possibilidades de alterar. É nesse sentido que a saída se coloca como resistência, sobretudo a partir do momento que surgem no horizonte outras possibilidades: a migração para o Sul, o morar na rua e viver do alugado ou mesmo de serviços urbanos, principalmente.

Detenhamo-nos um pouco mais nos textos acima.

Vimos que a saída sempre é provocada pela infração das regras da morada, seja pelo lado do patrão, seja pelo lado do morador. E se a sujeição está em jogo, ela há de ser total ou não responde às necessidades do sistema. O exemplo da saída de Seu Zé Vicente é muito claro nesse sentido. Ele e toda a sua família devem estar sempre sujeitos ao patrão e à sua família, inclusive aos seus caprichos. O seu patrão não lhe admite discutir o comportamento de sua esposa. Algo assim: Se ela bateu, deve ter lá os seus motivos que não devem ser discutidos, mas aceitos. O fato de a filha de Seu Zé Vicente se negar a continuar trabalhando na casa dos patrões por ter apanhado da patroa não deixa de ser uma subversão a uma forma de dominação que pretende ser total. Ao patrão, aceitar as razões de Seu Zé Vicente constitui-se mesmo numa desmoralização, não apenas de si, particularmente, da sua classe, de todo um modo de vida. E, por outro lado, mesmo sabendo que os seus limites têm um preço, Seu Zé Vicente não abre mão da sua dignidade e paga para ver. Ou seja, ele e sua família, tal como entraram na propriedade, arribam em busca de outras terras.

No caso de Seu Raimundo também se observa situação semelhante, mais relacionada aos limites da sujeição no âmbito do trabalho propriamente: O excesso de trabalho para o patrão não lhe permitia cuidar do seu roçado e sendo este a mais importante contrapartida da sujeição, não há razões para continuar naquela morada.

Já Seu Antônio coloca a questão noutra perspectiva: Concorde que a sujeição deve se estender a toda a família do morador e diante da negativa de seus filhos em também, como ele, se sujeitarem ao trabalho no eito fica diante de um impasse que acaba por se resolver em favor dos filhos e da saída.

Aliás, sobre esse controle absoluto da vida do morador na relação da morada o exemplo de D. Izabel é até mais contundente: até nas questões íntimas dos casais o patrão tinha o direito/dever de intervir e, juiz do seu território, podia dar a sentença que considerasse merecida ao culpado. Evidentemente tudo isso sob a aceitação dos envolvidos, porque aliás, nessa história da dominação, as regras inicialmente impostas à força são paulatinamente incorporadas à normalidade e sua legitimidade é mais resultado dessa acomodação/consentimento provisórios do que mesmo da força bruta. Não estamos de nenhum modo dizendo que esta violência da força bruta transforme-se, à medida que se legitimam as relações, apenas em símbolo. A peia, o cativo não têm nada de simbólicos. A peia é sempre uma virtualidade desse sistema da sujeição. Daí porque "embora tristes, sem razão mesmo para a expansão da alegria, eram dóceis, respeitadores, serviçais". O que o historiador não se dá conta na sua observação é que não podia ser diferente, ou seja, "dóceis, respeitadores e serviçais" porque não era nada interessante "ficar amarrados sobre formigueiros assanhados, despídos e lambuzados de

mel" e não porque, como coloca José Américo, "era um povinho acomodado (...) Que ignorando outra condição, nunca se maldiziam, sua felicidade consistia nessa resignação.

É claro que um castigo como o exemplificado, com especial requinte de crueldade, não devia mesmo ser a regra. Assim como jogar trabalhadores recalcitrantes em fornalhas de engenhos<sup>17</sup> também não. Mas a peia como medida disciplinar sim. E o medo passando de geração em geração e a resistência cedendo lugar ao consentimento, à resignação. Casos fortuitos confirmando que a peia como regra não se coloca no âmbito das coisas simbólicas, é virtualidade do regime, um dos seus mais importantes mantenedores.

É mesmo quando Horácio de Almeida, lançando mão dos exemplos dos tantos libertos da escravidão negra que preferiram continuar na companhia dos seus antigos senhores, quer fazer crer que isso provava a boa formação moral da maioria dos donos de senzala, não é bem disso que se trata: os libertos que se mantêm juntos a seus senhores são aqueles cuja velhice não lhes permite aventurar nova vida. Ao contrário da perspectiva dos historiadores areienses, os nossos depoimentos têm confirmado mais a visão do poeta Zé Camello:

"Antes ter nascido bicho  
Que nascer homem sujeito  
Pois quando o bicho é liberto  
Voa ou corre satisfeito  
Enquanto o homem pragueija  
A quem lhe rouba o direito".

Conquanto esteja evidente que a legitimidade da sujeição baseia-se antes na violência que no consenso, consideramos imprescindível questionar essa evidência, isto é, será tudo tão

17. Vide depoimento de Seu Manuel, capítulo II.

evidente e abominável porque o presente sugere esse julgamento ou essa forma de dominação sempre foi degradante, ou seja, nunca foi aceita tal como hoje é o assalariamento sob a liberdade? Quer dizer, será que ignorando outras formas de existência, como diz José Américo, não se contentariam com a sujeição? Tudo indica que o autor de A Bagaceira equivocou-se na sua apreciação do modo de vida dos moradores. Ainda que não houvesse os parâmetros de hoje, havia os daquele tempo: Areia nunca foi território apenas de senhores de engenho, sempre existiram pequenos proprietários e a produção desenvolvida por eles sempre teve alguma importância. Por que conhecendo essa outra possibilidade de sobrevivência, a da terra própria, os sujeitos não relativizariam sua situação?

O fato é que a liberdade que representa a cidade, os direitos conquistados, todas essas mudanças sociais anuviam a memória do passado. E, como bem disse Anatole France (apud Bosi 1979:21):

"Para sentir o espírito de um tempo que já não existe, para fazer-se contemporâneo dos homens de outrora (...) a dificuldade não está tanto no que é preciso saber do que no que é preciso não saber mais. Se nós quisermos verdadeiramente viver no século XV, quantas coisas deveremos esquecer: ciências, métodos, todas as conquistas que fazem de nós modernos!..."

E bem que Seu Manuel tenta nos dizer quão difícil seria para nós cidadãos, livres, nascidos e criados na cidade, civilizados, empreender a busca do significado da vida sob a sujeição. Mas já nos contentamos com o que trouxemos à discussão. E concordamos com Seu Manuel: Hoje é diferente. As relações de trabalho mudaram, os ex-moradores vão, aos poucos, se integrando na vida sob outras bases, mais precisamente: sob as leis dos cidadãos. O Major Cunha Lima, enquanto encarnação modelo do bem e do mal das relações tradicionais

vai perdendo a sua materialidade e transformando-se em espectro. Ou mesmo num mito que conta a história de um tempo em que os homens viviam sujeitos a outros homens, embora essa sujeição não fosse de todo má, porque o Major era bom: dava caixão, dava remédio, etc, etc, etc.

Podemos afirmar, com os nossos entrevistados, que a sujeição é coisa do passado, e se ainda não podemos afirmar o mesmo em relação às suas consequências ao nível das representações e mesmo ao nível de recuperação de algumas das suas práticas, consideramos que é tudo uma questão de tempo.

Isto é, na medida em que muitas das relações do presente ainda contêm vestígios de relações tradicionais, a separação entre um tempo e outro ainda não é absoluta, ou seja, esse novo tempo ao qual se referem como a uma profecia e aos seus benefícios como dádivas celestiais é, por enquanto apenas um ensaio de cidadania. Vive-se, pois, um tempo de transição, com todas as confusões e dúvidas próprias desses tempos. Do passado conhecem seus limites, o que tinha de bom e mau. Do presente não se pode dizer a mesma coisa: estão aprendendo o presente e os seus códigos, mas de tudo isso já têm seus juízos: os tempos dagora são melhores que os de antigamente.

Resta-nos mais uma indagação relacionada ao passado e às relações tradicionais de dominação: Nada havia de bom que amenizasse o tanto que de mal havia?

Surge-nos nessa confluência do bem e do mal alguém a quem temos feito referências neste estudo, mas sobre quem ainda não nos detemos como os entrevistados o fizeram: Muitos entrevistados falam mais do Major Cunha Lima do que de si próprios. Mesmo além dos entrevistados: Parte da história recente de Areia desenvolveu-se sob a tutela desse

coronel que, no Nordeste<sup>18</sup>, só o coronel Chico Heráclito de Limoeiro, em Pernambuco, foi páreo para ele.

Seu Afonso (relato n.3) esclarece os termos da dominação exercida pelo Major em Areia: "Naquele tempo tinha aqueles homens que fazia e ninguém desmanchava. Pois bem. (...) Esse Major que a gente tá falando aqui era o homem que o que fizesse aqui no município tava feito. O povo tinha medo do Major, se ele fizesse uma coisa ninguém mexia não. E ele fazia e ficava feito. Ele era homem de palavra também! E fazia e ficava feito! Se ele marcasse a extrema da terra em um canto, ninguém mexia mais! A autoridade era ele."

O Major não era, portanto, um patrão como outro qualquer: Era um coronel, um político, no sentido de que não dominava apenas os seus moradores, mas uma vasta clientela cujos limites iam muito além das suas propriedades, inclusive, além de Areia<sup>19</sup>. Filho do Dr. José Cunha Lima, afamado político local, deputado da República, o Major, cujo nome era o mesmo do pai, também foi seu aprendiz. Mas o superou em fama e poder. Por três vezes foi prefeito de Areia, além de ter sido também deputado estadual:

"Ele foi prefeito em 34, no governo de Solon Lucena, nomeado prefeito em 37, na interventoria de Argemiro Figueiredo; e foi eleito prefeito no ano de 46."<sup>20</sup>

O Major era um político e seu poder, ao que indica a maioria dos nossos depoimentos, teria sido conquistado mais em função dos favores que prestava a tantos quantos lhe aparecesse do que mesmo em

18. Almeida, Atila A.F. em entrevista à autora em outubro/86.

19. Segundo Potengy (1986:221) o Major Cunha Lima "exerceu seu poder na área que abrange os municípios de Areia, Cuité, Esperança e Alagoa Nova."

20. Essas informações sobre o Major Cunha Lima me foram fornecidas por seu sobrinho, Roberto Cunha Lima em outubro de 1986.

função do uso da força. É claro que não se constituía, nesse sentido, numa rara exceção, os depoimentos dizem que ele também se utilizava da força em casos de necessidade, inclusive alguns dizem que ele abusava da violência. Essa, aliás, é uma forma de difusão da sua imagem na região. Lembremo-nos, do depoimento de Seu Raimundo, que nunca viu o Major mas o conhecia em função das tantas histórias que sobre ele corriam, o seguinte trecho:

"...Antigamente eu via aqui em Mundo Novo o Major Cunha Lima tocar fogo em casa de morador, botar tocaia em morador, pegar o gado e botar dentro do roçado e não tinha punição pra isso..."

Nessa forma de sobrevivência da sua história, não há dúvida, o Major era o exemplo regional de maldade e tirania.

Apesar dessa forma de referência ao Major, a maioria dos depoimentos exalta o seu caráter prestativo. Ao se referir ao Major, D. Maria, esposa de Seu Manuel Peba, aposentado, pequeno proprietário, 71 anos, fala da seguinte forma:

"...Ele era muito bom. Quando era tempo de seca, Manuel ia lá, e ele dava comida pros burros, dava capim, mel (...) Não era por interesse que ele dava não, era porque era bom. Manuel nunca deu um dia de serviço ao Major, nunca deu um voto ao Major!... Agora foi que inventaram essa história de voto pra analfabeto..."

Seu Antônio, ex-morador do Major, ex-pequeno proprietário, aposentado, 76 anos, também só lembra do Major aquilo que ele tinha de positivo, essa lealdade ao Major está bem explícita quando explicando os motivos de sua saída das terras do Major justifica as razões deste querer sob a sua sujeição o trabalho de todos da família contra as razões de seus próprios filhos em não aceitar as condições da morada. Vejamos:

"...O Major era muito bom, não tem gente como ele mais não! Ele tinha quatro engenho. Ele fazia caridade, sem ser morador ele fazia! Ele dava o caixão, dava o remédio...E sendo morador ele ajudava muito, os morador dele tudinho comprou terra, por essas Guariba, por todo canto desse brejo de Areia os morador dele comprou terra. Eu fui morador dele 60 anos. Ai eu sai e comprei um sitinho, duas cinquenta de terra boa... E eu só sai do Major porque meus filhos não queriam dar a condição a ele. Não queriam porque tinham preguiça! (...) Ai eu comprei um sitinho, um local que o Major disse: E, a terra é muito boa, pode comprar. Tem com que compre? Eu disse: tenho, tenho um gadinho. Ele disse: Venda o gado e compre. Eu vendi, ai comprei o sitinho por vinte contos.

(...) Os morador do Major era assim, dava a condição e tudinho tinha roçado também. Era três dias de trabalho, o dia a dez tões. Nesse tempo era tempo rico, bom! E podia plantar e criar o que quisesse. Foi do dinheiro do gadinho que eu criava lá que eu comprei meu sítio. E o Major não mexia em nada de ninguém não! O morador tinha um pé de fruta, uma bananeira, uma coisa, se quisesse dar ao Major, dava, não era de obrigado dar não. O Major dizia: Tão bonitas essas bananas, viu? Eu dizia: Quer Major? Ele dizia: Quero, mande um menino levar!... Era assim, não chegava pra mexer no que era dos outros não.

Seu sobrinho, Roberto Cunha Lima, tenta explicar a fama e o prestígio do Major:

"...Ele era um homem de bem, um homem de caráter. Era proprietário, mas tinha um espírito socialista. Socialista na maneira de viver também, auxiliava muito esse povo pobre por aí: Encanava perna de gente, braço de gente, aplicava injeção, sala de cavalo aplicando injeção. Ele prestava assistência a todos quantos precisassem por aqui e quando não podia dar jeito, levava para Campina ou João Pessoa..."

Mas depoimentos houve onde as referências ao Major não eram tão seguras, relações onde o Major não era apenas o patrão bom, o político prestativo, D. Isabel (relato n.4) é exemplo desses casos:

"...A gente morava no Major quase como morador, mas a terra era da gente mesmo! Mas tudo ao redor era morador e (também), tudo quanto se queria e precisava era com ele. (...) Se chegasse alguma pessoa doente ele tratava, ele entrava com os remédios, com a despesa de qualquer coisa... Eu sei que quando foi um dia de sábado, bem cedinho, eu já ia fazer a feira, que era eu que fazia a feira. Ai chegou um homem, ele até morava no Carrapato, viu? E



até já tinha trabalhado comigo. Aí chegou e disse: D. Isabel, eu vim aqui, vim lhe avisar uma coisa: pra senhora hoje não ir pra feira. Eu disse: Pra não ir pra feira? Ele disse: Sim, que tem dois lhe pastorando lá na mata. Eu disse: E verdade?! Mas menino! Ele disse: Foi o que eles disseram, e disseram que tava pastorando porque a senhora votou contra o Major nessa eleição. Aí eu sei que dessa vez eu também escapei. Mas...oxe! Se a gente for contar os que levaram surra a gente não sabe nem dizer! (...) Era assim! E mesmo assim ele já foi prefeito daqui, deputado e tudo! (...) Ele era forte! Se viesse polícia pr'aqui e ele não gostasse, voltava na mesma hora! Pra ele botar um caba pra fora daqui não precisava muita coisa não. Aqui só aturava juiz que ele quisesse. Ele era um dos fortes daqui de Areia. O grande era ele mesmo. O mais forte: Pra ele não tinha juiz, delegado, a palavra era a dele. E quem vivesse na terra dele, brincou, apanhava! Agora isso ele era um homem tã bom! (...) Era um homem que servia em tudo! Fazia consulta, e nem era formado! Mas eu só sei que não era todo médico que entendesse igual a ele não!

Aqueles para aos quais o Major se assemelhava a um pai, são os que sentem uma certa nostalgia ao se referirem ao passado. Seu Antônio diz saudoso e com uma certa revolta: "...O Major era muito bom, não tem gente como ele mais não! Ele tinha quatro engenho. Ele fazia caridade, sem ser morador ele fazia!

O Major era exemplo de patrão, nenhum ex-morador seu tem queixas dele, como em geral os ex-moradores têm queixas dos seus ex-patrões. Mesmo porque a sujeição variava conforme os caprichos dos patrões, ou seja, cada patrão tinha as suas leis e era a essas leis particulares que os trabalhadores, sem terra para trabalhar, tinham de se submeter.

Há, evidentemente patrões e patrões, assim como a dominação pode se exercer mais baseada na força que no consenso. Em alguns momentos o caso do Major parece exemplificar a dominação legitimada pelo consenso. O Major é pai, patrão, com habilidade conquista a confiança e o respeito dos seus moradores. E a dominação, neste caso, não é apenas aceita, como é aceita de tal modo que cada dominado

transforma-se em seu defensor. Mas como qualquer forma de dominação contém em si mesma ambiguidades e tensões: há o depoimento de D. Isabel relativizando o de Seu Antônio, como a dizer que: a obrigação vista a fantasia que quiser ou puder vestir, é sempre obrigação.

Mas mesmo D. Isabel, que sem ser moradora do Major sofreu com a sua família as perseguições do Major, dá um jeito de desculpá-lo, ou senão tanto isso, tenta transferir aos seus prepostos o que é da responsabilidade do Major, como para não macular sua imagem de bom político, de bom patrão, de servidor. E o Major sobrevivendo, inclusive à própria morte, como um caso de personificação modelo das relações tradicionais de trabalho: pai e patrão. Ao contrário da maioria dos outros que eram mais carrascos que patrões, que convenciam mais pela força que pelo consenso, que tornavam tão claro, aos olhos de todos, as contradições de uma forma específica de exploração do trabalho de uma classe por outra. E aos moradores, cuja lembrança dos patrões provoca repulsa, que o presente se dá como uma vingança.

Então, a despeito de pessoas como o Major não existirem mais, o passado é o passado e embora não esteja ainda morto e sepultado, sobrevive principalmente como referência para os tempos atuais. E depois, não é somente pessoas como o Major que não existem mais, também não existem mais patrões como os de seu Manuel. Não existe mais a sujeição.

O passado como o tempo onde as instâncias de domínio público eram controladas exclusivamente pelo poder privado de um coronel ou de oligarquias, onde a sujeição era a regra para a obtenção de terra para trabalho, onde cada patrão criava as suas leis já há algum tempo não é mais que um parâmetro à compreensão das regras de hoje.

E mesmo que certas categorias sobrevivam, sobrevivem noutra perspectiva, que é o mesmo que não sobreviver<sup>21</sup>.

Tomemos o nosso tema de pesquisa para esclarecer esta questão: a aposentadoria é tida, pelos aposentados, como uma dádiva do Governo. E, à primeira vista, fomos levados a supor que a aposentadoria, do modo com se tinha instituído, vinha reforçar um sentimento secular de submissão, submissão esta que se constituía num dos sustentáculos das relações tradicionais de trabalho. Ou seja, embora a aposentadoria estivesse surgindo no tempo dos direitos, no tempo presente, a forma como tinha chegado aos trabalhadores reforçaria certos sentimentos e concepções do passado. E depois de exaustivas análises e tentativas de decifração da visão de mundo dos aposentados concluímos que não há possibilidades de se reforçar o que não existe mais. Que as práticas e as categorias comuns a certas relações de trabalho têm seus significados determinados nos limites dessas relações. Noutras palavras, uma certa forma de reprodução do capital que gerou um tipo específico de relação social, a morada, gerou do ponto de vista de quem a vivenciou um modo de vida particular, e o que foi gestado nesse modo de vida só tem um significado absoluto dentro dele. Fora dele é outra coisa. Isto é, a aposentadoria surge já sob o signo da abolição da morada. É uma das conquistas políticas desses trabalhadores, e mesmo que eles jamais pensem ou falem em conquistas ou em cidadania, ou ainda, mesmo que as suas conquistas políticas deixem muito a desejar, a aposentadoria surge sob as luzes desse novo tempo, e é sob essas luzes que é compreendida.

---

21. Essa discussão sobre vida e morte das categorias sociais, ou seja, a idéia de que as categorias nascem e morrem com as relações sociais que as forjaram é de Durkheim, desenvolvida no seu trabalho "Les formes élémentaires de la vie religieuse".

A aposentadoria surge, pois, sob o signo da liberdade, liberdade profetizada e tudo o mais. Liberdade que, todos acham, tem o dedo e a vontade de Deus pelo meio, mas liberdade. E que embora tenha a ver com Deus, eles estão usufruindo. E tem mais: Ainda tem o dedo de Deus porque estamos tratando de uma comunidade muito particular: a dos velhos aposentados do Funrural, porque - evidentemente não aprofundamos isto - para as gerações seguintes a aposentadoria vai ser uma coisa comum como qualquer outra em suas vidas. E então, como diz Weffort(1980:73), será mais exigida que agradecida.22

---

22. Não apenas exigida, hoje, a nível de movimento sindical nacional, há propostas no sentido de alterar a lei da aposentadoria rural com o objetivo de, de fato, favorecer os seus beneficiários. Em relação à aposentadoria por velhice, por exemplo, a idéia é antecipá-la, ou seja, ao invés de só poderem se aposentar com a idade mínima de 65 e 60 anos, homens e mulheres respectivamente, a proposta é que "a idade de aposentadoria deve ser de 55 anos para o homem e de 50 para a mulher".(Informação extraída de um documento (sem título e sem data) que reúne diversas reivindicações para a melhoria da legislação previdenciária rural, apresentado no 4. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.)

Essa idéia de antecipação da idade de se aposentar por velhice está baseada nas estimativas de esperança de vida para os trabalhadores rurais brasileiros nesta década. Segundo essas estimativas a esperança de vida média para os anos 80 seria de 50 anos. Vide Anexo I.

## C O N C L U S A O

A aposentadoria rural - como outros direitos previdenciários do trabalhador rural - surgiu, em 1972, no contexto de um processo de transformações das relações tradicionais de trabalho em novas relações provocado pelas novas formas de desenvolvimento capitalista no campo que, entre tantas coisas, no Nordeste, privilegiou a modernização da indústria da cana-de-açúcar através do incentivo às Usinas em detrimento dos velhos engenhos rapadureiros.

A transformação das relações tradicionais de trabalho em novas relações foi o germen da organização dos trabalhadores rurais entre os fins dos anos 50 e inícios dos anos 60. Dessa organização é resultado todo o conjunto de leis sindicais, trabalhistas e previdenciárias desses trabalhadores.

Embora situada nesse contexto de transformações nas condições de vida e trabalho, no brejo paraibano a aposentadoria é tida como uma dívida do Governo aos trabalhadores rurais. O objetivo do nosso estudo era compreender porque a aposentadoria tem esse significado.

Procuramos, então, desvendar os motivos de tal compreensão através das histórias de vida dos aposentados rurais residentes em Areia, cidade escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa.

Num primeiro momento concentramos as nossas atenções na questão do trabalho, afinal e muito lógico, aliás, seria a aposentadoria o resultado - bastante concreto - de toda uma vida de trabalho. Mas não foi exatamente ao trabalho que os aposentados entrevistados nesta

pesquisa relacionaram a aposentadoria. Antes e até ao contrário, a aposentadoria se relacionava com outras categorias: velhos, graça, esmola, governo bom, Deus, etc. Afora a categoria governo, todas as outras evocavam lembranças da dominação sob as relações tradicionais de trabalho. O que isto poderia significar? Que a aposentadoria se colocaria na perspectiva de reforço de uma forma de dominação e consequentemente da ideologia que justificava essa forma de dominação? Não. Mas essa resposta não foi consequência apenas da compreensão restrita do significado da aposentadoria em suas vidas ou mesmo da reconstituição dos diversos processos de aposentamento. Essa conclusão foi resposta de todos esses caminhos e das suas pistas e, sobretudo, da volta à questão do trabalho, mas desta vez, do trabalho numa perspectiva comparativa das suas condições sob as relações tradicionais e sob as novas relações de trabalho.

Revejamos os caminhos e as pistas.

A aposentadoria é, dentre os direitos previdenciários, o que mais concretamente pode alterar as condições de vida dos trabalhadores rurais velhos: é uma certa quantia de dinheiro com a qual esses trabalhadores podem contar todos os meses. Embora uma quantia pequena - metade do salário mínimo - mas uma quantia garantida e que lhes permite viver sem precisar apelar à caridade da família, patrão ou mesmo à caridade pública. Não fosse a aposentadoria precisariam, quando não pudessem mais trabalhar, mendigar, a quem quer que fosse, a sua sobrevivência. Nesse sentido, ainda que a aposentadoria não signifique que chegou a hora de deixar o trabalho e viver tranquilo e descansado o resto da vida, significa que se não puderem mais trabalhar poderão contar com essa ajuda do Governo até a morte. Ou seja, exatamente o contrário do que ocorria

antes da aposentadoria quando a velhice era uma questão privada que dizia respeito à família, ao patrão ou à sociedade em geral.

A aposentadoria, portanto, além de provocar mudanças nas condições de existência da velhice, é uma interferência bastante concreta e benfazeja do Governo, um mediador das relações sociais que sob as relações tradicionais de trabalho e dominação não dava o ar da graça. Nesse sentido a aposentadoria funciona relativizando ainda mais os dons e contradons da morada.

O processo de aposentamento, mesmo no caso daqueles velhos que dos direitos poucas notícias tinham, obrigam-nos a se confrontar com a cidade e nela se defrontam com toda uma diversidade de mediadores. Não é só de uma declaração do patrão que necessitam para procederem o encaminhamento da aposentadoria. Precisam de um batistério, de um registro de nascimento, do aval do sindicato dos trabalhadores rurais, inclusive, é nessa circunstância que a maioria deles se associa ao STR.

Essa concurso de tantos mediadores é o que mais concorre para repensarem o poder dos seus patrões. Sobretudo daqueles patrões que nessa hora de precisão se negam a dar a declaração de que são trabalhadores rurais.

Mas esse processo de aposentamento, pelo menos para uma parte dos aposentados entrevistados, não se inicia com o completar da idade mínima requerida e o encaminhamento dos papéis, antes de tudo isso têm de ter a coragem de desafiar diversas correntes de boatos que surgem simultaneamente à notícia de que o Governo concedeu a aposentadoria rural aos velhos. Profecias seculares vêm à memória de todos ante a notícia da concessão da aposentadoria: A mais comum é uma que reza que no fim das eras ia aparecer dinheiro para todos

mandado pela besta fera. Mas outros boatos também corriam: O Governo estaria querendo matar os velhos de mais de 65 anos e inventara essa história para facilitar a identificação de todos eles. Ou ainda, o Governo estaria querendo tomar as terras daqueles de mais de 65 anos. Muitos deles iam se aconselhar com seus patrões acerca da veracidade dos boatos e geralmente saíam da conversa convencidos da improcedência deles. E daí, direto para o Funrural. E logo, logo os fatos desmascaram os boatos e a explicação à aposentadoria passa a se dar de outro modo: É um presente do Governo aos trabalhadores rurais velhos. Voltamos então, outra vez, ao nosso ponto de partida.

Mas a aposentadoria por remeter, a título de comparação, a um tempo onde não existia nem aposentadoria nem qualquer outra lei que protegesse o homem do campo, remete também às condições de vida e trabalho nesse tempo e, à sua comparação com as condições de vida e trabalho atualmente. É aqui, mais que em qualquer momento da análise que se torna evidente que as condições de vida e trabalho daqueles a quem entrevistamos não são mais aquelas das relações tradicionais de dominação.

Da análise comparativa das representações desses trabalhadores das condições de vida "antigamente" e as condições de vida "hoje em dia" concluímos que ainda que a aposentadoria evoque todo um conjunto simbólico que remete às relações sob a dominação tradicional não o faz na perspectiva de resgatar ou reforçar as referências dessa dominação. Isto é, a aposentadoria relaciona os termos favor e dívida, mas de uma outra forma: Não é mais uma pessoa (patrão) fazendo um favor a outra pessoa (morador, parceiro, etc), é o Governo favorecendo toda uma comunidade: a dos trabalhadores rurais de mais



de 65 anos. São, portanto, as representações de um tempo onde o Governo se faz presente.

E não se faz presente apenas através da concessão da aposentadoria, o Governo ou esse mesmo governo também fez a lei "da punição aos patrões", também criou o Sindicato. Desse modo, a aposentadoria se situa no rol das dívidas do novo tempo: Um tempo de governo mais presente e patrões mais fracos.

Os favorecidos pela dívida da aposentadoria não mais contraem uma dívida a quem têm de pagar com a sujeição eterna ou o voto. Aliás, a distância governo-aposentado é grande o suficiente para se tornar impraticável o pagamento através de formas concretas como a sujeição e o voto. É por isso que quando se trata de agradecer, agradecem a Deus. Aqui é necessário lembrar que entre o governo e o aposentado, no processo de encaminhamento da aposentadoria, se interpõem outros mediadores, a estes sim, seria o caso de se agradecer mais concretamente caso sejam cobrados. Mas a aposentadoria em si, eles agradecem ao Presidente que a concedeu através do agradecimento a Deus. Daí outra consequência: A liberdade de poderem viver sua velhice de forma minimamente digna sem que isto esteja relacionado ao favor de pessoas próximas a quem teriam de se submeter até a morte.

A aposentadoria, pois, não se incorpora à sua existência e ao conjunto das suas representações no sentido de reforçar a ideologia da submissão que justificava as relações tradicionais baseadas na sujeição. Mas, ao contrário, relaciona-se a uma série de mudanças que ilegitimam as relações tradicionais. Porque, como já dissemos, muito antes do surgimento da aposentadoria as relações tradicionais vinham sendo questionadas: A Liga, o Sindicato, o Estatuto do Trabalhador

Rural, a Justiça do Trabalho. Também a cidade e o trabalho sob o signo da liberdade. Surgindo, pois, nesse contexto de mudanças a aposentadoria é mais o coroamento de tudo isso do que uma recuperação dos signos do passado. E se os aposentados lançam mão de categorias do passado para explicar o tempo presente não é, com certeza, porque os tempos de agora por semelhança remetem-nos ao passado. É antes, como sugere Garcia Marquez na primeira página de Cem Anos de Solidão, porque, tão recentes são as mudanças e o novo tempo que, não tendo ainda incorporado as suas categorias se utilizam de categorias do passado para explicar muitas das coisas de agora.

A aposentadoria, como todas as outras leis do novo tempo, relaciona-se aos tempos de luz que o presente inaugura contra uma série de categorias que expressam a obscuridade do passado: a sujeição, o eito, a peia, o atraso, o sofrimento.

## B I B L I O G R A F I A

ALBUQUERQUE, Aurélio.

- 1977 - "O Areense Joaquim da Silva". União Cia. Editora.  
João Pessoa - PB
- 1981 - "Paisagens, Pessoas e Cidades" GGS Gráfica.  
João Pessoa - PB

ALENCAR, Ana Valderez A. N.

- 1972 - "As Novas Leis da Previdência Social Rural e a  
Legislação Precedente" in Revista de Informação  
Legislativa. Senado Federal. Brasília. DF.

ALMEIDA, Horácio de.

- 1958 - "Brejo de Areia". Min. de Educação e Cultura.  
Serviço de Documentação. Rio de Janeiro. RJ

ALMEIDA, José Américo de.

- 1974 - "A Bagaceira". José Olympio Ed. Rio de Janeiro  
RJ.
- 1986 - "Memórias - Antes que me esqueça". Fundação Casa  
de José Américo. João Pessoa.

ANDRADE, Mário de.

- 1983 - "O Turista Aprendiz". Livraria Duas Cidades.  
São Paulo.

AUED, Bernadete W.

- 1981 - "A Vitória dos Vencidos. Partido Comunista  
Brasileiro - PCB e Ligas Camponesas - 1955 -  
1964. Dissertação de Mestrado em Sociologia.  
Campina Grande. PB.

AZEVEDO, Fernando Antônio.

1982 - "As Ligas Camponesas". Ed. Paz e Terra.  
São Paulo.

BARDIN, Laurence.

1977 - "Análise de Conteúdo"  
Edições 70/Livraria Martins Fontes. São Paulo.

BORGES, Jorge Luis.

1980 - "História Universal da Infâmia e Outras  
Histórias" Ed. Circulo do Livro. São Paulo. SP.

BOSI, Ecléa.

1979 - "Lembranças de Velhos". Ed. I.A. Queiroz - USP.  
São Paulo.

BOURDIEU, Pierre.

1983 - "Textos". Introdução de Renato Ortiz.  
Ed. Atica. São Paulo. SP.

CABRAL, Benedita Edina da S. Lima.

1986 - "De trabalhadores a aposentados do Prorural: As  
contradições da política social e a concessão  
tardia de direitos". Dissertação apresentada ao  
Mestrado de Sociologia. UFPB. Campina Grande. PB

CHASIN, J. e VAISMAN, Ester.

1982 - "Vida e Morte das Ligas Camponesas" in ESCRITA/  
ENSAIO n.10. Ed. Escrita Ltda. São Paulo. SP

CHAUÍ, Marilena.

1987 - "Conformismo e Resistência". Ed. Brasiliense.  
Rio de Janeiro. RJ

CHIARELLI, C. A. Gomes.

1971 - "Teoria e Prática da Legislação Rural"  
Ed. Sulina. Porto Alegre. RS.

- 1972 - "Teoria e Prática do PRORURAL".  
Edições LTR. São Paulo. SP.
- COELHO, Eduardo Prado.
- s/d "Introdução a um pensamento cruel: Estruturas,  
Estruturalidade e Estruturalismos" in  
ESTRUTURALISMO: Antologia de Textos Teóricos.  
Ed. Martins Fontes. São Paulo. SP.
- CUVILLIER, Armand.
- 1975 - "Sociologia da Cultura" . Ed. Globo. Porto  
Alegre. RS.
- DANTAS, Ibarê.
- 1986 - "As Mutações do Coronelismo" in Relações de  
Trabalho e Relações de Poder - Mudanças e  
Permanências. Imprensa Universitária. UFC.  
Fortaleza - Ce.
- DURKHEIM, Emile.
- 1978 - "Textos". Introdução de José Albertino Rodrigues  
Ed. Atica. São Paulo. SP.
- GARCIA Jr. Afrânio.
- 1982 - "Terra de Trabalho". Paz e Terra.  
Rio de Janeiro.
- 1983 - "O Sul: Caminho do Roçado".  
Tese de Doutorado. Museu Nacional/UF RJ.  
Rio de Janeiro. RJ.
- GEERTZ, Clifford.
- 1978 - "A Interpretação das Culturas"  
Zahar Editores. Rio de Janeiro. RJ.
- GIULIANI, Gian Mario.
- 1986 - "A Burguesia Agrária: O Caso da Paraíba" in  
Relações de Trabalho e Relações de Poder -  
Mudanças e Permanências. Imprensa Universitária.  
UFC. Fortaleza. Ce.

HABERMAS, Jurgen.

- 1980 - "O conceito de poder de Hannah Arendt" in Textos.  
Ed. Atica. São Paulo. SP.

HARDMAN, Francisco Foot.

- 1988 - "Trem Fantasma". Companhia das Letras. São Paulo.  
SP.

HEREDIA, Beatriz Maria Alazia de.

- 1979 - "A Morada da Vida". Paz e Terra. Rio de Janeiro.

JOFFILY, Irenêo.

- 1977 - "Notas sobre a Parahyba". Thesaurus Editora.  
Brasília. DF.

LEAL, Victor Nunes.

- 1978 - "Coronelismo, Enxada e Voto". Ed. Alfa-Omega.  
São Paulo. SP.

MARKUS, Gyorgy.

- 1974 - "Teoria do Conhecimento no Jovem Marx".  
Ed. Paz e Terra. São Paulo. SP

MARTINS, José de Souza.

- 1983 - "Os Camponeses e a Política no Brasil"  
Vozes. Petrópolis. RJ.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich.

- 1977 - "A Dialética da Natureza". Paz e Terra.  
Rio de Janeiro. RJ.

- s/d "A Ideologia Alemã" I e II.  
Editorial Presença. Martins Fontes. São Paulo.

MARX, Karl.

- 1979 - "Formações Econômicas Pré-Capitalistas"  
Paz e Terra. Rio de Janeiro. RJ

- 1979 - "O Capital" . Livro I. Volume I.  
Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. RJ.
- MAUSS, Marcel.
- 1979 - "Textos". Introdução de Roberto Cardoso de  
Oliveira. Ed. Ática. São Paulo. SP.
- MENDRAS, Henri.
- 1978 - "Sociedades Camponesas". Zahar Editores.  
Rio de Janeiro. RJ.
- MENEZES, Marilda Aparecida.
- 1985 - "Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra  
Paraíba". Dissertação apresentada ao Mestrado  
de Sociologia. UFPB. Campina Grande. PB.
- NOVAES, Regina Reyes.
- 1979 - "Os Escolhidos de Deus"  
Dissertação apresentada ao Mestrado de  
Antropologia. Museu Nacional. UFRJ.  
Rio de Janeiro. RJ
- 1987 - "De Corpo e Alma". Tese de Doutorado.  
USP. São Paulo.
- PALMEIRA, Moacyr
- 1977 - "Casa e Trabalho: Notas sobre as Relações Sociais  
na Plantation Tradicional" in Contraponto. Ano  
II. n.2. Niterói. RJ.
- s/d - "Diferenciação Social e Participação Política do  
Campeinato: Primeiras Questões". mimeo.
- PEREIRA, Joacil de Brito.
- 1987 - "José Américo: A Saga de Uma Vida".  
INL/Pr0-Memória/Senado Federal. João Pessoa. PB.

POTENGY, Gisélia Franco.

- 1986 - "As Mudanças nas Relações de Trabalho e o Novo Clientelismo do Campo na Paraíba" in *Relações de Trabalho e Relações de Poder - Mudanças e Permanências*. Imprensa Universitária. UFC. Fortaleza. Ce.

PRADO Jr. Caio.

- 1984 - "História Econômica do Brasil"  
Ed. Brasiliense. São Paulo, SP

REBDUÇAS, André.

- 1938 - "Diário e Notas Autobiográficas"  
José Olympio. Rio de Janeiro. RJ.

REGO, José Lins do.

- 1966 - "Banguê". José Olympio Editora. Rio de Janeiro.  
1970 - "O Moleque Ricardo". José Olympio Editora.  
Rio de Janeiro. RJ.  
1972 - "Menino de Engenho". José Olympio Editora.  
Rio de Janeiro. RJ.  
1973 - "Usina". Liv. José Olympio/MEC. Rio de Janeiro.  
1979 - "Doidinho". Liv. José Olympio. Rio de Janeiro.

REZENDE, José Camello de Mello.

- s/d - "A Sujeição dos Brejos da Parahyba do Norte".  
Liv. e Tip. Lima. Guarabira. PB

SEDUP - Serviço de Educação Popular

- 1985 - "Relatório da Pesquisa: Condições de Vida e Trabalho dos Assalariados da Cana-de-Açúcar"  
mimeo. Guarabira. PB.

SENA, Joaquim Batista de.

- s/d - "História da Reforma Agrária e o Comunismo no Brasil". Fortaleza. Ce.



SIGAUD, Lygia.

- 1977 - "A Idealização do Passado numa Área de Plantation" in *Contraponto*. Ano II. n.2. Niterói. RJ.
- 1979 - "Os Clandestinos e os Direitos". Livraria Duas Cidades. São Paulo. SP
- 1980 - "A Nação dos Homens" in *Anuário Antropológico/78* Ed. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. RJ.

SILIPRANDI, Emma C.

- 1988 - "Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais face às Intervenções do Estado na área de Sobradinho - Bahia - 1971/1987. O caso de Remanso e Pilão Arcado". Dissertação apresentada ao Mestrado de Sociologia. UFPB. Campina Grande. PB.

SILVA, Eliete de Queiroz.

- 1985 - "O Poder Oligárquico na Paraíba: Descontinuidade e Recriação (1889-1945). Vol. II. Dissertação apresentada ao Mestrado de Sociologia. UFPB. Campina Grande. PB

SOBRINHO, José Marques.

- s/d - "A Alegria dos Velhos e o Valor do Sindicato" (sem mais referências)

SOBRINHO, Reinaldo de Oliveira.

- 1958 - "Esboços de Monografia do Município de Areia" Imprensa Oficial. João Pessoa. PB.

STEIN, Leila.

- 1983 - "Estado e Sindicalização dos Trabalhadores Rurais: A Cidadania "pelo alto". mimeo. São Paulo.

THERBORN, Goran.

- 1980 - "The ideology of power and the power of ideology". Verso Editions. London. England.

THOMPSON, E. P.

1987 - "A Formação da Classe Operária Inglesa"  
Vol. I. Paz e Terra. Rio de Janeiro. RJ.

VALVERDE, Orlando.

1985 - "Estudos de Geografia Agrária Brasileira"  
Vozes. Petrópolis. RJ.

WEFFORT, Francisco.

1980 - "O Populismo na Política Brasileira".  
Paz e Terra. Rio de Janeiro. RJ.

WOLF, Eric R.

1984 - "Guerras Camponesas do Século XX".  
Global. São Paulo. SP.

## A N E X O

### Brasil e Regiões

Estimativa da esperança de vida ao nascer para anos anteriores e próximos aos anos censitários.

1940-1980

Esperança de Vida ao Nascer						
REGIAO	1940	1950	1960	1970	1980	80/40
Brasil	41,53	45,51	51,64	53,46	59,09	1,42
Norte	40,70	44,87	53,56	54,74	63,61	1,56
Nordeste	38,76	38,96	41,06	45,55	49,00	1,26
Sudeste	43,58	49,08	56,79	57,38	63,59	1,46
Sul	49,61	53,47	60,43	60,74	65,54	1,32
Centro/ Oeste	48,13	51,19	56,91	58,91	63,09	1,31

Fonte: IBGE, Anuário do Brasil 1982.  
Apud Cabral, 1986, Anexo III.